

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Márson Alquati

**A MAÇÔNICA
HISTÓRIA DO BRASIL
- VOLUME I -**

**Das Origens da Maçonaria Mundial
à Independência do Brasil**

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
NOTAS DO AUTOR	6
INTRODUÇÃO	10
PARTE I - UMA BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA MAÇONARIA	13
O QUE A MAÇONARIA “NÃO” É?	14
DE QUE SE TRATA ENTÃO, ESSA TAL MAÇONARIA?	17
OS PRINCÍPIOS GERAIS DA MAÇONARIA	19
COMO, ONDE E QUANDO SURTIU A MAÇONARIA?	21
A MAÇONARIA PRIMITIVA	28
A MAÇONARIA OPERATIVA	35
A MAÇONARIA ESPECULATIVA	45
A GRANDE LOJA DE LONDRES	48
A MAÇONARIA E O ILUMINISMO	50
A MAÇONARIA PELA EUROPA	52
A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FRANCESA	56
PARTE II - UMA BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA MAÇONARIA AMERICANA	62
A MAÇONARIA NAS AMÉRICAS	63
A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA MEXICANA	68
A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS	71
PARTE III - O MAÇÔNICO DESCOBRIMENTO DO BRASIL	78
O MAÇÔNICO DESCOBRIMENTO DO BRASIL	79
PARTE IV - INTRODUÇÃO À HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA MAÇONARIA BRASILEIRA	84
PRIMÓDIOS DA MAÇONARIA BRASILEIRA	85
AS PRIMEIRAS POTÊNCIAS MAÇÔNICAS BRASILEIRAS	94
OS GRANDES ORIENTES INDEPENDENTES	101
PARTE V - MOVIMENTOS NATIVISTAS DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA	103
INTRODUÇÃO AOS MOVIMENTOS NATIVISTAS DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA	104
A REVOLTA DE AMADOR BUENO (1641)	104
A REVOLTA DA CACHAÇA (1660-1661)	105
A REVOLTA DE BECKMAN (1684)	107
A GUERRA DOS EMBOABAS (1708-1709)	108
A REVOLTA DO SAL (1710)	109
A GUERRA DOS MASCATES (1710-1711)	110
MOTINS DO MANETA (1711)	110
A REVOLTA DE FILIPE DOS SANTOS (1720)	111
PARTE VI - REVOLUÇÕES SEPARATISTAS DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA	113
INTRODUÇÃO ÀS REVOLUÇÕES SEPARATISTAS DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA	114
PARTE VII - A MAÇÔNICA INCONFIDÊNCIA MINEIRA	120
OS ANTECEDENTES E AS CAUSAS DA REVOLTA	122
OS IDEAIS MAÇÔNICOS CHEGAM AO BRASIL	124
PEDIDO DE AUXÍLIO A THOMAS JEFFERSON	126
OS MAÇONS E OS PRIMEIROS INCONFIDENTES	129
AS LOJAS SECRETAS	132
TIRADENTES CONHECE JOSÉ ÁLVARES MACIEL	137
TIRADENTES FOI OU NÃO FOI MAÇOM?	139
A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO	143
OS “AUTOS DA DEVISSA”	145
O MISTÉRIO DO ENCAPUZADO	148
O JULGAMENTO DOS INCONFIDENTES	149
TIRADENTES - O MITO	152
A BANDEIRA DOS INCONFIDENTES	153
OS LEGADOS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA	155
PARTE VIII - A MAÇÔNICA CONJURAÇÃO BAIANA	158
A CONJURAÇÃO BAIANA (1798)	159
A LOJA MAÇÔNICA “CAVALEIROS DA LUZ”	160
A DEFLAGRAÇÃO DO MOVIMENTO	161

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL

(Márson Alquati)

A FASE DE REPRESSÃO	162
REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO	164
PARTE IX - O AREÓPAGO DE ITAMBÉ E A MAÇÔNICA CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS.....	166
O AREÓPAGO DE ITAMBÉ (1796-1801).....	167
A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS, O SEMINÁRIO DE OLINDA, AS ACADEMIAS, UNIVERSIDADES E OFICINAS (1802).....	170
O QUE REZA A HISTORIOGRAFIA OFICIAL	172
PARTE X - A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA	176
ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA	177
A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO DOS PADRES.....	182
OS PREPARATIVOS PARA A REVOLUÇÃO.....	185
ECLODE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.....	187
O GOVERNO PROVISÓRIO	190
A REVOLUÇÃO SE ALASTRA PARA OUTRAS PROVÍNCIAS	192
A REAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS.....	193
PADRE ROMA – MAÇOM E MÁRTIR DA REVOLUÇÃO DE 1817	196
A CURIOSA VIAGEM DE CABUGÁ.....	198
UMA NOVA BANDEIRA PERNAMBUCANA.....	199
CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA.....	200
A LOJA MAÇÔNICA “SEIS DE MARÇO DE 1817”	201
UM FATO CURIOSO.....	202
PARTE XI - A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	204
UM CAPÍTULO EM BRANCO NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	205
O ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818.....	205
A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO (1820).....	207
REFLEXOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL.....	210
A LOJA “COMÉRCIO E ARTES”	213
A FUNDAÇÃO DO “GRANDE ORIENTE DO BRASIL”.....	214
O CLUBE DA RESISTÊNCIA.....	217
OFÍCIOS DO INTENDENTE DE POLÍCIA.....	218
AS DELIBERAÇÕES DAS CORTES PORTUGUESAS	218
O DIA DO “FICO” (09 DE JANEIRO DE 1822).....	220
CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL SOBRE O “FICO”	227
A DEPOSIÇÃO DO GOVERNO DE SÃO PAULO	228
A DIVISÃO AUXILIADORA PORTUGUESA.....	230
D. PEDRO: DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL.....	233
OUTRAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS REFERENTES AO ATO	235
O APOSTOLADO.....	236
DUAS MAÇONARIAS: AS CORES DA DISCÓRDIA.....	238
O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE	240
A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE.....	241
OS MAÇONS DO BRASIL E OS DE ALÉM-MAR.....	245
A INICIAÇÃO MAÇÔNICA DE D. PEDRO I	246
O MAÇÔNICO MANIFESTO DE 1º DE AGOSTO DE 1822	252
A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA.....	253
A POLÊMICA DO 20 DE AGOSTO X 09 DE SETEMBRO.....	259
PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS APÓS O “GRITO DO IPIRANGA”	265
UMA INESPERADA HOMENAGEM.....	266
A ACLAMAÇÃO DO IMPERADOR.....	267
A CERIMÔNIA DE COROAÇÃO DO 1º IMPERADOR DO BRASIL.....	270
O FECHAMENTO DO GRANDE ORIENTE.....	272
LEDO X BONIFÁCIO.....	274
A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA.....	280
ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL.....	284
CONCLUSÃO	287
ANEXOS.....	290
BIBLIOGRAFIA.....	309
ARTIGOS PESQUISADOS NA INTERNET.....	319

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

PREFÁCIO

A memória representa o sentido da própria História...
Assim, lembrar e manter viva a nossa memória é a grande tarefa da História!
[Autor Desconhecido]

PREFÁCIO

Neste seu primeiro trabalho de cunho maçônico, o historiador, escritor, maçónólogo e mestre maçom Márson Alquati, aborda um tema árduo e por demais complexo: a participação maçônica nos grandes eventos da História do Brasil; contando ainda com uma breve, porém esclarecedora introdução à História da Maçonaria Universal. Tais temas, para serem devidamente julgados requerem profundos conhecimentos de História, de modo que a presente obra certamente tornar-se-á um marco referencial, bem como fonte inesgotável de informações a enriquecer o seu cabedal cultural.

A extensa bibliografia de que o autor se serviu para produzir o trabalho em questão, por si só já nos fornece uma ideia da profundidade e da extensão da pesquisa realizada em relação aos assuntos abordados, de modo que a referida obra se constituirá, por certo, em novidade para muita gente, mesmo dentro da Maçonaria.

Enfim, não resta a menor dúvida de que, imparcial e objetivo, subsidiado por uma vasta documentação bibliográfica, baseada em fontes históricas da mais alta confiabilidade, Márson Alquati nos oferece aqui uma nova visão sobre muitos fatos marcantes da nossa História, revelando-nos algumas passagens pouco conhecidas, por vezes obscuras e polêmicas, muitas das quais repletas de contradições, quebrando certos paradigmas e desmistificando o que o próprio autor denomina de “*A Maçônica História do Brasil*”.

NOTAS DO AUTOR

*A Humanidade sem História, é como o homem sem memória. Sem tradição não há
Identidade. Falta a paisagem da vida e a experiência dos momentos vividos.*

[Adelaida Samarra Gamazo]

NOTAS DO AUTOR

A presente obra, agora dada a lume – *“A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL”* – refere-se a um importante capítulo da História Universal da Maçonaria, no que a mesma teve de mais expressivo e retumbante, que foi o seu empenho pela libertação dos povos do jugo de todas as tiranias, principalmente no que tange aos eventos relacionados à História do Brasil. Por tratar-se de uma pesquisa acadêmica desenvolvida para compor a monografia final na Graduação em História deste eterno aprendiz maçom, não tem a pretensão de ser completa ou de esgotar o assunto em questão, nem ser definitiva, mas apenas pretende servir de motivação para que sejam levantados novos questionamentos que, por sua vez, conduzam a novas pesquisas complementares, mais profundas e abrangentes sobre os temas propostos, tão complexos, polêmicos e amplos; e ao mesmo tempo tão empolgantes e gostosos de serem estudados.

O objetivo principal deste trabalho é abordar os mais recentes estudos desenvolvidos no âmbito acadêmico-maçônico, especialmente aqueles que buscam compreender o papel da Instituição Maçônica na formação histórica de nosso país, dentro daquilo que denomino de *“A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL”*.

Trata-se, portanto, de uma mera síntese bibliográfica, cuja intenção é tão somente demonstrar, através das diversas fontes de pesquisa citadas, a participação maçônica na História do Brasil; e não esmiuçar detalhadamente cada evento da mesma. Para isso, existe uma infinidade de outros livros, muitos dos quais são, inclusive, indicados nas referências bibliográficas ao final deste.

Entretanto, concordo com Descartes¹, quando o mesmo afirma que:

“Ler os livros antigos e suas histórias é útil para aprendermos neles como julgar nossos próprios costumes, e para não considerarmos ridículo o que é diferente. Porém, nessas fábulas, podem aparecer coisas que não tenham ocorrido exatamente como as relatadas, porque mesmo as histórias mais fiéis omitem passagens menos dignas, isso quando não modificam seu valor para que sejam glorificadas”.

Essa descrença de Descartes com relação à História acabou fazendo surgir, na segunda metade do século XVII, uma linha historiográfica que pode ser chamada de “cartesiana” e que procurei seguir rigorosamente, a qual se baseia em três regras metodológicas, a saber:

1. Nenhuma fonte deve induzir-nos a acreditar naquilo que sabemos que não pode ter acontecido.

¹ DESCARTES – in: “Discurso do Método”.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

2. Devem-se confrontar diversas fontes entre si para que se possa harmonizá-las e tornar mais coerente o relato histórico.

3. As fontes escritas devem ser verificadas utilizando-se provas não literárias.

Assim, não pretendo catequizar ninguém com a presente pesquisa, apenas fornecer subsídios para questionamentos e incentivar ao aprofundamento da mesma.

Este distanciamento da subjetividade e, em muitas passagens, a omissão da minha opinião pessoal, tanto como pesquisador quanto como maçom, tem por objetivo evitar a contaminação do objeto de estudo, que é o fato histórico em si. Pois, ao analisar a História, não enquanto fato preciso e objetivo, que tem a verdade explícita no próprio fato, o pesquisador pode tender a interpretar a História tal como gostaria que fosse e não como ela de fato é, distorcendo a realidade e impedindo uma pesquisa fidedigna e verdadeira.

Para compor esta obra, durante mais de dez anos, pesquisei, estudei, meditei, comparei impressos e manuscritos, tradições orais, documentos maçônicos e papéis de Estado. Esforcei-me para tirar a limpo a verdade, separando-a do que pudesse obscurecê-la.

Estou ciente de que com o andar dos tempos e o encontro de novos subsídios, haverá, de certo, muito que modificar e depurar ainda nesta história. Na atualidade, porém, e auxiliando-me com as luzes que pude colher, julgo que a devo publicar como a senti, compreendi e imaginei. Mas, independente disso, rogo que você, caro leitor, sinta-se à vontade para me contactar, criticar, corrigir, acrescentar, sugerir alterações e também para elogiar, sempre que assim julgar oportuno. Considero-me um eterno aprendiz, de modo que acredito que sempre haverá algo novo a aprender e que, como humano, também sou passível de erros e equívocos.

Sobre a pesquisa propriamente dita, cabe mencionar alguns pontos:

1. A imensa quantidade de nomes de personagens, maçons ou não, aqui expostos, reflete a necessidade de prestar a devida homenagem a todos que, de uma ou de outra, fizeram parte da *“Maçônica História do Brasil”*.

2. A igualmente ampla quantidade de citações de autores e historiadores reconhecidos, ao longo de toda obra, todas com a devida bibliografia apontada, algumas vezes um autor repetindo o outro, têm a exclusiva finalidade de legitimar e corroborar as informações aqui expressas.

3. A transcrição dos documentos antigos, nas citações e nos anexos, foi adaptada da linguagem utilizada na época para a linguagem atual, a fim de facilitar a leitura.

4. Por uma questão de tamanho, a presente obra foi dividida em dois volumes distintos, cronologicamente ordenados e que se complementam entre si:

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Vol. I: Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil;

Vol. II: Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização.

Para finalizar, faço minhas as palavras do historiador e pesquisador maçônico Arci Tenório D’Albuquerque¹:

“Só compreendemos a História como um conjunto de investigações que nos levam a uma conclusão. E essa conclusão deve ser imperiosamente de acordo com a Verdade. Bem reconhecemos que, por vezes, algum fator, alheio à sua vontade, pode conduzir o historiador por caminhos tortuosos, de modo que, involuntariamente, ele pode chegar a resultados que não coincidem com a realidade. Se lhe apontam um equívoco, cabe, honestamente, retroceder, modificar a sua opinião e ajustar-se à verdade. Ao escrever este livro assumi o compromisso formal com a minha consciência de não trair a minha missão de escritor e de não perjurar no culto à Verdade”.

Isto posto, resta-me desejar-lhes uma boa leitura, rogando ao Grande Arquiteto do Universo que a mesma seja proveitosa e agradável!

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.35).

INTRODUÇÃO

Para o verdadeiro maçom, a busca pelo conhecimento não é uma estação a que se chega depois de uma longa e extenuante viagem, mas uma espaçonave em eterno movimento numa viagem fascinante e sem fim, rumo à Luz da perfeição.

[Márson Alquati]

INTRODUÇÃO

Há um capítulo em branco na História do Brasil, e esse capítulo é o que se refere à Maçonaria, presente em todos os momentos decisivos e importantes de nossa Pátria. De nenhum relevante acontecimento histórico do Brasil, os maçons estiveram ausentes. Pelo contrário, da maioria deles foram os elementos propulsores.

No início do século XVIII, estruturou-se a Maçonaria, tomando os rumos que exigiam as condições políticas e sociais da época, criando-se, assim, a denominada “Maçonaria Moderna” que foi o refúgio daqueles que participavam dos movimentos liberais, onde não só encontravam proteção, mas os recursos para maior profundidade do trabalho de divulgação das novas ideias que floresciam. E a Maçonaria se expandiu por toda a Europa e nas Américas, fundando Lojas e clubes políticos, reunindo as personalidades mais eminentes, com a disposição decidida de combater, de todas as formas, o absolutismo naqueles tempos dominante; a exterminar a escravidão e os preconceitos; e promover, enfim, a libertação dos povos oprimidos. Assim, a Maçonaria, nitidamente política, sem, contudo, alterar os seus princípios básicos, espalhou-se pelas várias regiões do Globo, cumprindo fielmente o seu programa de libertação.

Na França, preparou a Grande Revolução que resultou na queda da Bastilha (1789). Em Portugal, banuiu o sistema absolutista imperante ao promover a Revolução Liberal de 1821. Na Itália promoveu a unificação do país e a separação entre Igreja e Estado. Na América do Norte, na América Espanhola e Brasil, seu objetivo foi promover as Independências das colônias europeias¹.

Foi no século XVIII e no começo do século XIX que o Brasil sofreu a fase mais terrível da dominação portuguesa. Nessa época, o território ainda se dividia em capitânias, administradas por governadores, praticamente autônomos, e com poderes absolutos, na sua grande maioria, cruéis e corruptos².

Enfim, ao observarmos o processo lento e gradual que levou o Brasil à Independência e, posteriormente, à Abolição da Escravatura, culminando na Proclamação da República; por mais de um século, percebemos a inquestionável influência exercida pelos maçons em todo o processo, desde a articulação das revoluções provinciais, o seu envolvimento nas questões religiosa e militar, e até a incansável luta dos maçons em prol de uma educação de qualidade, acessível, popular e gratuita; em prol da liberdade de imprensa e da tolerância religiosa, cujos

¹ GOMES (1975, p.35-36).

² GOMES (1975, p.35).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ideais se coadunam perfeitamente com os princípios máximos da Ordem: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

É sempre importante lembrar que na nossa História, seguramente, episódios de caráter pacifista, idealista e mesmo revolucionário, muitas vezes foram arquitetados e amadurecidos por aqueles que adquiriram conhecimentos hauridos dos ideais maçônicos. Desta forma, não se pode ignorar ou querer dissociar a influência da Maçonaria na evolução do contexto social, histórico e político do Brasil¹.

Em contrapartida, o determinismo histórico estabelece que nada acontece gratuitamente, que nada surge do nada – espontaneamente. Principalmente em se tratando de fatos históricos, um acontecimento, aparentemente isolado, está encadeado a uma série de outros acontecimentos. Nada tem a ver com destino, com fatalismo, com o “estava escrito”. O processo é outro: é a conexão universal prevalecendo sobre os acontecimentos, coordenando-os, direcionando-os e encadeando-os. E é baseado nesse determinismo histórico, que alinhamos este despretensioso trabalho de pesquisa sobre “*A Maçônica História do Brasil*”, onde procuramos demonstrar que cada evento relatado possui raízes nos movimentos e fatos que o antecederam.

E justamente por isso, entendemos que o nosso estudo da “*Maçônica História do Brasil*” deva começar por um breve apanhado da História da própria Maçonaria Universal.

¹ JUK (2015, p.14).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

PARTE I

**UMA BREVE INTRODUÇÃO À
HISTÓRIA DA MAÇONARIA**

*O nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente.
Portanto, temos de saber o que fomos e o que somos para sabermos o que seremos.*

[Paulo Freire]

O QUE A MAÇONARIA “NÃO” É?

Antes de nos debruçarmos sobre a questão do que é de fato a Maçonaria, necessário se faz nos atermos, num primeiro momento, ao que ela definitivamente “não é”, desmistificando alguns dos paradigmas e tabus que, na maioria das vezes, por completa falta de conhecimento, lhe são atribuídos.

Assim sendo, a Maçonaria não é:

1. Uma Sociedade Secreta: Uma sociedade, quando secreta, não possui domicílio certo e conhecido; as suas reuniões não possuem calendário certo e amplamente divulgado; os seus membros não são conhecidos pelas autoridades e em muitos casos nem se conhecem entre si; seus objetivos e leis não são divulgados. Assim sendo, ao contrário do que muitos pensam, a Maçonaria, pelo menos atualmente, não é uma sociedade secreta; e sim discreta. Tanto é que a sua história tem sido divulgada em inúmeras publicações à venda nas livrarias. Todas as suas Lojas são pessoas jurídicas constituídas, ou seja, possuem CNPJ, conta bancária e documentos registrados em Cartório. As Lojas Maçônicas necessitam de templos para a realização de suas reuniões, cujos terrenos são adquiridos e registrados por escritura pública e as construções são feitas com plantas aprovadas pelas autoridades competentes. Os seus membros, especialmente os seus dirigentes, que são eleitos periodicamente, são conhecidos de todas as autoridades com as quais a Loja se relaciona. Seus estatutos sociais são devidamente registrados nos Cartórios de Títulos e Documentos das Comarcas onde funcionam e devidamente publicados no Diário Oficial do respectivo Estado. Muitas dessas Lojas ainda possuem sites próprios na Internet. Os Templos Maçônicos são facilmente identificados como tal; e são encontrados em praticamente todas as principais cidades do Brasil e do mundo, com endereço certo e de portas abertas para quem tiver interesse ou simplesmente quiser conhecê-los. Na maioria deles, periodicamente são realizadas sessões públicas, abertas ao público em geral. E muitos maçons são socialmente reconhecidos como tal. Por conseguinte, a Maçonaria não é secreta, apenas discreta.

2. Uma Religião: embora a Maçonaria reconheça a existência de um princípio criador, regulador, absoluto, supremo e infinito, ao qual identifica como Supremo ou Grande Arquiteto do Universo – uma forma genérica de se conceber Deus, independentemente de qualquer credo ou religião específica – não aceitando ateus em seu meio e pregando o predomínio do espírito sobre a matéria. Não se constitui, portanto, em Religião propriamente dita e não presta culto a nenhum tipo de credo religioso. A Ordem Maçônica não promove nenhum dogma e congrega homens de todas as religiões e credos, deixando-os livres para praticarem, cada qual,

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

a própria religião, proibindo inclusive qualquer discussão de cunho religioso entre os seus membros e em suas reuniões. A Maçonaria não é uma religião. É uma sociedade que tem por objetivo unir os homens entre si. União recíproca, no sentido mais amplo e elevado do termo. E nesse seu esforço de união dos homens, admite em seu seio pessoas de todos os credos religiosos sem nenhuma distinção.

Para ser Maçom é necessário renunciar à religião a qual se pertence? Não, porque a Maçonaria abriga em seu seio homens de qualquer religião, desde que acreditem em um só Criador, o GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO, que é Deus. Geralmente existe essa crença entre os católicos, mas ilustres prelados tem pertencido à Ordem Maçônica; entre outros, o Cura Hidalgo (Paladino da Liberdade Mexicana); o Padre Calvo (fundador da Maçonaria na América Central); o Arcebispo da Venezuela Don Ramon Ignácio Mendez; Padre Diogo Antônio Feijó (Regente do Brasil no Período Regencial); Cônegos Luiz Vieira e José da Silva de Oliveira Rolin (da Inconfidência Mineira), Frei Miguelinho, Frei Caneca e muitos outros.

E então, qual a razão por trás dos termos “Grande Arquiteto” ou “Supremo Arquiteto” (dependendo da potência e do rito) terem sido escolhidos pela Maçonaria para designar a divindade? A explicação é muito simples: “Arquiteto”, segundo a maioria dos dicionários, “é aquele que exerce a arte de construir; o que arquiteta; o que projeta e executa; o que edifica algo”. Por isso, o fato de a Maçonaria reconhecer a Divindade como “Grande ou Supremo Arquiteto do Universo”, apenas quer dizer que “Ele” é considerado o projetista e construtor de tudo o que existe no Universo, tanto na parte material como na espiritual. Nada mais lógico e justo para uma sociedade que adota a simbologia da eterna construção do homem por si próprio em seus rituais e ensinamentos. Portanto, a Maçonaria, também não é uma religião.

3. Uma Entidade Política: embora no passado a Maçonaria em geral, e a Brasileira em particular, tenham tido caráter essencialmente político, promovendo a queda do absolutismo, a Independência dos EUA, a Revolução Francesa, as independências das colônias latino-americanas, a Independência do Brasil, a Proclamação da República, hoje não possui mais esse viés. A Maçonaria atualmente congrega em seu meio, homens das tendências políticas mais diversas, não admitindo, no entanto, qualquer forma de discussão ou imposição de sectarismo político-partidário em suas reuniões. Mas quando o assunto é política na Maçonaria, o mesmo muitas vezes é mal compreendido e repleto de controvérsias. No entanto, para evitarmos interpretações errôneas, cabe ressaltar que a proibição mencionada acima, se restringe à política partidária ou de facção e não à política como arte de diálogo entre as partes. A Maçonaria luta sempre contra o extremismo em qualquer das suas formas e vertentes. Permite-se,

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

contudo, que se discuta políticas públicas e privadas que defendam os interesses da sociedade, desde que sejam discussões apartidárias e que visem exclusivamente o bem geral.

Conforme o Deputado Federal Yassim Taha explica:

“Em nossa Sublime Ordem Maçônica não discutimos partidos políticos, mas discutimos eventualmente a política, porque desde a criação do homem sinais para sobrevivência entre eles foi necessária uma redenção ou uma maneira de que vivessem em harmonia, na antiguidade, os termos usados para definir (...) A Maçonaria é uma bela escola de moralidade, baseada em alegorias e símbolos. Não é partido político nem tem objetivo ou finalidade questões políticas. Seu objetivo de promover a felicidade da humanidade é pelo amor, pelo auto aperfeiçoamento, pela tolerância pelo respeito às opiniões de cada um”.

Assim, a Maçonaria igualmente não pode e não deve ser considerada uma entidade político-partidária.

4. Uma Entidade Filantrópica: a Maçonaria, desde os seus primórdios tem prestado a maior atenção às obras sociais e de benemerência. Sob a sua égide foram criados diversos clubes e entidades assistenciais como Rotary, Lions e Cruz Vermelha; além de muitas Lojas, de forma isolada, ou em conjunto com outras, através de suas Potências maçônicas, manterem hospitais, orfanatos, asilos e instituições de ensino. Mesmo assim, a Maçonaria não pode ser considerada simplesmente uma entidade filantrópica, visto que a caridade, para os maçons, é apenas uma consequência das doutrinas maçônicas que se difundem em suas reuniões e não a finalidade exclusiva das mesmas. A finalidade da Maçonaria não é, portanto, fazer a caridade, mas facilitar aos seus adeptos a busca pela verdade e pela verdadeira Luz, ou seja, “o desbaste da Pedra Bruta” de que cada maçom é composto, a eterna busca pelo aperfeiçoamento pessoal, moral e intelectual de cada qual em particular, trabalho constante e interminável que deverá acompanhar o maçom até o seu leito de morte. Por isso, também não cabe definir a Maçonaria como uma simples e mera entidade filantrópica.

5. Uma Entidade/Empresa com Fins Lucrativos: definitivamente não! A Maçonaria não é; e não possui empresas próprias nem participa do capital social de nenhuma. Tudo o que arrecada é destinado única e exclusivamente para custear as despesas de manutenção da sua estrutura física, administrativa e organizacional, assim como as dos seus Templos e suas Lojas, bem como cumprir com os seus compromissos financeiros mensais fixos e filantrópicos, jamais havendo sobras monetárias que possam ser conceituadas como “lucro” ou valores para serem aplicados em transações ou atividades geradoras de lucro. Desta forma, a Maçonaria pode e deve ser considerada uma sociedade “sem” fins lucrativos.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Por fim, se a Maçonaria fosse o que muitas vezes alegam os seus detratores e inimigos, ela não poderia de modo algum apresentar o vasto currículo de grandes serviços prestados à Humanidade que tanto a tem elevado no conceito dos povos; e então a sua razão de ser já há muito tempo teria desaparecido, de modo que dela teríamos apenas uma simples e breve menção nos anais da História, como um sonho utópico de idealismo fracassado. Mas sabemos que o que ocorre é exatamente o oposto...

DE QUE SE TRATA ENTÃO, ESSA TAL MAÇONARIA?

Agora que já sabemos o que a Maçonaria “não é”, podemos discorrer brevemente sobre o que ela é... Contudo, falar sobre a Maçonaria, ou melhor, tentar explicá-la em poucas palavras torna-se um tanto difícil, pois cada maçom a concebe de uma forma particular e única.

Concordo plenamente com o ilustre maçom Roberto Schukste¹ quando este afirma:

“O que é a Maçonaria? De todas as perguntas, esta é a mais difícil de ser respondida; eu diria que ela jamais será respondida de modo definitivo”.

Mas vamos lá...

Em linhas gerais, a Maçonaria nada mais é do que uma instituição de caráter universal, essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Uma fraternidade que une e congrega homens de todas as raças, credos, convicções políticas e nacionalidades, acolhidos por suas qualidades morais e intelectuais, com o objetivo precípua de construir uma sociedade humana fundada no amor fraternal, na esperança, no respeito à Deus, à Pátria, à família e ao próximo. Uma Ordem Iniciática que busca o constante aperfeiçoamento moral e intelectual de seus membros, tendo por bases: a tolerância, a justiça, a virtude e a sabedoria, calcadas sempre na tríade “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”.

Pode-se ainda dizer que a Maçonaria é, ao mesmo tempo, um sistema e uma escola, não só da moral, mas também de filosofia social e espiritual, reveladas por meio de alegorias e ensinadas com o auxílio de símbolos, de maneira a guiar os seus membros à prática e ao aperfeiçoamento dos mais elevados deveres do homem enquanto cidadão.

Colocando de outra forma, a Maçonaria incentiva os seus adeptos a buscarem a razão e o conhecimento, saindo de um mundo de trevas rumo às luzes da sabedoria. Ela leva os Irmãos a buscarem a reforma íntima, por intermédio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência, da aplicação da justiça e da livre investigação da verdade, de

¹ SCHUKSTE (2004, p.7).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

modo a colocarem o progresso intelectual ao lado do avanço moral, lapidando a “Pedra Bruta” que representa cada obreiro recém Iniciado.

Trata-se, todavia, de uma fraternidade que funciona como um Estado, com hierarquias, poderes e legislações pertinentes. Mas não é uma só em todo o mundo. Ao contrário do que muitos pensam, a ordem não é constituída de um único grupo uniforme. Cada país ou região tem autonomia para definir os seus rumos e caminhos, o que faz com que a Ordem tenha inclinações diferentes ao redor do Globo. Na Inglaterra e no Brasil, por exemplo, foi ligada às elites aristocráticas políticas e culturais; na França tornou-se anticlerical e pragmática; e na Itália, revolucionária.

O próprio termo “*Maçon*” (de origem francesa) ou “*Mason*” (de origem inglesa) possui como tradução literal, o epíteto “pedreiro”. Assim, “Maçonaria” pode ser entendida como uma “Associação de Pedreiros”. E, como pedreiros, podemos inferir aqueles que constroem algo. No passado, foram castelos e catedrais. Atualmente, cada maçom dedica-se a construir, em linguagem maçônica, o próprio “Templo Interior”; um templo dedicado ao cultivo da virtude, sob todas as suas formas, e ao combate dos vícios, também sob todas as suas formas.

Resumindo de forma bastante superficial o que os maçons do passado faziam e os de hoje ainda fazem em suas reuniões, pode-se dizer que basicamente discutem o caminho que o planeta e a humanidade devem tomar. E o rumo proposto é o da Luz, como se referem ao pensamento racional. A ideia é que cada indivíduo reflita sobre suas atitudes e busque sempre o caminho do bem e da perfeição na construção de seu templo interior dedicado à virtude, à moral e aos bons costumes. O fundamento de sua moral é tanto a solidariedade humana como a evolução pessoal do indivíduo, de modo que o dever do maçom é tanto construir o seu próprio templo espiritual, como edificar o edifício social da humanidade, para o que deve defender, para todos, a liberdade de consciência, a igualdade de direitos e a fraternidade social; combater a tirania, os preconceitos e os erros, glorificando o Direito, o conhecimento, a justiça e a verdade. Essencialmente espiritualista, exige de seus membros a crença no G.A.D.U. (Grande Arquiteto do Universo) e na imortalidade da alma, ao mesmo tempo em que, coerente com os seus princípios, respeita as crenças políticas e religiosas de cada um.

Pode-se afirmar, portanto, que a Maçonaria é uma obra extraordinária de organização social, que, além de congregar indivíduos de raças, nacionalidades, orientações políticas e de crenças religiosas diferentes, incentiva-os a trabalhar pelo progresso próprio e pelo da humanidade em geral, arrancando-os da passividade diante da vida e dos acontecimentos do seu tempo.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

O indivíduo quando entra para a Maçonaria, ingressa em um novo agrupamento social, muito mais forte e mais amplo do que qualquer outro, tornando-se um “Irmão” de todos os maçons do mundo, que a partir daí o reconhecerão como tal pelas formas de reconhecimento secretas da ordem, e lhe prestarão apoio, incentivo, amizade, defesa e socorro em todas as suas necessidades. Esse é o segredo da força e da longevidade da Maçonaria.

Da mesma forma, cabe ressaltar que não se adaptam à ordem pessoas que não possuam consciência do seu papel social; que desejam viver exclusivamente para si mesmas e que não possuam traços de sensibilidade ao convívio fraterno.

Para sintetizar o que vimos até aqui, um dos melhores conceitos do que é Maçonaria, foi brilhantemente expressado pelo autor maçônico Manoel Arão¹:

“A Maçonaria é, pois, uma Escola de Sabedoria e de Fé; uma fonte de peregrinação para o melhor e para o perfeito, uma busca pela certeza e pela luz. Ela não é política, nem uma religião, nem uma filosofia, no sentido particularizado de todas essas coisas. Ela é tudo isso, entretanto, ao mesmo tempo; ou seja: é política sem partido; religião sem dogmas; filosofia sem conclusões obrigatórias. Ela é tudo que reúne o anseio humano de perfeição; tudo que dá asas ao intelecto e liberta da escravidão das seitas e das trevas da ignorância; é luz posta no caminho da vida para a peregrinação interminável, justamente porque busca constantemente a perfectibilidade, mesmo sabendo ser a mesma inatingível”.

OS PRINCÍPIOS GERAIS DA MAÇONARIA

De acordo com o escritor maçônico Roberto Schukste², são onze os princípios gerais que norteiam a Maçonaria hoje em dia:

01. É uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação livre e constante da verdade. E seus fins supremos são: a “*LIBERDADE, a IGUALDADE e a FRATERNIDADE*”.

02. Condena a exploração do homem, bem como os privilégios e as regalias de qualquer espécie, mas enaltece o mérito da inteligência e da virtude, bem como o valor demonstrado na prestação de serviços à Ordem, à Pátria e à Humanidade.

¹ ARÃO (1926).

² SCHUKSTE (2004, p.10).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

03. Afirma que o sectarismo político, religioso, racial e/ou étnico é incompatível com a universalidade do espírito maçônico. Combate à ignorância, a intolerância, a superstição, o fanatismo e a tirania em todas as suas formas.

04. Proclama que todos os homens são livres e iguais em direitos e obrigações; e que a tolerância e o respeito constituem os princípios cardiais nas relações humanas, para que sejam respeitadas as convicções e a dignidade de cada um.

05. Defende a plena liberdade de expressão do pensamento, como direito fundamental do ser humano, admitida a correlata responsabilidade obviamente.

06. Reconhece o trabalho como um dever social; julga-o dignificante e nobre sob qualquer das suas formas: manual, intelectual ou técnica.

07. Considera Irmãos a todos os maçons espalhados pelo orbe terrestre, quaisquer que sejam suas raças, nacionalidades ou crenças.

08. Sustenta que os maçons têm os seguintes deveres essenciais: prestar amor à família, fidelidade e devotamento à Pátria e obediência às leis.

09. Determina que os maçons estendam e liberalizem os laços fraternais que os unem, a todos os homens esparsos pela superfície da Terra.

10. Recomenda a propaganda de sua doutrina pelo exemplo; pugna pela paz universal e proscree terminantemente o recurso à força e à violência.

11. Adota sinais e emblemas de elevada significação simbólica, os quais, utilizados nos trabalhos maçônicos, também servem para os maçons como inspiração para a sua conduta no mundo profano e como forma de se reconhecerem mutuamente para se auxiliarem sempre que houver necessidade e onde quer que se encontrem.

Esse conjunto de princípios não deve ser encarado como uma mera declaração e nem foi criado para permanecer no papel. Cada novo maçom, ao ser “Iniciado” nos augustos mistérios da Ordem Maçônica, presta um juramento de cumpri-los e passa a esforçar-se no sentido de incorporá-los ao seu modo de pensar e de agir perante a sociedade onde vive.

Outro ponto que cabe ser mencionado aqui é que a grandeza da Maçonaria não reside no número de seus adeptos, pois em se tratando de uma organização com a missão única de trabalhar em prol da Humanidade, a qualidade, isto é, o caráter dos seus membros, o seu desprendimento, a sua elevação, o sentimento de fraternidade é que devem sempre prevalecer. Assim sendo, o que importa não é a quantidade, e sim a qualidade.

Também devemos salientar que nem todos os maçons são exemplos perfeitos de homens de ilibada reputação e princípios altruístas. Como todas as organizações ou agrupamentos hu-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

manos existem os bons, os não tão bons e os maus. Como costuma-se dizer: “*a Maçonaria é perfeita; os maçons, devido a sua natureza humana falha, nem sempre*”.

Assim, faço eco ao historiador Marcelo Linhares¹, quando o mesmo afirma que:

“A Franco-Maçonaria é uma associação que guarda, bem vivas, certas formas tradicionais dos ensinamentos secretos iniciáticos. O que nela domina é o ‘princípio de tolerância’: tolerância em relação às doutrinas religiosas e políticas, pois está acima e fora das rivalidades que as dividem. A Maçonaria abre os caminhos à Iniciação – isto é, ao Conhecimento – e seus símbolos dão ao maçom a possibilidade de acesso a ele. Na verdade, pode ocorrer que certos homens, depois de terem sido Iniciados, continuem ‘profanos’; mas tais exceções não devem fazer perder de vista o caráter transcendental da Maçonaria”.

Para encerrar, reproduzo as palavras de A. Campos Porto², que tão bem sintetizam a razão de existir da Maçonaria:

“O Grande Arquiteto dirige e os pedreiros cumprem as suas determinações... Chegará o dia em que tudo estará terminado; e a Humanidade poderá finalmente se abrigar sob a cúpula do Grande Templo da Fraternidade Universal!”.

COMO, ONDE E QUANDO SURTIU A MAÇONARIA?

Não existe, entre os historiadores, tanto maçônicos quanto profanos, um consenso sobre como, onde e quando surgiu a Maçonaria.

Estabelecer as origens da Maçonaria é tarefa ao mesmo tempo fácil e difícil. Fácil, se admitirmos que desde o instante em que o homem fixou entre os seus anseios, o da liberdade e do altruísmo, aí repousa o traço de luz inspirador dos primeiros Iniciados. Difícil, se quisermos estabelecer uma data precisa e um local exato para o seu surgimento³.

Evidentemente que por conta da grande escassez de documentos e/ou registros dignos de crédito, a verdadeira origem da Maçonaria perdeu-se numa espécie de penumbra histórica, o que acabou fazendo com que alguns fantasistas mais criativos, talvez pensando em engrandecê-la, inventassem histórias pouco ou nada factuais sobre os primórdios de sua existência.

Assim, há os que sugerem que a Maçonaria teve início nos primórdios da Criação, lá no Jardim do Éden, com Adão e Eva. Outras vertentes transferem o encargo a Noé e seus descendentes, que segundo afirmam, logo após o Dilúvio, precisaram reconstruir o mundo. Ou então,

¹ LINHARES (1997, p.23).

² PORTO (1957, p.46).

³ LINHARES (1997, p.33).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

que a Maçonaria surgiu na Mesopotâmia, juntamente com os Sumérios, Acadianos e Babilônios. Há ainda aqueles que pregam que os construtores da Torre de Babel eram maçons. Outros atribuem à lendária cidade perdida de Atlântida, as origens da Maçonaria. E existem também os que confundem os movimentos religiosos do Antigo Egito e dos Caldeus como sendo “trabalhos maçônicos” primitivos. E, para finalizar, aqueles que afirmam, convictos, ter sido a construção do Templo de Salomão o berço originário da Maçonaria.

Um grande número de pesquisadores afirma que os autores dos mais antigos livros da China não ignoravam o valor simbólico do Compasso e do Esquadro; assim como os escritores da Bíblia não ignoraram o valor do Prumo e do Nível. Ou então, que no Egito, o sacerdote ensinava as ciências e as artes; aos Iniciados nos antigos mistérios era dado o saber da construção e os artesãos trabalhavam sobre as suas ordens¹.

Historicamente, no entanto, nada disso pode ser comprovado.

O que existe de verdade é o fato de que a Maçonaria adota alguns princípios e conteúdos filosóficos e ritualísticos milenares, que também foram adotados por outras organizações e confrarias de construtores que a antecederam, como os “*Coleggia Fabrorum*” (Roma Antiga – séc. VI a.C.), as “*Guildas*” (Inglaterra), os “*Compagnonnage*” (França) e os “*Steinmetzen*” (Alemanha).

No arcabouço da Maçonaria é possível encontrar concepções, lendas, ensinamentos e simbolismos extraídos de diversas culturas antigas, tais como:

Hinduísmo: em diversos Ritos Maçônicos encontramos a filosofia hindu da sobrevivência da alma e do aperfeiçoamento espiritual. A Iniciação simboliza a morte do profano e o renascimento espiritual do Aprendiz, que será confiado a um Mestre, e através dos diferentes Graus, simbolicamente, por meio de mortes e ressurreições, vai visando atingir o aperfeiçoamento espiritual².

Mitologia Mesopotâmica: a Maçonaria muito auferiu do “*culto solar*” criado pelos sumérios; e da astrologia, aperfeiçoada pelos babilônios. O mito solar, surgido na Mesopotâmia, adquiriu na Maçonaria fundamental importância mística utilizada para armar a doutrina moral, espiritual e filosófica maçônica, já que a caminhada do Iniciado representa uma marcha em direção à Luz, meta transcendental dos povos antigos. O fascínio do Sol está presente em muitas esferas da mística humana. Para a Maçonaria, ele representa a luz do conhecimento, a meta do Iniciado, que caminha das trevas do Ocidente em direção à luminosidade do Oriente, onde

¹ LINHARES (1997, p.33).

² LINHARES (1997, p.41).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

o Sol nasce e de onde veio a luz das antigas civilizações¹. A civilização mesopotâmica legou ainda à Maçonaria o culto do deus Dumuzi, que foi o precursor de todas as lendas sobre os mistérios da morte e da ressurreição, podendo-se incluir entre os seus herdeiros a lenda egípcia de Osíris e a lenda grega da deusa Deméter – também conhecida como Ceres pelos romanos – e que aparece nos chamados “*Mistérios de Elêusis*”, ordem iniciática da Grécia Antiga. De tais cultos também há quem afirme que se originou, na Maçonaria, a lenda de Hiram Abif, o construtor do Templo de Jerusalém².

Mistérios Egípcios: a influência do misticismo egípcio sobre a Maçonaria, no que se refere ao culto solar e à astrologia, é similar à influência mesopotâmica. A lenda de Osíris é calcada nos mitos solares, pois segundo a mesma, Osíris foi assassinado por Set no “*17º dia do mês de Hator*”, data que marcava o começo do inverno, uma época de escassez e dificuldades. Destarte deste ponto de vista místico, a lenda mostra o Sol (Osíris) morto pelas forças das trevas (Set), para renascer posteriormente, completando um novo ciclo, também representado pelas sucessivas mortes e renascimentos dos vegetais, de acordo com a influência solar. É também de influência egípcia o hábito de se decorar o Templo Maçônico com estrelas, planetas, sol, lua e luz, o que imita, em muitos aspectos, o Templo de Luxor, que apresentava o teto todo estrelado e simbolicamente representava, como todos os templos egípcios, a imagem do mundo, com o teto representando o céu³.

Mistérios Gregos: nos “*Mistérios de Elêusis*” encontramos o culto agrário da deusa Deméter, que ensina o cultivo do trigo; e o culto da sua filha Perséfone, simbolizando as sementes que, sob a terra, permanecem durante a metade do ano frutificando, depois, durante a outra metade, sobre a mesma, fornecem alimento. Conceito que representa esotericamente a eternidade e a imortalidade, segredos que os “*Mistérios de Elêusis*” transmitiam aos Iniciados e que, sem dúvida, vieram a influenciar o terceiro Grau Maçônico. Nos “*Mistérios de Elêusis*” também encontramos algumas analogias com a Iniciação Maçônica, cujas provas representam a morte física do profano e o seu renascimento num plano superior como Aprendiz Maçom. Já a espiga de trigo como símbolo da renovação constante da vida através da imortalidade da alma, do segundo Grau Maçônico, é outro exemplo clássico da influência grega. Ainda podemos citar o estudo das ciências, da matemática; e a estrela de cinco pontas criada por Pitágoras, que na Maçonaria é conhecida como Estrela Flamígera⁴.

¹ CASTELLANI (1982, p.24).

² LINHARES (1997, p.42).

³ LINHARES (1997, p.45-47).

⁴ LINHARES (1997, p.51-54).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Mistérios Hebraicos: o próprio Templo Maçônico é uma representação do Templo de Jerusalém, construído por Salomão em 980 a.C. e que simbolicamente, tornou-se emblema para os Iniciados na Maçonaria da arte de construir o próprio templo interior, através de estudo e da prática de boas ações, da moral e dos bons costumes. Outro exemplo da influência judaica é a própria lenda de Hiram Abif, o mestre construtor que dirigiu as obras do templo, em cuja concepção surgem os três graus utilizados na Maçonaria Simbólica: Aprendiz, Companheiro e Mestre. Há também os essênios, seita judaica que remonta a antes de Cristo, e que, naquela época, já praticavam a Iniciação, vivendo uma vida de contemplação em que se valorizava o silêncio e o sigilo, motivados pela perseguição que sofriam dos tiranos da Palestina. Para ser recebido na confraria era exigido um juramento solene de observar os deveres da Ordem, que eram de *“ser absolutamente íntegro, justo e piedoso, bem servindo a Deus e nunca ferir ninguém; denunciar os mentirosos, obedecer aos anciãos, não ter segredos para com os companheiros e não revelar ensinamentos religiosos privados aos estranhos à comunidade, bem como preservar os seus escritos sagrados, mesmo com o risco da própria vida”*. Albert Mackey¹, em sua *“Encyclopaedia of Freemasonry (1874)”*, sobre os essênios declara ainda que *“eles tinham sinais particulares para se reconhecerem uns aos outros, os quais são muito análogos aos dos franco-maçons”*.

Mistérios Mitraicos: a Iniciação mitraica era secreta e o Iniciado era obrigado a um juramento de não revelar o *“arcano”* do Rito. Em alguns afrescos do Santuário de Cápua (Itália), estão representados neófitos do mitraísmo com ambos os olhos vendados e os pulsos atados. O culto exercia-se, em princípio, em templos chamados *“mitreus”*, que reproduziam o aspecto de uma gruta, símbolo do Céu. Nesses templos, se fazia uso de cerimônias misteriosas repletas de simbolismo, de natureza religiosa e moral, onde se trabalhava num sistema de progresso por graus e estágios. As criptas dos *“mitreus”* eram descritas como *“de forma retangular, com uma plataforma levantada no extremo oriental, com bancos contínuos acompanhando as paredes laterais nas alas mais compridas, para acomodar os Irmãos, e com o teto construído de forma a simbolizar o firmamento”*. Ali também era celebrado o culto solar, comemorando-se, de modo especial, o dia natalício do deus Mitra – *“Dies Natalis Invicti”* – a 25 de dezembro (o que posteriormente daria origem à comemoração do Nascimento de Cristo nesta mesma data, como forma de atrair os pagãos do mitraísmo para o Cristianismo ainda nascente)².

¹ LINHARES (1997, p. 62-65).

² LINHARES (1997, p. 68-69).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Resumindo, o que a Maçonaria fez foi adotar todos aqueles sadios princípios que eram abraçados por uma série de instituições que existiram bem antes da formação dos núcleos de trabalho que passaram à história com o nome de Maçonaria Operativa ou de Ofício.

Voltando ao tema deste capítulo, de acordo com o historiador César Vidal¹, existem cinco grandes teorias que sugerem as mais variadas explicações para o surgimento, propriamente dito, da Maçonaria. São elas:

1. A Teoria Megalítica: aponta para evidências da existência de que reuniões maçônicas já aconteciam por volta de 7100 a.C.; e refere-se aos maçons como detentores de grandes saberes astronômicos e esotéricos. De acordo com essa teoria, portanto, o saber maçônico remontaria à pré-história e foi conservado no seio das associações de sábios astrônomos que, antes do Dilúvio Universal, o teriam levado para o Oriente, onde esta peculiar explicação das origens da Maçonaria situa duas teorias posteriores que, como se pode inferir, ainda assim são bastante antigas. Trata-se das que ligam o nascimento da Maçonaria à construção do Templo de Salomão e, mais tarde, aos Cavaleiros Templários, ambas separadas entre si por nada menos do que dois mil e duzentos anos.

2) A Teoria Egípcia: remonta para uma origem da Maçonaria situada no Antigo Egito, envolvendo conhecimentos de manufatura e esoterismo. Essa teoria é de enorme interesse para o historiador, não porque mostre as verdadeiras raízes da Maçonaria, mas porque aponta para uma origem que a própria Maçonaria, através de alguns dos seus rituais, afirma possuir. Trata-se de uma origem esotérica, ligada aos cultos egípcios iniciáticos e ocultistas, assentados no seio do paganismo e impregnada de interpretações espirituais que, em muitos momentos, se chocam frontalmente com a mensagem contida na Bíblia.

3) A Teoria Iniciática: transporta a Maçonaria para as antigas sociedades iniciáticas, incluindo-se aí as religiões solares e a seita dos essênios – da qual João Batista e segundo alguns historiadores, o próprio Jesus de Nazaré fizeram parte –, descrevendo-a como uma sociedade ritualística, de cultos pagãos e esotéricos. O que, segundo o autor, explicaria o fato de que os maçons, para se protegerem das perseguições da Igreja, sempre tenham falado de modo místico. Seu caráter de religião solar era o seu maior segredo, especialmente nos países católicos na época da Inquisição. O que explica também algumas simbologias maçônicas, trechos específicos das suas cerimônias e, inclusive, o seu calendário peculiar.

4) A Teoria Templária: vincula as origens da Maçonaria aos nobres cavaleiros da ordem militar-religiosa do Templo de Jerusalém, a qual, mesmo após ter sido desfeita em 1307, con-

¹ VIDAL (2006, p.14-19).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

tinuou a ser difundida pelos chamados “Templários” através das confrarias de pedreiros a eles vinculadas. Com a instituição das Cruzadas, surgiram os monges-soldados, dentre os quais a mais célebre Ordem foi a dos Cavaleiros Templários, também conhecidos como “Pobres Cavaleiros de Cristo”, fundada em 1118 por Hugo de Payens, Godofredo de Saint Omer e outros sete companheiros. A Ordem tinha por finalidade fornecer segurança para os peregrinos que se dirigiam à Terra Santa; e por determinação de Balduíno II, Rei de Jerusalém, os seus membros se estabeleceram num palácio próximo à mesquita de *El-Aqsa*, construída sobre as ruínas do antigo Templo de Salomão. De acordo com essa teoria, a sabedoria ocultista expressa na construção do Templo do Rei Salomão teria sido descoberta no século XII pelos Cavaleiros Templários e por eles trazida para o Ocidente. No começo do século XIV, os Templários haviam acumulado tanto prestígio e dinheiro que o seu poder rivalizava com o dos reis e do próprio Papa. Entre outras propriedades, eram donos de um terço de todos os imóveis de Paris. E haviam se transformado em banco internacional, financiando as guerras e expedições dos monarcas europeus. Entre os seus devedores se encontrava o rei da França, Felipe o Belo, que precisado de dinheiro e sem condições de saldar a dívida, em 1307 viu nos Templários uma presa mais rica do que os judeus; convencendo o Papa Clemente V a extinguir a ordem e confiscar todos os seus bens. O último grão-mestre dos Cavaleiros Templários, Jacques DeMolay, foi executado em Paris em 1314, após sete anos de torturas e sem revelar os segredos da Ordem. Muitos dos monges guerreiros, entretanto, sobreviveram à perseguição; e alguns deles se refugiaram na Escócia, considerada o berço mundial da Maçonaria. Outros foram acolhidos por D. Diniz, rei de Portugal, a quem o dinheiro e os conhecimentos dos Templários serviriam para financiar e para viabilizar, nos séculos XIV, XV e XVI as grandes navegações portuguesas, cujas caravelas ostentavam como símbolo a cruz vermelha da Ordem de Cristo, nova denominação dada aos Templários por D. Diniz. A ordem dos Templários, portanto, teria sido dissolvida por um conluio papal entre Clemente V e o rei da França: Felipe, o Belo; em decorrência do qual a Maçonaria seria conclamada à luta milenar entre a Luz e as Trevas, de forma que a sua sabedoria não teria desaparecido junto com a ordem em questão, visto que alguns templários teriam sobrevivido e conservado esses conhecimentos iniciáticos – especialmente aqueles que emigraram para a Escócia em busca de refúgio, juntando-se às confrarias de pedreiros-livres que lá existiam e formando, com o passar dos séculos, a Maçonaria Operativa.

5) A Teoria Medieval: transfere as origens da Maçonaria para a Idade Média, afirmando que os maçons eram pedreiros e reuniam-se em “lojas” em razão do ofício que exerciam. Segundo essa teoria, os primeiros grupos maçônicos teriam surgido nos canteiros de obras do

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

medieval, durante a construção das grandes catedrais da Igreja Católica. Os profissionais da arte na pedra eram altamente qualificados, reunindo conhecimentos de arquitetura, engenharia, escultura, marcenaria, forja e carpintaria, entre várias outras qualificações, o que lhes garantia remuneração e tratamento privilegiados. Para defender seus interesses, os mestres construtores e pedreiros se agrupavam em grêmios que resguardavam zelosamente os saberes do seu ofício, as chamadas “*guildas*”, onde ensinavam a sua arte apenas para pessoas escolhidas. Na Inglaterra, os locais de reunião e onde os pedreiros se reuniam para descansar eram cabanas ou alojamentos, chamados “*lodges*” que, justamente por isso, no futuro acabariam dando origem à denominação de “Loja Maçônica”. Os membros desses agrupamentos trabalhistas possuíam uma série de vantagens e regalias exclusivas, mas estavam igualmente submetidos a uma regulamentação moral e ética; que posteriormente, com o fim das construções das grandes catedrais, no fim do medieval e com o ingresso de membros de outras profissões – os especulativos – foram adquirindo o formato de Maçonaria Especulativa, tal como conhecemos atualmente.

Alguns historiadores defendem que a Maçonaria já existia em 1601, teoria que afirma que o Rei James IV, cujo grande feito foi patrocinar uma criteriosa tradução da Bíblia (a famosa Bíblia do Rei James) foi feito maçom na Loja “*Scoon and Perth*”. Com efeito, o site da “*Grand Lodge of British Columbia and Yukon*” menciona uma pintura mural que mostra o rei James ajoelhado frente ao altar, em sua Iniciação, que segundo o mesmo se deu em 15 de abril de 1601¹.

Segundo outra vertente, as “Cruzadas” desempenharam importante papel na Maçonaria. Fato que se observa, segundo alegam os seus defensores, principalmente nos Altos Graus, que se acham impregnados de elementos que sugerem uma ligação entre os cruzados e os maçons.

Teoria que igualmente carece de respaldo documental e de fontes históricas que possam comprová-la. O motivo para, mesmo assim, ser aceita por muitos pesquisadores, remonta a 21 de março de 1737, quando o cavaleiro Miguel André de Ramsay, em um discurso proferido durante uma reunião maçônica plantou a suposição de que no tempo das Cruzadas, os cristãos que faziam a Guerra Santa na Palestina de lá teriam trazido a Maçonaria.

Analisemos abaixo um pequeno trecho do famoso e polêmico discurso de Ramsay:

“Temos segredos; são sinais figurativos e palavras sagradas... Eram palavras de guerra que os cruzados se davam uns aos outros para se garantirem das surpresas dos sarracenos, que se insinuavam muitas vezes entre eles, a fim de degolá-los. Do tempo das Cruzadas na Palestina, vários príncipes, senhores e cidadãos associaram-se e fizeram voto de restabelecer

¹ GUILHERME (2015, p.23).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

os Templos da Cristandade na Terra Santa e de envidar esforços para restabelecer a sua arquitetura em sua primitiva instituição. Combinaram vários sinais antigos e palavras simbólicas tiradas do fundo da Religião para se reconhecerem entre si, livrando-se assim dos infieis e sarracenos. Estes sinais e estas palavras só eram comunicados aos que prometiam solenemente e muitas vezes, aos pés do Altar, de nunca os revelar. Algum tempo depois, a nossa Ordem uniu-se intimamente com os Cavaleiros de São João de Jerusalém. Desde então, as nossas Lojas tiveram todas, o nome de Lojas de São João. [...] E os reis, príncipes e senhores, de volta da Palestina em seus Estados, neles fundaram várias Lojas”...

Entretanto, o que é mais comumente aceito nos círculos acadêmicos, tanto os maçônicos quanto os profanos, é uma origem para a Maçonaria menos fantasiosa e mais realista, dividida em três fases distintas:

1. Maçonaria Primitiva;
2. Maçonaria Operativa ou de Ofício;
3. Maçonaria Especulativa.

A MAÇONARIA PRIMITIVA

Período que abrange o conhecimento herdado do passado mais remoto da Humanidade até o advento da Maçonaria Operativa. Há quem busque nas primeiras civilizações a origem iniciática. Outros buscam no ocultismo, na magia e nas credences primitivas a origem do sistema filosófico e doutrinário. Mas o que realmente importa é que a arte do trabalho na pedra, que forma a essência simbólica e filosófica da Maçonaria contemporânea, é, na verdade, muito mais antiga do que podemos imaginar.

Milênios se passaram, civilizações inteiras floresceram e depois desapareceram. A tudo o tempo implacavelmente devorou; e a maior parte das obras criadas pelo homem acabou consumida pelo inexorável andar da “*Roda do Destino*”. Porém, das construções humanas, as que mais resistiram ao irrefreável suceder das gerações foram as obras e habitações erigidas para os seus deuses ou para guardar os seus restos mortais.

De todas as grandes civilizações do passado, o que resta são as ruínas de alguns dos seus templos e dos seus “cemitérios”. E são justamente estas edificações, inicialmente erigidas para atender à aspiração humana de poder viver eternamente, presente desde o início dos tempos na memória dos homens, que transparece o sentido metafísico da Arte Real, já que nelas o que se imprime é uma iconografia atribuída aos deuses e ao espírito, vinculada à ideia de imortalida-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

de. Com efeito, pouco resta dos monumentais palácios erigidos para o conforto dos reis e potentados humanos ou das casas onde residiram os seus construtores. Mas as ruínas dos grandes templos da antiguidade e as majestosas tumbas construídas para o sepultamento dos seus restos mortais ainda hoje se encontram pelos quatro cantos do mundo, testemunhando a magnitude da inteligência dos primitivos “maçons” daqueles tempos.

De fato, as primeiras formas de construções erigidas pelos agrupamentos humanos, depois de deixarem as cavernas, foram as palafitas, residências rústicas de madeira erguidas nas margens dos rios e grandes lagos. Em seguida, foram empregadas as pedras, primeiro em sua forma bruta; e depois trabalhadas. A edificação com pedras brutas marcaria o início da estabilidade do homem sobre a terra, pois representaria o despertar do seu sentimento gregário, marcado pela fixação permanente a um ambiente, juntamente com o desenvolvimento de ferramentas para auxiliá-lo no trabalho, assim como o advento da agricultura e da pecuária, que lhe permitiram acomodar-se em um determinado local, sem prejudicar o seu fornecimento de alimento.

Já a construção com pedras trabalhadas ou lavradas lhe deu certa identificação com o ambiente, pois a partir daquele momento o mundo em que vivia começava a impregnar-se de algo que ele era capaz de criar com as próprias mãos. Assim, a pedra sempre foi, para o homem, um objeto de estranhas propriedades. Nela, ele era capaz de sentir um imenso poder de resistência, de longa durabilidade e de relativa maleabilidade, pois além de assumir as formas produzidas pela natureza e pelas suas mãos e ferramentas, ainda parecia ser perene e capaz de resistir a todas as intempéries. Trabalhá-la, dando-lhe formas úteis e agradáveis às vistas tornou-se uma espécie de ritual, onde a mente do “pedreiro” invariavelmente associava-se à matéria que era trabalhada para criar o universo real que o cercava. Nas pedras e através delas e das formas que a elas eram dadas, se cultuavam os deuses, escreviam-se as suas leis e os seus mandamentos, eternizava-se a memória dos seus antepassados e dos seus entes queridos, assim como a beleza das formas do gênero humano. Com elas também se erguiam as muralhas que serviam de defesa e proteção contra os inimigos; sem contar que algumas espécies de pedras fizeram a riqueza de homens e reinos.

Podemos concluir então que o culto à pedra e a mística inerente ao trabalho nela impetrado sempre estiveram presentes nas tradições dos povos, desde o início dos tempos. Não é à toa que os antigos alquimistas simbolizavam numa pedra a essência da sua obra filosófica. A “*Pedra Filosofal*”, segundo eles, conteria a alma da natureza, capaz de transmutar metais simples em ouro.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Ainda a respeito da transcendência do trabalho na pedra é curioso observarmos que, pelo mundo todo, aqueles “maçons primitivos” deixaram as suas marcas de forma indelével e permanente. Em várias regiões da França, machados e outros instrumentos utilizados na arte da construção, feitos de pedra polida, foram encontrados debaixo das fundações de várias catedrais e cidades. Na ilha da Páscoa, da mesma forma, inúmeras ferramentas de pedra foram encontradas junto aos “*moais*” que se erguem como representantes vivos de uma arte milenar que consagrou à humanidade, o poder de aproximação com o Sagrado, com seus deuses e com a Infinitude Cósmica. Ainda podemos citar os exemplos de Stonehenge, na Inglaterra; as Pirâmides de Gizé, no Egito; o Templo de Angkor, no Camboja; as ruínas de Petra (a cidade entalhada em pedra da Jordânia) e as pirâmides escalonadas da Mesopotâmia e povos mesoamericanos, sem esquecer o Templo de Salomão, dentre inúmeros outros exemplos de grandiosos trabalhos executados em pedra e que foram relegados à posteridade por uma geração de “maçons primitivos” que realmente levavam a sério a mística transcendental do trabalho na pedra.

Seguindo por essa mesma linha de raciocínio, o historiador e pesquisador Nicola Aslan¹, reitera que desde os tempos do rei babilônio Hamurabi (2123 a.C. – 2081 a.C.), o trabalho, principalmente na arte da construção, mas não somente nela, tem sido organizado em corporações de ofício, comportando uma hierarquia fundamental, composta por aprendizes, companheiros e mestres. E mais tarde, tanto o Império Romano como a Idade Média, época em que floresceu a “*Corporação dos Talhadores de Pedras*”, conservaram a mesma organização profissional. É fato conhecido a existência, ainda antes da construção do Templo de Salomão, na Ásia Menor, de uma sociedade de arquitetos e construtores que detinha o privilégio de erigir edifícios públicos. Tal associação se denominava “*Fraternidade de Artesãos Dionisianos*”.

Outro exemplo de confraria de construtores da chamada “Maçonaria Primitiva” são os Colégios Romanos. Fundados por Numa Pompílio, durante o século VII a.C. Segundo Plutarco, cada um desses “colégios de arquitetos” estava incorporado a uma Legião Romana, para lhe construir fortificações e pontes em tempos de guerra; e templos e casas em tempos de paz. Segundo Leadbeater², foi desta maneira que os mistérios romanos foram levados para o Norte da Europa.

Em 43 d.C., as legiões do Imperador Cláudio conquistam a Gália. E essas legiões se faziam acompanhar de um corpo de operários que agrupavam os pedreiros, ou talhadores de

¹ ASLAN (1997, p.115).

² LEADBEATER (1968, p.13).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

pedras, formando os “*Collegia Fabrorum*”, construtores das primeiras cidades e vilas da Inglaterra, onde, mais tarde iria repousar a base da “Maçonaria Operativa”.

Tais Colégios, além de serem portadores dos ensinamentos da Arte da Construção, detinham a doutrina esotérica e filosófica derivada das lições dos Antigos Mistérios.

A tese de Krause¹ (1781 –1832), afirma que há uma identidade entre os *Collegia* (colégios) romanos desde Numa Pompílio (século 7 a.C.) até as Lojas do século XVIII. Segundo a tese de Krause, quanto à forma e organização dos *collegia* ele tece uma analogia com as Lojas maçônicas, segundo a qual:

“1. A 1ª regra era o número mínimo de 3. ‘Tres faciunt collegia’ tornou-se uma máxima da lei civil romana. Na Maçonaria, 3 Luzes constituem uma Loja.

2. O Collegium era presidido pelo Magister, auxiliado por dois Decuriones, cujas funções eram análogas às dos Vigilantes, pois cada um presidia uma seção do Collegium – ou coluna, e pelos quais as ordens do Magister (Venerável) eram passadas para os membros.

3. Havia contribuições periódicas dos membros para a manutenção do Collegium e sustentação de um fundo para auxílio a estranhos em necessidade, mas pertencentes à mesma ordem”.

Eram instituições romanas foram de fundamental atuação nas grandes conquistas dos romanos, desde o ano 500 a.C. até aproximadamente 400 d.C.

Também não existe nenhuma comprovação de que as Guildas Inglesas pudessem ser sucessoras dos *Collegia Fabrorum*, pois estes foram se extinguindo logo após os anos 500 d.C. e as Guildas começaram a ter as primeiras referências nos anos 900 d.C.

É natural perceber que o homem sempre construiu, seja com madeira ou com pedra. A prova disso são as construções egípcias que remontam a milhares de anos antes de Cristo. E sempre que há uma aglomeração de trabalhadores também é natural que haja a formação de grupos de trabalhadores. Os que controlam esses grupos precisam instruí-los e treiná-los, isso faz com que os operários sejam separados por habilidades e competências. Daí para surgir a necessidade de associação com o intuito de proteção da profissão e de ajuda mútua, como dos dionisíacos e dos *Collegia Fabrorum*, é um passo instintivo e que já vem surgindo de muitos séculos antes da era cristã.

Com o passar do tempo, outros colégios e associações de construtores foram surgindo pela Europa, dentre os quais cabe destacar:

¹ KRAUSE (1810).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Os Comancini: descendentes diretos dos antigos colégios romanos que se instalaram na Ilha Comancina, no Lago de Como, ao norte da Itália. A eles se deve a arquitetura romanesca e muito do renascimento posterior das Lojas da Europa. Apresentam marcante analogia com o Moderno Sistema Maçônico, pois eram organizados em Mestres e Discípulos sob o comando de um Grão-Mestre. Tinham sinais, toques, palavras de passe e juramentos de sigilo e fidelidade. Usavam aventais e luvas brancas. E entre os seus símbolos figuravam o Leão de Judá, o Nó de Salomão, o Esquadro, o Compasso, o Nível, o Fio do Prumo e a Rosa. A chamada Teoria Comacina, apresentada pela historiadora Lucy Baxter, sob o pseudônimo de Leader Scott¹, no livro “*The Cathedral Builders*”, de 1899, afirma basicamente que a guilda dos construtores comacinos seria uma ponte entre a antiga cultura clássica de Roma e a civilização medieval.

Corps d’Etat: que na França herdaram as mesmas artes operativas e mistérios internos e foram influenciados pelos mestres italianos.

Compagnonnage: também na França, das guildas simbólicas medievais, conhecida associação de operários franceses voltada para o auxílio mútuo durante as suas viagens. Constituídos em corporações de artífices com o fim de enfrentar as corporações patronais, as quais como já foi visto eram os mestres. Os Compagnonnage baseiam sua origem em uma lenda sobre a construção do Templo de Salomão e, posteriormente, da Catedral de Orleans.

Steinmetzen: pedreiros alemães, construtores profissionais das cidades alemãs. Usavam um sinal e um cumprimento que não podiam ser escritos e adotavam uma cerimônia de admissão secreta. Em 1275 quando do evento da continuação da construção da catedral de Estrasburgo, na Alemanha, eis que se apresenta à nossa história a organização dos Steinmetzen, que vem a significar “canteiros ou entalhadores de pedra”, capitaneados pelo arquiteto e escultor Erwin de Steinbach. Para a execução desse projeto foi convocada a Convenção de Estrasburgo, com o comparecimento de importantes arquitetos da Itália e da Alemanha.

Guildas Inglesas: derivam de três linhas de tradição: a dos celtas, que mais tarde se misturou com correntes de outras origens, como a dos Colégios Romanos e demais associações de construtores. Segundo o Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia de Nicola Aslan², guildas são associações de mutualidade formadas na Idade Média entre as corporações de operários, negociantes e outras classes. Existiram de toda espécie, sob as mais variadas denominações. Nicola Aslan cita Lionel Vibert, que diz que esta palavra parece derivar

¹ SCOTT (1899).

² ASLAN (2000).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

do alemão “*geiten*” (valer), ou do anglo-saxão “*gylsa*”, que tem o mesmo sentido.

As Guildas de pedreiros, ou maçons, eram as guildas dos talhadores de pedra, os quais tinham intensa atividade nas construções em geral, templos e fortificações. As guildas eram uma espécie de associações profissionais e tinham certas funções em cada uma das profissões. Em particular, as guildas de maçons tinham regulamentos internos, histórias inspiradas em textos bíblicos ou fatos históricos antigos e cerimônias de cunho religioso para a entrada de aprendizes de ofício. Outrossim, as guildas garantiam um suporte social importante para seus membros e sua família. Alguns historiadores afirmam que este suporte seria uma espécie de inspiração para os sistemas de previdência público ou privado. Nesse sentido, é correto afirmar que as guildas davam suporte financeiro a família do artesão falecido.

Desde o século IV quando o cristianismo foi adotado como religião oficial do Estado Romano, começaram as construções de mosteiros e igrejas, não obstante esses locais além de servirem para o recolhimento e orações também eram locais de grande saber, onde os monges se destacavam nas letras e nas ciências. O que se pode deduzir que isso foi de grande auxílio aos construtores que com eles conviviam. Muitas vezes os próprios monges eram os construtores.

Carlos Magno emitiu um documento em 779 no qual menciona uma guilda, mas no sentido de proibi-la. O motivo alegado pelas autoridades civis é que os integrantes da tal guilda se reuniam somente com o fim de beberem até se embriagarem. Já os integrantes do clero eram contra porque temiam o juramento que os seus associados faziam, afinal poderiam comprometer a sua alma caso perjurassem. No fundo o que todos temiam era a proliferação das guildas, que poderiam crescer e com a força associativa ter poder político.

No reinado de Athelstan, que foi de 924 a 927, havia um conjunto de leis chamado “Regulamento da Cidade de Londres”, que era um conjunto de Leis e regulamentos que, entre outras coisas, dizia:

“Cada mês os membros da guilda reuniam-se num banquete no qual eram discutidos seus interesses comuns; a observação dos estatutos e outras questões semelhantes, no caso de morte de um membro, cada associado devia oferecer um pedaço de bom pão para a salvação de sua alma e cantar cinquenta salmos no espaço de um mês. Todos os participantes não deviam se filiar a nenhuma outra; eram obrigados a pôr em comum as suas afeições e os seus ódios, a vingar todo insulto feito a um de seus irmãos como se fora feito a todos”.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Observa-se que esta citação remete às seguintes considerações:

O texto diz que os associados se reuniam para discutir assuntos de interesse comum, o que é bem particular de uma associação de classe; era em um banquete, ou seja, confraternizavam e isso custava dinheiro, então havia cotização; fica claro a solidariedade entre eles, além de promover a irmandade provocando que todos deveriam acertar suas divergências e protegerem-se mutuamente; e não deveriam filiar-se a outra guilda, ficando claro a exigência de lealdade.

A Carta de Bolonha: no dia 08 de agosto de 1248 foi redigido por um escrivão público os “*Statuta et Ordinamenta Societatis Magistorum Muri et Lignaminis*”, mais conhecido como os “Estatutos de Bolonha”, era a submissão da sociedade dos Mestres da Construção e da Carpintaria às leis da cidade de Bolonha. Naqueles tempos um corpo de ofício para ser reconhecido pelos, digamos assim, poderes públicos tinha a obrigação de registrar e publicar seus estatutos.

Deve-se levar em conta que um dos grandes demandantes de construções desse período, do século X e do século XI, era a Igreja. Já nos séculos XIV e XV a Maçonaria era em sua essência, composta por guildas no auge de suas atividades e já caminhavam com certo sucesso e apreço social. Neste período também houve um movimento cultural e científico que se aproximou das guildas de maçons e os influenciou decisivamente. Este movimento foi denominado de Renascimento.

Grêmios Mercantis: surgidos no século XIV como associações organizadas em consequência da efervescência do espírito das Grandes Navegações, do Mercantilismo e da Renascença, além do desenvolvimento da consciência nacional nos países da Europa. Foi nesta época que apareceram, pela primeira vez, as “Antigas Ordenanças” ou “Constituições” dos irmãos operativos, utilizadas para manter a sua unidade de espírito.

Um exemplo de que a Ordem pode ser muito mais antiga do que se imagina, remonta ao Séc. XVI, quando em 1830, na parte noroeste das fundações da ponte de Baal, sobre o rio Shannon, na cidade de Limerick, Irlanda, foi achado um esquadro antigo, em cujas inscrições, encontra-se gravada a data de 1507. Mas o que mais chama a atenção, devido ao revelador uso de analogias morais a partir de instrumentos de construção, são os dizeres destas inscrições: “*I will strive to live with love and care, upon the level, by the square*” (*Eu me esforçarei para*

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

viver com amor e cuidado, sobre o nível e pelo esquadro)¹.

Acredita-se ainda que os modos de reconhecimento praticados pelos maçons tenham as suas raízes na Idade Média, quando os maçons eram os únicos artífices com permissão para viajarem de um lugar para outro do continente europeu, utilizando a sua qualidade de membro da fraternidade como carta de apresentação e recomendação para obterem trabalho.

Tantas são as controvérsias, que com o passar do tempo acabaram surgindo variadas correntes dentro da Maçonaria. A origem mais aceita e difundida, segundo a maior parte dos historiadores é a de que a Maçonaria Moderna descende dos antigos construtores de igrejas e catedrais, unidos em corporações de ofício formadas sob a égide da Igreja na Idade Média.

Enfim, de todas as origens, lendárias ou históricas, atribuídas com tanta precipitação à Instituição Maçônica, a única passível de ser comprovada através de documentação histórica é, sem dúvida, a que liga a Maçonaria às confrarias medievais de talhadores de pedra.

A MAÇONARIA OPERATIVA

Nicola Aslan² afirma que durante os quinhentos anos compreendidos entre os Séculos V e X, as incursões bárbaras devastaram e assolaram a Inglaterra, assim como o continente europeu, não deixando, literalmente, pedra sobre pedra.

Desaparecendo a civilização romana, estabeleceu-se o que se convencionou chamar de “reinado da madeira”, visto ter sido este o único material utilizado nas construções de todo aquele período. O pedreiro tinha sido substituído pelo carpinteiro.

Ao término daquela época de regressão e perturbações constantes, a arte da construção em pedra estava completamente esquecida. Não se sabia mais onde se encontravam as boas pedreiras; ninguém mais conhecia a arte de bem talhar uma pedra; e não havia mais operários que entendessem nem mesmo dos rudimentos da escultura e da edificação.

Entretanto, a partir do séc. X, os homens voltaram a se preocupar com obras de alvenaria e, sendo a Idade Média, a idade da fé, com a construção de igrejas e mosteiros. Por isso, os primeiros operários da construção dessa nova fase formaram-se sob a direção do clero regular e secular, único depositário da cultura e da arte, naqueles tempos bárbaros.

Ainda segundo Aslan, os arquitetos que se dedicaram a esta arte tão antiga e de novo incipiente, em geral eclesiásticos, enfrentaram problemas dos mais complexos, que procuraram

¹ GUILHERME (2015, p.138).

² ASLAN (1997, p. 83-85).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

solucionar com métodos próprios e a experiência que lentamente iam adquirindo. Abobadando os prédios, resolveram o grande problema dos incêndios que continuamente destruíam os edifícios religiosos. Dos seus esforços conjugados surgiu, finalmente, a arquitetura românica ou eclesiástica. E procurando não comprometer a solidez do edifício, ao praticarem aberturas nas paredes, os mestres de obra buscaram encontrar uma solução ao problema da iluminação da nave, evitando ao mesmo tempo o excesso de luminárias provocadoras de incêndios. Como consequência desta nova técnica, surgia, em princípios do séc. XII, a arte ogival ou gótica, cujas principais características eram a preponderância dos vazios sobre os cheios, o impulso em altura ou verticalidade, as rosáceas, os vitrais e as abóbadas em ogivas.

Na estatuária, durante os séculos X e XI, quando a arte da escultura ainda engatinhava, as estátuas apresentavam-se rígidas e toscas. Tinham, segundo a expressão de Michelet, “*o aspecto sofrido como a vida, sendo feias como a morte*”. Porém, à medida que a arte evoluía e se aperfeiçoava, as formas tornavam-se cada vez mais puras e delicadas. Aos poucos, as estátuas foram readquirindo vida e beleza, “*perdendo a rigidez da morte para ganhar o esplendor da vida*”. As artes ligadas à construção expandiram-se e vicejaram nas catedrais medievais.

Na Idade Média, a construção de catedrais eclodiu por toda a Europa, principalmente e mais fortemente na França. As Catedrais passaram a ser um símbolo da força, do poder e da divindade de Cristo e por meio delas a Igreja passava a dominar pela palavra, pela via dos dogmas. Exemplos desse esplendor são as Catedrais de Chartres e de Notre Dame. Nessas e em outras catedrais o simbolismo se repetia: eram a porta de entrada para encontrar a salvação em Cristo. A igreja assumia assim, na figura de Cristo, o símbolo do mestre que ensina a todos e a disseminação da arte gótica que por um tempo colocava medo nas pessoas, passou a não mais colocar. Pois as catedrais góticas eram a porta para encontrar Cristo; e este, o caminho para se chegar a vida eterna.

As cidades eram fortalezas muradas com o centro na catedral; ao lado desta uma escola. Fora dos muros vivia o homem do campo; e dentro, o bispo, os padres, os nobres, os cavaleiros e os comerciantes. Sem esquecer que nos arredores dos muros viviam os mendigos e miseráveis que disputavam as sobras da cidade para sobreviverem, além de praticarem furtos sempre que podiam. O conhecimento partia sempre da Igreja, tendo o bispo como o responsável pelo estudo e disseminação deste.

Aqui cabe lembrar que o contato com a cultura árabe não se dava somente no Oriente Médio, pois os árabes faziam incursões na Península Ibérica, mais precisamente na Espanha; e por diversos longos períodos dominaram esse território da Europa. O trauma vivido pela soci-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

idade europeia da época foi ainda maior quando descobriram que a Europa era apenas um pequeno pedaço do mundo.

Além de não terem conseguido manter a possessão no Oriente Médio, com a perda de São João de Acre, em 1292, retornava à Europa, Marco Polo, descrevendo as maravilhas do extremo oriente, com passagens pela China, Pérsia e Indonésia, encantando a todos com as suas aventuras. Mas foi com a incursão dos Cristãos no oriente e a vinda do conhecimento para o ocidente que começaram as grandes construções com pedras, o florescimento da arte gótica. Também foi o aparecimento dos arquitetos, que passaram a projetar as construções com grandes vãos livres, muitas janelas e vitrais. O uso do arco foi uma revolução, arte dominada por poucos e que permitia agora naves com alturas de 40 a 60 metros.

O conhecimento, que proporcionou essa mudança de paradigmas na arte de construir, veio necessariamente do conhecimento da Geometria, que somente foi possível após a difusão dos estudos de Pitágoras. O Templo era construído de porções retilíneas e porções circulares, construído com o Esquadro, o Prumo e o Compasso.

Voltando ao século X, foi nessa época que houve o surgimento das confrarias leigas. Os trabalhadores que não eram monges, foram adquirindo conhecimento e cada vez mais aumentado esta mão de obra, até que começaram a se organizar nas suas próprias confrarias. Claro que sempre sob a forte influência religiosa.

Os pedreiros se reuniam para aprenderem técnicas de cantaria, os carpinteiros a trabalhar cada vez melhor a madeira, os vidraceiros a comporem vitrais cada vez mais atraentes e assim por diante. Desse ponto, a começarem a surgir as Guildas por especialidades foi um pulo.

As guildas tinham um forte apelo religioso e uma relação muito protetora na hora da morte de seus associados, tinham capelães para assistir os integrantes das guildas e seus familiares, orações pelos já falecidos, assistência aos enfermos e aos que passavam por dificuldades financeiras familiares.

Outro ponto interessante que caracterizava as guildas era a devoção a um determinado santo, ou seja, ter um santo padroeiro. Faziam associações de um santo com uma determinada atividade e o elegiam, então, como padroeiro da guilda, da profissão.

Dentro de uma guilda ninguém poderia desempenhar um ofício ao qual não estivesse ligado e se não estivesse devidamente habilitado para tal, pois existiam níveis hierárquicos. Primeiramente o candidato iniciava como Aprendiz, depois de certo tempo, conforme seu desempenho e habilidades demonstradas, passava a Oficial também chamado de Companheiro, por fim, para chegar ao grau de Mestre o companheiro devia sujeitar-se a um exame diante

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

dos dirigentes da guilda.

1. Aprendiz – O período de aprendizado durava de 3 a 13 anos, dependendo do contrato que era feito, da profissão e também se o aprendiz começava o seu aprendizado com o próprio pai. Havia um contrato que assegurava certos direitos, tanto ao mestre como ao aprendiz. O aprendiz deveria fazer tudo isso que já foi mencionado e o mestre, basicamente, tinha que lhe dar comida, abrigo, calefação e ensinar o ofício ao aprendiz.

2. Companheiro – após terminado, então, o período de aprendizado o trabalhador se tornava um companheiro e, entre outras coisas, passava agora a receber salário. O companheiro era contratado e recebia salário pago por um mestre e assim ficava dentro de um período médio de 3 anos. Os companheiros quando se sentiam desprotegidos ou em situações de abuso por parte dos mestres, como ganância destes e baixa remuneração, faziam greve. Os companheiros eram muito unidos, não só para se sustentarem e se cuidarem mutuamente, mas também na punição: quem não aderisse aos acordos feitos entre eles era odiado, maltratado e expulso.

3. Mestre – não era fácil para um companheiro tornar-se mestre. Pois na maioria dos casos era necessário pagar para tornar-se um. A maneira mais fácil para um companheiro ascender a mestre era por herança ou casando-se com a viúva de um mestre. O mestre era como um micro ou pequeno empresário dos dias de hoje, produzia e vendia diretamente o que produzia. Tinha seus aprendizes e pagava salários aos companheiros que empregava.

4. Jurados – Os jurados fiscalizavam os mestres, a produção das oficinas, o cumprimento dos regulamentos, a qualidade, a relação dos mestres com os aprendizes e companheiros, assim como presidiam os contratos e solenidades destes.

O talhador de pedra, o “*freemason*”¹, o maçom operativo, ao mesmo tempo talentoso artista e modesto artífice, ao deixar naquelas modestas catedrais espalhadas pela Europa a sua arte, a sua marca, a sua alma e seu pensamento, transformava aqueles esplêndidos monumentos de arte medieval em verdadeiros “livros de pedra”, como foram sutilmente denominados por Victor Hugo.

O Rei Athelstan, primeiro rei de toda a Inglaterra, que unificou a Inglaterra e expulsou os vikings do território inglês, protagonizou a “Lenda de York”, a partir da qual passou a ser considerado o pai da Maçonaria Inglesa, conforme menciona o “Poema Regius”, descoberto no século XIX por James Halliwell, na Inglaterra. O poema apresenta 794 linhas em rima, que conta a lenda de que a Arte Maçônica tem origem no Egito, aprendida por Euclides até chegar

¹ “*Freemason*”: expressão do inglês, cuja tradução literal significa “Pedreiro-livre” (Nota do Autor).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

ao Rei Athelstan (que subiu ao trono em 926 d.C.), trazida para a Inglaterra por Santo Albano.

Já John Locke discorda. O pai do iluminismo inglês e do empirismo, encontrou, transcreveu e comentou um antigo manuscrito com uma interessante teoria da origem da Maçonaria na Inglaterra. O filósofo inglês menciona que Pitágoras, vivendo na Grécia Magna (região que hoje é a Itália), teria supostamente viajado para a Inglaterra e fundado as primeiras lojas maçônicas, o que obviamente não possui nenhuma comprovação histórica.

Independentemente de como a Maçonaria chegou ao solo inglês, na Inglaterra, os reis da dinastia normanda, todos grandes construtores, deram o maior impulso à arte da edificação. E nos primeiros vinte anos que se seguiram à conquista da Inglaterra (1066-1086), erigiram-se naquele país quase 5.000 igrejas.

Especializados na talha da “pedra franca”, ou “*freestone*”, pedra calcária importada de Caen, na Normandia, e que se prestava admiravelmente ao delicado trabalho da escultura, os talhadores de pedra foram muito solicitados. A esta pedra, a “*freestone*”, é que eles devem a origem do seu nome: “*freestone mason*”, que por abreviatura, tornou-se “*freemason*” (pedreiro-livre) no inglês e, posteriormente, por tradução, “*franc-maçõn*” em francês.

As Lojas, alpendres cobertos de palha ou de telhas, permitiam que os talhadores de pedra continuassem com o seu labor mesmo durante o mau tempo. Destinadas ao trabalho, às refeições, ao descanso e também às discussões sobre os problemas da profissão, nelas não se podia passar a noite.

O Aprendiz fazia um aprendizado de sete anos antes de se tornar Companheiro, ou seja, um trabalhador qualificado, mestre em seu ofício, que podia contratar pedreiros a fim de realizarem, sob a sua direção, trabalhos de profissão. Também chamados “Mestres Maçons”, os mestres da obra eram os arquitetos encarregados da construção de um edifício de grandes proporções; os que solucionavam todos os problemas técnicos à medida que surgiam. A eles devemos os maravilhosos monumentos arquitetônicos medievais.

Todavia, ao lado da corporação profissional, existia a “Confraria”. Colocada sob a invocação de um santo, ela tratava da parte social, que consistia, geralmente, de procissões solenes, missas, preces, visto que a religião dominava por inteiro a vida social durante a Idade Média, encarregando-se também das beneficências e dos banquetes comemorativos. Mais tarde, a “Confraria” desempenharia um papel da maior transcendência na evolução e na transformação histórica da Maçonaria.

Outra vertente de historiadores e pesquisadores afirma que a Maçonaria Operativa teve a sua origem a partir do século XII, quando a categoria dos “*freemasons*”, maçons operativos,

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

começou a se organizar de fato. Com esta coesão, os pedreiros especialistas desligaram-se dos seus senhores e as confrarias, a partir do século XIII, tornaram-se bem mais evidentes.

Eis algumas delas:

1220 – Corporações de Pedreiros de Londres;

1356 – Companhia dos Maçons de Londres;

1364 – Companhias a *Libré* (espécie de organização sindical primitiva que exigia a associação de todos os operários que exercessem o ofício em Londres).

Seguindo pela mesma linha de pensamento o historiador Márcio Antônio Silva Pontes¹, por sua vez, alega que a origem da Maçonaria Operativa localiza-se nas remotas corporações de ofício dos pedreiros da Idade Média do final do século XIV. Segundo o mencionado autor, naquela época, não havia escolas capazes de ensinar as técnicas da construção em pedra, utilizadas principalmente para a construção das catedrais. Somente nas corporações, também chamadas “guildas”, aprendizes e mestres dividiam a ciência do talhe e se reuniam após o expediente para discutirem o andamento das obras e defenderem a sua profissão, como em um sindicato. Levavam às reuniões os instrumentos de trabalho utilizados na composição dos projetos arquitetônicos – como o esquadro e o compasso que se tornariam os símbolos da Ordem -, ou na atividade braçal – avental, régua, malho e cinzel. Assim surgia a “Maçonaria Operativa”, mais intimamente preocupada com coisas práticas e restritas ao ofício.

O pesquisador e historiador João Guilherme² sintetiza esse momento da História:

“A maior parte da Europa medieval era rural e o feudo sua expressão prática, uma sociedade baseada em relações de fidelidade entre lordes, vassallos, camponeses e artífices. Os artífices de diversos ofícios eram presos ao feudo, porque eram praticamente parte do acervo ativo do senhor da terra. Eles não tinham permissão para viajar: nasceu lavrador, iria morrer lavrador; nasceu sapateiro, iria morrer sapateiro”.

“Mas os pedreiros-livres, os criadores dos monumentos mais visíveis que a Idade Média nos legou, eram exceção a essa regra. Pela própria natureza do seu ofício, acabada a obra, era natural que migrassem para onde houvesse possibilidade de voltar a trabalhar. Então, de suas necessidades nasceu um sistema que lhes permitia, ao viajar, serem reconhecidos como tal. Portanto, mesmo analfabetos, os pedreiros-livres aprendiam não apenas dentro de sua oficina, mas também ao conhecer novos lugares e neles, novas técnicas, sabendo-se amparados de alguma forma, mesmo quando viajavam”.

¹ PONTES (2010, p.11).

² GUILHERME (2015, p.61).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

“Mais ainda, o sistema que criaram organizava a construção, pagava a cada obreiro de acordo com sua capacitação e permitia que eles fossem reconhecidos como tal em outros lugares. Assim nasceram os toques manuais indicativos de sua condição profissional. Esses toques diriam, ao potencial empregador, se o candidato ao emprego ainda era aprendiz, se ‘journeyman’ (diarista, isto é, o pedreiro que completou seu aprendizado, que poderia trabalhar por empreitada, mas ainda não era um mestre) ou mestre do ofício. No fechado ambiente medieval, os mestres tinham tanto prestígio que eram considerados homens livres”.

Ainda sobre os maçons ingleses, Mac-Roy¹ é taxativo quando diz que:

“Não se pode fixar a época exata da introdução da Maçonaria na Inglaterra ou Bretanha. Todas as histórias são consentâneas de que sua introdução se iniciou na primeira parte do século III e foi levada ali por numerosos grupos de artesãos trabalhadores que peregrinavam por todos os lugares do país onde poderiam necessitar de seus serviços”.

“Já a primeira organização de Maçons, como corpo especial, ocorreu no ano trezentos, sob a proteção do Imperador Carausio, que concedeu muitos privilégios aos Maçons, lhes dando uma Constituição, e nomeou Albano, distinto general romano, Grão-Mestre da Ordem. Sob os auspícios de Carausio, trabalhou o Grão-Mestre com zelo pela prosperidade da Fraternidade, celebrando as reuniões anuais, concluindo os seus Estatutos, revisando os Rituais da Ordem e procurando, para os Irmãos, empregos e aumento de salários”.

Destarte, há uma forte tendência, quase de consenso geral, de que os “freemasons” ou “pedreiros-livres” passaram a ser assim chamados por volta do ano 1350, quando a expressão passou a ser utilizada para distinguir os pedreiros que trabalhavam a pedra ornamental dos trabalhadores rudes – os “roughmasons” ou escavadores ingleses, que somente as extraíam das pedreiras em sua forma bruta. E também como uma forma de independência desses maçons operativos em relação aos membros de outras corporações de ofício, como uma espécie de “autonomia sindical”, haja vista que os “freemasons” mantinham privilégios especiais inerentes aos construtores de catedrais, como o apoio e a proteção da Igreja Católica; a isenção no cumprimento dos estatutos e dos éditos locais; a concessão das “franquias” ou dos “salvo-condutos”, que eram autorizações especiais para poderem ultrapassar livremente as fronteiras entre os reinos e países, sempre que desejassem, tanto em períodos de paz como nos de guerra.

Igualmente sobre o período conhecido como “Maçonaria Operativa”, o historiador Paul Naudon² esclarece que:

¹ MAC-ROY (in: LINHARES, 1997, p.80).

² NAUDON (1968, Capa).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

“A Franco-Maçonaria de ofício nunca foi puramente operativa. Às finalidades profissionais, acrescentavam-se preocupações especulativas. A principal era de ordem religiosa. A primeira solidariedade, entre oficiais do mesmo ofício, foi uma solidariedade de culto. Assim, como entre os antigos, cada ‘collegia’ tinha seu Deus, de modo que a partir do Cristianismo, cada ofício tinha o seu santo padroeiro; e a sede da confraria era geralmente uma igreja ou uma capela”.

Da mesma forma, não existia, entre os maçons operativos, nem anticlericalismo e nem racionalismo de qualquer espécie. O maçom medieval era religioso e a maioria professava o catolicismo, como, aliás, todo mundo, já que era uma obrigação naqueles tempos.

Retrocedendo um pouco, a fim de traçarmos uma linha temporal da Maçonaria Operativa, no século VI, em Bizâncio, foi que as confrarias de artesãos encontraram a sua primeira grande oportunidade para expressarem o seu gênio artístico. A “*Catedral de Santa Sofia*” foi erguida entre 532 e 537 d.C. Ali se formou uma linguagem artística em que, pela primeira vez, predominavam símbolos na arquitetura e decoração de um templo cristão.

Em 557, o Papa Gregório I enviou para a Inglaterra 40 monges beneditinos, chefiados por Frei Agostinho, com a missão de converter os anglo-saxões que dominavam aquele país. Frei Agostinho foi um célebre arquiteto, tendo sido o construtor da basílica de pedra de Canterbury, tornando-se o seu primeiro arcebispo. Segundo alguns historiadores, frei Agostinho foi o segundo Grão-Mestre da Confraria dos Maçons da Inglaterra, de 577 d.C. até sua morte.

Em 614, o papa Bonifácio IV outorgou aos maçons regalias e monopólios que os liberavam de todos os estatutos locais, éditos reais, ou qualquer outra obrigação imposta pelos países aonde fossem viver e trabalhar¹.

Em 627, a basílica de pedra de Santo Agostinho deu origem à famosa “*Catedral de Canterbury*”. Para tanto, foi preciso trazer pedreiros e vidraceiros do continente, de cidades como York, em 627; e de Winchester, em 635 d.C.

Em 876, na cidade alemã de Magdeburg, foram iniciadas grandes construções. As “Abadias Carolíngias” da Alemanha foram sementeiras de construtores e estabeleceram uma ponte cultural entre o Oriente e o Ocidente, o que muito contribuiu para a evolução da Maçonaria Operativa da época.

E no ano de 926 d.C. subiu ao trono da Inglaterra, o rei Athelstan, que não só amava a Maçonaria, como incentivava os maçons a trabalharem pela grandeza da Ordem. Athelstan se fez Iniciar na Ordem, concedendo importantes facilidades aos labores dos seus novos Irmãos.

¹ COLINON (1954, p.17).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

O seu filho Edwin, após passar por todas as etapas da Iniciação Maçônica, tornou-se geômetra e mestre de obras, sendo eleito Grão-Mestre quando foi fundada a primeira Loja em York. Na Assembleia, realizada em 926, quando foram trazidos e apresentados todos os anais e documentos existentes sobre a Ordem, em grego, em latim, em francês e em outros idiomas, foram instituídos os Regulamentos e Ordenações daquela Loja. Na condição de Grão-Mestre, Edwin ainda escolheu três símbolos, como elementos básicos da Ordem: um Esquadro em ouro; um Compasso de prata, com pontas de ouro; e uma Trolha de prata¹. Esses símbolos ainda são usados na Maçonaria contemporânea, embora os materiais de que são compostos sejam bem mais simples atualmente.

E então começou o período áureo da “Maçonaria Operativa” com a construção das grandes catedrais europeias. O período máximo da construção de monumentos e catedrais estende-se de 1050 a 1350 d.C. Na França, foram edificadas 80 catedrais, 500 grandes igrejas e algumas dezenas de milhares de igrejazinhas paroquiais. Na Inglaterra, foram construídas cerca de 5.000 igrejas, mosteiros, catedrais e abadias. Apenas durante o reinado de Henrique II (1154-1189) foram erigidas na Inglaterra 157 abadias, priorados e igrejas. Foi também neste período que surgiu a arquitetura gótica, que sucedeu a românica.

Com efeito, desde 1176 d.C. houve grande atividade construtora na Inglaterra. Em Londres, naquele ano tiveram início os trabalhos para a construção da “Ponte de Londres” por certa “sociedade de pedreiros”, a mesma que, em 1221 d.C. assumiria as obras de construção da “Abadia de Westminster”.

Numa bela citação, o historiador francês Maurice Vieux², resume este período:

“Durante três séculos, os mestres-de-obras maçons iriam lançar, em direção aos Céus, a imensa súplica materializada pelos campanários das magníficas catedrais”.

Por tudo isso, hoje em dia ninguém mais discorda que todas as grandes catedrais da Europa tenham sido erigidas por companhias e/ou guildas itinerantes de maçons operativos, sob a direção de uma organização sistemática, zelosa dos seus segredos, fraternal e de assistência mútua entre os seus membros.

Desde o século XII com a consolidação das guildas, começaram a surgir as associações de artesões, onde conforme o interesse das cidades e o objetivo delas, tinham mais ou menos privilégios. Aí é que aparecem os Ofícios Francos ou a Franco-Maçonaria, com um privilégio bem particular: o de ter a liberdade de locomoção.

¹ LINHARES (1997, p.82).

² VIEUX (1975, p.08).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Em 1180 d.C. o Rei Henrique I, da Inglaterra, concedeu às Confrarias novos privilégios, por julgar que eram merecedoras de tais favores, sendo seguido por outros soberanos europeus como Felipe-Augusto, Luís VIII e Felipe III.

Nas construções maiores o Mestre, que era o Mestre-Maçom, não se envolvia em situações menores, pois ele era o arquiteto, o superintendente, o responsável pela construção e era tratado de forma diferenciada, era comum que recebesse casa e suprimentos pessoais. Ele que resolvia os problemas nas edificações que necessitavam de um entendido com capacidade de solucionar.

O Mestre tinha sua moradia junto a obra e estabelecia a Loja de onde comandava os companheiros, aprendizes e todos os artesões que formavam uma pequena população em torno da construção. Mantinham o juramento de jamais revelar o que ouvia ou se fazia na Loja em que se havia trabalhado, devendo sempre manter os segredos dos companheiros maçons. Era sua obrigação caso visse um companheiro desempenhado mal seu labor, ajudá-lo prontamente, a fim de que a obra não fosse posta em perigo. E, da mesma forma, dever-se-ia ajudar a outro companheiro caso se encontrasse em desgraça ou em estado de miséria.

Já o Aprendiz-Maçom iniciava seu aprendizado como qualquer aprendiz, de qualquer outro ofício, e esse começo claro era como um talhador de pedra. Pouco se sabe sobre como era o dia a dia dos aprendizes nas construções, porque há pouca referência sobre eles nos registros das construções.

A especialização dos pedreiros chegou num ponto, então, que houve a necessidade de se criarem regras e estatutos para regulamentar as relações de trabalho, dando obrigações e direitos, tanto aos contratantes como aos contratados.

E em 1356 emergia uma Guilda chamada Companhia dos Maçons de Londres, considerada uma das ancestrais diretas da Franco-Maçonaria. Depois de devidamente autorizada e registrada, os associados passaram a ter direitos e vantagens que chamou a atenção de muitos: Trânsito Livre, Liberdade de Reunião e a Isenção de Impostos. Muito provavelmente esses direitos chamaram a atenção de não pedreiros que tiveram o desejo de participar dessa associação, o que tempos mais tarde culminaria com a Maçonaria Especulativa.

Assim, com a Reforma Protestante de um lado e a Renascença do outro, pôs-se um ponto final à construção das majestosas catedrais góticas e das monumentais abadias. Mais simples e menos dispendioso, o estilo renascentista substituiria, vantajosamente, o complicado estilo ogival. E desta forma, a gloriosa Corporação dos Talhadores de Pedra acabou perdendo os seus melhores clientes e os seus privilégios, entrando em franca decadência.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Thiago Werneck Gonçalves¹ confirma que, com o advento dos séculos XVI e XVII, quando o florescimento do antropocentrismo, a expansão comercial e o surgimento do Renascimento desestruturaram o universo medieval, a Maçonaria também se modificou. As construções de catedrais chegaram ao seu final e os maçons ocuparam-se, preferencialmente, com a construção de edifícios profanos.

Para piorar, o surgimento das primeiras Universidades de Arquitetura e a divulgação pública dos conhecimentos da arte da construção igualmente contribuíram para que uma drástica mudança ocorresse nas antigas confrarias de pedreiros-livres operativas, passando as mesmas a aceitarem entre os seus membros, profissionais de outras profissões, alheios à arte da construção, dando origem ao que conhecemos atualmente por Maçonaria Especulativa.

E foi assim que, nas palavras de Nicola Aslan²:

“[...] numa tentativa de resistência à inevitável ruína que desde fins do séc. XVI consumia as Lojas Operativas, a Confraria abriu as suas portas aos Maçons Aceitos, que ingressaram na fraternidade como protetores, honorários ou especulativos. Estes novos membros fortaleciam os quadros da Confraria e mantinham, ao mesmo tempo, a sua caixa de socorros. Em certa época, que pode ser situada em fins do século XVI, estas confrarias abriram as portas a outras categorias profissionais vinculadas à construção e, posteriormente, também a estranhos. Estes “maçons aceitos”, como foram denominados, tendo ficado em maioria, em vista da decadência do ofício de talhador de pedra, motivado pela evolução da arte de edificação, o surgimento das primeiras faculdades de arquitetura, e os adventos da Reforma e da Renascença, a fim de evitar o completo desaparecimento de uma organização patrocinada pelos talhadores para a prestação de serviços sociais e de socorros mútuos, resolveram transformar a fraternidade, emprestando-lhe o cunho, o aspecto e a organização que ainda ostenta na atualidade, embora sejam conservadas muitas das suas características medievais”.

A MAÇONARIA ESPECULATIVA

A Maçonaria moderna (comumente conhecida por “*Especulativa*”) oficialmente teve sua fundação em 1717, em Londres, aproveitando-se do arcabouço e do sistema de segredo usados pelas confrarias de pedreiros do medievo, instituidoras da chamada “Maçonaria Operativa”.

A transformação de uma organização de ofício medieval de artesãos habilidosos em uma

¹ GONÇALVES (2012, p.31).

² ASLAN (1997, p. 115).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

espécie de clube filosófico para cavalheiros, concatenou-se à emergência do movimento iluminista, quando a ruptura com a tradição, o surgimento das ideias de progresso e liberdade, de irmandade e igualdade, de tolerância e razão, bem como a valorização do indivíduo se viram, aos poucos, sendo incorporadas ao ideário maçônico, em uma harmônica fusão entre influências medievais, renascentistas e iluministas.

Essa transformação da “Maçonaria de Ofício” em “Maçonaria Especulativa” provocaria profundas mudanças nas antigas corporações. Estabelecia-se agora uma instituição educativa, filantrópica, filosófica, social humanitária e progressista, cujo lema seria: “*Ciência, Trabalho e Justiça*”. Ou seja, a Maçonaria trabalharia “*para o melhoramento intelectual, moral e social da humanidade*” por meio da livre investigação da verdade e prática das virtudes, sem distinguir religião, raça ou nacionalidade.

Os “maçons aceitos”, tal como ficaram conhecidos, eram neófitos na maioria das vezes estranhos ao exercício da profissão de construtores ou pedreiros. Suas incorporações visavam à manutenção dos privilégios adquiridos pela associação. Foram assim sendo incorporados às Lojas arquitetos, príncipes, reis, nobres de toda estirpe e bispos. E a Instituição Maçônica se tornou um espaço de especulação, no sentido do debate e de discussão sobre ciência e política (por isso, o termo “*Maçonaria Especulativa*”).

O marco de 1717 para o surgimento da Maçonaria Especulativa se deu porque foi neste momento que surgiu pela primeira vez uma potência maçônica, congregando quatro Lojas. Mas hoje em dia já é de conhecimento geral que muito antes de 1717, maçons especulativos passaram a ser aceitos em diversas Lojas Maçônicas inglesas, irlandesas e escocesas.

Conforme Nicola Aslan¹, os velhos registros da “*Venerável Companhia dos Maçons da Cidade de Londres*”, o mais antigo dos quais data de 1619, nos informam que já naquela época vários membros da Companhia se reuniam com outras pessoas estranhas à profissão, formando uma sociedade à parte, chamada “Aceitação”.

Sabe-se também que, ao ingressarem na “Aceitação”, os membros da Companhia pagavam uma joia de §1, ao passo que os estranhos de §2. Thomas Moore, em 1648 e Richard Heneden, em 1650, pagaram cada um, a importância de §10, enquanto Andrew Merwin, Vigilante da Companhia dos Maçons, pagava apenas §1 para entrar na “Aceitação”.

Embora a existência da “Aceitação” possa ser comprovada de 1619 a 1678, ninguém sabe ao certo o que se passava em suas reuniões. Delas fizeram parte: nobres, proprietários de terras, oficiais e eclesiásticos. Eram protetores naturais dos Talhadores de Pedra.

¹ ASLAN (1997, p.85-86).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Mas, a partir de 1660 d.C. dela passaram a fazer parte também, poetas, letrados, naturalistas, médicos, arqueólogos, etc.

O grande incêndio de 1666, que destruiu dois quintos de Londres, embora galvanizasse, momentaneamente, as moribundas Lojas de Talhadores de Pedras, fez, contudo, que elas perdessem os privilégios do Ofício, desfrutados desde a Idade Média. Ou seja, após o grande incêndio de 1666, Londres precisou ser reconstruída, mas desta vez, com pedra e alvenaria ao invés de madeira e estuque. A grande demanda por pedreiros e o surgimento das Universidades fez crescer o status da profissão e despertou o interesse do público em geral pelo ofício, que aos poucos foi se difundindo e deixando de ser privativo das guildas e corporações. Por consequência, a própria Maçonaria Operativa entrou em um período de estagnação geral. E a saída foi abrir a sociedade para membros não operativos, os ditos “especulativos”.

Necessários naquela época de estagnação, a fim de assegurar a continuidade da difícil e categorizada mão de obra dos talhadores de pedra, tais privilégios se tornavam prejudiciais à sociedade na era de progresso que se seguiu à Renascença. Assim, ao passo que as Lojas Operativas dos *'freemasons'* ingleses entravam em decadência, a “Fraternidade dos Maçons Aceitos”, que em época ainda indeterminada se tinha separado da “Venerável Companhia de Maçons Operativos de Londres”, continuava a sua trajetória e mantinha viva a tradição de mútuos socorros da Confraria e de proteção aos irmãos, durante as viagens que faziam por todo o país.

Sabe-se, entretanto, que o primeiro maçom aceito na Escócia foi o proprietário de terras John Boswell, morador de Auchinleck, recebido na Loja “Saint Mary’s Chapell”, em Edimburgo, a 08 de junho de 1600. Há registros posteriores de que o próprio rei James VI, da Escócia, fora feito *Aprendiz* e *Companheiro* na Loja “*Scoon and Perth*”, em 15 de abril de 1601, o mesmo que mais tarde viria a ser conhecido como James I, primeiro rei do Reino Unido da Inglaterra e Escócia, em 1603; o que significa que, antes mesmo de ser coroado em Londres, o Rei James já tinha sido feito maçom em Edimburgo. Já o primeiro maçom aceito de origem inglesa foi o sábio, antiquário e ocultista inglês Elias Ashmole (1617-1692), a 16 de outubro de 1646 d.C. numa Loja Maçônica de Lacashire, em Washington.

Acredita-se, porém, que antes disso, a primeira Iniciação maçônica não operativa em solo inglês tenha sido a de Sir Robert Moray, em 16 de maio de 1641, que foi “Iniciado” na Loja “Saint Mary’s Chapell”. Moray era intendente geral do exército escocês e seria o futuro homem-chave da restauração da monarquia inglesa, bem como foi o primeiro presidente da “*Royal Society*”.

E então, pelas mãos de Elias Ashmole, a partir de 1646, muitos outros foram recebidos

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

com o título de “maçons aceitos”, nesta fase de transição da Maçonaria Operativa para a Especulativa, dentre os quais cabe ressaltar: James Anderson, Theophile Desaguiliers, George Payne e King Calwert, que iriam operar uma profunda transformação na Maçonaria da época.

Todavia, é de consenso quase geral (quase, pois sempre há os que discordam) entre os historiadores e pesquisadores que a “Moderna Maçonaria”, tal como conhecemos hoje, teve a sua origem oficial na Inglaterra, em 24 de junho de 1717, com a fundação da primeira Grande Loja Maçônica da História.

A GRANDE LOJA DE LONDRES

Com o término da Idade Média, abriu-se para o mundo uma nova era, em que se ia, crescentemente, afirmando um novo conceito civil de sociedade e dos valores humanos a ela inerentes, consolidando-se uma nova filosofia política e social, livre de todos os absolutismos e cuja meta principal era libertar o pensamento dos limites a que o mesmo se via sujeito.

E a corporação dos pedreiros-livres, naturalmente e de uma forma especial, também se viu afetada por essas mudanças, visto que havia findado o ciclo de construção das grandes catedrais, por imperativo da revolução religiosa luterana.

Foi na segunda edição do “*Livro das Constituições*”, lançada em 1738, que o reverendo presbiteriano James Anderson¹ forneceu as primeiras informações sobre o mais significativo acontecimento da Maçonaria Especulativa, com as seguintes palavras:

“A 20 de setembro de 1714, o Rei Jorge fez em Londres magnífica entrada. Após o fim da rebelião, em 1717, as poucas Lojas de Londres, julgando-se negligenciadas por Sir Christopher Wren, pensaram ser oportuno fusionar sob a autoridade de um Grão-Mestre, como centro de união e harmonia; eis as Lojas que assim se encontravam:

1º - A da ‘Cervejaria do Ganso e da Grelha’, no pátio da Igreja de São Paulo.

2º - A da ‘Cervejaria da Coroa’, em Parker’s Lane, próxima à Drury’s Lane.

3º - A da ‘Taberna da Macieira’, em Charles Street, em Convent Garden.

4º - A da ‘Taberna da Taça e das Uvas’, em Channel Row, em Westminster.

Seus membros e antigos irmãos reuniram-se na Macieira, e em seguida, tendo designado para presidir o mais antigo Mestre Maçom, constituíram-se em uma Grande Loja ‘pro tempore’, na devida forma, reconstituindo logo a Reunião Trimestral dos Oficiais das Lojas (chamada Grande Loja); depois decidiram manter a Assembleia Anual e a Festa, escolhendo

¹ (ANDERSON, 1738).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

entre si, naquela ocasião, um Grão-Mestre, até conseguirem a honra de serem dirigidos por um irmão nobre.

Em consequência do dia de São João Batista, durante o terceiro ano do reinado do Rei Jorge I (Ano Dei 1717), a Assembleia e a Festa dos Maçons Livres e Aceitos realizaram-se na Cervejaria do Ganso e da Grelha supracitada.

Antes do jantar, o mais antigo Mestre Maçom (isto é, o Mestre de uma das Lojas) que presidia, propôs uma lista de candidatos convenientes. Os irmãos presentes, levantando as mãos, designaram Mr. Anthony Sayer, gentleman, como Grão-Mestre dos Maçons; Capitão Joseph Elliot e Mr. Jacob Lamball, como Grandes Vigilantes, os quais foram investidos imediatamente, pelo citado mais antigo Mestre, com as insígnias do ofício e do poder, e instalados; foram em seguida devidamente felicitados pela Assembleia que lhes rendeu homenagem.

O Grão-Mestre Sayer ordenou aos Mestres e aos Vigilantes das Lojas que se reunissem em Sessão com os Grandes Oficiais, todos os trimestres, no lugar indicado pelo convite que lhes chegaria às mãos por intermédio do Cobridor da Loja”.

Nicola Aslan¹, por sua vez relata que existiam em Londres, em 1717, quatro Lojas que celebravam as suas reuniões em tabernas e cervejarias. Numa reunião preparatória, realizada na “Taberna da Macieira”, as quatro Lojas resolveram criar a Grande Loja de Londres, a qual posteriormente, quando se expandiu para fora do perímetro urbano londrino, passaria a chamar-se “Grande Loja da Inglaterra”.

A reunião de 24 de junho de 1717, da qual resultou a fundação da “Grande Loja”, teve lugar na “Cervejaria do Ganso e da Grelha”.

O prédio em que funcionou a Grande Loja foi demolido em 1896. Por cima da porta ostentava uma tabuleta representando um ganso e uma grelha, que atualmente se encontra no “Guildhall Museum”. No térreo havia um bar. Uma escadaria em espiral ligava-o ao primeiro andar, todo tomado por uma grande sala iluminada por quatro janelas. A banalidade daquele ambiente impressionava os maçons que o visitavam.

Durante os séculos XVII e XVIII, a taberna era uma hospedaria na qual se reuniam pessoas de todas as categorias, principalmente porque era fácil de entrar em contato com outras pessoas, estabelecendo relações, trocando ideias e tomando conhecimento das notícias do dia.

As Lojas Maçônicas do período primitivo reuniam-se em tabernas e cervejarias, não somente por serem elas os lugares habituais das reuniões sociais, mas também porque nelas se tornava muito mais fácil a organização dos banquetes fraternais periódicos, banquetes que

¹ ASLAN (1997, p.86-89).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

também constituíam parte essencial do cerimonial na recepção de novos membros. As Lojas eram designadas pelo nome do local em que se reuniam por não terem, naquela época, títulos distintivos como agora. Tinham um corpo de doutrinas básicas, cujas ideia-força eram a Moral e a Fraternidade e cujo principal objetivo era tornar feliz a humanidade pelo amor às virtudes, pelo aperfeiçoamento dos costumes, pela tolerância, pela igualdade e pelo irrestrito respeito à liberdade dos povos. Sua forma característica de ação passou a ser o ensinamento individual aos seus Iniciados, de preceitos morais, sociais e filosóficos, velados por alegorias e ilustrados por uma vasta simbologia.

Em 1721, as quatro Lojas iniciais já eram 16, subindo rapidamente para 30 em 1723. Em 1725, já contabilizavam 64 e em 1733, o número de Lojas sob jurisdição da Grande Loja da Inglaterra subia para 102. E em 1966, só na cidade de Londres funcionavam 1.679 Lojas Maçônicas.

Em menos de meio século, a Maçonaria Moderna já se havia expandido pelo mundo. Ela encontrava-se agora, além da Inglaterra, Irlanda e Escócia, na França, na Holanda, na Prússia, na Itália, na Alemanha, em Portugal, na Espanha, nos Estados Unidos da América, no México, no Império português do Brasil e nos demais países que até então compunham a América Espanhola.

A MAÇONARIA E O ILUMINISMO

Os séculos XVII e XVIII, em que lentamente foi gerada a Maçonaria Moderna, são dos mais fascinantes da História do Ocidente. Séculos de crises econômicas, guerras sangrentas (como a Guerra dos Trinta Anos entre 1615 e 1645), de rebeliões populares e revoluções (como a Revolução Inglesa de 1640 e a Revolução Francesa de 1789) e de Independências Nacionais (como a Independência dos EUA, do México e das colônias Latino-Americanas).

Séculos de transição, onde ocorreria uma importante mudança de paradigmas e nasceria uma nova ciência. Superado o velho paradigma estático e dogmático medieval, fundamentado em Aristóteles e São Tomás de Aquino, subordinando a busca da verdade filosófica e científica à autoridade dos teólogos, e, depois de um breve interregno marcado pela predominância do paradigma hermético do Renascimento que deixaria, aliás, impressa sua marca na Maçonaria, nasceria, com Descartes e Newton, um novo paradigma, dinâmico e antidogmático, em que a Razão e a Experiência seriam reconhecidas como os únicos caminhos válidos para se chegar a um conhecimento autêntico e útil.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Entretanto, o nascimento do novo não implica no imediato desaparecimento do velho. E o século XVII seria então iluminado simultaneamente pelas novas luzes da Razão e pelo brilho sinistro das fogueiras em que eram queimadas as pessoas acusadas de bruxaria.

Nunca é demais lembrar que a epidemia de caça às bruxas que assolou a Europa não foi um fenômeno medieval, mas sim um triste episódio da modernidade nascente. Essa ambiguidade está presente até mesmo nos pais fundadores da Ciência Moderna. Descartes procura entrar em contato com os misteriosos Rosacruzes; enquanto Newton se dedica à alquimia, ao estudo de profecias bíblicas e, possivelmente, a práticas de magia.

Herdeira de tal período, é natural que a Maçonaria apresentasse também uma dupla face: uma das quais voltada para o passado, cujas veneráveis heranças recolhia, conservava e transmitia; e outra voltada para o presente e o futuro, que a levaria a assumir um papel de vanguarda. Assim, atuaria como um importante canal difusor do Iluminismo ou Filosofia das Luzes, corrente de pensamento que inspirou e mesmo ajudou a preparar as revoluções de cunho liberal e democrático dos séculos XVIII e XIX.

Na esteira da Revolução Científica, uma plêiade de filósofos, dentre os quais destacam-se o inglês John Locke e os franceses Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot e Condorcet, desenvolveria uma nova concepção do mundo, do homem e da sociedade baseada na primazia da Razão e da Experiência como fontes do conhecimento, assim como na crença no progresso e na perfectibilidade do ser humano.

Os iluministas criticariam os abusos de poder das monarquias absolutas e das autoridades religiosas e estabeleceriam os fundamentos ideológicos das modernas sociedades liberais, democráticas e republicanas. Lutariam ainda pelo respeito às liberdades civis, pela tolerância religiosa e pela separação entre a Igreja e o Estado. E inspirariam um movimento de reformas por parte de alguns monarcas e ministros do século XVIII que se mostrariam receptivos às novas ideias, fenômeno conhecido por “Despotismo Esclarecido”.

Foram déspotas esclarecidos: Catarina II, a Grande (Rússia), o maçom Frederico II, o Grande (Prússia), José II (Áustria), e os ministros Aranda, Floridablanca e Campomanes (Espanha) e ainda Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (Portugal), igualmente maçons.

O Iluminismo forneceria ainda o alicerce ideológico para uma série de movimentos de cunho burguês, democrático, liberal e democrático que, a partir do século XVIII, poderiam ser detectados em vários pontos do mundo, principalmente na Europa e nas Américas.

O historiador francês Jacques Godechot forjou a expressão “Revolução Atlântica” para

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

designar esse conjunto de revoluções, já que a maior parte das mesmas ocorre nas duas margens do Oceano Atlântico, isto é, na Europa Ocidental e nas Américas. Seus principais episódios seriam: a Independência dos Estados Unidos (1776), a Revolução Francesa (1789) e seus prolongamentos europeus, e os movimentos de independência no México (1821) na América Latina, Brasil inclusive (1822).

A História da Maçonaria está indissolivelmente ligada à do Iluminismo e da Revolução Atlântica. A Ordem Maçônica teve notável papel no processo de difusão das novas ideias, o que lhe valeu a perseguição por parte das autoridades policiais e religiosas das monarquias absolutas. É errado, porém, considerá-la responsável pela deflagração das Revoluções Americana e Francesa, como fazem certos escritores maçônicos demasiadamente entusiastas, e também os detratores da Ordem que ainda hoje insistem em apontá-la como cabeça de uma conspiração subversiva mundial. Essas revoluções, assim como as demais, contaram com a participação de maçons que, como indivíduos, encontraram nas Lojas uma escola de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bem como um canal de divulgação das novas ideias, mas a Ordem como tal, jamais se envolveu diretamente em nenhum movimento revolucionário.

A MAÇONARIA PELA EUROPA

Sob o ponto de vista da evolução das instituições humanas, pode-se dizer que a moderna Maçonaria é filha do liberalismo cultural, político e religioso do século XVIII.

A partir de então, a Maçonaria passou a ser disseminada pela Europa e deixou de ser composta somente por artesãos e pedreiros, mas também pelos nobres e membros da realeza.

De acordo com a historiografia oficial, a Maçonaria estaria por trás de virtualmente todas as grandes transformações ocorridas nos dois séculos seguintes¹.

Na Inglaterra, em 24 de junho de 1717 nascia em Londres a Maçonaria Moderna. Após um período de gestação de pouco mais de um século, quatro Lojas londrinas não-operativas se uniram para formar a Grande Loja de Londres e Westminster, a primeira Grande Loja do mundo, tendo por Grão-Mestre Sir Anthony Sayer. O segundo Grão-Mestre, George Payne (1718-1719) ordenou a coleta de documentos antigos da Maçonaria Operativa visando a elaboração das constituições da nova instituição. Estas foram editadas em 1723, em nome do pastor protestante James Anderson, mas parecem ter sido compostas, na verdade, por Jean Theophile Desaguliers, pastor huguenote de origem francesa, físico, amigo e colaborador de

¹ GOMES (2010, p.242).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Isaac Newton e terceiro Grão-Mestre da Ordem. As Constituições de Anderson definiriam a Maçonaria como uma associação de homens livres e de bons costumes de qualquer religião, obedientes às autoridades constituídas, sendo barrados os ateus e libertinos.

A partir de Londres, a Maçonaria se expandiria rapidamente pela Europa e pelas colônias britânicas espalhadas pelo mundo.

Em 1729 ou 1730 é fundada a primeira Loja norte-americana em Filadélfia, a Saint-John. No mesmo ano de 1730 é fundada a primeira Loja da Índia, em Calcutá. A introdução da Ordem em Portugal e na Espanha remonta a 1727 e ao período entre 1735 e 1740, respectivamente. E teria sua instalação na França em 1732.

Na Rússia, a Maçonaria foi percebida como relevante politicamente por Catarina II, a qual passou a apoiar e valorizar os maçons, tendo sido posteriormente apoiada por eles em sua ascensão ao trono¹.

Na Itália, no século 19, a Maçonaria e a Carbonária, através de Giuseppe Garibaldi, Cavour e Mazzini lutaram juntas pela Unificação Italiana. Por volta de 1810, um grupo de defensores da unificação italiana se reuniu com o nome de Carbonária. Inspirada nas estratégias e na hierarquia maçônica, a sociedade secreta, que continuou atuante até 1848, tentaria estimular uma rebelião espontânea dos trabalhadores, que implantariam os ideais liberais.

Dois dos maiores heróis da construção da Itália unificada participaram desse grupo e depois foram aceitos pela Maçonaria. Um deles, Giuseppe Mazzini (1805-1872), acabou rompendo com os maçons por acreditar que a Ordem mais debatia que agia. Outro, Giuseppe Garibaldi (1807-1882), seria mais tarde condecorado o primeiro maçom do novo país e chegaria a ocupar o cargo de Grão-Mestre da Maçonaria Italiana.

Depois de participar de um levante malsucedido em Gênova, Garibaldi fugiu para o Rio de Janeiro em 1835. Encontrou um grupo de carbonários exilados que mantinha contatos com a Maçonaria brasileira. Através deles conheceu o maçom Bento Gonçalves, o líder da Revolução Farroupilha. Em 1840, Garibaldi instalou-se no Uruguai, onde se tornou oficialmente participante da sociedade. Quando morreu, em seu país, deu nome à Lojas no Uruguai, Brasil, França, Estados Unidos, Inglaterra e Itália.

Nas décadas seguintes, os democratas italianos de esquerda, cujos integrantes cerrariam fileiras na Maçonaria, se destacaram pela defesa do sufrágio universal, da educação gratuita de qualidade e da independência do Estado com relação à Igreja..

Na Alemanha, a partir de 1730, já se encontravam membros da Ordem nas regiões cen-

¹ CORDEIRO (2008. p.19).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

tral, setentrional e ocidental daquele país. Em 1733, o Grão-Mestre Conde de Strathmore, concedeu a onze maçons alemães a permissão para a instalação de uma Loja permanente na cidade de Hamburgo. A Loja “Absalão das Três Urtigas” é a mais antiga da Alemanha e existe até hoje. Mas o grande feito da Maçonaria alemã foi a Iniciação do príncipe real, que mais tarde se tornaria o rei Frederico II, da Prússia. O exemplo dele arrastou para a Maçonaria muitos outros príncipes e nobres alemães. Seguindo os princípios maçônicos, Frederico II concedeu ao seu povo a liberdade de ensino e a liberdade de imprensa, despertou a atividade artística, fez progredir as ciências, e, sobretudo, inspirou ao seu povo a confiança em si mesmo além do sentimento nacional.

Em 1860, contava a Alemanha com 302 Lojas Maçônicas. Já o registro histórico mais recente da Maçonaria alemã tem a ver com a insurgência Maçônica contra o nazismo. Cerca de duzentos mil maçons alemães foram exterminados a mando de Hitler por se oporem a ele, e as Lojas destruídas e saqueadas. Para lembrar esses mártires da luta contra a tirania foi instituída uma insígnia representada pela flor "*Não-Te-Esqueças-De-Mim*" usada como emblema maçônico na primeira “Convenção Anual” em 1948 das Grandes Lojas Maçônicas Antigas e Aceitas da Alemanha.

Na época da 2ª Guerra Mundial, milhares de maçons foram enviados aos campos de concentração nazistas. Embora o número de vítimas não seja conhecido com precisão, os historiadores estimam que entre 80.000 e 200.000 maçons foram mortos sob o regime nazista. Os presos maçônicos dos campos foram classificados como prisioneiros políticos e usavam um triângulo vermelho invertido.

Mas nem mesmo isso impediu que alguns deles continuassem a se reunir. Em 15 de novembro de 1943 sete maçons belgas que foram lutadores da resistência fundaram a Loja Maçônica Liberté Chérie (Loja da Querida Liberdade) dentro da Barraca 6 do campo de concentração nazista Emslandlager localizado na Baixa Saxônia. O nome da Loja foi derivado da "*La Marseillaise*". Os sete Maçons originais da Loja Liberté Chérie eram Paul Hanson, Luc Somehausen, Jean Sugg, Henri Story, Amédée Miclotte, Franz Rochat e Guy Hannecart. Eles posteriormente iniciaram, elevaram e exaltaram o Irmão Fernand Erauw, outro belga. Essa Loja teve vida efêmera, pois menos de um ano depois os oito membros foram enviados às câmaras de gás pelos nazistas. Um monumento, criado pelo arquiteto Jean de Salle, foi construído por maçons belgas e alemães em 13 de novembro de 2004. Ele é agora parte do sítio memorial do Cemitério de Esterwegen.

Na Hungria, lá estava o maçom Luiz Kossuth, levantando o povo contra os desmandos

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

do governo, mostrando que os maçons estavam no comando dos movimentos mais importantes daquele tempo.

Em Portugal, segundo Clavel, em sua “*História Pitoresca da Maçonaria*”, citado por Morivalde Calvet Fagundes¹, remonta ao ano de 1727 a fundação da primeira Loja Maçônica. O referido autor ressalta ainda que na festa de São João do ano de 1744 figurou entre os Iniciados, o português Sebastião José de Carvalho e Melo, que seria mais tarde Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, cuja sabedoria se faria sentir sobre Portugal e Brasil. Depois de Pombal, por conta da Inquisição que passou a atuar em Portugal, a Maçonaria lusitana precisou ocultar-se para continuar em funcionamento, mas assim mesmo subsistiu. Entre 1793 e 1794 existia uma Loja em Coimbra e outra no Porto. A de Coimbra funcionava com o rótulo de “Clube”, e nela se iniciavam os estudantes da metrópole e das províncias ultramarinas. Desse “Clube” fariam parte, em seu devido tempo, os brasileiros José Álvares Maciel, José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa, José Vieira Couto, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, todos diplomados pela Universidade de Coimbra e que tanto haveriam de influir nos acontecimentos históricos do Brasil.

Os maçons portugueses, perseguidos pela Santa Inquisição, utilizavam de todos os meios para continuarem em Loja, chegando mesmo a utilizarem barcos ancorados nos portos para as suas reuniões. No ano de 1801, as perseguições evoluíram a tal ponto que muitos maçons tiveram de emigrar para outros países a fim de salvar as suas vidas, dentre eles, o brasileiro Hipólito José da Costa, que após conseguir, com o auxílio da Maçonaria lusitana, fugir de Portugal, onde se encontrava preso nos porões da Inquisição, fundaria, na Inglaterra o jornal “Correio Brasiliense”. Maçons portugueses de renome internacional foram igualmente: Eça de Queiroz, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano, dentre outros.

Também foi a Maçonaria lusitana que promoveu, nos recônditos secretos das suas Lojas, a Revolução Liberal do Porto, de 24 de agosto de 1820, com um levante dos quartéis, seguido de intensa participação popular que em menos de trinta dias alastrou-se para Coimbra, Braga e Lisboa, derrubando, em 15 de setembro do mesmo ano, a antiga regência; e instalando no governo uma junta revolucionária, sob a chefia do Conde de Rezende (maçom de longa data). Em menos de um ano, o rei D. João VI estaria de volta a Portugal, juraria à nova Constituição e mandaria extinguir o Tribunal da Inconfidência. O próprio “Sinédrio”, organismo político que promoveu a Revolução Liberal do Porto de 1820 era composto por quatro membros, todos

¹ FAGUNDES (1975, p.61).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

maçons: os juristas Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges e José da Silva Carvalho, juntamente com o comerciante João Ferreira Viana.

Na França, em 1732, em Bordeaux, é fundada a primeira Loja Maçônica francesa. Em 1736, um cavaleiro escocês, André-Michel de Ramsay, pronuncia na Loja Louis d'Argent, na França, seu célebre discurso que expõe os princípios básicos daquilo que será futuramente o Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA).

E além da Revolução Francesa de 1789, de que trataremos no próximo tópico, em 1848, homens como Victor Hugo, Carl Marx, Proudhon participariam ativamente da “Comuna de Paris”, cuja participação de muitos maçons no comando e nas barricadas foi crucial. Em algumas ilustrações da época – como a “*Les Bannières Franc-Maçonnnes sur les Barricades de la Commune*”, que atualmente se encontra no museu do Grande Oriente da França – podemos vislumbrar claramente vários maçons paramentados com os seus aventais, faixas e colares em meio ao povo, nas barricadas da Comuna.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FRANCESA

A Maçonaria chegou à França por influência de Lojas da Inglaterra e da Escócia, logo após a fundação da Grande Loja de Londres em 1717.

Segundo Lantoine¹, foi mais ou menos em 1725 que a primeira Loja Maçônica foi instalada em Paris, por um grupo de ingleses. Essa Loja denominava-se “*Au Louis d'Argent*”. Ela teria sido fundada em 12 de dezembro pelo Lord Derwentwater (Charles Radcliffe).

Em 24 de junho de 1738, através de uma Assembleia Geral de Maçons, foi fundada a “Grande Loja da França”, sendo eleito seu primeiro Grão-Mestre Luis de Pardaillan (Duque d'Antin). Esta grande loja teve vida efêmera, sendo declarada extinta em 24 de dezembro de 1771, para em 09 de março do ano seguinte ser fundada uma nova potência intitulada “Grande Loja Nacional da França”, a qual, por sua vez, em 22 de outubro de 1772 mudaria a denominação para “Grande Oriente da França”, tendo como primeiro Grão-Mestre da nova denominação, o Duque de Chartres.

Em 1775, a França já contava com 104 Lojas ativas, das quais 23 em Paris, 71 nas províncias, 10 Lojas militares e mais 45 em organização. E em 1789 existiam na França mais de 629 Lojas Maçônicas assim distribuídas: 65 em Paris, 442 nas províncias, 38 nas colônias, 69

¹ LANTOINE (1930, p.72).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

militares e 17 em países estrangeiros¹.

Foi então que no final do século XVIII, o liberalismo intelectual atingiu seu ápice de ebulição, particularmente na França pré-revolucionária.

A Maçonaria francesa lutava intimoratamente pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade; combatia a exploração do homem pelo homem; batia-se pela dignificação do homem, a fim de que a todos fossem concedidos direitos iguais; empenhava-se para que se fizesse justiça sem distinção de classe social; para que o bem-estar, o direito de viver feliz não fosse privilégio deste ou daquele grupo, em detrimento de outros; para que fosse reconhecido como sagrado o direito de pensar; para que a liberdade não fosse apanágio desta ou daquela classe, e sim um direito de todo o ser humano, desde que merecedor².

Nas palavras de Manoel Arão³:

“[...] o novo credo se retempera nas lições fortificantes da liberdade de consciência, na tolerância, na sobriedade de processos, no reconhecimento dos direitos alheios, na noção de universalidade que constituíram o fundamento da Ordem, que foi a incógnita da sua resistência e de sua propagação”.

Apesar de toda a perseguição, a Maçonaria conservou-se firme na sua aliança íntima e indissolúvel com os filósofos das luzes e os grandes enciclopedistas franceses.

Como a maioria dos pensadores de então refugiava-se nos templos maçônicos para melhor expandir as suas ideias, longe dos ouvidos absolutistas, a Maçonaria, através de suas oficinas, se viu envolvida nesse entrevero de opiniões e filosofias, por vezes, conflitantes entre si e em relação ao sistema reinante.

A Maçonaria representava o estol intelectual e moral da nação. A Família Real estava representada nela pelo seu Grão-Mestre, o Duque de Orleans; e a nobreza e o clero também forneciam um contingente importante. Nada menos do que 27 veneráveis mestres de Lojas Maçônicas eram sacerdotes católicos, dos quais 5 em Paris e 22 nas províncias⁴.

Havia rigorosa seleção. Prevalecia a doutrina de que o Maçom era um homem livre e que não era livre quem dependesse de outro para manter a sua vida material. Só era aceito quem dispusesse de conhecimentos intelectuais que permitissem compreender toda a grandeza da Maçonaria. Os maiores intelectuais franceses, de então, ingressaram na Maçonaria: Rousseau, Diderot, Voltaire, D’Alembert, Laplace, Condorcet, Talleyrand, Lafayette, Brissot, Mi-

¹ MARTIN (1934, p.113).

² D’ALBUQUERQUE (1972, p.39-40).

³ ARÃO (in: “História da Maçonaria no Brasil”, p.56).

⁴ MARTIN (1926, p.28).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

rabeau, dentre tantos outros¹.

Nessa época surgiram célebres livros que formariam as bases do Iluminismo francês e da própria Revolução que se anunciava no horizonte, livros como “*O Espírito das Leis*” de Montesquieu; “*O Contrato Social*” de Rousseau; “*Liberdade e Propriedade*” de John Locke (que embora fosse inglês, teve grande influência na França); e “*A Enciclopédia*”, de Jean Le Ron D’Alembert e Denis Diderot, dentre outros. Todos os seus autores, diga-se de passagem, eram maçons. Essas foram apenas algumas das obras fundamentais que formaram a base da Revolução Francesa e que deram origem à histórica divisa: “*Liberté, Egalité, Fraternité*”.

A grande central de irradiação do Iluminismo na França foi a Loja “Nove Irmãs”. Essa Loja foi fundada por um grupo muito especial de 26 maçons da elite francesa; e dentro de um ano passou a contar com um quadro de 60 Irmãos. E em três anos já possuía 144 membros, entre os quais, Voltaire, Lalande, Laplace, Benjamin Franklin, Kurt de Gebelin, o abade Cordier de Saint Firmin, o abade Robin, o abade Renny, e tantos outros.

Foi uma proeminente Loja Maçônica francesa do Grande Oriente de França com sede em Paris. Fundada em 1776, teve influência na organização do apoio francês para a Revolução Americana. A “*Société des Neuf Soeurs*”, uma sociedade de beneficência em que os currículos acadêmicos avaliados foram ativos na “*Académie Royale des Sciences*” desde 1769. Seu nome se refere às nove Musas, as filhas da Deusa Mnemosine (Memória) da Mitologia Grega, mecenas das artes e das ciências desde a antiguidade, e muito significativo nos círculos culturais franceses. A Loja com o mesmo nome e propósito, foi inaugurada em 1776, por Jérôme de Lalande. Desde o início da Revolução Francesa em 1789 até 1792, “*Les Neuf Soeurs*” tornou-se uma “*Société Nationale*” (Sociedade Nacional).

Durante a Revolução Francesa, enquanto a “*Académie Royale des Sciences et des Arts*” foi drasticamente reorganizada, dois membros da Loja, Antoine Laurent de Jussieu e Gilbert Romme, em colaboração com Henri Grégoire, ajudaram a organizar uma “*Société Libre des Sciences, Belles Lettres et Arts*”, para subsidiar o que tinha acontecido ao Instituto de França, de modo a manter a influência original da “*Neuf Soeurs*” intacta. Foi reconstituída sob o nome original em 1805 e deixou de operar entre os anos de 1829-1836, e finalmente encerrou suas atividades em 1848. Seus sucessivos “Veneráveis Mestres” da primeira década, foram: Benjamin Franklin (1779-1781), Marquês de La Salle (1781-1783), Milly (1783-1784), Charles Dupaty (1784), Elie de Beaumont (1784-1785), e Claude Pastoret (1788-1789).

A Loja “Nove Irmãs”, situada em Passy, num tranquilo subúrbio de Paris, perto de onde

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.41).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

moravam os maçons Lamartine e Victor Hugo, além desses e dos já citados anteriormente, era frequentada pelo embaixador norte-americano Benjamin Franklin (grande expoente da Independência Norte-Americana e um dos redatores da “*Declaração de Independência dos EUA*”), Lafayette (futuro redator da “*Declaração dos Direitos do Homem*”), Mirabeau, Joseph de Maistre, Condorcet, Joseph-Ignace Guillotin e Cabanis dentre outros. De todos, o mais comentado sempre foi François-Marie Arouet (Voltaire, 1694-1778), iniciado em 4 de abril de 1778 em Paris. Durante a cerimônia de Iniciação seus condutores foram Benjamin Franklin e Antoine Court de Gebelin. Ele faleceu no mês seguinte. Sua adesão, porém, foi simbólica para a independência de espírito que a "Les Neuf Soeurs" representava.

Embora a Loja “Nove Irmãos” tenha sido para a Maçonaria Universal, uma das principais Lojas, o principal centro irradiador dos ideais iluministas, não podemos deixar de citar também a Loja “Academia dos Verdadeiros Maçons”, de Montpellier, onde foram Iniciados muitos estudantes brasileiros que mais tarde contrabandeariam esses ideais para o Brasil.

Assim, a Maçonaria francesa, no último quartel do século XVIII, como que despertava a consciência, traçava novos destinos para o Homem, fazia-o compreender que tinha direitos que não lhe poderiam ser postergados. A Maçonaria tornara-se um centro de reação contra o mal-estar dominante na Europa, onde havia classes privilegiadas que exploravam os desprotegidos, usurpando-lhes tudo, inclusive o que há de mais sagrado: a liberdade. Cavavam-se masmorras, onde eram atirados os desertados da sorte. A sombria Bastilha encerrava numerosas vítimas da inclemência de homens desumanizados.

E este regime opressivo também fazia sentir-se no Brasil. Tanto lá na Europa, como aqui na América, impunham-se atitudes reacionárias. Em contrapartida, a Maçonaria Francesa era um farol de luz intensa a deslumbrar a Humanidade com sua luminosidade. A Maçonaria, com seus propósitos elevados, fazia recrudescer no povo alentadoras esperanças de melhores dias. Por sua filosofia, a Maçonaria implantava uma nova maneira de encarar o mundo, que foi considerada revolucionária em uma época em que os reis controlavam o corpo e a Igreja controlava a mente das pessoas.

Afinal de contas, onde mais, no século XVIII, sob influência do Absolutismo, o poder executivo era exercido pelos governantes por um período de tempo predeterminado? Onde mais a substituição desses governantes não ocorria como resultado direto de sua deposição, usurpação, assassinato, conspiração, revolução, guerra ou morte natural; pior, onde mais essa troca ocorria pela eleição do novo governante de forma direta por seus futuros governados? E para finalizar, onde mais aquele que deixava o poder, tinha como última atribuição instalar o

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

seu sucessor, depois de exigir dele que se comprometesse por juramento a respeitar as mesmas leis e costumes?

Só nas Lojas Maçônicas!

Era um movimento de dignificação do homem como consequência da luta em prol da liberdade, igualdade e fraternidade. Devia necessariamente despertar o interesse, entusiasmar os homens conscienciosos com suas ideias generosas; empolgar os estudiosos com os seus princípios humanitários, não apenas os franceses, mas também quantos se encontravam na França.

Por tudo isso, não temos receio algum em afirmar, com todas as letras, que apesar de ter surgido na Grécia antiga, a moderna Democracia representativa teve a sua primeira aplicação prática nas humildes Lojas Maçônicas. E dessa organização prática floresceram as ideias que levaram à criação da primeira república verdadeiramente república.

Conforme declarou o eminente historiador francês M. Louis Blanc¹:

“Nas vésperas da Revolução Francesa, a Maçonaria alcançou um poder imenso. Disseminada através de toda a Europa, ela secundava o gênio meditativo da Alemanha, e agitava silenciosamente a França”.

Sicard de Plauzoles, por sua vez, declarou no “*Convent*” de 1913, conforme citação de Gustavo Barroso² em seu livro “*História Secreta do Brasil*” que:

“A ‘Franc-Maçonnerie’ pode, com legítimo orgulho, considerar a Revolução como obra sua”.

E A. Campos Porto³, em consonância com os citados autores, afirma que:

“Da ação das sociedades fraternais, destacando-se os maçons da Grande Loja de Paris, foi que saíram as grandes teses da Revolução”.

Não há talvez um só dos grandes episódios da Revolução Francesa que não tenha sido, mais ou menos, com grande antecipação, projetado e preparado nas Lojas de Paris. Inclusive foi a Maçonaria que emprestou o lema “*LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE*” à Revolução de 1789; e também há registros de que foi no interior de uma das suas Lojas que foi composta a “*Marselhesa*”, marcha revolucionária que mais tarde seria adotada como Hino da França.

Sobre isso, podemos ler na edição virtual da revista “*Superinteressante*”⁴, publicada em agosto de 2005:

¹ BLANC (1857/1870, p.37).

² BARROSO (1939, p.187).

³ PORTO (1957, p.218).

⁴ REVISTA SUPERINTERESSANTE (Edição Virtual - Agosto/2005; p.5).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

“A Revolução Francesa, por exemplo, fez da visão de mundo maçônica (liberdade para adorar qualquer Deus, igualdade entre nobres e plebeus e fraternidade entre os membros do mesmo grupo) o mote do novo país que se pretendia construir. E transformou uma música originalmente composta e cantada na Loja Maçônica de Marselha em Hino Nacional – rebatizado de ‘La Marselhaise’ (‘A Marselhesa’)”.

Por consequência, os jovens brasileiros que estudavam na França não podiam permanecer indiferentes àquele grandioso movimento em prol de uma humanidade mais feliz, sobretudo considerando-se o amargor que os atormentava de sentir a própria Pátria oprimida.

Em um país onde tanto se pregava a liberdade, como a França de então, mais intensa devia ser a tempestade de revolta patriótica, a dominar aqueles que contristados, pensavam na Pátria distante escravizada. Por formação moral, por patriotismo e transbordantes de esperança de, com o apoio da Maçonaria, libertarem a pátria e fragmentarem-lhe os grilhões, vários estudantes brasileiros que residiam em solo francês, fizeram-se maçons, principalmente na “Academia dos Verdadeiros Maçons”, de Montpellier.

Iniciaram-se na Maçonaria nesta época, dentre outros: José Joaquim Da Maia, Domingos Vidal Barbosa e José Álvares Maciel¹, que poucos anos mais tarde se tornariam os próceres da Inconfidência Mineira.

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.42-43).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

PARTE II

**UMA BREVE INTRODUÇÃO À
HISTÓRIA DA MAÇONARIA
AMERICANA**

A estes homens que nos antecederam na Ordem, só nos resta seguir seus exemplos, procurando assumir nossos deveres na sociedade como líderes para tentar dirimir os sofrimentos dos mais necessitados; e, principalmente, conseguir uma nova evolução da sociedade atual.

[Morivalde Calvet Fagundes]

A MAÇONARIA NAS AMÉRICAS

Durante toda a Idade Média, as “*Corporações de Talhadores de Pedra*” espalharam pela Europa o esplendor das maravilhosas joias arquitetônicas que, ainda hoje, despertam a maior admiração e proclamam, bem alto, a imperecível glória da Maçonaria Operativa. Esta chegou, porém, ao seu termo, no decorrer do séc. XVII; e, desses admiráveis operários, geniais e modestos ao mesmo tempo, apenas subsistiram algumas confrarias que tinham sob os seus cuidados a parte social das corporações.

Abrindo as portas a elementos estranhos à profissão, os chamados “Maçons Aceitos”, essas confrarias estendiam sobre eles uma proteção valiosa, naquela época, recebendo em troca um reforço de influência e de contribuições para a caixa de socorros.

Tal era a situação, no princípio do século XVIII, quando estas fraternidades de socorros mútuos resolveram instituir um poder central regulador: a Grande Loja de Londres. Com a Maçonaria transformando-se então em “Especulativa”, a mesma assumiu, desde logo, o aspecto de associação empenhada na reforma dos dissolutos costumes da sociedade daquele período, aflitivo problema do momento¹.

E foi exatamente nesse meio tempo, que a Maçonaria viajou e fincou pé do outro lado do Atlântico, levada principalmente pelas Lojas Militares, um fenômeno criado na “Grande Loja da Irlanda”, em 1732, mas logo adotado pelas Lojas norte-americanas e europeias em geral².

No continente latino-americano, fracionado em inúmeras colônias dominadas pelos países europeus, o sentido da sociedade derivava do desejo de união pela libertação e independência das suas pátrias.

Neste mesmo século, três dos futuros libertadores da América Espanhola foram Iniciados nos augustos mistérios maçônicos: o venezuelano Simón Bolívar, o chileno Bernardo O’Higgins e o argentino José de San Martín, os quais frequentaram a mesma Loja em Londres, a “*Gran Reunión Americana*”, situada no nº 27 da *Grafton Street*. O seu fundador, o venezuelano Sebastião Francisco de Miranda Rodrigues (Francisco Miranda), tinha frequentado a mesma Loja de George Washington, na Filadélfia, EUA.

Daí depreende-se que um dos precursores da Maçonaria hispânica foi o revolucionário maçom Francisco Miranda; sobre o qual, o historiador Morivalde Calvet Fagundes³ traz à tona

¹ ASLAN (1997, p.95).

² GUILHERME (2015, p.33).

³ FAGUNDES (1975, p.45).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

mais informações:

“Nasceu em Caracas, Venezuela, em 1750, o homem que haveria, através do liberalismo insuflado pelas Lojas Maçônicas da Europa, de se constituir em apóstolo máximo da emancipação hispano-americana. Francisco Miranda foi “Iniciado” nos augustos mistérios da Maçonaria em Cádiz, na Espanha. Foi amigo de Washington e dos príncipes da Inglaterra; frequentou assiduamente os gabinetes ministeriais da Grã-Bretanha e clubes revolucionários de Paris. Foi comensal de Napoleão e confidente do Duque de Wellington. Apertou a mão de Frederico, o Grande; e de José II. Junto com os girondinos se empenhou para humanizar a Revolução Francesa. Serviu nos exércitos da França e neles se cobriu de glórias. Conheceu Catarina da Rússia, Jeremias Bentham e Thomaz Payne. Fundou inúmeras Lojas Maçônicas e cingiu o avental maçônico em Londres para iniciar Simón Bolívar e Bernardo O’Higgins”.

Entre o fim do séc. XVIII e o início do séc. XIX Francisco Miranda fundou, em Londres, em *Grafton Street*, na “Deputação Venezuelana”, a sociedade “Grande Reunião Americana”, misto de Loja Maçônica e clube político.

Segundo o historiador Francisco de Assis Carvalho¹ (Xico Trolha), esse nome era apenas uma fachada para encobrir a Loja Maçônica “Cavaleiros da Razão”, fundada em 1807 em Londres e em seguida expandida para Cadiz, na Espanha.

Dessa sociedade partiram os libertadores da América espanhola: os maçons Iniciados em Cádiz, como José de San Martín, José de Pazo y Sucre e Carlos Maria de Alvear, além do próprio Francisco Miranda; e os que este iniciara em Londres, como Simón Bolívar e Bernardo O’Higgins. Foi dessa sociedade que saíram as Independências do Chile, da Colômbia, do Equador, de Cuba, do Peru e da Argentina. E também seria dela que partiria o brasileiro Domingos José Martins para Recife, a fim de articular a Revolução Pernambucana de 1817.

No Novo Mundo, no entanto, o problema cruciante apresentava características bastante diferentes. O continente americano encontrava-se fracionado em colônias dominadas por diversos países europeus; e os anseios gerais voltavam-se, com ardente ansiedade, para a libertação e a Independência das várias pátrias. É a razão por que, na América, a Maçonaria assumiu tendências nitidamente políticas e, por isso, quase todos os libertadores das nações americanas, a começar por Washington, foram maçons.

Por sua vez, o movimento de expansão da Ordem Maçônica para as Américas hispânica e portuguesa, está diretamente relacionado com o contato que os filhos dos membros da classe

¹ CARVALHO (1996, p.35).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

dominante destes países tinham com a Ordem na Europa, aonde iam para concluir seus estudos; e também com o contexto aberto pelas invasões napoleônicas.

A ocupação das terras ibéricas por Napoleão levou à interiorização da Metrópole portuguesa e à não subordinação dos “*criollos*”¹ ao novo rei da Espanha, José I, mantendo-se fiéis à casa dos Bourbons. Essa expansão também está associada à expansão das ideias liberais e, sobretudo, ao questionamento que esse setor da sociedade fez ao elencar os pressupostos que compunham a relação metrópole-colônia após a retirada das tropas francesas do território espanhol.

O período de autonomia vivido pelos “*criollos*” acelerou o processo de desgaste do modelo econômico-político-administrativo estabelecido pela Coroa espanhola em terras americanas. Nesse momento, a experiência adquirida e o exemplo de organização vividos no interior das Lojas Maçônicas europeias, bem como o contato com as ideias liberais, através ou não da Maçonaria, serviram como ponto de partida para a organização e construção de um projeto político-social local por esses “*criollos*”².

Em janeiro de 1808, Francisco Miranda reuniu-se com os ministros ingleses Castlereagh e Canning, que o apresentaram ao também maçom *Sir Arthur Wellesley*, futuro Duque de Wellington, para, com ele, elaborar um plano grandioso de libertação das colônias espanholas no novo mundo. Como consequência, a Inglaterra armou 10.000 homens, mas quando a expedição iria partir rumo ao Golfo do México, sobreveio a conquista da Espanha e de Portugal pelas forças napoleônicas, fato que provocaria além da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil no mesmo ano, a consolidação do bloqueio continental decretado por Napoleão contra a Inglaterra. Por conta disso, o acordo foi rompido e as tropas inglesas redirecionadas para o continente europeu. Mas mesmo com a falta do efetivo estrangeiro, em 1810, Miranda já estava na Venezuela, lutando ao lado de Bolívar, pela liberdade da pátria comum, que seria conseguida em breve.

Ao mesmo tempo, José de San Martín, Carlos María de Alvear e Matias Zapiola, todos os três “pedreiros-livres”, chegaram a Buenos Aires e foram imediatamente incorporados ao movimento libertário em curso naquela região.

O que poucos historiadores sabem, no entanto, é que quando veio da Europa, San Martín trouxe instruções secretas de Francisco Miranda para fundar, nas colônias de sua jurisdição,

¹ “*Criollos*” eram filhos de espanhóis nascidos nas colônias hispânicas localizadas em território americano, não possuindo todas as regalias e privilégios que detinham os que nasciam na Espanha, mas mesmo assim pertenciam à elite colonial de seus países (nota do autor).

² VIEIRA (2001, p.20).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

filiais da Loja “Grande Reunião Americana”, que funcionariam como centros coordenadores e difusores das ideias e dos movimentos libertadores sul-americanos. Foi assim, que em 1812, em Buenos Aires, foi fundada a primeira Loja “Lautaro”, cujo nome lhe foi outorgado em homenagem a um herói lendário, um valente índio chileno, que, em meados do séc. XVI deu a vida em prol da liberdade de sua gente e de sua terra nativa¹.

Daí depreende-se que, nas colônias espanholas, os grandes artífices e comandantes do movimento libertador foram os maçons San Martín, Simón Bolívar e Francisco Miranda.

Com esse propósito principal, surgiu a primeira Loja Maçônica na Argentina, tendo sido criada também em outros países posteriormente. O processo revolucionário estendeu-se às outras colônias, com alguns personagens em comum, que viajavam pelas Américas auxiliando outros Irmãos que sustentavam a mesma luta.

Assim, a Bolívia, o Chile, o Peru, a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Panamá foram palcos de ações da Maçonaria no sentido de libertá-los da soberania espanhola. A Loja difundida para todos estes países foi a “Lautaro” que circulou secretamente por cada um deles com o objetivo único e específico de promover as suas Independências².

O objetivo declarado das Lojas “Lautaro” era: *“trabalhar, sistematicamente, pela Independência da América e pela sua felicidade, lutando com honra e procedendo com justiça, devendo ser, os seus membros, americanos que se distinguissem pela liberdade de suas ideias e pelo fervor de seu zelo patriótico”*³.

Eram, na realidade, focos de insurreição, baseadas não só na propaganda popular, mas também na subversão da ordem e na sabotagem das engrenagens da máquina administrativa colonialista. Essa estrutura mostrava o caráter político e revolucionário dessas organizações.

No quadro da América do Sul espanhola, a união dos revolucionários nortistas (Bolívar e Miranda) com os sulistas (San Martín e O’Higgins) se dava através da Loja “Grande Reunião Americana” de Londres e de suas sucursais sul-americanas: as Lojas “Lautaro”.

E então, começaram a surgir os primeiros frutos da luta emancipacionista sul-americana.

As guerras napoleônicas tinham deixado o antigo império colonial espanhol na América do Sul em pedaços. Assim, coube aos eminentes maçons estabelecer em 1814, a República de Nova Granada que depois se dividiria em Colômbia e Venezuela.

Dois anos mais tarde, em 09 de julho de 1816, um congresso organizado pelas Lojas Maçônicas de Buenos Aires proclamou a Independência das Províncias Unidas do Rio da Pra-

¹ FAGUNDES (1975, p. 49-50).

² CORDEIRO (2008, p.20-21).

³ MITRE (1968, Capítulo III).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

ta, que mais tarde se tornariam a Argentina.

Conta-se que antes de seguir com o seu exército para o Chile, San Martin havia instalado outra Loja “Lautaro” em Mendoza, o que algum tempo mais tarde se repetiria em Santiago do Chile e em Lima no Peru. Há quem diga também que as Lojas “Lautaro” foram organizações muito semelhantes ao “Areópago de Itambé” em Pernambuco e às “Academias” do Norte e do Nordeste do Brasil, existentes no Séc. XVIII.

Em 1817, uma expedição liderada pelo general maçom José de San Martin – fundador das Lojas “Lautaro” no continente sul-americano –, a qual tinha em suas fileiras maçons como Labarra, O’Higgins, Peña, Arteaga, Moreno e Latorre, cruzou a cordilheira dos Andes, derrotando os espanhóis na Batalha de Chacabuco e estabelecendo o Chile como nação independente. Assim igualmente ocorreu com o Peru, cuja Independência foi articulada dentro das Lojas “Lautaro” e proclamada em 1821, sendo que a decisão definitiva do avanço das tropas chileno-argentinas para o Norte, a fim de libertar o Peru, foi adotada durante uma sessão da Loja “Lautaro” de Santiago, estando presentes San Martin e O’Higgins.

Diante de tudo isso, fica relativamente fácil imaginar que a emancipação das colônias espanholas do Novo Mundo, pela sua dimensão geográfica, que se estendia, em relação ao Equador, em 30 graus ao Norte e em 50 graus ao Sul, dificilmente teria se concretizado se não tivesse contado com um movimento unificador de ideias e diretrizes, com pontos de contato centralizados. E a Maçonaria foi, destarte, quem proporcionou a necessária coesão, sincronizando todos os movimentos da revolução.

Apenas a unidade territorial não pôde ser mantida, porque, na verdade, nunca houve unidade nacional entre as colônias, apesar de todas possuírem a mesma língua comum.

Nas lutas emancipacionistas centro e sul-americanas, destacaram-se ainda os maçons:

No México: Hidalgo, Morelos, Ocampo, Juarez, Ramirez, Zaragoza, Pancho Villa.

Em Cuba: Marti, Maceo, Máximo Gómez.

Na Costa Rica: Calvo, Castro, Luís Saenz.

Em El Salvador: Morazán, Herrera e Peralta.

No Haiti: Baltazar, Inginæ, Teodor Trinchet, Fresnel.

Em São Domingos: Pascual del Real, Tomaz Bombadilla, Juan Pablo Duarte.

Na Colômbia: Herrera, Hilário López, Santos Acosta.

No Chile: Labarra, O’Higgins, Peña, Arteaga, Moreno e Latorre.

Na Venezuela: Gusmán Blanco, Crespo e Anduezza Palácio.

Na Argentina: San Martín, Sarmiento, Alvear, Urquiza, Mitre, Lavalle e Halbach.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Portanto, o envolvimento da Maçonaria na política foi muito mais presente nas Américas do que na Europa, especialmente pelo fato de muitos países americanos serem colônias e buscarem a sua emancipação. Fato que assinala, destarte, a introdução do conceito de “nacionalismo” sob o manto da Maçonaria, corroborado ao notarmos que a “sociedade dos pedreiros-livres” esteve presente em vários, para não dizer em todos os movimentos pró-Independência nas Américas Latina, Central e do Norte, promovendo inclusive as Independências do México e dos Estados Unidos da América¹.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA MEXICANA

A história da Maçonaria no México é praticamente inseparável da história política do país. A embarcação chegou lá pela primeira vez no final do século XVIII, através de Lojas militares espanholas. A primeira Loja permanente mexicana foi formada em 1806 e, em poucos anos, várias outras foram estabelecidas. As primeiras Lojas maçônicas mexicanas eram compostas, principalmente, pelas classes dominantes nascidas na Europa do país. Foi nessas Lojas que muitas das visões liberais do Iluminismo da época foram propagadas por todo o país.

O Padre Miguel Hidalgo Y Costilla, também conhecido como “Cura de Dolores” é ainda hoje venerado como herói de primeira grandeza da Independência Mexicana, assim como os seus irmãos maçons Emiliano Zapata, Francisco (Pancho) Villa e Benito Juarez.

Hidalgo nasceu em 1753 em Corralejo, Guanajuato; e morreu em 1811. Sacerdote católico e maçom digno do avental que cingia em sua Loja, o Padre Costilla é cognominado pelo povo mexicano como o “*Pai da Independência Mexicana*”.

Embora Francisco Miranda e outros líderes da Maçonaria, em outras partes da América, já tivessem iniciado um proselitismo político a partir dos ideais dos Enciclopedistas e do Iluminismo Europeu, bem como se inspirando na Independência Norte-Americana e na Revolução Francesa, o México, através do “Cura de Dolores”, o Padre-Maçom Miguel Hidalgo Y Costilla, foi o primeiro a opor-se, a rebelar-se abertamente contra os representantes da Espanha, sediados em solo americano, mais precisamente na Cidade do México.

Consciente das injustiças que eram cometidas contra o seu povo e o seu país, pelos espanhóis; e iluminado pelas novas ideias que vinham da Europa e lhe eram transmitidas pela Maçonaria, através da Loja “Lautaro” em que fora Iniciado e que frequentava, sentiu-se no dever de guiá-los, de esclarecê-los, de ensiná-los a se defenderem do espanhol conquistador e dos

¹ CORDEIRO (2008, p.20).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

políticos traidores de sua própria gente¹.

Em 1810, Hidalgo, com a ajuda dos maçons Abasolo, Allende e outros, projetou um plano de rebelião contra o jugo espanhol, imbuído que estava dos mais sadios princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. E então, nos Templos Maçônicos e nos altares de sua igreja, o Padre Hidalgo proclamou abertamente a revolução, a partir da sua paróquia, na cidadezinha de Dolores. Em 16 de setembro de 1810 foi, por ele, oficialmente declarada a Independência do México. Porém, a mesma não foi aceita pela Espanha, que buscou reprimir, violentamente, o movimento, originando assim uma verdadeira guerra pela Independência.

O historiador David R. Moreira² assim relata o episódio que entrou para a História como “O Grito de Dolores”:

“Por esses e outros motivos mais fortes, em 1810, o Padre Hidalgo e outros companheiros começaram a tramar uma conjuração para se libertarem daquele jugo cruel e desumano, preparando o início da revolução para 1º de outubro de 1810. Mas os fatos se precipitaram, quando Pedro Aldama, partidário dos revolucionários, supondo que o novo Vice-Rei estivesse a par de seus planos e que estava se preparando para mandar prender os conjurados, no dia 15 de setembro se dirigiu a Dolores e pôs de sobreaviso os seus companheiros. Padre Hidalgo não hesitou ao decidir antecipar a data do levante; e às primeiras horas do dia seguinte, um domingo, 16 de setembro de 1810, o sacerdote tocou os sinos da Igreja, chamando o povo às armas e declarando publicamente a Independência do México. Esse foi o famoso ‘Grito de Dolores’, através do qual teve início a Revolução Mexicana”.

Possuído daquela ira sagrada que o patriotismo inspira, o padre-maçom arregimentou um volumoso exército de camponeses, cujo número aproximado beirava os 50.000 homens, praticamente desarmados e sem nenhum preparo militar, mas briosos e destemidos. E, a frente desse numeroso contingente, partiu para uma cruzada mortal contra a opressão de seu povo.

O exército do general de batina marchou em direção à Cidade do México, onde, em 30 de outubro de 1810, atacou e venceu o exército regular, bem treinado e melhor aparelhado, do General Trujillo, numa batalha onde a coragem e o patriotismo superaram as deficiências materiais, fornecendo ao mundo cenas de extrema bravura.

E em 17 de janeiro de 1811, no comando agora de 100.000 homens, o padre-maçom enfrentou uma nova batalha contra as forças do governo comandadas pelo General Calleja, em Calderon. Mas desta vez, as tropas espanholas venceram e os patriotas liderados pelo “Cura de

¹ CARVALHO (1996, p.25-26).

² MOREIRA (1985, p.180-181).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Dolores” foram obrigados a depor as armas. Padre Miguel Hidalgo Y Costilla foi preso, destituído do hábito católico pela Igreja, despojado de seus direitos sacerdotais e entregue ao Governo, para ser fuzilado¹.

O resultado da Revolução do Padre Hidalgo, do ponto de vista militar, foi catastrófico, mas do ponto de vista político, o sucesso não teve limites. Afinal de contas, pode-se derrotar exércitos de famintos, de escravos cansados do jugo, de camponeses mal armados e despreparados para o combate, mas não se derrotam ideais. Estes sobrevivem para serem empunhados por outros; da mesma forma que a palavra e o grito de guerra, sufocados na batalha, ressurgem sempre em outras bocas e em outras ocasiões.

Hidalgo foi fuzilado em julho de 1811, mas a liderança do movimento pela Independência passou para o Bispo José Maria Morelos, outro destacado maçom mexicano.

Morelos defendia mudanças radicais para o país como a abolição da escravatura, isenção de impostos para os mais pobres e ocupação de cargos militares e civis pelos colonos. Essas ideias desagradaram os mais ricos, principalmente a elite agrária. Mas com a arregimentação de membros dessa mesma elite pela Maçonaria local, o movimento emancipacionista, pouco a pouco, foi tomando um caráter mais conservador e menos popular.

Assim, torna-se lícito afirmar que foram os maçons que realmente fizeram a diferença na guerra pela Independência Mexicana: Padre Hidalgo y Costilla, Ocampo, Morelos, Pavón, Ramirez, Zaragoza, Pancho Villa, entre outros.

A guerra da Independência Mexicana se estendeu por exatos 11 anos, entre setembro de 1810 e setembro de 1821. E finalmente, sob o comando do General Augustin Itúrbide (também maçom), e um número de combatentes maior e melhor preparado, os colonos mexicanos venceram e conquistaram a sua Independência, em 21 de setembro de 1821.

Um ano antes de D. Pedro I dar o “Grito do Ipiranga”.

Entretanto, foi somente em 1836, que a Espanha reconheceu oficialmente a Independência Mexicana. A “maçônica” Independência Mexicana.

No final da Guerra da Independência, no início da década de 1820, uma rede crescente de Lojas maçônicas foi instalada no México. Desde o início, no entanto, a Maçonaria Mexicana foi pesada com as rivalidades políticas que dominariam o país pelos próximos cem anos. Em vez de festas tradicionais, as batalhas políticas do México aconteciam nos Templos maçônicos. Tipicamente, Rito Escocês, as Lojas tendiam a representar os centralistas (Conservadores, católicos, alinhados com a Europa.).

¹ CARVALHO (1996, p.25-26).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Enquanto isso, os federalistas liberais gravitavam em torno de Lojas que trabalhavam sob o comando do Rito de York ou o Rito Nacional Mexicano (Pró-democrático, anticlerical, alinhado com os Estados Unidos.).

A hierarquia política de cada lado foi essencialmente reproduzida dentro das respectivas Lojas. De Benito Juárez e Porfirio Díaz, a Francisco Madero e Lázaro Cárdenas, quase todos os presidentes do México, por 100 anos, pertenciam a um dos corpos maçônicos em duelo.

Essa ligação tornou-se, ainda mais, pronunciada durante a Revolução Mexicana de 1910 a 1920. Em 1929, o presidente Emilio Portes Gil, futuro Grão-Mestre do México, declarou que “o Estado e a Maçonaria no México haviam se tornado a mesma coisa”.

Isso não é mais o caso. Nas décadas que se seguiram à Revolução Mexicana, a Maçonaria começou a recuar dos holofotes públicos. As Lojas tornaram-se menos envolvidas com assuntos governamentais e sua influência na vida cívica diminuiu. Sem surpresa, a população maçônica no México, também, diminuiu.

Em 1929, uma estimativa sugeria uma adesão de cerca de 10 mil maçons no México, de uma população de 17 milhões. Hoje (2025), esse número é de quase 20 mil (sem contar as Lojas irregulares, dos quais existem várias) de uma população de 128 milhões. Isso é cerca de um quarto de seu tamanho relativo, há um século.

A jurisdição maçônica no México, agora, está dividida entre 31 Grandes Lojas estaduais e uma Grande Loja Nacional. Apesar dessa colcha de retalhos de órgãos organizadores, diz Sevilla, a Maçonaria no México, hoje, dificilmente se assemelha à estufa de facções que foi durante a maior parte de sua história.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Em nenhum outro lugar do mundo a atuação da Maçonaria foi tão decisiva quanto na Independência dos EUA. A Independência Americana resultou na criação da primeira democracia republicana da história moderna. Ao separar-se da Inglaterra, em 1776, 13 anos antes da queda da Bastilha que daria início à Revolução Francesa, os americanos testaram na prática as ideias concebidas pelos filósofos iluministas nas décadas anteriores. Cumpre lembrar que até então, todo o poder emanava do rei e em seu nome era exercido. Mas pensadores iluministas, cuja grande maioria era igualmente integrante da Maçonaria, como o inglês John Locke, o escocês David Hume e os franceses Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot, Montesquieu e François Arouet ousavam propagar que era possível limitar-se o poder dos reis e até mesmo

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

governar-se sem eles.

O Iluminismo preconizava uma nova era, em que a razão, a liberdade de expressão e de culto, e os direitos humanos individuais predominariam sobre os direitos divinos invocados pelos reis e monarcas para manter os seus privilégios. Por muito tempo isso funcionou apenas em teoria discutida nos salões e cafés parisienses.

Coube, portanto, aos maçons norte-americanos demonstrar que era possível inverter-se a pirâmide do poder, ao proclamarem a Independência das treze colônias que formavam a sua nação. Assim, as figuras do rei e da nobreza se tornavam desnecessárias.

Segundo o historiador e pesquisador Marcelo Linhares¹, a ideologia maçônica chegou à América com os primeiros colonizadores, admitindo-se que o primeiro maçom a pisar no novo solo foi John Skene, membro da Loja “Aberdeen”, da Escócia, o qual passou a residir em Burlington, no Estado de Nova Jersey, no ano de 1682.

Em 1730, a Maçonaria, como Instituição, chegava à América colonial britânica. Embora os membros dos regimentos britânicos formassem a maior parte dos seus componentes, a sua introdução nos territórios coloniais, com a criação da primeira Loja em Massachussetts, culminaria na grande adesão de americanos natos de todas as treze colônias. A admissão dos colonos ocasionaria, posteriormente, a abertura de novas Lojas e Triângulos maçônicos por todo o território norte-americano, dando à associação um maior peso na região².

Essa expansão fez com que no território americano, as Lojas Maçônicas recebessem suas Cartas Constitutivas de quatro obediências/potências internacionais distintas: da “*Grande Loja da Irlanda*”; da “*Grande Loja da Escócia*”; da “*Grande Loja dos Antigos*” e da “*Grande Loja dos Modernos*”, sendo as últimas duas de origem Inglesa³.

Entretanto, fora da Inglaterra, a Maçonaria prescindia de adaptar-se às peculiaridades e necessidades de cada povo. Se, por um lado, no continente europeu, imperavam as monarquias absolutas, por outro, nas Américas, reinava o colonialismo opressor. Assim, a Independência das treze colônias norte-americanas, em 1776, desencadearia uma crescente luta contra as nações colonizadoras, tornando-se o estopim dos movimentos libertários que posteriormente reivindicariam a autonomia e a Independência dos demais povos americanos.

Os EUA receberam a Maçonaria por via inglesa, mas da Maçonaria francesa foi que saiu o facho do liberalismo e o efetivo apoio à sua Independência, consubstanciados 200 anos depois pela “Estátua da Liberdade” – construída por um maçom francês – e doada pelo governo

¹ LINHARES (1997, p.123).

² CASTELLANI (2007).

³ GUILHERME (2015, p.33).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

da França à nova nação. E para essa mesma Maçonaria francesa retornaria dos EUA, com juro e muito mais ardor, a chama revolucionária, preparando o caminho para a grande Revolução Francesa de 1789.

Sobre o apoio francês à Independência dos EUA e o posterior “retorno” dos ideais revolucionários para aquele país, o historiador gaúcho Morivalde Calvet Fagundes¹ relata que:

“Como a revolução norte-americana, após a conquista da Independência, necessitava de ajuda material, militar e diplomática, para o soerguimento do novo país e para livrar-se da pressão inglesa, o maçom Benjamin Franklin, como Ministro da nova nação, foi buscar essa ajuda na França Maçônica. Lá esteve por nove anos, onde conseguiu todo apoio necessário. E também foi durante esse período que conheceu o maçom Lafayette, que mais tarde se tornaria um expoente da Revolução Francesa. Na França, Franklin se filiou à Loja ‘Nove Irmãos’, onde seria venerável por duas ocasiões (1779 e 1781), substituindo o sábio Lalande, que também era membro da ‘Academia Real de Ciências’. Transformou sua Loja num laboratório de ideias, ao qual comparecia a nata da intelectualidade francesa da época, dentre os quais cabe destacarmos os maçons: Danton, Bertholet, La Rochefoucauld, Joseph de Maistre, Condorcet, Benjamin Constant e Cabanis. Preparava-se, assim, o caminho para a Revolução Francesa”.

Nas décadas que precederam à Revolução das “Treze Colônias”, as Lojas Maçônicas em toda a América do Norte eram compostas pelos mais variados tipos de políticos, comerciantes e militares, grande parte deles partidários da Independência. Mas também havia os contrários a ela. O grupo dos “Modernos” de origem inglesa e composto por membros da aristocracia e nobreza daquele país tendia, como não poderia deixar de ser, para o lado inglês; enquanto, gradativamente, os das outras três jurisdições identificavam-se mais com os colonos e os seus anseios por liberdade.

Em 1730, Benjamin Franklin publicou o primeiro artigo sobre a Maçonaria na América e em 1731, filiou-se à Loja da Filadélfia.

Em 1752, ingressou na Maçonaria, na Loja “Frederiesbourg”, na Virgínia, o grande maçom George Washington.

Por volta de 1760 não havia recanto da América do Norte que não tivesse sido penetrado pela Maçonaria. Por toda a parte se pregava a unidade e a fraternidade, necessárias, sobretudo, sabendo-se que as treze províncias norte-americanas eram independentes administrativamente

¹ FAGUNDES (1975, p. 31).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

entre si, mesmo que continuassem dependentes da Inglaterra¹.

Por isso, os locais de discussão sobre os desmandos da monarquia inglesa e as alternativas incessantemente tentadas para evitar a guerra só poderiam ser as Lojas Maçônicas. Após as reuniões eram feitos outros encontros, de forma disfarçada, geralmente nos fundos de locais comerciais e em fazendas no interior. Ali, sem a influência inglesa, mas seguindo os preceitos da Ordem, as ideias de um governo do povo, com o povo e para o povo começaram a surgir, juntamente com a síntese do que seria um dos mais importantes e influentes documentos do mundo: a “*Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*”².

Quando foram criados os Estados Unidos como nação independente e os ingleses foram expulsos do território norte-americano, as “*Grandes Lojas Provinciais*” britânicas tornaram-se “*Grandes Lojas Estaduais*” americanas, acabando por absorver as Lojas de todas as origens que funcionavam em seu território. Dessa forma, com a Independência, a Maçonaria dos EUA ganharia vida própria, onde prevaleceria a visão dos “*Antigos*”, já que os “*Modernos*”, por terem lutado contra a mesma, perderam pouco a pouco o prestígio.

Nesse sentido, existem vestígios de que maçons pertencentes ao grupo dos “*Antigos*” atuaram diretamente em um dos mais célebres episódios deste processo: a denominada “Festa do Chá em Boston”. Uma ação levada a cabo por colonos revoltosos, mal disfarçados de índios, que abordaram barcos ingleses e despejaram toneladas de chá das Antilhas nas águas do porto de Boston em represália à “*Lei do Chá*” (1773).

Tudo começou com o maçom Benjamim Franklin, quando coube-lhe tomar a iniciativa dos acontecimentos, propondo às treze colônias um plano de colaboração e confederação, em seguida lançando mão da imprensa revolucionária e das Lojas Maçônicas para promover o movimento de libertação, o que serviu para a unificação da Maçonaria Norte-Americana em torno desta nobre causa.

O movimento teve início em Boston, cidade natal de Benjamim Franklin. Segundo diversos historiadores, a revolta foi organizada na Loja Maçônica “*Saint Andrew*”, cujo Venerável Mestre (Joseph Warren) era amigo pessoal de Franklin e um dos intelectuais mais prestigiados da América do Norte, além de arrojado político. Consta ainda que todos os falsos índios eram maçons, os quais se abrigaram (antes e depois do ato) em uma taberna que também pertencia a um maçom e se localizava próxima do cais do porto.

¹ FAGUNDES (1975, p.31).

² O DELTA (2017, p.23 – edição nº 09/2017).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Sobre a participação maçônica na Independência Norte-Americana, José Castellani¹ corrobora tudo o que foi dito anteriormente, esclarecendo que durante a guerra de Independência, o maçom George Washington formou todo o seu Estado Maior com membros da Maçonaria. Esse laço maçônico garantiria o apoio dos maçons franceses à causa, através de uma ação orquestrada pelo também maçom Benjamin Franklin, junto aos “Irmãos” franceses.

E Morivalde Calvet Fagundes², ressalta que:

“Para o apoio das forças armadas, contou o movimento com a colaboração inestimável do maçom virginiano, Coronel George Washington, que seria o patriarca da República. Ele manteve unido o Exército até com seus próprios recursos; e para fraternizá-lo maçonicamente criou as Lojas Maçônicas Militares (que seriam também criadas na França) e que existem até hoje, principalmente entre as tropas norte-americanas sediadas no exterior. A Loja Militar mais célebre daquela época foi a ‘União Americana’, onde o próprio Washington celebraria as festas de São João nos anos de 1779, 1780 e 1782”.

Também é revelador o fato de que a maior parte dos libertadores das colônias norte-americanas foram maçons eminentes, a começar pelos já citados George Washington, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Paul Revere, Thomas Paine e os irmãos Charles e John Wesley, bem como o foram os 14 primeiros presidentes norte-americanos.

Fato comprovado pela revista “Superinteressante”³, de agosto de 2005:

“Benjamin Franklin, um dos principais articuladores da Independência, era maçom até o último dos poucos (mas longos) cabelos que tinha. E George Washington, líder dos rebeldes, teria aparecido de avental maçônico na cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental da cidade que leva o seu nome”.

Declarada a Independência, a qualidade de maçom de Benjamin Franklin foi fundamental para conquistar a aliança com a França, fato importantíssimo para a viabilização da Independência, já que havia sido Iniciado e era filiado à Loja “Nove Irmãs” de Paris – onde, inclusive, viria a exercer a função de Venerável entre 1779 e 1781 – e, por isso, conhecia todos os grandes vultos daquela nação. Também foi o único dos fundadores da nova nação que assinou os quatro documentos mais importantes dos Estados Unidos: o “Tratado de Paris”, o “Tratado de Aliança com a França”, a “Declaração da Independência” e a “Constituição dos EUA”.

Proclamada a libertação das treze colônias, as ideias condensadas na “Ata/Declaração da Independência Americana” e na “Declaração dos Direitos do Homem”, instituída pela Re-

¹ CASTELLANI (2007).

² FAGUNDES (1975, p.31).

³ REVISTA SUPERINTERESSANTE (Edição Virtual - Agosto/2005; p.6).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

volução Francesa, rapidamente difundiram-se pelas demais colônias espanholas (através da fundação das Lojas “Lautaro”); e na colônia portuguesa do Brasil, de forma sincrônica e simultânea, determinando o despertar de sua emancipação, as ideias e os ideais que inflamariam seus povos a lutarem pela liberdade de suas nações.

A “Declaração de Independência” americana anunciava aos quatro ventos que *“todos os homens nascem iguais”* e com uma série de direitos inalienáveis, nos quais se incluíam a vida, a liberdade e a busca da felicidade. A afirmação mudava tudo, pois até então, esses direitos eram sempre concedidos por alguém – o monarca, o rei, o imperador ou o papa – e da mesma forma poderiam ser cassados ou comprados, dependendo das circunstâncias.

A *“Declaração da Independência Americana”*, que foi redigida pelos maçons Benjamin Franklin, John Adams e Thomas Jefferson, firmada em 1776, converteu-se desde logo em uma espécie de evangelho da libertação política dos povos, tanto para os países da Europa, tendo a França à frente, como para as colônias luso-espanholas da América Latina (inclusive o Brasil).

Eis um pequeno trecho, de clara influência maçônica, da “Declaração de Independência dos EUA”:

“Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos essas verdades como evidentes por si mesmas: que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis; que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura de felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados. Que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade”.

Dos 56 signatários da Declaração de Independência americana, cinquenta eram maçons, incluindo Benjamin Franklin, Thomas Jefferson e o próprio George Washington. Hoje em dia, os símbolos maçônicos encontram-se na nota de um dólar e espalhados pela arquitetura de toda a capital norte-americana. São obeliscos, esquadros, compassos, prumos, pirâmides, colunas com ramos de acácia, a letra “G” e o grande olho que tudo vê.

O texto redigido pelos maçons Thomas Jefferson, Benjamin Franklin e John Adams ser-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

viria, treze anos mais tarde, como fonte de inspiração para que o também maçom Marquês de Lafayette escrevesse a famosa “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”, a qual viria a ser adotada, um século e meio mais tarde pela ONU como a sua Carta de Princípios, com poucas e pequenas adaptações.

Outro fato bastante revelador, e que muitos historiadores ignoram, sobre a importância da Maçonaria na Independência dos EUA, ocorreu em 30 de abril de 1789, quando ao ser empossado o 1º Presidente da incipiente nação, o eminente maçom George Washington, a Bíblia utilizada na cerimônia foi a pertencente à Loja Maçônica “*St. John’s – n° 1*”, de Nova York, aleatoriamente aberta em Gênesis 49-13. Fato que ainda hoje se repete ocasionalmente, quando a referida Loja cede a histórica Bíblia para as cerimônias de instalação dos novos Presidentes, sempre que requisitada¹.

A Independência dos EUA e a Revolução Francesa são as mais conhecidas, porém não as únicas transformações deflagradas pelo poder arrebatador das ideias maçônico-iluministas.

E no Brasil, como se deu o ingresso dessas ideias? Quem foram os primeiros maçons brasileiros? Como a Maçonaria surgiu e como ela se desenvolveu, antes e depois de conquistar a Independência?

¹ GUILHERME (2015, p.133).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

PARTE III

**O MAÇÔNICO
DESCOBRIMENTO DO BRASIL**

*"A verdadeira viagem da descoberta consiste não em buscar novas paisagens,
mas em ter novos olhos."*

[Marcel Proust]

O MAÇÔNICO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Em 22 de abril de 1500, naus com a cruz da Ordem de Cristo chegaram aonde hoje é a Bahia. De acordo com alguns historiadores, foi o espírito dos cruzados que guiou a aventura das grandes navegações portuguesas. A chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil foi parte de uma cruzada conduzida pela Ordem de Cristo, que herdou a mística dos Templários¹.

Dissolvida violentamente em 1312 pelo Papa, a Ordem continuou existindo em Portugal – um dos reinos mais tolerantes naquele momento – e albergou aqueles que fugiam da atroz perseguição em outros domínios europeus. Além de possuir riquezas (ainda hoje procuradas) e uma enorme quantidade de terras na Europa, a Ordem dos Templários possuía uma enorme esquadra. Os cavaleiros, além de temidos guerreiros em terra, eram também exímios navegadores e utilizavam sua frota para deslocamentos e negócios com várias nações. Devido ao grande número de membros da Ordem, apenas uma parte dos cavaleiros foram aprisionados (a maioria franceses). Os cavaleiros de outras nacionalidades não foram aprisionados e isso possibilitou que se refugassem em outros países. Segundo alguns historiadores, os cavaleiros foram para a Escócia, Suíça, Portugal e até mais além usando seus navios. Muitos deles mudaram seus nomes e se instalaram em países diferentes para evitar uma perseguição do Rei e da Igreja.

No sábado, 14 de outubro de 1307, dia seguinte ao aprisionamento dos cavaleiros franceses, toda a esquadra zarparou durante a noite, desaparecendo sem deixar registros. Cinco anos depois, o rei português Dom Dinis I, o Lavrador (1261-1325, coroado em 1279), fundava a Marinha Portuguesa, nomeando o primeiro almirante português de que se tem notícia, o genovês Manuel Pessanha, e ordenando a construção de várias docas, apesar de Portugal não ter armada. Dom Dinis evita entregar os bens dos templários à Igreja e consegue criar uma nova Ordem, a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, oficialmente reconhecida em 14 de março de 1319 pelo papa João XXII (1249-1334, eleito em 1316). A Ordem de Cristo acabou herdando assim as propriedades e os privilégios da Ordem Templária. O símbolo adotado foi uma adaptação da cruz orbicular templária.

O rei português D. Dinis foi o mentor da fundação da Ordem de Cristo, que na realidade era uma fachada para ocultar os verdadeiros templários, os que outrora haviam protegido os caminhos de peregrinação europeus até Jerusalém conquistada pelas Cruzadas.

¹ SUPERINTERESSANTE. *A História Secreta do Descobrimento do Brasil*. Edição virtual de 31 de janeiro de 1998 – por Jorge Caldeira. São Paulo, SP: Editora Abril. Disponível: <<https://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimento/>>. Acessado em: 29/05/2019.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

A Ordem de Cristo originalmente era uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de março de 1319 pela Bula Papal *Ad e a Ex-quibus* de João XXII, que, deste modo, acedia aos pedidos do rei português Dom Dinis. Recebeu o nome de Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e foi herdeira das propriedades e privilégios da Ordem do Templo. Em maio desse mesmo ano, numa cerimônia solene que contou com a participação do Arcebispo de Évora, do Alferes-Mor do Reino D. Afonso de Albuquerque e de outros membros da cúria régia, o rei Dom Dinis ratificou, em Santarém, a criação da nova Ordem. Outro personagem célebre, o infante D. Henrique, conhecido como “O Navegante” e fundador da Escola de Sagres (de técnicas e descobrimentos náuticos) foi o líder da Ordem de Cristo.

No início do século XV, Portugal era um reino pobre. A riqueza estava na Itália, na Alemanha e na Flandres (hoje parte da Bélgica e da Holanda). Nesse caso, por que é que foram os portugueses a encabeçar a expansão europeia?

Os ideais da expansão cristã reacenderam-se no século XV quando seu Grão-Mestre, Infante D. Henrique, investiu os rendimentos da Ordem na exploração marítima. O emblema da ordem, a Cruz da Ordem de Cristo, adornava as velas das caravelas que exploravam os mares desconhecidos. Nas primeiras décadas da existência Ordem de Cristo, os ex-templários estabeleceram estaleiros em Lisboa, fizeram contratos de manutenção de navios e dedicaram-se à tecnologia náutica, aproveitando o conhecimento adquirido no transporte de peregrinos entre a Europa e o Médio Oriente durante as cruzadas. Ao mesmo tempo, preparavam planos para voltar à ação, contornando a África por mar e, aliando-se a cristãos orientais, a expulsar os mouros do comércio de especiarias.

Quando o Infante D. Henrique, terceiro filho de D. João I, se tornou grão-mestre da Ordem, em 1416, a organização encontrou o apoio para colocar em prática um antigo e ousado projeto: circunavegar a África e chegar à Índia, ligando o Ocidente ao Oriente sem a intermediação dos muçulmanos, que então controlavam os caminhos por terra entre esses dois cantos do mundo. À Corte, interessada em explorar as riquezas e promover o desenvolvimento do comércio, cabia então consolidar a posse.

E então, ainda segundo essa vertente de historiadores, em dezembro de 1498, uma frota de oito navios, sob o comando de Duarte Pacheco Pereira, atingiu o litoral brasileiro e chegou a explorá-lo, à altura dos atuais Estados do Pará e do Maranhão. Essa primeira chegada dos portugueses ao continente sul-americano foi mantida em rigoroso segredo. Estadistas hábeis, os dois últimos reis de Portugal entre os séculos XV e XVI – D. João II e D. Manuel I – procuravam impedir que os espanhóis tivessem conhecimento de seus projetos. Para o monarca

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

português, a primazia da Ordem era conveniente, pois atrás das descobertas dos novos Cruzados vinham as riquezas que faziam a grandeza e a glória, do reino de Portugal¹.

Esses historiadores acreditam que o infante e seus navegantes, conheceram o Brasil antes que Cabral. O próprio Cabral havia se tornado membro da ordem no ano de 1495, portanto pouco antes de realizar a sua viagem para o Brasil.

Parecia loucura para os europeus circunavegar a África e chegar às Índias. Não havia informação de como navegar no hemisfério sul, porque só o céu do Norte havia sido mapeado. Acreditava-se que no Sul os mares eram repletos de monstros terríveis.

De onde teria vindo o conhecimento que conduziu à descoberta do Novo Mundo?

Possivelmente dos Templários que, durante as Cruzadas, além de se especializarem no transporte marítimo de peregrinos para a Terra Santa, mantiveram intenso contato com os viajantes de toda a Ásia. É de consenso comum que a América provavelmente foi visitada regularmente por vikings, e na época pré-cristã por egípcios, gregos, fenícios, cartagineses e celtas.

Todas essas informações haviam sido catalogadas e guardadas por ocultistas desde a épocas remotas. Os templários tinham em suas mãos relatórios reservados de navegadores que já haviam percorrido regiões desconhecidas, além de preciosidades como as tábuas de declinação magnética, que permitiam calcular a diferença entre o Polo Norte verdadeiro e o Polo Norte magnético que aparecia nas bússolas. E à medida que as conquistas avançavam no Atlântico, eram feitos novos mapas de navegação astronômica que forneciam orientação pelas estrelas do Hemisfério Sul, a que também unicamente os iniciados tinham acesso. Portugal ia se tornando a maior potência marítima do mundo.

A Escola de Sagres, por sua vez, foi uma lenda criada por poetas românticos portugueses do século XIX. Interessantes são as ligações que alguns pesquisadores conseguem extrair das imagens que representavam a Escola de Sagres na época com a Ordem Maçônica, a saber:

1. O piso quadriculado dual que lembra o piso das Lojas.
2. A abóbada celestial, que como no teto dos templos maçônicos, diretamente acima do piso quadriculado, representa o dia e a noite, com a Terra ao centro.
3. O número “sete” que se faz presente tanto na quantidade de pedras azuis quanto no número de pessoas que aparecem nas gravuras: diga-se de passagem, todos homens, quatro no primeiro plano e três no fundo, como os degraus do Oriente no R.E.A.A.
4. Figuras geométricas: quadrados, círculos e triângulos.

¹ SUPERINTERESSANTE. *A História Secreta do Descobrimento do Brasil*. Edição virtual de 31 de janeiro de 1998 – por Jorge Caldeira. São Paulo, SP: Editora Abril. Disponível: <<https://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimento/>>. Acessado em: 29/05/2019.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

5. Homens de diferentes classes sociais e condições intelectuais congregados pelo mesmo objetivo comum.

Tudo isso seria apenas coincidência?

Voltando ao tema, foi do Porto de Lagos, no sudoeste de Portugal, que a Ordem de Cristo, liderada pelo infante Dom Henrique de Avis (1394-1460), deflagrou a expansão marítima do século XV. A Ordem de Cristo, sendo a continuação da Ordem dos Templários, possuía normas secretas e só conhecidas na totalidade pelo grão-mestre. Ao entrar na Ordem, o novato conhecia só uma parte das regras que o guiavam, e à medida que era promovido, sempre em batalha, tinha acesso a mais conhecimentos reservados aos graus hierárquicos superiores. Rituais de iniciação marcavam as promoções. Foi essa estrutura que permitiu à Ordem de Cristo manter em segredo os conhecimentos de navegação pelo Atlântico.

Em 1498, Vasco da Gama (1460 ou 1469-1524) conseguia chegar às Índias. Pedro Álvares Cabral (1467 ou 1468-1520) só esteve no comando da esquadra porque era Cavaleiro da Ordem de Cristo e, como tal, tinha duas missões: criar uma feitoria na Índia e tomar posse de uma terra já conhecida, o Brasil. Sua presença era indispensável, pois só a Ordem de Cristo, herdeira da Ordem dos Templários, tinha autorização para ocupar os territórios tomados dos infiéis.

Domingo, 08 de março de 1500, Lisboa. Terminada a missa campal, o rei D. Manuel I sobe ao altar, montado no cais da Torre de Belém, toma a bandeira da Ordem de Cristo e a entrega a Pedro Álvares Cabral. O capitão vai içá-la na principal nave da frota que partirá para a Índia. Era uma esquadra respeitável, a maior já montada em Portugal com treze navios e 1.500 homens. Além, do tamanho, tinha outro detalhe incomum. O comandante não possuía a menor experiência como navegador. A bordo do navio de Cabral, estavam presentes alguns dos mais experientes navegadores portugueses, como Bartolomeu Dias, o mesmo que dobrou o cabo da Boa Esperança, atingindo pela primeira vez o oceano Índico e o navegante Duarte Pacheco que estava a bordo do navio para mostrar o caminho em direção ao Brasil.

Em 22 de abril de 1500, os portugueses chegavam ao Brasil. E no dia 26 de abril de 1500, quatro dias depois de avistar a costa brasileira, o cavaleiro Pedro Álvares Cabral cumpriu a segunda parte da sua tarefa. Levantou onde hoje é Porto Seguro a bandeira da Ordem de Cristo e mandou rezar a primeira missa no novo território. O futuro país estava sendo formalmente incorporado às propriedades da organização e ao Império Português.

O escrivão Pero Vaz de Caminha, que reparava em tudo, escreveu para o rei sobre a solenidade: "*Ali estava com o capitão à bandeira da Ordem de Cristo, com a qual saíra de Be-*

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

lém, e que sempre esteve alta."

Muitos pesquisadores acreditam que caso Cabral não tivesse aderido a Ordem de Cristo, ele jamais teria sido encarregado dessa viagem.

E a partir de então, enfrentando dificuldades não pequenas, os reis de Portugal, num trabalho contínuo através dos séculos, conseguiram promover a povoação e a civilização de um país de dimensões continentais, assentando solidamente as bases para o surgimento de um grande Império, unido na fé, na cultura e nos costumes.

As caravelas que aqui chegaram traziam abertas as velas com a cruz orbicular, símbolo máximo da instituição. E como alguns desses historiadores, embasados pela Teoria Templária da origem da Maçonaria, aventam que a Ordem possui ramificações oriundas dos Templários, não é, de acordo com os mesmos, de todo incorreto afirmarmos que também no Descobrimento do Brasil, a Ordem Maçônica teve uma parcela de participação, embora não diretamente como tal.

Embora tudo isso seja bastante interessante, particularmente, como buscador da verdade comprometido com a veracidade dos fatos, discordo veementemente dessa suposta ligação entre a Maçonaria e a Ordem de Cristo, principalmente pela falta de documentação comprobatória e também porque acho improvável que os maçons operativos daquela época, rústicos talhadores de pedras, se envolvessem em tão longas e arriscadas viagens. Não vejo qualquer lógica em se tentar ligá-los de alguma forma à Ordem de Cristo ou à Escola de Sagres. De minha parte acho um pouco fantasiosa demais, arriscada e até irresponsável qualquer tentativa de forçar uma ligação entre a Maçonaria e o Descobrimento do Brasil.

Já quanto à Ordem de Cristo, ninguém pode discordar da sua influência nas Grandes Navegações e nem de sua ligação com os remanescentes dos templários que buscaram refúgio em Portugal e que tanto a influenciaram.

Apenas achei relevante incluir esse capítulo na presente pesquisa por trazer informações até então por muitos desconhecidas sobre alguns dos fatores que levaram ao “descobrimento” do nosso país.

PARTE IV

**UMA BREVE INTRODUÇÃO À
HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA
MAÇONARIA BRASILEIRA**

Desta célebre Sociedade muito se tem escrito pró e contra, em todos os tempos e em todas as línguas; e só o homem que tem critério e tino na comparação destes diversos escritos, do peso de seus argumentos e da história do estabelecimento desta Ordem no oriente e ocidente, seus trabalhos, suas perseguições, pode fazer um juízo seguro do seu espírito e fins, da justiça e injustiça com que se a trata atualmente. Estou persuadido que com o teu juízo prudente e crítico, da lição destes escritos conhecerás o que é esta Ordem.

[Frei Caneca]

PRIMÓRDIOS DA MAÇONARIA BRASILEIRA

Concordo com o historiador Marcelo Linhares¹, quando o mesmo afirma que “*no Brasil, país novo, necessitando encontrar os seus verdadeiros caminhos, foi na Maçonaria que os patriotas procuraram abrigo, visando encontrar soluções para a Pátria*”.

Assim, podemos afirmar que a Maçonaria no Brasil, enquanto Instituição tem a sua história intrinsecamente relacionada com os grandes momentos que o país atravessou ao longo de todo o Período Colonial, do Império e da República. A leitura e o estudo de diversos autores, historiadores acadêmicos, profanos e maçônicos, fontes históricas, revistas, artigos, atas, boletins e periódicos pesquisados e analisados só reforçam a conclusão de que a Maçonaria sempre esteve presente nos principais acontecimentos políticos brasileiros, com participação efetiva e crucial para o desenrolar dos mesmos, senão como Ordem propriamente dita, através de alguns dos seus mais ilustres membros.

A introdução da “Ordem” no Brasil resultou das transformações ocorridas em Portugal a partir das reformas pombalinas. A sociabilidade maçônica foi trazida na bagagem dos jovens brasileiros que iam estudar na Universidade de Coimbra. Muitos destes estudantes brasileiros prosseguiram seus estudos em universidades inglesas e francesas, nas quais aprofundavam seus vínculos com os círculos maçônicos europeus. A Faculdade de Montpellier, muito procurada pelos estudantes brasileiros na época, constituía-se em um dos núcleos de “pedreiros-livres” mais conhecidos do sul da França². Montpellier, situada a 752 km de Paris, era, na época, um foco irradiador das novas ideias que tomavam conta do mundo, em cujo local funcionava uma universidade das mais célebres de então, com faculdades de medicina, ciências e letras, além de dez Lojas Maçônicas instaladas e em plena atividade.

Segundo Manoel Arão³, no fim do século XVIII, três núcleos maçônicos – ainda que não regularmente constituídos – teriam agido e acionado, naquele tempo, os germes de onde se irradiou e de que se condensou o primeiro período histórico da Maçonaria no Brasil. Esses três núcleos principais foram: o que agiu de acordo com a Conjuração Mineira; o que constituiu o célebre “Areópago de Itambé”; e o que, mais tarde, se fixou no Rio de Janeiro.

Nicola Aslan⁴, por sua vez, afirma que desde 1752 havia no Rio a “Associação Literária dos Seletos”; 1759 a “Academia dos Renascidos”, na Bahia; 1772 a “Científica”, no Rio; 1786

¹ LINHARES (1997, p.149).

² PONTES (2010, p.11).

³ (ARÃO, 1926).

⁴ (ASLAN, 1989).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

a “Arcádia Ultramontana”, também no Rio; 1796 o “Areópago de Itambé”, em Pernambuco. Todas sociedades secretas e a última, dizem, organizada nos moldes de Loja Maçônica.

Agora, quanto à questão sobre qual teria sido a primeira Loja Maçônica a funcionar no Brasil, não existe um consenso entre os historiadores. As opiniões divergem e muito, embora fiquem todas restritas a um período de pouco menos de 80 anos, situado entre 1724 e 1801.

Kurt Prober¹ ressalta que a primeira Loja Maçônica no Brasil, mesmo que irregular, foi a “Academia Brasileira dos Esquecidos”, fundada em 1724, onde teria sido Iniciado o Padre Gonçalo Soares de França e à qual pertenceram o Coronel Sebastião da Rocha Pitta, notável historiador da época e o Desembargador Caetano de Brito, mas cujas atas teriam sido queimadas durante a última sessão ocorrida em 04 de fevereiro de 1725.

Logo, a existência de Lojas Maçônicas no século XVIII, que antes era apenas uma possibilidade repleta de presunção, se transforma agora em quase certeza.

Álvaro Palmeira² também acredita nisso, quando nos informa que:

“A atividade maçônica no Brasil começou muito antes da Independência. A Maçonaria introduziu-se no Brasil na segunda metade do Século XVIII. Surgiu em quatro orientes, nesta ordem: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Eram maçons emigrados, ou aqui ‘Iniciados’, sobretudo portugueses que aportavam ou brasileiros que retornavam à Pátria”.

Outra vertente de historiadores discorda e afirma que a primeira referência a uma Loja Maçônica brasileira de que se tem notícia é que a mesma teria funcionado em águas territoriais da Bahia, ainda em 1797, a bordo da fragata francesa “*La Preneuse*”, Loja esta denominada “Cavaleiros da Luz”, pouco tempo depois transferida para a Barra, um bairro de Salvador.

Ainda sobre a Loja “Cavaleiros da Luz”, o pesquisador Hércule Spoladore³ fornece maiores detalhes:

“Em 14/07/1797 teria sido fundada uma Loja Maçônica a bordo da fragata francesa ‘La Preneuse’, na Bahia, pelo comandante Larcher, denominada ‘Cavaleiros da Luz’. Teriam sido seus fundadores: José da Silva Lisboa, padre Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Ignácio Bulcão, Francisco Muniz Barreto, Domingos da Silva Lisboa, José Borges Barros e o tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja”.

Essa informação, no entanto, assim como as anteriores, não encontra qualquer respaldo

¹ (PROBER, 1975).

² PALMEIRA (in: “8ª Aula do Seminário Geral de Mestres Maçons – na 4ª parte: Os Primórdios da Maçonaria no Brasil”).

³ SPOLADORE (2015, p.20).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

documental, o que a torna bastante questionável do ponto de vista historiográfico.

De acordo com Nicola Aslan¹, a primeira notícia que se tem de uma Loja Maçônica no Brasil, data do ano 1800. As *'Efemérides'* do Barão do Rio Branco consignam o testemunho do capitão francês Landolphe o qual, aprisionado, graças à sua qualidade de maçom, fora convidado pelo filho do Vice-Rei Conde de Resende, a assistir a uma 'festa maçônica' na Loja "União". Segundo o relato de Landolphe, entre os que compareceram, "*estavam presentes no meio dos primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja*". Esta Loja "União" que cinco maçons dispersos constituíram em 1800, trabalhava em Niterói, no antigo "Rito dos Doze Graus".

Ainda segundo o referido autor, em 1801, ela se transformou na Loja "Reunião", recebendo por meio do Irmão Laurent a Carta Constitutiva e os Estatutos Reguladores do Grande Oriente da Ilha de França, hoje denominada Ilhas Maurício, Potência Maçônica fundada em 1776 e subordinada ao Grande Oriente de França.

Portanto, comprovadamente podemos dizer que a primeira Loja "regular" do Brasil foi a "Reunião", fundada em 1801, no Rio de Janeiro, filiada ao Oriente da Ilha de França (*Ille de France*), antigo nome das Ilhas Maurício, à época possessão francesa e hoje britânica², e que a partir de então passou a trabalhar no Rito Adonhiramita.

Corroborando o relato acima, na obra "*Efemérides Brasileiras*" do Barão do Rio Branco³ somos confrontados com a seguinte assertiva:

"1800 – Uma divisão naval francesa, comandada pelo capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro, fez algumas presas e seguiu nesta data para o Norte. Na altura de Porto Seguro encontrou-se com a esquadra do comodoro inglês Rowley Bulteel, e no combate renderam-se duas fragatas francesas. Os prisioneiros foram entregues no Rio de Janeiro ao Vice-Rei Conde de Resende. Refere o comandante Landolphe que foi bem tratado porque era 'pedreiro-livre'. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma 'festa maçônica'. Introduzido no recinto do Templo, diz ele, em suas memórias: 'Ouvi com muito prazer o discurso do Venerável; mas o que me encheu de admiração foi ver nesse lugar, entre os primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja'".

O mestre em história da U.E.R.J. (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) Frederico

¹ ASLAN (1997, p.96).

² (CARVALHO, 2016).

³ BRANCO (1938, p.425).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Guilherme Costa¹ discorre sobre um trecho extraído de “*Annaes Maçônicos Fluminenses*”, de 1832, cujo autor, embora pertencente ao “*Quadro Histórico da Maçonaria do Rio de Janeiro*”, permanece desconhecido; e que traz algumas pequenas alterações, como o nome da fragata e o nome do Comandante da mesma, por exemplo, mas que não mudam o contexto geral dos acontecimentos e nem o fato dessa Loja ter de fato existido ainda em 1800:

“No ano de 1800, cinco maçons desses dispersos, formaram uma Loja e começaram, com inviolável segredo, a ‘Iniciar’ pessoas que gozavam de crédito, instruídas e bem morigeradas. Essa primeira Loja, que se chamou ‘União’, avultou logo em adeptos; e como nela se incorporassem outros maçons, que já então principiavam a trabalhar, em memória de concordarem todos em fazer um só corpo para melhor se coadjuvarem, chamou-se desde logo, ‘Reunião’. Já os maçons fluminenses trabalhavam com alguma regularidade no antigo ‘Rito dos Doze Graus’, quando feita a paz em Amiens, entrou neste porto a corveta ‘Hydre’, com destino à Ilha de Bourbon. E porque Mr. Laurent e mais alguns oficiais eram maçons, pediram para visitar a Loja e, cheios de admiração, à vista do zelo com que debaixo de tantos perigos se trabalhava, deram o atestado de seu reconhecimento e aceitaram contentes a ‘prancha’ (o mesmo que carta) que se lhes ofereceu, para filiarem a Loja ‘Reunião’ no círculo do Oriente da Ilha de França, o que se efetuou, recebendo-se dali, por intervenção do mesmo Mr. Laurent, a carta de reconhecimento e filiação, os estatutos e reguladores que se costumam dar em tais casos”.

Já em 05 de julho de 1802, maçons portugueses instalaram em Salvador, na Bahia, a Loja “Virtude e Razão”, que adotou o Rito Moderno, não se subordinando, porém, a qualquer Obediência Maçônica². E que seria, segundo alguns autores, a sucessora da Loja “Cavaleiros da Luz” de 1797.

Em 1804 foram fundadas no Rio de Janeiro as Lojas “Consciência” e “Filantropia”, patrocinadas pelo Grande Oriente Lusitano.

Em 1806, D. Marcos de Noronha e Brito (Conde dos Arcos), vice-rei do Brasil e ferrenho perseguidor da Maçonaria, levou ao encerramento das atividades das Lojas “Constância” e “Filantropia”, sobrevivendo apenas a da Bahia – “Virtude e Razão”.

Depois da fundação daquelas três primeiras Lojas “oficiais”, espalharam-se, nos primeiros anos do século XIX, Lojas nas províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, livres, ou sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano e do da França. Convém salientar que

¹ COSTA (1999, p.42-43).

² ASLAN (1997, p.97).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

os governos coloniais da época tinham instruções precisas para impedir o funcionamento de Lojas no Brasil. Tanto assim que aquelas Lojas – “Constância” e “Filantropia” – foram fechadas em 1806 no Rio de Janeiro, cessando as atividades maçônicas nesta cidade, mas mesmo assim, continuaram se expandindo, principalmente na Bahia e em Pernambuco.

Em 30 de março de 1807, 12 membros da Loja “Virtude e Razão” retiraram-se daquela oficina e fundaram a Loja “Virtude e Razão Restaurada”.

Em 1809 fundou-se em Olinda a Loja “Regeneração”, sendo considerada como a primeira Loja “regular” de Pernambuco. Curiosamente foi fundada por três membros da Igreja: padre João Ribeiro, padre Luiz José Cavalcanti e padre Miguel Joaquim de Almeida Castro.

Em 1812 fundou-se em Recife, a Loja “Restauração”.

Em 1813 foi instalado na Bahia, o “Grande Oriente Brasileiro”, formado pelas Lojas “Humanidade”, “Virtude e Razão” e “União”, todas de Salvador. Este Grande Oriente teve vida efêmera.

Já o historiador José Vasconcelos¹ afirma que José Joaquim da Rocha fundou, muito antes da nossa Independência, ainda em 1813, a Loja “Distintiva”, num recanto da antiga Praia Grande, atualmente Niterói. Não ostentava essa Loja o rótulo disfarçado de “Academia” com que geralmente se apresentavam as sociedades maçônicas daquele tempo. Seu nome era simbólico; e os sinais, toques e palavras de que se utilizava eram diversos dos que serviam às demais. Também o emblema era privativo: um índio, de olhos vendados, com as mãos agrilhoadas, tendo a presidi-lo a sombra de um gênio, como a querer libertá-lo da prisão. Era, pois, uma clara referência ao Brasil escravizado e o sentimento da Pátria, atento e velando por sua liberdade.

É citada também, em alguns livros, uma “Grande Loja Provincial” de Pernambuco, formada pelas Lojas “Restauração”, “Patriotismo” e “Guatimozin”, mas não são claras as datas de sua fundação. Estas Lojas teriam sido fundadas a partir de 1812. Juntamente com estas Lojas foram criadas mais duas: “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, que, segundo estes mesmos autores, teriam sido fundadas pelos negociantes Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá) e Domingos José Martins depois de 1814².

Sobre essa “Grande Loja Provincial”, Nicola Aslan³ nos conta que:

“É igualmente mencionada, entre os anos de 1809 e 1816, a existência de várias Lojas em Pernambuco. Quatro delas, entre as quais as Lojas ‘Restauração’ e ‘Patriotismo’ chega-

¹ VASCONCELOS (1972, p.37).

² SPOLADORE (2015, p.20).

³ ASLAN (1997, p.97-98).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ram a formar uma Grande Loja Provincial. Cita-se ainda as Lojas 'Guatimozin', 'Pernambuco do Oriente' e 'Pernambuco do Ocidente', entre outras. Todas estas Lojas tinham, porém, um cunho essencialmente político e preparavam uma revolução de caráter republicano. O movimento emancipacionista encabeçado pelos maçons, entre os quais padres, malogrou por ter eclodido prematuramente. Nesta Revolução Pernambucana de 1817 muitos brasileiros patriotas perderam a vida”.

O Rio de Janeiro, contudo, não podia ficar sem uma Loja, e apesar da proibição os trabalhos prosseguiram com as Lojas “São João de Bragança” e “Beneficência”.

Em 24 de junho de 1815, no Rio de Janeiro, fundou-se a Loja “Comércio e Artes”, congregando os maçons Joaquim Gonçalves Ledo, Brigadeiro Domingos Alves Muniz Barreto, Tenente-Coronel José Joaquim da Gama e Silva, Major Francisco de Paula Vasconcelos, Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Desembargador Luiz José de Carvalho e Melo, José Severiano da Costa e outros¹.

Um fato importante para a história do futuro “Grande Oriente do Brasil” foi que a Loja Comércio e Artes, fundada em 1815, conservara-se independente, adiando a sua filiação ao Grande Oriente Lusitano, porque os seus membros pretendiam criar uma Obediência 100% brasileira.

Convém ainda salientar que no ano de 1817 ocorreram dois fatos de suma gravidade em termos de crime de lesa-majestade. Estouraram duas revoluções:

I) a Revolução Pernambucana de 1817, um movimento revolucionário, de caráter fortemente nacionalista, feito no sentido de implantar a República em Pernambuco;

II) Conspiração Liberal de Lisboa de 1817, liderada pelo Irmão General Gomes Freire de Andrade, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano.

Dado esse clima de sedição, tanto em Portugal quanto no Brasil, houve a expedição do famigerado “Alvará de 30 de março” de 1818, que proibia o funcionamento das sociedades secretas. As Lojas resolveram então cessar seus trabalhos, até que pudessem ser reabertas sem perigo. Os maçons, todavia, continuaram a trabalhar secretamente como no “Clube da Resistência”, fundado no Rio de Janeiro.

Sobre isso Nicola Aslan² descreve que:

“Numa tentativa que tinha em vista debelar os movimentos libertários contra o absolutismo, D. João VI editou o “Alvará de 30 de março de 1818”, que teve curso tanto em Portu-

¹ GOMES (1975, p.41).

² ASLAN (1997, p.98).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

gal como no Brasil. O decreto declarava criminosas e proibidas todas as sociedades secretas, quaisquer que fossem as suas denominações e punha um termo às atividades maçônicas no Brasil; aparentemente, pelo menos, pois as Lojas continuavam com o seu trabalho político em outros locais e sob novas denominações. Pode ser citado, por exemplo, o ‘Clube Recreativo e Cultural da Velha Guarda’, formado por Joaquim Gonçalves Ledo e outros patriotas, o qual manteve acesa a chama por um Brasil independente”.

Deste modo, pelo “*Alvará de 30 de março de 1818*”, assinado por D. João VI na Real Fazenda de Santa Cruz e referendado pelo Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, proibiu-se o funcionamento das sociedades secretas¹.

Mas um fato histórico que reforça a importância da Maçonaria no Brasil no início do século XIX foi a inusitada resposta do então Príncipe Regente D. João VI ao receber uma lista dos maçons que deveriam ser presos, proclamando atônito diante do tamanho da lista: “*mas foram estes que me salvaram*”².

Estourou então, a Revolução Liberal do Porto em 1820, liderada pelos maçons portugueses, exigindo a volta de D. João VI para Portugal. A partir daí os acontecimentos começaram a se precipitar. Ao mesmo tempo era desencadeada também na Espanha a Revolução de 1820. A ideologia liberal (leia-se: maçônica) começava a contestar os Estados Absolutistas da Península Ibérica.

No Brasil, o ano de 1821 começou com uma série de acontecimentos político-militares que culminariam na Independência da Colônia. Como naquela época inexistiam os partidos políticos, foi necessária uma organização que coordenasse e mobilizasse o descontentamento político; e a Maçonaria brasileira emprestou a sua organização para tal fim. Voltava a mesma, então, à plena atividade.

O primeiro ato foi a sedição das tropas lusitanas, a 26 de fevereiro de 1821, que impunham ao rei D. João VI o juramento à Constituição portuguesa, o que provocou o início de uma intensa conspiração, entre os quais, muitos maçons, visando já à Independência do Brasil. Os acontecimentos seguintes foram os de 20 e 21 de abril, quando houve a sedição dos eleitores, exigindo a permanência do Rei no País, o que provocou a pronta reação das tropas portuguesas, que garantiram o embarque da Família Real. Todos esses fatos atraíram a atenção policial contra os maçons, o que não impediu, todavia, que a Loja “Comércio e Artes” voltasse a trabalhar secretamente, reerguendo suas colunas a 24 de junho de 1821. Agora com o nome de

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.51).

² CORDEIRO (2008, p.23).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Loja “Comércio e Artes na Idade do Ouro”, sob os auspícios do Grande Oriente de Portugal, Brasil e Algarves.

Ao que o historiador maçônico Nicola Aslan¹ complementa:

“Com o embarque de volta a Portugal de D. João VI, a 26 de abril de 1821, a regência do Brasil passou às mãos do Príncipe D. Pedro I. Reagrupando-se, os maçons do Rio de Janeiro reiniciaram, a 05 de junho, as sessões secretas da Loja ‘Comércio e Artes’, que foi novamente reinstalada oficialmente, a 24 de junho de 1821, sob o título distintivo de ‘Comércio e Artes na Idade de Ouro’, voltando a trabalhar no Rito Adonhiramita”.

No dia 09 de dezembro de 1821, José Joaquim da Rocha, antigo maçom, fundava em sua casa uma agremiação de caráter político, à qual denominou “Clube da Resistência”, tendo por companheiros: Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Antônio Meneses de Vasconcelos Drumond, Joaquim José de Almeida, Luiz Pereira da Nóbrega e outros².

A afluência de adesões foi tão grande nos meses seguintes que logo se pensou em criar uma “Obediência Nacional”, fato que teria lugar a 17 de junho de 1822, com a subsequente divisão da Loja “Comércio e Artes”, formando o trio de Lojas fundadoras do primeiro Grande Oriente nacional: “Comércio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança”. A partir deste momento, a Maçonaria brasileira deixava de ser um grupo heterogêneo de Lojas esparsas ou ligadas a algumas Obediências Estrangeiras para se transformar em mais uma célula do sistema obediencial mundial.

Em princípios em 1822, a Loja “Comércio e Artes” tinha em seu quadro 94 membros, número mais que suficiente para se desdobrar em mais duas Lojas e assim formar a primeira Obediência Maçônica brasileira. Criadas as Lojas “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”, foi fundado, em 17 de junho de 1822, o “Grande Oriente Brasileiro”. Foram eleitos por aclamação, como seu Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva; como seu Grão-Mestre Adjunto, o Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, e como o seu Primeiro Grande Vigilante, Joaquim Gonçalves Ledo. Em seus primórdios, essa Loja trabalhava no Rito Moderno.

José Bonifácio, como Ministro do Reino, era, então, a figura principal do Gabinete do Príncipe Regente, desde 16 de janeiro de 1822. Foi o primeiro cidadão brasileiro a presidir um Ministério. Tinha 59 anos. Era poderosa a sua influência sobre D. Pedro e D. Leopoldina.

Para atrair D. Pedro à Maçonaria, Gonçalves Ledo sabia que, primeiro, deveria chamar a

¹ ASLAN (1997, p.98).

² GOMES (1975, p.58).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

seu seio José Bonifácio e fazer dele o Grão-Mestre, o que não foi difícil, pois, também maçons eram os seus principais amigos e os seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada e Silva.

Habilidosamente, porém, Ledo conservou para si próprio, o cargo de 1º Grande Vigilante, no qual continuaria como o verdadeiro chefe da Maçonaria brasileira, já que o Grão-Mestre Adjunto, Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, concordara, fiel à orientação traçada, nunca exercer o cargo.

Fundado, pois, o “Grande Oriente Brasileiro”, o Brasil se preparava para a arrancada final que o conduziria à Independência. O movimento se tornou irreprimível, impulsionado pelos maçons, dentro e fora das Lojas.

Resumindo, a 17 de junho de 1822, foi criada a primeira Obediência Maçônica do Brasil – o “Grande Oriente Brasílico”, ou “Brasiliano”, com a finalidade principal de lutar pela Independência política do Brasil. Para que fosse fundado o Grande Oriente, a Loja “Comércio e Artes” – criada em 1815, inativa após o alvará governamental de 1818 que proibia o funcionamento das sociedades secretas; e reerguida em 1821 – foi dividida em três Lojas, daí resultando, além dela mesma, a “União e Tranquilidade” e a “Esperança de Niterói”¹.

Abaixo segue um breve apanhado dos primórdios da Maçonaria no Brasil até a fundação do primeiro “Grande Oriente do Brasil”, a mais antiga Obediência maçônica nacional legalmente constituída. Apesar da precariedade documental, com base no que vimos até agora, pode-se apresentar a seguinte cronologia:

1724 – Fundação da “Academia Brasileira dos Esquecidos”;

1796 – Fundação, em Pernambuco, do “Areópago de Itambé”;

1797 – Fundação da Loja “Cavaleiros da Luz”, na povoação da Barra, Bahia;

1800 – Criação, em Niterói, da Loja “União”;

1801 – Instalação da Loja “Reunião”, sucessora da “União”;

1802 – Criação, na Bahia, da Loja “Virtude e Razão”;

1804 – Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;

1806 – Fechamento, pelo Conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e “Filantropia”;

1807 – Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”;

1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”;

1812 – Fundação da Loja “Distintiva”, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói);

1813 – Instalação, na Bahia, da Loja “União”;

¹ CASTELLANI (2001, p.2).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

1813 – Fundação de uma Obediência efêmera e sem suporte legal – que alguns consideram como o primeiro “Grande Oriente Brasileiro” – constituída por três Lojas da Bahia;

1814 – Fundação das Lojas “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”;

1815 – Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja “Comércio e Artes”;

1818 – Expedição do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, o que provocou a suspensão – pelo menos aparentemente – dos trabalhos maçônicos;

1821 – Reinstalação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro;

1822 – 17 de junho: fundação do “Grande Oriente do Brasil”.

AS PRIMEIRAS POTÊNCIAS MAÇÔNICAS BRASILEIRAS

Em 1813 foi instalado na Bahia, o “Grande Oriente Brasileiro”, formado pelas Lojas “Humanidade”, “Virtude e Razão” e “União”, todas elas de Salvador. Este Grande Oriente, no entanto, teve vida efêmera e não possuía nenhum suporte legal das Potências estrangeiras.

Cita-se, também, em vários livros, uma “Grande Loja Provincial” de Pernambuco, formada pelas Lojas “Restauração”, “Patriotismo” e “Guatimozin”, mas não são claras as datas de fundação. Estas Lojas teriam sido fundadas a partir de 1812. Juntamente com estas Lojas foram criadas mais duas “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, que teriam sido fundadas pelos negociantes Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá) e Domingos José Martins depois de 1814¹.

Às vésperas da Independência, já em 1822, tornava-se premente a necessidade da criação de um Alto Corpo Maçônico 100% Brasileiro; por outro lado, o quadro da Loja “Comércio e Artes” tornara-se demasiadamente grande, e assim, surgiu a ideia de dividi-la em três oficinas, e com estas, de acordo com a praxe, fundar-se a nova Obediência Maçônica.

Uma Assembleia Geral, realizada a 17 de junho de 1822, desmembrou a Loja e criou as Lojas “Comércio e Artes na Idade do Ouro”, “União e Tranquilidade” e “Esperança” de Niterói, fundando, ao mesmo tempo, o Grande Oriente Brasileiro, o qual, após ostentar várias denominações (“Grande Oriente Brasílico”; “Grande Oriente Brasileiro”), recebeu a de “Grande Oriente do Brasil” (atualmente conhecido como G.O.B.).

Na mesma ocasião foi aclamado o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva para ser o Grão-Mestre da nova Potência Maçônica, que iniciou os seus trabalhos no Rito Adonhiramita, adotando, posteriormente, o Rito Moderno, sendo então reconhecida pelo Grande Oriente de

¹ SPOLADORE (2015, p.20).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

França e pelas Grandes Lojas da Inglaterra e dos Estados Unidos¹.

José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, cuja primeira Obediência foi o “Grande Oriente Brasílico”, fundado a 17 de junho de 1822. Embora, na época o pensamento dominante dos maçons brasileiros pendesse para a luta pela Independência política do Brasil, já existiam os que, a par dessa luta, preocupavam-se com a situação dos escravos negros. Fechado logo após a Proclamação da Independência, a 25 de outubro de 1822, pelo seu Grão-Mestre na época, o Imperador D. Pedro I, que sucedera a José Bonifácio, o Grande Oriente, agora como “Grande Oriente do Brasil”, ressurgiria em 1831, tendo, novamente, José Bonifácio como seu Grão-Mestre, numa época em que as pressões internacionais, inclusive maçônicas, iam se tornando cada vez mais fortes no sentido de abolir o tráfico de africanos².

D. Pedro I, herdeiro da Coroa de Portugal, e José Bonifácio, seu primeiro ministro, não mostravam o menor interesse quanto à Independência total do Brasil em relação a Portugal.

“[...] Tiveram, todavia, de ceder à imposição dos patriotas, os quais, em número não maior de seiscentos, constituíam, porém, a elite do Brasil da época. Esta elite era toda de maçons, os quais contiveram as ambições de D. Pedro I e de José Bonifácio, os quais vingaram-se, depois da Aclamação de D. Pedro, fechando a Maçonaria³”.

O agitado período de transição de Reino Unido a Portugal e Algarves – existente desde 1815 – para país independente, iria trazer intensas lutas políticas pelo poder, envolvendo o Grande Oriente, já que lá estavam dois grupos que aspiravam à privança do Príncipe Regente D. Pedro – depois Imperador – e que desejavam comandar, politicamente, a jovem nação independente: o grupo do Grão-Mestre do “Grande Oriente” José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro todo-poderoso da Regência e figura internacionalmente conhecida; e o grupo do 1º Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, político fluminense que era, realmente, a maior liderança maçônica da época, mas não tinha o prestígio nacional e internacional do Andrada⁴.

Nos primeiros dias após a proclamação “oficial” da Independência, em 07 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do “Grande Oriente”, as quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora da Assembleia Geral, empossando D. Pedro no cargo, a 04 de outubro de 1822. O troco seria no terreno político, com Bonifácio mostrando ao Imperador que a

¹ ASLAN (1997, p.99).

² CASTELLANI (1998, p.31-32).

³ ASLAN (1997, p.52).

⁴ CASTELLANI (2001, p.2).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

luta da Independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrada pelo grupo adversário, com exigências descabidas a D. Pedro de jurar à Constituição ainda não votada e aprovada, e a assinatura de três papéis em branco. Diante disso, enquanto José Bonifácio instaurava processo contra os membros do grupo de Ledo, D. Pedro enviava a este a ordem para fechar o “Grande Oriente”, o que aconteceria a 25 de outubro de 1822¹.

O “Grande Oriente Brasílico” foi fechado a 25 de outubro de 1822, por ordem de seu segundo Grão-Mestre: D. Pedro I, em função de fatores políticos. E a Maçonaria obediencial brasileira só ressurgiria a partir de 1830, com dois ramos, oriundos do mesmo tronco original.

Durante praticamente todo o período do 1º Império, as Lojas brasileiras permaneceram em recesso, só começando a ressurgir quando o cenário nacional caminhava para uma grave crise política, que iria levar, a 07 de abril de 1831, à abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, D. Pedro II, então com pouco mais de cinco de idade, ao qual, alguns dias depois, ele escreveria uma carta, como se adulto fosse o herdeiro, plena de dramaticidade².

O embarque de D. Pedro I realizou-se a 07 de abril de 1831, no mesmo dia em que abdicara a favor de seu filho D. Pedro II; e a Maçonaria, que até então permanecera oculta, ressurgiu vigorosa e pujante, reiniciando as suas atividades à luz do dia.

Portanto, depois da abdicação de D. Pedro I, ressurgiu o Grande Oriente Brasileiro e logo depois, ainda em 1831, foi reinstalado o “Grande Oriente do Brasil”, sendo novamente eleito para Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, em novembro desse ano³.

Em 1830 havia sido fundado o “Grande Oriente Nacional Brasileiro”, o qual, ao ser oficialmente instalado, a 24 de junho de 1831, passou a se chamar, simplesmente, “Grande Oriente Brasileiro”, também conhecido, inicialmente, por “Grande Oriente da Rua de Santo Antônio” e depois, por “Grande Oriente do Passeio”, em alusão ao local em que se instalou. Ele foi formado, inicialmente pelas Lojas “União”, “Vigilância da Pátria” e “Sete de Abril”, às quais logo se juntou a “Razão” de Cuiabá (MT). A sua primeira administração tinha homens de peso no cenário nacional: Nicolau de Campos Vergueiro (Senador) como Grão-Mestre; Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) como Grande Orador; e padre Belchior Pinheiro de Oliveira como Grande Secretário.

Sobre o “Grande Oriente do Passeio”, Nicola Aslan⁴ esclarece que:

“Em 1831 foi instalado o Grande Oriente Brasileiro. Tendo Iniciado as suas atividades

¹ CASTELLANI (2001, p.2).

² CASTELLANI (2001, p.2).

³ ASLAN (1997, p.52).

⁴ ASLAN (1997, p.100-101).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

na Rua Santo Antônio, este Grande Oriente mudou-se, no ano seguinte, para local mais amplo, na Rua do Passeio nº 36; daí as suas denominações de Grande Oriente de Santo Antônio e 'Grande Oriente do Passeio'. Teve como primeiro Grão-Mestre o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um dos três regentes provisórios nomeados depois da abdicação de D. Pedro I. Tendo Iniciado os seus trabalhos no Rito Moderno, adotou, posteriormente, o Rito Escocês Antigo e Aceito”.

Ao que José Castellani¹ complementa:

“A administração do ‘Grande Oriente Brasileiro’, ou do ‘Passeio’, tinha homens de grande envergadura e de peso político-social em seus quadros, como o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, seu Grão-Mestre; Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), como seu Grande Orador; e padre Belchior Pinheiro de Oliveira, como Grande Secretário. Embora fundado, em 1830, antes da abdicação de D. Pedro I, o ‘Grande Oriente do Passeio’ viria a ser instalado oficialmente a 24 de junho de 1831, quando passou a se denominar apenas ‘Grande Oriente Brasileiro’, que era formado pelas Lojas ‘União’, ‘Vigilância da Pátria’ e ‘Sete de Abril’, às quais logo se juntou a ‘Razão’, de Cuiabá”.

Apesar de um grande surto evolutivo inicial, o “Grande Oriente do Passeio” acabou entrando em declínio, vindo a desaparecer cerca de 30 anos depois, sendo, suas Lojas e obreiros, absorvidos pelo “Grande Oriente do Brasil”².

O “Grande Oriente do Brasil”, sucessor do “Brasílico”, foi reinstalado a 23 de novembro de 1831, tendo, novamente, José Bonifácio como Grão-Mestre, o qual, no início de 1832, lançava um Manifesto do “Grande Oriente do Brasil”, comunicando o reerguimento da Obediência, aos maçons e às demais Obediências de todo o mundo.

Os remanescentes do “Grande Oriente Brasílico”, todavia, verificando que, após o 07 de abril, havia um clima de maior liberdade política, que seria propício aos trabalhos maçônicos, reuniram-se em outubro de 1831, para deliberações, reinstalando os três primeiros quadros no “3º dia do 9º mês do Ano da Verdadeira Luz de 5831”, ou seja, 23 de novembro de 1831, da *Era Vulgar*. Para que esse ato fosse legalizado, os primeiros Oficiais do “Brasílico” reuniram-se em Grande Loja – o corpo administrativo – juntamente com primeiro Grão-Mestre nomeado, sob a determinação de que todos só serviriam provisoriamente, até que fosse concluída a Constituição do “Grande Oriente do Brasil”, sucessor do “Brasílico”, ou “Brasiliano”.

¹ CASTELLANI (2001, p.2-3).

² CASTELLANI (1998, p.45).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Sobre esse Grande Oriente, Nicola Aslan¹ traz mais informações:

“Finalmente, com o regresso do exílio de José Bonifácio e seus irmãos, foi oficialmente reinstalado o ‘Grande Oriente do Brasil’, a 23 de novembro de 1831. No ano seguinte, assinado por José Bonifácio como Grão-Mestre, foi dado a público um manifesto sem data. Nele se comunicava aos maçons espalhados pela superfície da Terra a restauração do ‘Grande Oriente do Brasil’, ao mesmo tempo em que um apelo era dirigido aos maçons brasileiros para que se unissem sob a jurisdição do primeiro ‘Grande Oriente’”.

Com o reaparecimento da Maçonaria em terras brasileiras, iniciava-se, porém, um período bastante difícil e confuso. Fundavam-se Lojas, que se agrupavam em Grandes Orientes, os quais surgiam e se desfaziam continuamente. O aparecimento de Supremos Conselhos do Rito Escocês Antigo e Aceito veio trazer o seu contingente de motivos para o surgimento de novos Altos Corpos híbridos que se fundiam e se separavam sem cessar. Foi um reflorescimento espontâneo, porém caótico, à semelhança do acontecido na Europa, no séc. XVIII. Foi também o período em que o “Grande Oriente do Brasil” adquiriu personalidade própria e sua estrutura administrativa. Foi o período em que se fixou a orientação que havia de transformá-lo na maior Potência Simbólica do mundo latino².

As duas Obediências Maçônicas passavam, evidentemente, a disputar a posição de legítima sucessora do “Grande Oriente Brasílico”. O “Grande Oriente Brasileiro”, ou do “Passeio”, fora fundado, na realidade, por muitos maçons remanescentes dos quadros do “Grande Oriente” de 1822, que o consideravam extinto. Quando antigos dignitários do antigo “Brasílico” resolveram reinstalá-lo como “Grande Oriente do Brasil”, muitos dos maçons e Lojas deixaram o “Passeio” e aderiram a ele.

Algum tempo depois, ou seja, no início de 1832, era lançado, com a assinatura do Grão-Mestre José Bonifácio e sem data, um manifesto do “Grande Oriente do Brasil”, dirigido às demais Potências Maçônicas do mundo. O manifesto de 1832 contém um convite aos maçons do “Passeio”, para que todos se reunissem sob uma só bandeira. O convite, todavia, foi recusado, por diversos motivos, um deles fundamental: o círculo do “Passeio” detinha a primazia da restauração do sistema obediencial no Brasil e não reconhecia o “Grande Oriente do Brasil” como legal, porque José Bonifácio, que deixara de ser Grão-Mestre em 1822, não poderia reaparecer no cargo, caso tivesse ocorrido uma simples suspensão dos trabalhos, seguida de um recomeço. Na realidade, quando Bonifácio foi alijado, em 1822, para dar lugar a D. Pedro,

¹ ASLAN (1997, p.101).

² ASLAN (1997, p.100).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

o Delegado Grão-Mestre era o Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega, nomeado a 17 de agosto; e o 1º Grande Vigilante era Ledo, completando a linha de sucessão, na ausência de D. Pedro¹.

Em paralelo a isso, a 12 de novembro de 1832 era instalado, no Rio de Janeiro, o “Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito para o Império do Brasil” com poderes outorgados a Francisco Gê Acayaba de Montezuma pelo “Supremo Conselho dos Países Baixos”², como se pode ver em circular, emitida a 09 de fevereiro de 1833. Seu fundador, Francisco Gomes Brandão, futuro Visconde de Jequitinhonha, havia adotado o nome nativista de Francisco Gê Acayaba de Montezuma. O “Supremo Conselho do Grau 33” do Brasil foi criado com patente concedida pelo “Supremo Conselho dos Países Baixos”, emitida mais de três anos antes, a 12 de março de 1829³.

A 1º de dezembro de 1840, num fato importante para a história posterior do “Grande Oriente do Brasil”: assumia o cargo de Soberano Grande Comendador o Conde de Lages, João Vieira de Carvalho que dirigiu o Supremo Conselho durante quase sete anos, com atuação importante na história da Oficina Chefe do Rito. Nessa época, o “Grande Oriente do Passeio” começava a conhecer um período de declínio, o que o faria perder diversas Lojas para o “Grande Oriente do Brasil”. Isso o levaria a uma maior aproximação com o “Supremo Conselho”, que também estava em fase de declínio, precipitando a fusão que ocorreria logo depois.

A 12 de janeiro de 1842 era sancionada uma nova Constituição do “Grande Oriente do Brasil”, em termos bastante liberais e tolerantes, incluídos no sentido de atrair as Lojas que estivessem fora da jurisdição, o que acabaria acontecendo, pois, nessa época, várias Lojas deixavam o “Passeio” e filiavam-se ao “Grande Oriente do Brasil”.

Ainda em 1842, na metade do ano, o “Grande Oriente do Brasil” instalava-se no prédio da Rua do Lavradio, depois de reformas, já que o edifício, originariamente, era destinado a abrigar um teatro. E ali ficaria o “Grande Oriente do Brasil”, até 1979, quando foi feita a sua mudança para Brasília, a nova Capital Federal⁴. Por conta disso, passaria também a ser conhecido como “Grande Oriente do Lavradio”.

Em 1861 o “Grande Oriente do Brasil”, ou do “Lavradio”, contava com 63 Lojas e 46 Capítulos⁵ sob a sua jurisdição.

Em 1863, com a participação de 07 Lojas saídas do “Grande Oriente do Brasil”, Saldanha Marinho fundou uma nova corporação com a denominação de “Grande Oriente dos Bene-

¹ CASTELLANI (2001, p.3).

² ASLAN (1997, p.101).

³ CASTELLANI (2001, p.4).

⁴ CASTELLANI (2001, p.5).

⁵ ASLAN (1997, p.101).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ditinos”, do qual foi Grão-Mestre¹.

Nicola Aslan² assim se refere a esse histórico momento:

“Em 1863, durante o Grão-Mestrado do Barão de Cairu, sete Lojas romperam com o ‘Grande Oriente do Brasil’, formando um novo Grande Oriente, o dos ‘Beneditinos’, que elegeu para Grão-Mestre o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, o célebre ‘Ganganelli’”.

Em 1880, nas eleições realizadas a 15 de março, Rio Branco e Francisco José Cardoso Júnior eram reconduzidos aos seus cargos no “Grande Oriente”, mas a Obediência seria dirigida, praticamente, pelo Adjunto, pois Rio Branco, cada vez mais debilitado, não tinha condições físicas para exercer novamente o cargo, vindo a falecer a 1º de novembro do mesmo ano. O Grande Oriente e Supremo Conselho decretaram luto de 21 dias e todas as Oficinas suspenderam seus trabalhos, em respeito a um dos mais excepcionais Soberanos Grandes Comendadores e Grão-Mestres que tiveram.

O Boletim Oficial do “Grande Oriente do Brasil”, em seu nº 10, do 9º Ano, referente a outubro de 1880, mas publicado em novembro do mesmo ano, à página 399, trazia, tarjada de negro, a seguinte nota, em homenagem a Rio Branco:

À ÚLTIMA HORA

Ao morto – paz eterna!

MMAç.:do Lavradio, em pé e à ord.:.

Curvai a frente aos insondáveis decretos do Supr.: Ar.: do Univ.:! Cubri de crepe vossos estandartes! Chorai, Filhos da Viúva! O Mestre dos Mestres desatou o avental do trabalho, depôs a trolha, o malho, o cinzel, o compasso e o esquadro, e foi descansar das lides mundanas. O Visconde do Rio Branco, sétimo Sob.: Gr.: Mest.: Gr.: Com.: do Gr.: Or.: e Supr.: Cons.: do Brasil, ao Val.: do Lavradio, no dia 1º de novembro, às 7 horas e 5 minutos da tarde, entregou a alma ao Criador dos Mundos. Dez anos, sete meses e um dia, esse venerando Maç.: nos chamou ao trabalho e guiou-nos na senda do justo e do honesto. A senda por ele traçada, seja por nós sempre trilhada. Agora, de joelhos MMAç.:! E contritos, deixemos passar o cadáver do extremoso filho que, desde as margens do Guanabara às do Prata, o Brasil inteiro pranteia³.

¹ GOMES (1975, p.113).

² ASLAN (1997, p.101).

³ CASTELLANI (2001, p.35-36).

OS GRANDES ORIENTES INDEPENDENTES

No final de 1882, começaria a chegar ao fim a cisão na Maçonaria Brasileira, com a fusão das duas Obediências em que ela se dividia. Saldanha Marinho, doente e cansado, vendo o esvaziamento de suas Lojas e sem poder comandar convenientemente, o seu “Grande Oriente Unido”, pediu demissão de seu cargo, a 30 de março de 1882, incentivando, inclusive, a fusão, cujas negociações foram aceleradas a partir do momento em que o “Supremo Conselho” da jurisdição Norte dos Estados Unidos da América, em junho daquele ano, reconhecia o “Grande Oriente do Brasil”.

Desta maneira, a 18 de dezembro, era considerado extinto o “Grande Oriente Unido” (antigo dos “Benedictinos”), oficializando-se a fusão trinta dias depois, ou seja, a 18 de janeiro de 1883, ficando uma Obediência única, sob o título original de “Grande Oriente do Brasil”, com seu Supremo Conselho.

Sediado no Rio de Janeiro, o “Grande Oriente do Brasil” desde logo se viu envolvido com inúmeras queixas por mau atendimento e descaso para com inúmeras Lojas pelo Brasil afora, seja em consequência da dificuldade de comunicação, dadas as enormes distâncias, ou por desinteresse puro e simples. No auge da insatisfação, em 1893, os obreiros do oriente de São Paulo declararam a Independência da Maçonaria naquele estado, fundando o primeiro “Grande Oriente Independente”. Em seguida, deste importante acontecimento foi dado conhecimento, via telegrama, aos demais estados da Federação.

No Rio Grande do Sul, o maçom Múcio Teixeira, de Porto Alegre, logo se entusiasmou pela ideia de promover procedimento idêntico, visto que as queixas dos maçons gaúchos em relação ao “Grande Oriente do Brasil” não eram menores do que as dos paulistas. Obtendo o apoio dos maçons Luiz Afonso de Azambuja e Maciel Sobrinho e juntamente com eles redigiu um manifesto, com data de 05 de junho de 1893, para ser lido e debatido nas Lojas do estado, no qual defendia a Independência da Maçonaria Gaúcha.

Esse manifesto foi o ponto de partida para a criação do “Grande Oriente do Rio Grande do Sul”, que teve lugar na sessão histórica de 14 de outubro de 1893.

E assim, em meio à Revolução Federalista (1893-1895), foi criada uma Potência Maçônica que, ao mesmo tempo em que atendia ao clamor dos maçons locais frente ao desprezo do poder central, no Rio de Janeiro, também – e principalmente – era peça-chave para a pacificação de uma sociedade que assistia estarecida à mais sangrenta luta ocorrida no Estado e que ficaria conhecida, mais tarde, como “*Revolução da Degola*”.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

A organização da Ordem Maçônica local e o fim do fratricídio gaúcho aconteceram no mesmo período. E isto não foi por acaso. A sociedade gaúcha estava convulsionada. Achava-se dividida entre duas correntes, como nos conta a História, sem perspectivas de uma solução pacífica. Tal acirramento entre essas correntes transbordou para dentro dos Templos Maçônicos. Naquele momento, não havia como deixar de discutir a situação em que se encontrava a política do Rio Grande. Era imperiosa alguma ação que mudasse completamente o rumo dos acontecimentos. Foi então que maçons como Múcio Teixeira, Luiz Afonso de Azambuja, Maciel Sobrinho e Antunes Ribas – figuras com a firmeza e a fraternidade necessárias para liderarem homens livres – assumiram a nobre tarefa, não só de criar, organizar, afirmar e dirigir uma novel instituição maçônica legal, legítima e autônoma; mas principalmente a de apaziguar e congregar os Irmãos, tanto dentro dos Templos, como na sociedade profana. O momento e as circunstâncias pediam, e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul foi a resposta perfeita ao sentimento de orfandade dos maçons e do povo gaúcho em relação ao centro do país¹.

E então, as Lojas “Luz e Ordem”, “Progresso da Humanidade” e “Orientação” – todas as três ainda ativas – mais as Lojas “Luz e Progresso”, “Cruzeiro do Sul”, “Hiram” e “Autonomia” – todas de Porto Alegre – fundaram, em 14 de outubro de 1893, o G.O.R.G.S. (Grande Oriente do Rio Grande do Sul), após os trâmites legais que se desenrolavam desde junho daquele ano.

Hoje, praticamente todos os estados brasileiros possuem seus respectivos “Grandes Orientes”, que embora sejam potências maçônicas autônomas e independentes, comungam dos mesmos princípios, leis e regularidade que regem e regulam a Maçonaria Universal.

Atualmente, a Maçonaria brasileira regular divide-se em:

- G.O.B.: “Grande Oriente do Brasil”.
- Grandes Lojas (C.M.S.B.).
- Grandes Orientes Independentes (C.O.M.A.B.).

¹ O DELTA (2017, p.27 – edição nº 09/2017).

PARTE V

**MOVIMENTOS NATIVISTAS
DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA
(SEM PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA)**

A História ensina-nos que o homem não teria alcançado o possível se, muitas vezes, não tivesse tentado o impossível.

[Max Weber].

**UMA BREVE INTRODUÇÃO AOS MOVIMENTOS NATIVISTAS
DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA
(SEM PARTICIPAÇÃO DIRETA DA MAÇONARIA)**

Para que possamos compreender melhor a natureza dos movimentos revolucionários que eclodiram no Brasil na segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX, torna-se relevante pesquisarmos o sentido de suas influências formadoras, no espaço e no tempo.

Quase sempre, quando se escreve sobre a participação da Maçonaria na História do Brasil, começa-se com a sua influência nas chamadas “Revoluções Separatistas” do período pré-Independência (séculos XVIII e XIX), ou então pela vinda da Família Real Portuguesa, no início do século XIX, passando pela fundação e história dos “Grandes Orientes” nacionais e culminando na participação direta dos maçons no “Grito de Independência” às margens do Rio Ipiranga (1822), no Movimento Abolicionista (1850-1888) e na Proclamação da República (1889).

No presente trabalho, entretanto, antes adentrarmos aos temas maçônico-históricos propriamente ditos, optamos por recuar um pouco mais no tempo, com a finalidade de recuperarmos as origens mais remotas dos desejos de liberdade, de igualdade e justiça do povo brasileiro, expressos pelos chamados “Movimentos Nativistas”; que, por remontarem aos séculos XVII e XVIII – período em que a Maçonaria ainda não havia se estabelecido no Brasil – praticamente não contaram com nenhuma participação ativa de maçons; mas que, por sua essência, já demonstravam a necessidade latente dos colonos brasileiros por maior autonomia, liberdade e justiça.

A razão desse estudo preliminar resume-se ao fato de que com o devido conhecimento desses movimentos, tornar-se-á bem mais fácil a compreensão e a assimilação dos eventos que serão esmiuçados mais para frente.

A REVOLTA DE AMADOR BUENO (1641)

Durante a chamada “União Ibérica” entre os reinos de Portugal e Espanha, os moradores da Capitania de São Vicente, principalmente da Vila de São Paulo, puderam ultrapassar a linha definitiva do “Tratado de Tordesilhas”. Nesse período, floresceu o comércio com a região do Rio da Prata.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Em dezembro de 1640, com a coroação de D. João IV, acabando com o governo de Portugal sobre a Espanha, os bandeirantes paulistas temiam que Portugal impedisse o aprisionamento e a venda de indígenas, pois o governo português, naquela época, já obtinha altos lucros com o tráfico negro. Os espanhóis, por sua vez, não queriam ser súditos de D. João IV, que reputavam como um vassalo rebelde ao seu soberano; e por esse motivo, resolveram provocar a secessão da região paulista do resto do Brasil, esperando, talvez, anexá-la às colônias espanholas limítrofes.

Os paulistas aliados aos espanhóis se declararam independentes e ofereceram o trono a um filho de espanhol; e que, “por coincidência”, era o homem do maior dote em sua província, pela inteligência, fortuna, o passado de bandeirante, o casamento e os cargos ocupados.

Esse homem era o fazendeiro Amador Bueno da Ribeira, o mais rico habitante do lugar.

No início de 1641, Amador Bueno foi aclamado rei, em São Paulo, pelo poderoso partido de influentes e ricos espanhóis.

Assim se deu o primeiro esforço para se criar algo independente de Portugal, com a adesão do povo. O primeiro passo em busca de mais liberdade e autonomia.

Mas Amador Bueno logo percebeu a artimanha dos espanhóis e recusou a oferta, jurando fidelidade ao novo rei português. Dias depois, os paulistas expulsaram os espanhóis e também o fizeram.

O gesto acabou não tendo consequências mais sérias, até porque São Paulo era uma região marginalizada economicamente e não tinha condições de continuar a luta contra Portugal sozinha.

Convém notar que se, por um lado, demonstrou-se o desejo de liberdade, característica do povo, esse desejo, pelo menos neste primeiro momento, ficou limitado à Região Sudeste¹.

A REVOLTA DA CACHAÇA (1660-1661)

Após a expulsão definitiva dos flamengos, em 1654, a produção açucareira teve uma brusca queda. Como alternativa, os fazendeiros do Nordeste decidiram explorar a cachaça, o que contrariava os interesses portugueses que queriam obrigar os brasileiros à importação da “bagaceira” (obtida com os bagaços da uva).

Em 1659, Portugal proibiu a plantação da cana e ameaçou deportar e prender os escravos e fazendeiros que não cumprissem suas exigências.

¹ BARRETO (2015, p.7).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

No Rio de Janeiro, o governador Salvador Correia de Sá permitiu a comercialização da cana, já que o estado era um dos maiores produtores de cachaça. Entretanto, decidiu cobrar um exorbitante imposto sobre a produção.

Em 31 de janeiro de 1660, os vereadores fluminenses aprovaram o projeto de lei, usando a produção de cachaça como alternativa econômica, panorâmica à crise do açúcar que se instalara. Porém, os fazendeiros continuavam insatisfeitos. Acharam que a Coroa queria obter uma excessiva margem de lucro com os altos tributos e organizaram um motim na região da Baía da Guanabara, onde hoje situam-se as cidades de Niterói e São Gonçalo.

Os revoltosos conseguiram armas e invadiram as residências das autoridades locais. Eles exigiam o fim das taxas e a devolução dos impostos cobrados. Cerca de 110 senhores de engenho organizaram reuniões na fazenda de Jerônimo Barbalho Menezes de Bezerra e, no dia 08 de novembro de 1660, sob a liderança deste, incitaram a população a se reunir na Câmara da Baía da Guanabara. O governador Salvador de Sá estava ausente, devido a uma visita a São Paulo; e em seu lugar estava seu tio Tomé de Sousa Alvarenga.

Mesmo assim, os revoltosos não hesitaram em prender Alvarenga e deportá-lo para Portugal. Em seu lugar, exigiram que Agostinho Barbalho, irmão de Jerônimo Barbalho, assumisse o cargo de governador. Sem acatar o pedido dos revoltosos, Agostinho refugiou-se no Mosteiro de São Francisco, de onde foi arrancado à força e forçado a assumir o cargo.

Como governador, Agostinho Barbalho mostrou-se favorável à família Sá e conseguiu o reconhecimento efetivo de seu cargo por Salvador de Sá. Indignados com as decisões dele, os revoltosos o depuseram e conduziram seu irmão Jerônimo Barbalho ao cargo de governador.

Acatando a vontade dos revoltosos, Jerônimo Barbalho exerceu um mandato autoritário, perseguindo os jesuítas que apoiavam a família Sá.

Em 06 de abril de 1661, o ex-governador Salvador de Sá investiu contra os rebeldes com apoio de tropas baianas. Não encontrando resistência, Salvador de Sá ordenou a prisão de todos eles e enforcou Jerônimo Barbalho, expondo a sua cabeça decapitada em praça pública.

E assim, Jerônimo Barbalho tornou-se o primeiro mártir brasileiro enforcado por expressar publicamente o seu desejo de autonomia para o Brasil.

A Coroa Portuguesa repudiou este ato e mandou soltar todos os demais presos.

E em 1661, finalmente, a regente D. Luísa Gusmão viria a considerar novamente legal a produção de cachaça no Brasil¹.

¹ BARRETO (2015, p.7-8).

A REVOLTA DE BECKMAN (1684)

Com conotação nitidamente nacionalista, ocorreu a Revolta de Beckman, em 1684. O movimento aconteceu na Capitania do Maranhão – compreendendo na época os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e uma parte do Amazonas – que já tinha sido invadida pelos colonos brasileiros e que se subordinava diretamente à Coroa Portuguesa.

Os jesuítas, que usavam os indígenas evangelizados na coleta das drogas do sertão, logo se viram agredidos pelos colonos que passaram a escravizar os índios para utilizá-los nos seus engenhos de açúcar, nas lavouras de cana, tabaco e cacau e na pecuária.

Sentindo-se agredida, a Companhia de Jesus recorreu à Coroa Portuguesa, que proibiu a escravização do elemento indígena e criou a “Companhia de Comércio do Maranhão”, em 1682, instituindo excessivos impostos e o sistema de “estanco” (monopólio legal sobre um determinado produto), o que fatalmente prejudicava os colonos.

Aproveitando a ausência do Governador Francisco de Sá Meneses, que tinha ido visitar Belém, a revolta eclodiu sob a liderança dos irmãos Manuel e Tomás Beckman, senhores de engenho da região.

Os revoltosos assaltaram os armazéns da “Companhia de Comércio do Maranhão” em 24 de fevereiro de 1684; e nas primeiras horas do dia seguinte tomaram o Corpo da Guarda em São Luís, integrado por um oficial e cinco soldados. Então, partiram dali para a residência do Capitão-mor Baltasar Fernandes, que foi feito prisioneiro.

A 25 de fevereiro de 1684 a Revolta de Beckman estava consolidada, organizando-se na Câmara Municipal de São Luís, uma Junta Geral de Governo, composta por seis membros da sociedade local, sendo dois representantes de cada segmento social – latifundiários, clero regular e comerciantes.

As primeiras deliberações desta Junta foram: a imediata deposição do Capitão-mor e do Governador, a abolição do “estanco”, a extinção da “Companhia de Comércio” e a expulsão dos jesuítas da Capitania. A Junta Geral enviou emissários a Belém, onde se encontrava o Governador deposto, objetivando a adesão dos colonos dali.

O governador Francisco de Sá Meneses recebeu-os com promessas que depois de terminada a rebelião, foram recusadas pela Coroa Portuguesa. Enviado à Corte para justificar que o movimento era justo, não foi aceita a justificação. O governador foi preso e trazido de volta ao Maranhão, para ser julgado juntamente com os demais revoltosos.

Apontados como os principais líderes do movimento, Manuel Beckman e Jorge Sampaio

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

receberam como sentença a morte por enforcamento. Os demais envolvidos foram condenados à prisão perpétua.

Manuel Beckman e Jorge Sampaio foram enforcados a 02 (ou 10 – há uma discordância entre os historiadores quanto à data correta) de novembro de 1685. A última declaração de Manuel foi: “*Morro feliz pelo povo do Maranhão*”. Seus bens, leiloados, foram arrematados pelo então governador, que os devolveu à família Beckman.

E assim somaram-se mais dois enforcamentos de colonos brasileiros como punição por almejar-se a liberdade¹.

A GUERRA DOS EMBOABAS (1708-1709)

As disputas pela posse e pela exploração das minas de ouro de Minas Gerais motivaram a Guerra dos Emboabas.

Por causa destas disputas, explodiram conflitos em toda a região das minas. Um deles, que acabou envolvendo os paulistas comandados por Manuel Borba Gato e os portugueses, chamados de “emboabas”, que eram apoiados por brasileiros de outras regiões, adquiriu grandes proporções.

Sob o comando de Manuel Nunes Viana, proclamado governador de Minas Gerais, os “emboabas” decidiram enfrentar os paulistas concentrados em Sabará. No Arraial da Ponta do Morro, atual Tiradentes, um grupo de 300 paulistas lutou contra os portugueses e seus aliados, mas acabou se rendendo.

E em fevereiro de 1709, no local que posteriormente ficaria conhecido como “Capão da Traição”, Bento do Amaral Coutinho, chefe dos “emboabas”, desrespeitando as garantias legais estabelecidas em casos de rendição, promoveu a chacina dos paulistas capturados.

O Governador-Geral Antônio Coelho de Carvalho interveio no conflito e obrigou Manuel Nunes Viana a deixar Minas Gerais. Para melhor administrar a região, foi criada, em 09 de novembro de 1709 a Capitania de São Paulo e Minas, governada por Antônio de Carvalho.

A 21 de fevereiro de 1720, Minas separou-se novamente de São Paulo.

Se não foi um movimento voltado diretamente para a Independência do Brasil, a “Guerra dos Emboabas”, pelo menos serviu para aumentar o desejo dos brasileiros de se separarem de Portugal².

¹ BARRETO (2015, p.8).

² BARRETO (2015, p.8).

A REVOLTA DO SAL (1710)

A “Revolta do Sal” teve cunho econômico e social, envolvendo o sal, importante produto brasileiro à época, em razão da expansão pecuária e da produção em massa de carnes salgadas para exportação.

Tudo começou com o “Monopólio do Sal”, criado em 1631 pela Coroa Portuguesa para controlar o sal transportado através do Porto de Santos, garantindo que boa parte da produção iria para Portugal e outros importantes mercados europeus e apenas uma pequena parte fosse destinada ao mercado interno brasileiro.

Além disso, o produto era a única fonte de riqueza para boa parte dos seus produtores, que chegavam a esconder o sal para que o preço subisse artificialmente, de modo que o problema com o sistema de monopólio imposto pela Coroa e a escassez do produto escondido pelos próprios produtores, prejudicava os compradores internos, haja vista que o preço sofria constantes reajustes e o produto não era facilmente encontrado.

A inércia das autoridades só piorava a situação, deixando insatisfeitos os consumidores, até que, em 1710, Bartolomeu Fernandes de Faria, proprietário de terras paulistas reuniu um grupo de cerca de 200 índios e escravos, e após armá-los, incitou-os a invadir o Porto de Santos, a fim de saquear o sal e distribuí-lo entre os consumidores necessitados.

Realizada a façanha, para fugir à perseguição, Bartolomeu ordenou ainda a destruição da ponte que ligava a ilha de São Vicente à Santos e ao porto.

A Coroa, desmoralizada pela astúcia do gesto e lesada pelo prejuízo que teve com o levante, passou a perseguir o atrevido Bartolomeu Fernandes, tornando-o um dos proscritos mais procurados em toda a América Portuguesa.

D. João V, ordenou, em 1711, que se efetuasse urgentemente a prisão do paulista, que viria a transformar-se no protagonista de uma das maiores perseguições do período colonial do Brasil.

Bartolomeu, procurando fugir à perseguição, construiu uma forte guarnição em frente à sua fazenda, com índios e escravos fortemente armados, refugiando-se posteriormente na região do Vale do Ribeira, após um violento confronto dirigido pelo juiz Antônio da Cunha.

Somente oito anos depois da “Revolta do Sal”, o proprietário de terras paulista seria preso, nas proximidades da Vila de Conceição de Itanhaém, durante uma feroz ofensiva sob o comando do Governador da Praça de Santos, Luís Antônio de Sá Quiroga, sendo que este fora instruído a encaminhar o preso à então capital da colônia, Salvador, para que fosse devida-

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

mente processado.

Mas, em 1719, pouco depois de ter sido preso, já com 80 anos de idade e enfraquecido pela varíola, Bartolomeu Fernandes de Faria faleceu, antes de receber qualquer pena pelo gesto de revolta contra o patrimônio de Sua Majestade e da Metrópole¹.

A GUERRA DOS MASCATES (1710-1711)

Um conflito de interesses entre comerciantes portugueses instalados no Recife, chamados pejorativamente de “mascates”, e os senhores de engenho de Olinda daria origem à “Guerra dos Mascates”.

Olinda era a sede do poder público na época e os senhores de engenho tinham grande influência nos rumos da Capitania.

No início de 1710, o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas decidiu promover Recife, onde se concentravam os comerciantes portugueses, à sede do governo.

A população de Olinda rebelou-se contra a decisão e atacou Recife, no dia 04 de março, destruindo o pelourinho da vila, símbolo máximo do poder político municipal, expulsando o governador e entregando o poder ao bispo de Olinda, D. Manuel Álvares da Costa.

Como resposta, a Metrópole enviou outro governador a Pernambuco, Félix Vasconcelos, que tomou posse em 10 de janeiro de 1711.

Mas os conflitos continuaram até 07 de abril de 1714, quando foi celebrado um acordo, segundo o qual Recife permaneceria como Capital e o governador, dali por diante, passaria a morar seis meses em cada vila. Meio ano em Recife e meio ano em Olinda.

Mais um movimento de efêmera duração, mas que serviu para distanciar ainda mais os brasileiros dos portugueses².

MOTINS DO MANETA (1711)

Nos últimos meses de 1711, ocorreram duas sublevações populares na Bahia.

A razão de ambos os motins, chefiados pelo negociante João de Figueiredo da Costa, apelidado de “Maneta”, foi um abusivo aumento de impostos.

Com as reivindicações populares aceitas pela Coroa e os impostos reduzidos, os motins

¹ BARRETO (2015, p.8-9).

² BARRETO (2015, p.9).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

foram prontamente encerrados, tão abruptamente quanto haviam começado.

Da mesma forma, estes dois motins tiveram pouca relação com os movimentos posteriores para a Independência do Brasil, mas serviram para intensificar o desejo popular pela emancipação política e por uma maior autonomia em relação ao governo português¹.

A REVOLTA DE FILIPE DOS SANTOS (1720)

Na região das minas, o ouro em pó era utilizado como se fosse moeda corrente. Com a criação das “Casas de Fundição” em Minas Gerais, em 1719, a circulação de ouro em pó passou a ser proibida.

As tais “Casas de Fundição” haviam sido criadas pelo governo português para evitar o contrabando de ouro e obrigar os colonos a pagarem o “quinto” (que correspondia à quinta parte de todo ouro extraído em terras brasileiras) e que era devido à Coroa. Todo o ouro descoberto e extraído deveria ser encaminhado a essas repartições, onde seria derretido e, depois de separada a parte do Rei, transformado em barras.

Foi contra essas condições abusivas e arbitrárias impostas pelo governo, que ocorreu a revolta de 1720, chefiada por Filipe dos Santos Freire. A revolta foi motivada, portanto, apenas por fatores econômicos. Seus objetivos eram dois: impedir o estabelecimento das “Casas de Fundição” e manter a legalidade da circulação de ouro em pó.

Em junho de 1720 teve início a revolta, em Vila Rica (atual Ouro Preto). Cerca de 2.000 revoltosos dirigiram-se para Ribeirão do Carmo, atual Mariana, com a finalidade de pressionar o governador de Minas, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, para que atendesse às suas exigências. O governador concordou, num primeiro momento, com os pedidos dos revoltosos, pois não contava com forças armadas para enfrentá-los. Mas assim que conseguiu tropas suficientes, esmagou a revolta, mandando prender os líderes do movimento.

Filipe dos Santos foi enforcado em 16 de julho de 1720, e seu corpo esquartejado após a execução. Outro mártir brasileiro da liberdade que foi enforcado e esquartejado por lutar pelos seus ideais².

Como pudemos constatar, a partir desta breve introdução aos movimentos nativistas do período pré-Independência, os desejos de liberdade, de igualdade e de justiça sempre foram intrínsecos ao espírito dos brasileiros, desde os primórdios da colonização; porém, faltava um

¹ BARRETO (2015, p.9).

² BARRETO (2015, p.9-10).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ambiente propício e seguro, em que o “Projeto da Independência” pudesse ser amplamente discutido e amadurecido, antes de tornar-se realidade. Ambiente este que surgiria somente no final do século XVIII, através da Maçonaria, primeiramente pelas mãos de alguns poucos maçons Iniciados na Europa e que, por sua vez, fundariam os primeiros “clubes” e “academias” e, posteriormente, as primeiras Lojas Maçônicas em terras tupiniquins.

PARTE VI

**REVOLUÇÕES SEPARATISTAS
DO PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA
(COM PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA)**

*Infeliz é o povo que precisa de heróis.
Mais infeliz é o povo que esquece os seus heróis.*

[Brecht].

**UMA BREVE INTRODUÇÃO ÀS REVOLUÇÕES SEPARATISTAS DO
PERÍODO PRÉ-INDEPENDÊNCIA**
(DE INSPIRAÇÃO OU COM PARTICIPAÇÃO MAÇÔNICA)

A Historiografia tem buscado identificar a Maçonaria, a partir da segunda metade do século XVIII, como o embrião de um “reino da crítica”, ou de um espaço público moderno, que teria viabilizado as primeiras discussões da sociedade civil, conduzidas de forma independente do círculo privado de poder constituído pela Corte Portuguesa¹.

Segundo determinados autores, remontam a esse período os primeiros registros do surgimento, em Salvador, em Minas Gerais, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, de alguns grupos de maçons esparsos, cujas influências, como já vimos anteriormente, tendiam para uma espécie de liberalismo radical, com tendências republicanas. Os portadores das novas ideias vinham de todas as partes do mundo, principalmente da Europa, onde centenas de brasileiros estudavam e se formavam, em especial, nas Universidades de Coimbra (Portugal) e de Montpellier (França), ali sendo “Iniciados” e recebendo inspiração da Maçonaria e do Iluminismo².

A atuação da Maçonaria era considerada forte, pois agia objetivamente e de forma reservada. Sempre foi assim nos momentos onde a mesma teve necessidade de intervir, quer através da Instituição, quer através de seus membros. Tanto isso é verdade que, na história da política brasileira, vários autores consagrados defendem a ideia de que a Maçonaria, senão como Instituição, mas através de seus membros, teve uma relevante participação nas lutas pela emancipação política, principalmente nas que culminaram na Independência do Brasil³.

Ao observarmos as bases precursoras do processo de Independência do Brasil, todavia, notamos que os desejos pela emancipação surgiram muito antes do momento em que o Príncipe Regente, D. Pedro I, realizou a proclamação de 1822.

A história da nossa Independência está intimamente ligada com a fundação do “Grande Oriente do Brasil”, inicialmente denominado “Grande Oriente Brasileiro”, e do amor à liberdade, tão cara entre os primitivos donos da terra. É conhecido o papel que os maçons tiveram nos fatos que precipitaram a proclamação da Independência.

O que pouco se comenta é que acontecimentos que ocorreram muito antes dela, iniciam-

¹ NEVES (2008, p.506).

² CALVET (1975, p. 73-74).

³ CORDEIRO (2008, p.11).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

do-se com a chegada da Família Real Portuguesa, no início do século XIX juntamente com a chegada de perto de 15 mil pessoas no Rio de Janeiro e a necessidade de mantê-los; a transformação do Brasil de colônia em Reino Unido a Portugal e Algarves; a volta de D. João VI à Portugal; o dia do “Fico”; a fundação do “Grande Oriente Brasileiro”, e o “Grito do Ipiranga” propriamente dito, foram tão somente respostas a uma sucessão de movimentos populares e revoltas anteriores, que expressavam o desejo de liberdade do povo brasileiro. Deixar de divulgar é o mesmo que ocultar a verdade e conseqüentemente incorrer no erro da omissão, que nem a História e nem o Tempo perdoam, principalmente para com aqueles nossos irmãos maçons que acreditavam, ou ainda mais, tinham como ideário de vida a Independência da Pátria¹; muitos dos quais pagando com as próprias vidas por simplesmente sonharem com uma Pátria livre.

O primeiro desses movimentos foi a “Inconfidência Mineira”.

Ao longo do século XVIII, em um contexto em que a mineração aurífera e de pedras preciosas tinha grande visibilidade econômica, os colonos se mostravam insatisfeitos com as exigências, cobranças exorbitantes de impostos e imposições legais estabelecidas pela Coroa Portuguesa. E essa insatisfação não era espontânea nem estava só, ela vinha acompanhada por uma nova base de sustentação ideológica.

Nesse sentido, os ideais do Iluminismo, referendados pela Independência dos Estados Unidos (1776) e pela Revolução Francesa (1789) e contrabandeados para a nossa terra pelos estudantes que se faziam maçons na Europa, tiveram grande peso para que uma razoável parcela dos colonos brasileiros projetasse o fim do pacto colonial com a Metrópole Portuguesa.

Tomemos como ponto de partida o dia 04 de julho de 1776, data de publicação da “*Declaração de Independência*” das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, documento redigido por Thomas Jefferson, que além de maçom, também era um dos liberais mais avançados da época. O referido documento, como já vimos anteriormente, afirmava enfaticamente: “*todos os homens nascem iguais...*”.

E então, pulemos para o dia 14 de julho de 1789, quando o povo simples de Paris, inspirado pelo que havia acontecido do outro lado do Atlântico, invadiu a Bastilha, milenar fortaleza-prisão do estado francês, dando início à Revolução Francesa. A notícia rapidamente varreu a Europa. Espalhou-se de boca em boca, em jornais, panfletos e cartazes. O símbolo do antigo regime caíra. Todos que tomavam conhecimento do fato, mesmo que aterrorizados, pressentiam o início de novos tempos para a humanidade. Dessa forma, os homens e mulheres que fi-

¹ BARRETO (2015, p.6).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

zeram a revolução de 1789, ao defenderem os princípios de “*Igualdade, Liberdade e Fraternidade*” como válidos para todos, legaram à humanidade uma divisa que estará sempre presente nas lutas contra o autoritarismo.

À sua maneira, o Brasil, como parte integrante desse universo, também foi profundamente afetado por esses acontecimentos. Com o desenvolvimento econômico e intelectual da colônia, alguns grupos passaram a pensar na Independência do Brasil, de forma que os brasileiros pudessem decidir o seu próprio destino. Ocorreram, então, a “Inconfidência Mineira” (1789), a “Conjuração Baiana” (1798) e a “Revolução Pernambucana” (1817), todas duramente reprimidas pelas autoridades portuguesas.

E em todos esses movimentos, a Maçonaria se fez presente pela conspiração dos maçons recém-chegados da Europa e outros aqui “Iniciados”; e mais tarde, através de Sociedades Secretas já existentes ou fundadas com fins especificamente políticos, camufladas sob a denominação de clubes, sociedades literárias e academias, mas de caráter comprovadamente maçônico; e então, das primeiras Lojas e Potências Maçônicas legalmente constituídas.

É fato incontestável que a instituição maçônica chegou ao Brasil, invocada pelo anseio de liberdade política do país. Desde sempre, liberdade e Maçonaria caminham lado a lado.

À guiza de conclusão, o descontentamento dos brasileiros com o domínio da Colônia pela Coroa Portuguesa ganhou força com o movimento intelectual do Iluminismo, no finalzinho do Século XVIII, que aliado aos movimentos europeus, notadamente na França e Inglaterra, cresceu de maneira a incentivar o próprio levante dos colonos do norte, centro e sul americanos contra a tirania opressora de suas metrópoles. Todos estes movimentos, seja na Europa ou nos países das três Américas, tiveram um vetor primordial: a Maçonaria, engajada profundamente em cada um deles através da luta de seus membros pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade.

As ideias liberais e a propagação do conceito de democracias livres foram alguns dos frutos imediatos e diretos da cultura iluminista – que se pautou pelo domínio da razão, revisando todos os valores que até então norteavam o pensamento humano. Esta transformação social tomou conta de toda a Europa, além de, como consequência, se propagar por todas as colônias que a maioria dos países daquele continente possuía em outras partes do mundo, aonde seus agentes exploravam os míseros habitantes, exaurindo-lhes todas as riquezas naturais e a maioria das vezes, escravizando-os física ou culturalmente. Entre os continentes explorados, encontravam-se as Américas do Norte, Central e do Sul.

E, como não poderia deixar de ser, estas ideias também chegaram ao Brasil, para se im-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

plantarem aqui, definitivamente, com muito suor e sangue, através dos jovens estudantes, filhos de brasileiros e de portugueses um pouco mais abastados, que podiam mandar seus filhos estudarem na Europa, especialmente nas faculdades de Coimbra (Portugal), de Montpellier (França) e de Londres (Inglaterra), além de outras universidades, onde essas ideias eram largamente propagadas. Cabe salientar ainda que todas elas eram importantes redutos maçônicos, de forma que muitos desses jovens, ao retornarem para seus países de origem, voltavam como “Iniciados” nos augustos mistérios da Ordem.

E estes jovens, ao voltarem ao Brasil, não trouxeram apenas seus diplomas de curso superior, mas trouxeram também um pensamento novo, totalmente liberal, humano, racional, de valorização do ser humano em si; e essencialmente libertário com relação à condição de sua Pátria como colônia de Portugal.

No Brasil, dessa forma, já a partir de 1786, surgiram os primeiros movimentos influenciados pela bandeira da Maçonaria, principalmente a francesa, com José Álvares Maciel e outros maçons responsáveis pelo surgimento dos primórdios da Maçonaria no Brasil.

Colocando de outra forma, os jovens brasileiros que estudavam na Europa e na América do Norte, tomando contato com o ideal libertário que tinha originado a Independência dos Estados Unidos (04/07/1776) e a Revolução Francesa (14/07/1789), empolgaram-se com a perspectiva de propiciar ao Brasil a sua tão sonhada autonomia política. Em pouco tempo, esses jovens detectaram, no embrião dos referidos movimentos, a presença silente, ativa e constante da Maçonaria, fiel à sua trilogia: “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”. Muitos deles ingressaram na Ordem e, quando retornaram, trouxeram, paulatinamente, os ideais maçônicos para o Brasil.

Conforme explica o historiador Gustavo Barroso¹:

“Os moços brasileiros que estudavam na Europa, sobretudo nas universidades de Coimbra, Montpellier e Paris, regressavam aos seus lares cheios de entusiasmo pela grandeza da terra brasileira comparada com a exiguidade europeia, e cheios de maior entusiasmo ainda pelo exemplo norte-americano e pela figura do grande maçom Benjamim Franklin, que fora ao Velho Mundo levar o angustiante pedido de socorro dos Filhos da Viúva de sua Pátria às Lojas europeias”.

As sociedades secretas de cunho político-emancipatório foram sendo fundadas seguindo o princípio da adesão voluntária de seus membros. Além disso, a nova sociabilidade que então se instituía podia ser considerada liberal, em primeiro lugar porque veiculava, entre outras, as

¹ BARROSO (1939, p.155).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ideias das Luzes e a seguir porque a sua própria existência tinha um princípio liberal. Dentro dessa complexidade histórica, as Lojas Maçônicas (naqueles tempos iniciais, disfarçadas de clubes e academias) se constituíam em um local favorável para o exercício dessa nova forma de sociabilidade, pois protegidos pelo segredo, os maçons debatiam as ideias oriundas da Ilustração, além de possuírem um sistema próprio de votação para elegerem seus dirigentes¹.

As Lojas eram espaços de circulação de ideias e uma instância de aprendizagem de práticas modernas, como a escolha dos associados e o livre debate entre os seus pares. Assim, a Maçonaria podia ser vista como uma entidade portadora de uma forma inovadora de cultura política, visto que os maçons surgiam como construtores e sujeitos de um espaço público moderno, contribuindo para a inauguração de um novo tipo de comportamento político. Ainda que os maçons não conspirassem diretamente contra os reis absolutistas ou contra a Igreja estabelecida, suas instituições exerciam um poder simbólico perigoso, porque no interior das Lojas, os Irmãos viviam como se o governo do Estado Nacional não existisse².

Por outro lado, pensar os novos espaços públicos surgidos no século XVIII (clubes, sociedades literárias, Lojas Maçônicas), é compreender a emergência de uma nova cultura política, marcada pela progressiva politização desses espaços intelectuais e pelo deslocamento da crítica em direção a domínios tradicionalmente interditos: a Igreja e o Estado³.

Finalmente, ao analisarmos as várias rebeliões separatistas ocorridas no Brasil durante o período que antecedeu a nossa Independência, podemos observar que esse conjunto de fatores atuou em favor dos levantes que se seguiram, todos favoráveis à quebra do injusto pacto colonial, em que a Metrópole sugava todos os recursos possíveis da colônia e nada dava em retribuição. No entanto, vale frisar que esses movimentos, pelo menos a maioria deles, não devem ser erroneamente julgados como eventos que primavam pela formação de uma nação autônoma, de modo que não se evidenciou, na pauta dos revoltosos, a emancipação “total” de nosso extenso território e nem o reconhecimento de uma “pátria brasileira” independente.

Assim sendo, de acordo com a afirmativa acima, podemos realizar a construção de uma outra perspectiva com relação ao significado da “Inconfidência Mineira”, por exemplo. Ocorrida em 1789, essa conspiração antimetropolitana nunca fez menção a nenhum desejo de libertação do nosso território como um todo. Focando exclusivamente no desenvolvimento de uma pátria mineira, a elite envolvida com o movimento concebeu um projeto de emancipação política e econômica regional, que preservava o trabalho escravo em terras coloniais e que busca-

¹ GONÇALVES (2012, p.24-25).

² GONÇALVES (2012, p.25).

³ BARATA (2000, p.222).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

va, principalmente, maior liberdade comercial e redução de impostos.

Da mesma forma, focada em uma mera separação entre as elites e as camadas menos favorecidas, a “Conjuração Baiana” de 1798, ou “Revolta dos Alfaiates” como ficou conhecida, foi impulsionada por uma elite ilustrada que se afastou do movimento ao perceber que o mesmo passara a ser controlado por populares. Mesmo que não tivesse um projeto amplo de emancipação, essa revolta, ao contrário da anterior, teve grande importância ao tocar diretamente na questão da escravidão – um dilema que ainda perduraria por um bom tempo em nossa história.

Por fim, em 1817, observamos uma última rebelião que se desenvolveu na capitania de Pernambuco, já conhecida pelo desenvolvimento de diversas situações anteriores de enfrentamento. Na chamada “Revolução Pernambucana”, temos em evidência o discurso maçônico-iluminista e o socialismo utópico fundamentando a ideologia de uma população desgastada com os altos impostos e as oscilações econômicas que marcavam o lugar. Mais uma vez, a reprimenda imediata e violenta das Cortes Portuguesas impediu o fortalecimento da situação de conflito.

A conclusão disso tudo é que todo aquele movimento intelectual do final do século XVII que, simultaneamente, teve começo na Inglaterra e na França, e que no início do século seguinte já se estendia por toda a Europa e as Américas, não teria alcançado os seus objetivos se lhe tivesse faltado o agente transmissor que, junto aos povos, vulgarizasse as novas ideias. E esse agente foi a Maçonaria¹.

Então, mediante o exposto e após tomarmos conhecimento dos fatos que serão relatados a seguir, não restará mais nenhuma dúvida de que os movimentos de Minas Gerais em 1789 e da Bahia em 1799 foram tratados no seio das associações secretas. E o movimento de Pernambuco (1817) foi ainda consequência direta do trabalho das Lojas Maçônicas, já espalhadas por todo o Brasil².

¹ GOMES (1975, p.13).

² BARROSO (1939, p.258-259).

PARTE VII

**A MAÇÔNICA INCONFIDÊNCIA MINEIRA
(1789-1792)**

Pois seja feita a vontade de Deus...

Se mil vidas eu tivesse, mil vidas daria pela libertação da minha Pátria!

[Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes]

A MAÇÔNICA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789-1792)

Antes de adentrarmos ao tema da Inconfidência Mineira propriamente dita, prescinde de intrínseca importância conhecermos o que a Historiografia oficial tem a nos dizer a respeito da participação maçônica na mesma.

Segundo o escritor e pesquisador Arci Tenório D’Albuquerque¹, a Inconfidência Mineira foi, inquestionavelmente, “*um movimento de caráter maçônico, promovido por maçons e de acordo com os princípios mais elevados da Maçonaria: de luta pela Liberdade, pela Igualdade e pela Fraternidade*”.

Ao que corrobora o historiador não maçom Gustavo Barroso², muitas vezes considerado um ferrenho crítico da Maçonaria, quando afirma que: “*a Maçonaria brasileira entrou em cena durante a Inconfidência Mineira*”.

Já o eminente historiador Manoel Gomes³ esclarece-nos que “*foi à sombra da bandeira da Maçonaria francesa, ou republicana, que chegaram até nós aquelas novas ideias de liberalismo democrático e, segundo os mais antigos registros, data de 1786, com José Álvares Maciel e outros, o surgimento da Maçonaria no Brasil*”.

E ainda sobre a importância da participação da Maçonaria nos eventos da Inconfidência Mineira e os seus desdobramentos posteriores, o historiador baiano Pedro Calmon⁴, assim se refere:

“*A Maçonaria teve a maior parte das responsabilidades naqueles acontecimentos. Foi o sigilo maçônico a alma da revolução de 1789. Nos mistérios da sua catequese está a razão da coerência, da harmonia, da lógica, da facilidade com que o Brasil prosperasse, sem comoções anárquicas, sem experiências temerárias, pela persuasão de uma elite ilustre, do obscurantismo até a civilização liberal, através das vicissitudes do Reinado de D. João VI, das lutas pela emancipação, do Reinado de D. Pedro I e da Regência*”.

Portanto, não resta mais nenhuma dúvida que no final do século XVIII ocorreu no Brasil uma conjuração de cunho separatista motivada pelos abusos cometidos pela Coroa Portuguesa contra a colônia, e que esta foi diretamente influenciada, senão pela Maçonaria como instituição, por maçons, cuja sucessão de fatos e eventos opta-se, por uma questão puramente analógica, intitular como: “*A Maçônica Inconfidência Mineira*”.

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.36).

² BARROSO (1939, p.172).

³ GOMES (1975, p.14).

⁴ CALMON (1941, p.56-57).

OS ANTECEDENTES E AS CAUSAS DA REVOLTA

O domínio rígido da Metrópole Portuguesa controlava a economia colonial brasileira por meio de um sistema monopolista, usualmente aplicado naquela época de acordo com o contexto do capitalismo comercial então em vigor, fazendo com que a economia do Brasil-Colônia viesse a completar o sistema econômico português, exportando com exclusividade e a preços muito baixos para o Reino de Portugal matérias-primas e gêneros tropicais, enquanto importava produtos manufaturados a preços exorbitantes. Resumindo: o Brasil colonial nada podia produzir em detrimento a qualquer concorrência com a Metrópole Portuguesa. À exceção da produção açucareira, o algodão, o couro do gado abatido, as folhas de tabaco, nada poderia ser manufaturado no Brasil, fato que levou, à época, a uma relação de exclusividade denominada “Pacto Colonial”; que a bem da verdade, travava o desenvolvimento econômico da Colônia, não só pelo abuso dos monopólios; mas, sobretudo, pelo rigor fiscal da Metrópole que buscava uma solução à crise financeira que se instalara em Portugal no decorrer do Século XVIII, pelo fato de que a Coroa Portuguesa não possuía um lastro de capital suficiente para concorrer com o processo de industrialização, já em franco desenvolvimento na Inglaterra.

Nesse sentido, incapaz de implantar o “Capitalismo Comercial”, em oposição ao “Capitalismo Industrial”, Portugal continuava ligado ao mercantilismo e, por consequência, ao regime absolutista.

Em meados do Século XVIII, na Capitania das Minas Gerais, a mineração – grande fonte de sustento para a Metrópole – já se encontrava em decadência, tornando-se, portanto, um alvo da voracidade fiscal e tributária de Portugal. É oportuno lembrar que a aversão do povo brasileiro ao colonizador português e o rigor do fisco imposto pela Corte já haviam se manifestado nas primeiras décadas do Século em questão, através dos movimentos rebeldes de caráter nativista, a exemplo da Guerra dos Mascates (1710), em Pernambuco e da insurreição de Vila Rica produzida por Filipe dos Santos, em 1720¹.

Resumindo, no final do século XVIII, o Brasil sofria com abusos políticos e com a cobrança de altas taxas e impostos. Além disso, a metrópole havia decretado uma série de leis que prejudicavam o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil, como por exemplo, a lei que proibia o funcionamento de indústrias fabris em território brasileiro.

Neste período era grande a extração de ouro, principalmente na região de Minas Gerais. Os brasileiros que encontravam ouro deviam pagar o “quinto” (20%) do ouro aos portugueses.

¹ JUK (2015, p.14-15).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Aqueles que eram pegos com ouro “ilegal” (sem ter pagado o imposto devido) sofriam duras penas, podendo até serem degredados para o território africano.

Conforme o pesquisador Jorge Muniz Barreto¹, com a grande exploração, o ouro começou a diminuir nas minas. Mesmo assim, as autoridades portuguesas não diminuían as cobranças. Nesta mesma época, Portugal criou a “Derrama”, que funcionava da seguinte forma: cada região de exploração de ouro deveria pagar 100 arrobas de ouro (1.500 quilos) por ano para a metrópole. Quando a região não conseguia cumprir estas exigências, soldados da Coroa entravam nas casas das famílias para retirarem os pertences até completar o valor devido.

Ou seja, até 1750, enquanto as minas davam muito, a Coroa manteve-se na opulência. Quando, porém, a produção caiu, a taxa do “quinto”, assim chamado o tributo de 20% que era cobrado sobre todo ouro extraído, já não satisfazia as exigências da Corte, estabelecendo-se, então, a cobrança fixa de 100 arrobas, ou seja, 1.500 kg de ouro, por ano, qualquer que fosse a produção, como direitos reais pela exploração das minas que eram sua propriedade particular.

A partir de 1762, a arrecadação não mais atingiu a cota fixada, pois as minas, esgotadas, já não produziam ouro bastante. Houve, então, a primeira “Derrama”, processo pelo qual o povo estava obrigado a completar, com os seus próprios recursos, o total dos impostos devido. Na cobrança, os administradores, não poucas vezes, faziam uso da violência para bem cumprir as ordens de Lisboa.

Uma segunda “Derrama” ocorreu entre 1768 e 1771. Dezesete anos depois, em 1788, a Corte exigiu um novo recolhimento, que seria a terceira “Derrama”, esta, com a desculpa de que não havia queda na produção e sim roubo e contrabando do ouro extraído².

Para piorar, dentre outras medidas, o novo Alvará Real determinava a proibição do uso das estradas do interior para o litoral, visando com isso evitar o contrabando e o extravio do ouro extraído; a proibição da entrada de livros estrangeiros que visassem a propagação de ideais liberais no território brasileiro e uma nova “Derrama”, destinada à cobrança de impostos atrasados devidos pelos mineiros à Coroa Portuguesa³.

Escreveu Pedro Calmon⁴:

“A Inconfidência Mineira correspondeu a um reflexo desse estado geral do espírito da Europa. O seu ambiente na capitania do ouro era o mais próprio para o choque imediato, tal o desgosto que ali havia, com o empobrecimento das lavras, o arbítrio dos governadores, e a

¹ BARRETO (2015, p.10).

² GOMES (1975, p.20).

³ JUK (2015, p.15).

⁴ CALMON (1943, p.405 – vol. III).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ameaça da cobrança violenta dos ‘quintos Del Rei’ ou fosse a ‘Derrama’”.

Ainda sobre isso, o historiador e pesquisador Antônio Torres¹ relata que:

“O fermento da rebelião continuava latente em Minas, devido à ganância da Metrópole. O sangue do povo era sugado sob as mais variadas formas: dízimos, passagens de rios, direitos de entrada e finalmente os ‘quintos’ sobre o ouro em pó. Se ao menos o governo português empreendesse alguma obra em benefício da capitania, talvez esta se submetesse com relativa docilidade às extorsões da Coroa. Mas, nada! Não havia em Minas, uma única escola pública, nem polícias, nem estradas, nem pontes, nem correios, nada que de longe justificasse, ou pelo menos excusasse a rapina lusitana”.

E assim, a soma de todas estas atitudes foi provocando uma insatisfação muito grande no povo; e, principalmente, nos fazendeiros e donos de minas que queriam pagar menos impostos e ter mais participação na vida política do país. Alguns membros da elite brasileira (militares, intelectuais, fazendeiros e donos de minas), claramente influenciados pelas ideias de liberdade e igualdade que vinham do Iluminismo europeu – na maioria das vezes através dos seus filhos, estudantes recém-formados na Europa, principalmente em Portugal, na França e na Inglaterra, e que voltavam para casa – de repente começaram a se reunir para buscar uma solução definitiva para o problema. E, em determinado momento, já não eram mais somente as elites mineiras, mas também as fluminenses que começavam a dialogar por uma saída.

Com relação ao movimento de união entre as elites coloniais mineiras e fluminenses que antecedeu a “Inconfidência Mineira” propriamente dita, vale ressaltar, o que afirma o historiador-militar Márcio Jardim, autor de “*A Inconfidência Mineira – Uma Síntese Factual*”, publicado pela “*Biblioteca do Exército*”, página 334, conforme mencionado por Ivaldo Lobato²:

“José Aires Gomes disse, pouco depois de um encontro com o Alferes, que os homens de negócio do Rio de Janeiro apoiavam o levante porque desejavam liberdade de negócios. Eles queriam o apoio de Minas para fazerem juntos uma América Inglesa. Antônio Ribeiro de Avelar, Antônio Gonçalves Ledo e Antônio Jacinto Machado são os três comerciantes que mais aparecem nos Autos. Note-se que a conduta de um descendente de Antônio Gonçalves Ledo (Joaquim Gonçalves Ledo) no posterior processo da Independência brasileira de 1820-1822 viria a tornar-se fartamente conhecida”.

OS IDEAIS MAÇÔNICOS CHEGAM AO BRASIL

¹ TORRES (1925, p.18-19).

² LOBATO (2015 p.25).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

O Iluminismo surgiu no fim do século XVII, na Europa e desenvolveu-se ao longo do século XVIII, sendo codificado, estruturado como Doutrina e Filosofia, no final daquele Século. Devido à disseminação do “Iluminismo Filosófico” por toda a Europa, Victor Maria Hugo, fabuloso poeta, dramaturgo, escritor e maçom francês, batizaria aquele século como o “*Século das Luzes*”.

Nomes como John Locke, Bayle, Lessing, Voltaire, Condorcet, Diderot, Helvetius, Holbach, Immanuel Kant, Rousseau, Proudhon e tantos outros maçons iluministas, se dedicaram a um esforço conjunto e consciente de propagação e valorização da “Razão”, abandonando por completo os preceitos tradicionais que até então vigoravam. Com a plena valorização da “Razão”, entraram em campo os defensores da “Plena Liberdade de Pensamento”, do fim do Absolutismo, da igualdade, da liberdade religiosa e de consciência. E essa corrente do Iluminismo encontrou campo fértil no seio da Maçonaria, que se reestruturava a partir de 1717 e se espalhava pela Europa e Américas como rastilho de pólvora.

Apesar do isolamento e do atraso, as ideias revolucionárias do Iluminismo europeu também chegavam ao Brasil, mas geralmente de forma clandestina, em publicações contrabandeadas ou reuniões de sociedades secretas, como a Maçonaria, viajando juntamente com a bagagem trazida pela pequena elite que tivera a oportunidade de estudar na Europa.

Estando o Brasil fechado para outras nações do mundo, tanto no aspecto comercial – por força dos monopólios – bem como no campo cultural, pois até mesmo os livros estavam proibidos, julgava Portugal que nos rincões brasileiros jamais soariam os acordes de liberdade que ameaçavam as monarquias absolutistas europeias, abaladas pelos filósofos iluministas franceses como Rousseau, Voltaire e Montesquieu, maçons cujas ideias falavam de liberdade, igualdade e fraternidade.

Estes ideais tomavam força e vigor pelo exemplo prático da Independência dos Estados Unidos da América, alcançada em 1776, não tardando a encantar a juventude intelectual, sonhadora e visionária que nas Minas Gerais e, mais precisamente em Vila Rica, decidia-se em conquistar a liberdade do Brasil do jugo da Coroa Portuguesa.

Os primeiros passos para esse movimento libertário foram dados ainda na distante Europa, quando o entusiasmo dos estudantes brasileiros, filhos de famílias abastadas e que estudavam nas Universidades europeias de Coimbra, Montpellier e Londres, justamente no calor das ideias liberais que mais tarde inflamariam a Revolução Francesa, fazia com que muitos dos

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

quais se fizessem “Iniciar” na Maçonaria que já há algum tempo era latente nesses espaços¹.

Nesta época, em Coimbra, doze estudantes brasileiros já haviam organizado uma sociedade para tratar da Independência do Brasil e, em Montpellier, José Joaquim Da Maia, José Mariano Leal e Domingos Vidal Barbosa combinavam projetos visando igual fim.

Mas o recrutamento do elemento capaz de vulgarizar as novas ideias e organizar no Brasil a revolução emancipadora, tão desejada pelos brasileiros em resultado por se verem destituídos de um mínimo de direitos, foi um trabalho necessariamente lento e realizado com toda a cautela, pois a Coroa, alarmada pelo vulto que tomavam na Europa as novas ideias e sentindo ameaçados os fundamentos da monarquia absolutista, exercia severa vigilância².

Assim como da escola baiana passa-se, em literatura, para a escola mineira, em Maçonaria, pula-se das Lojas baianas para as Lojas mineiras. Não que estas constituíssem Lojas Maçônicas com o ritualismo dos nossos dias e nem nos moldes das mesmas. Isso não teria sido possível, porque, devido à forte perseguição do Santo Ofício e a violenta repressão do governo português, nenhum vestígio poderia ser deixado das suas reuniões secretas. Da mesma forma não se faziam Iniciações ritualísticas como hoje são feitas. A Iniciação era dada por comunicação verbal, transmissão oral dos mistérios da Ordem, nada ficando por escrito. E é fato inegável que a escola literária mineira, que promoveu a conjuração de 1789, justamente no mesmo ano da Revolução Francesa, recebeu forte inspiração maçônica da Universidade de Coimbra. Tanto é que os três poetas líricos maçons dessa conjuração foram formados em Coimbra: Cláudio Manoel da Costa, Tomaz Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto³.

A revolução mineira de 1789 teve igualmente, como as demais revoluções da época, os seus ministros plenipotenciários no exterior, em busca de solidariedade e apoio material para o movimento. Levados por esse entusiasmo, houve estudantes brasileiros formados na França, em Montpellier, que era considerado outro poderoso centro irradiador das ideias iluministas e maçônicas para o mundo, que procuraram entabular negociações para a nossa Independência com potências estrangeiras, como José Joaquim Da Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Mariano Leal e José Pereira Ribeiro⁴.

PEDIDO DE AUXÍLIO A THOMAS JEFFERSON

¹ JUK (2015, p.15).

² GOMES (1975, p.15).

³ FAGUNDES (1975, p.74).

⁴ BARROSO (1939, p.155).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

A “*Declaração de Independência*” dos americanos do Norte, escrita por Thomas Jefferson¹, sintetiza bem as concepções filosóficas da época, conforme o trecho abaixo:

“São verdades indiscutíveis para nós: – que todos os homens nascem iguais; que a todos concedeu o Criador direitos inalienáveis, entre os quais estão o da vida, liberdade e a busca da felicidade; que os homens, para assegurarem esses direitos, constituíram governos, cujos justos poderes emanam do consentimento dos governados. Que, toda vez que uma forma de governo contraria esses fins, é um direito do povo alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, baseando seus fundamentos em princípios tais e organizando os seus poderes de tal forma, que a eles pareça contribuir mais eficazmente para a sua segurança e felicidade”.

Manoel Gomes² explica que, tendo isso em vista, José Joaquim Da Maia, estudante da Universidade de Montpellier, onde fez-se maçom em 1786, em carta datada de 20 de outubro daquele mesmo ano, enquanto encontrava-se ainda na França, solicitou o auxílio dos Estados Unidos, ao Ministro e também maçom, daquela nascente República, Thomas Jefferson, para a revolução que, segundo ele, nos levaria à Independência. Pedido que foi renovado em 21 de novembro, tendo Jefferson, ao responder a Da Maia, dito que tomava em consideração as duas cartas recebidas e que, para tratarem do assunto, com ele iria encontrar-se pessoalmente.

Neste ponto, existe falta de consenso entre os historiadores, pois enquanto uma vertente afirma ter sido uma única carta³ datada de 20 de outubro, outros divergem alegando que foram várias as correspondências enviadas por José Joaquim Da Maia a Thomas Jefferson no período compreendido entre 02 de outubro de 1786 e 05 de janeiro de 1787.

Morivalde Calvet Fagundes⁴ afirma terem sido três as cartas, escritas em francês, cujas cópias descansam hoje na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Também seguindo por essa linha de pensamento, Arci Tenório D’Albuquerque⁵ enfatiza que com o pseudônimo de “*Vendek*”, Da Maia dirigiu-se em 02 e em 16 de outubro, em 26 de dezembro de 1786 e em 05 de janeiro de 1787, por cartas, a Thomas Jefferson, à época, Ministro dos Estados Unidos na França, solicitando-lhe uma intercessão no sentido de seu país apoiar o movimento emancipador brasileiro.

Porém, todos concordam ter existido de fato essa troca de correspondência. E igualmente que Thomas Jefferson atendeu ao pedido de José Joaquim Da Maia para a marcação de uma entrevista.

¹ GOMES (1975, p.18).

² GOMES (1975, p.15).

³ Ver “ANEXO 01: Carta de Joaquim Da Maia à Jefferson”.

⁴ FAGUNDES (1975, p.75).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1972, p.43-44).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

De acordo com D'Albuquerque¹:

“[...] estava Jefferson de viagem aprazada para a cidade de Aix, na Provença, famosa pelas suas águas. Dispôs-se em meio da jornada, a desviar-se sob pretexto de ir contemplar as ruínas romanas de Nîmes, e foi ao encontro de José Joaquim Da Maia. Assim, em meio às ruínas históricas, realizou-se o primeiro contato entre os dois Irmãos”.

Apesar de tudo, infrutíferos foram os esforços de Joaquim Da Maia para persuadir o diplomata norte-americano a assegurar auxílio aos empreendimentos dos inconfindentes. Thomas Jefferson ponderou que não dispunha de instruções do seu governo, de sorte que lhe era, de todo modo, impossível manifestar-se a respeito. Asseverou, porém, que se vitorioso, o movimento emancipador seria acolhido com simpatia nos EUA².

Em seguida, Thomas Jefferson remeteu ao seu país um pormenorizado relatório de sua conversa com Da Maia, onde fez um interessantíssimo estudo da situação do Brasil na época e das vantagens e desvantagens que haveria em uma guerra com Portugal e Espanha. Consta do dito documento que o Brasil possuía então, o mesmo número de habitantes que Portugal; havia vinte mil homens de tropas regulares, onde a maior força era de brasileiros; seu valor militar era indubitável e conheciam as manobras, mas eram ignorantes na ciência da guerra; o sacerdócio, em parte português, em parte brasileiro, não parecia tomar partido na contenda; a nobreza era bastante liberal; os intelectuais é que mais desejavam a revolução; o povo não era muito influído pelos padres, e possuía armas das quais costumavam servir-se para caçar; pelo que dizia respeito à revolução, não havia mais do que um pensamento em todo o país, mas faltava aparecer uma pessoa plenamente capaz de dirigi-la, sem o auxílio de uma nação poderosa; não havia imprensa; o Rio de Janeiro, como Capital, contava com cinquenta mil habitantes; tanto Salvador, a antiga metrópole, como as Minas de Ouro (Minas Gerais) propendiam para a revolução; que os brasileiros consideravam a revolução da América do Norte de 1776 como precursora da que eles desejavam, e que dos EUA esperavam todo o socorro³.

Todavia, há um pormenor de real importância que não podemos ignorar: na primeira carta a Thomas Jefferson, Joaquim Da Maia solicitou que a resposta do Ministro dos Estados Unidos fosse dirigida a Mr. Vigaron, Conselheiro do Rei da França e professor na Universidade de Montpellier. Por que essa indicação? Por que o estudante carioca envolveria em tão grave assunto um professor da Universidade de Montpellier? Por que lhe depositava tal confiança, a ponto de fazer dele um intermediário?

¹ D'ALBUQUERQUE (1972, p.48).

² D'ALBUQUERQUE (1972, p.51).

³ FAGUNDES (1975, p.75-76).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Segundo D’Albuquerque¹, eis a resposta:

“FRATERNIDADE... Pois que na Universidade de Montpellier funcionavam várias Lojas Maçônicas, inclusive uma constituída em sua maioria por professores. Talvez um deles fosse o professor Vigaron, irmão maçônico de José Joaquim Da Maia”.

Em 1786, na Europa, antes de Tiradentes, portanto, José Joaquim Da Maia já tratava da emancipação do Brasil e de modo prático, procurando conseguir o auxílio dos Estados Unidos, que seria decisivo caso a revolução descambasse para o confronto armado.

Todavia, por uma fatalidade do destino, José Joaquim Da Maia e Barbalho viria a falecer em Portugal, quando se preparava para regressar ao Brasil. Entretanto, os seus companheiros José Álvares Maciel e Domingos Vidal Barbosa, de regresso ao Brasil, viriam a se instalar em Vila Rica; e a partir de 1788 passariam a arrebancar adeptos no sentido de impulsionar a ideia de um Brasil independente².

Também se faz digno de nota que este episódio jamais teria qualquer registro na História, caso não tivesse ocorrido a “Inconfidência Mineira”, pois José Joaquim Da Maia, na época, encontrava-se na França, de modo que o encontro ocorrido entre ele e Thomas Jefferson poderia simplesmente nunca ter atravessado o oceano.

Vendek, como também era conhecido Da Maia, morreu no ano seguinte a esse encontro, antes de conseguir voltar para o Brasil, mas as suas ideias não, de modo que seriam revisitadas de tempos em tempos, estando por trás da maioria dos movimentos libertários que ainda aconteceriam no país como a “Inconfidência Mineira”, a “Revolta dos Alfaiates” na Bahia, a “Revolução Pernambucana” e a própria “Independência do Brasil”, além de movimentos posteriores como a “Confederação do Equador” e a “Revolução Farroupilha”.

Mas foi Domingos Vidal Barbosa, outro destacado maçom, que ao retornar da Europa, onde estudava, aqui se encontrou com José Resende Costa Filho, e lhe disse haver regressado ao Brasil porque em breve haveria em Minas Gerais um movimento libertário e que, vitorioso, o novo governo providenciaria logo a criação de uma universidade em Vila Rica, onde então concluiria os seus estudos. E mais, que José Joaquim Da Maia falara com Thomas Jefferson, Ministro americano na França, a quem solicitara o auxílio de seu país para a revolução³.

OS MAÇONS E OS PRIMEIROS INCONFIDENTES

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.58).

² JUK (2015, p.15).

³ GOMES (1975, p.15-16).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Muitos outros inconfidentes eram maçons e, como tal, empenharam-se na luta pela conquista da liberdade contra a tirania. A França, grande foco de reação incontida contra a opressão, foi o ambiente propício e incentivador encontrado pelos nossos patrícios para pensar na liberdade do Brasil, para planejar a quebra dos grilhões que escravizavam os brasileiros, para fazer cessar a exploração ladravaz e a extorsão desbragada dos portugueses contra os mineiros. Naquela época, cada Loja Maçônica, na França – e lá existiam centenas – era um reduto vigoroso de pregação da liberdade. Nas Lojas francesas planejava-se a Revolução Francesa (1789). Milhares de franceses e de estrangeiros, das mais altas camadas sociais, integravam os quadros da Maçonaria. Tanto era assim, que lá se realizou o encontro de Thomas Jefferson e José Joaquim Da Maia, ambos maçons¹.

José Álvares Maciel, formado pela Universidade de Coimbra em Filosofia, foi um dos doze estudantes brasileiros que em Coimbra, durante uma reunião maçônica, assumiram, sob juramento, o compromisso de empregarem todos os recursos possíveis para alcançarem a Independência do Brasil².

Quanto à iniciação maçônica de José Álvares Maciel, o historiador Joaquim Norberto de Souza Silva³ relata que “vinha o jovem Maciel de países livres, onde adquirira rara instrução e onde fora Iniciado nos mistérios da Maçonaria”.

E sobre os contatos de José Álvares Maciel com a Maçonaria, Augusto de Lima Júnior⁴ escreveu o seguinte:

“Em 1784, José Álvares Maciel recebia o grau em Coimbra, partindo para a França e Inglaterra, sendo certo que se demoraria em Montpellier por largo tempo. Andavam em moda as Lojas Iluminadas, centros secretos de reuniões onde as doutrinas da liberdade e melhoria nas condições de vida para a espécie humana constituíam a preocupação principal dos espíritos. [...] Em Coimbra o movimento iluminista ia em franco progresso; e na França, núcleo de expansão do movimento, Maciel ligou-se aos outros brasileiros que lá estudavam, filiados às Lojas Maçônicas; e quase todos acabaram figurando nas páginas das ‘Devassas da Inconfidência’ de Minas Gerais em 1789”.

Daí depreende-se que José Álvares Maciel, diplomado pela Universidade de Coimbra, onde foi Iniciado na Maçonaria, de Lisboa viajou para Montpellier e Londres, onde recolheu tudo o que pode sobre a revolução norte-americana para trazer ao Brasil. Tal fato pode ser

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.21).

² GOMES (1975, p.16).

³ SILVA (1948, p.81).

⁴ LIMA (1955, p.74).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

comprovado através de uma simples análise em seu depoimento nos “Autos da Devassa”.

Destarte, o regresso de Álvares Maciel veio dar alento à ideia de ser possível efetuar-se na província de Minas Gerais, e com bom êxito, um levante, se o governador, Visconde de Barbacena, intentasse executar as ordens que trazia da Corte Portuguesa de cobrar, por meio de uma “Derrama” geral, grandes impostos devidos ao tributo do ouro¹.

Idealista, homem culto, Álvares Maciel viu que bem se consorciava o seu espírito com os altos objetivos da Maçonaria. Os princípios de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” da Maçonaria foram não só aceitos como cultivados por Álvares Maciel. Como todos os demais americanos que acariciavam o sonho de libertar a Pátria e que foram a Londres, José Álvares Maciel deve ter visitado, como maçom que era, a Loja “Grande Reunião Americana”, fundada pelo imortal maçom venezuelano Francisco Miranda, precursor da Independência de todas as colônias espanholas latino-americanas. E mais, ele deve ter estado em contato com o próprio Francisco Miranda, o que certamente o entusiasmou ainda mais. É de se presumir que Álvares Maciel, por intermédio dos maçons ingleses, houvesse procurado conseguir, sem sucesso, o apoio da Inglaterra para o movimento emancipador brasileiro, já que quem conhece a história da Inglaterra sabe de sobejo que esse país nunca auxiliou outro senão para beneficiar-se. À Inglaterra não convinha a Independência do Brasil porque era aliada de Portugal e porque bem sabia que, uma vez libertos, os brasileiros tratariam de desenvolver as suas próprias indústrias, inclusive a de tecidos e passariam a comprar-lhe menos².

Então é correto afirmar que antes de regressar ao Brasil, Álvares Maciel foi a Londres. Mas por quê? Entre outras razões, porque lá estava funcionando a Loja “Grande Reunião Americana” como centro congregador dos patriotas sul-americanos e elemento coordenador da luta pela emancipação das colônias ibero-americanas, haja vista a simultaneidade dos movimentos na Venezuela e na Argentina³.

Segundo Manoel Gomes⁴, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio Alvarenga Peixoto foram outros inconfidentes iniciados na Maçonaria, enquanto ainda eram estudantes em Coimbra. E é dentre este grupo que surgirá, mais tarde, a figura do alferes Joaquim José da Silva Xavier, cuja alcunha de “Tiradentes” viria a se constituir, mais tarde, como figura principal e “Mártir da Independência”⁵.

Ainda segundo o referido autor, os principais líderes e mentores intelectuais dos inconfi-

¹ GOMES (1975, p.16).

² D’ALBUQUERQUE (1972, p.85-86).

³ D’ALBUQUERQUE (1972, p.187).

⁴ GOMES (1975, p.17).

⁵ JUK (2015, p.15).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

dentes (todos maçons) foram¹:

Padre José da Silva de Oliveira Rolim – homem abastado e de rara cultura, foi uma das figuras de maior atuação e valor na “Inconfidência Mineira”.

Cláudio Manoel da Costa – poeta, nasceu em Mariana, MG, no ano de 1729. Acusado de participação na conjuração, foi preso e, ao que parece, suicidou-se.

Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793) – poeta, nasceu no Rio de Janeiro, em 1744. Comprometido na conjuração, foi condenado ao desterro na África, onde morreu em 1793. Pertence-lhe a proposição para legenda da bandeira revolucionária a frase: “*LIBERTAS QUAE SERA TAMEN*”.

Tomás Antônio Gonzaga (1744–1809) – poeta, nasceu em Miragaia, Portugal em 1744. Morreu na África, desterrado, em 1809.

AS LOJAS SECRETAS

Na época era considerado crime ser maçom. Bastava ter livros de autores franceses, escritos em francês ou possuir uma cópia da “Constituição dos Estados Unidos” para que um cidadão fosse perseguido, preso e processado por alta traição.

O papel da Santa Inquisição em países como Portugal e Espanha, onde o Santo Ofício se utilizou deste flagelo como instrumento de controle social e ideológico, fez com que nos países latinos, a Maçonaria tomasse o caráter de uma instituição semiclandestina e muitas vezes, secreta, empenhada em fazer propaganda política de oposição, de cunho liberal e anticlerical, embora muitos membros da Igreja dela viessem a fazer parte.

E a Maçonaria brasileira da época, por ser clandestina e secreta, por força das leis e da própria ignorância do povo, não tinha liberdade para promover reuniões em locais conhecidos nem tampouco registrá-las em qualquer tipo de ata, tendo sido destruída a pouca documentação existente, por ser considerada comprometedora.

As reuniões maçônicas, portanto, eram realizadas em prédios residenciais, com pretexto de reuniões familiares, onde os maçons discutiam os mais variados assuntos, principalmente as ideias de liberdade e de igualdade.

Nada podia ser escrito, pois o relato de uma reunião poderia se transformar na confissão de um crime geralmente punido com pesadas penas. Dessa forma é possível concluir, mesmo sem ter acesso a fontes documentais explícitas, que os inconfidentes, em sua maioria, para não

¹ GOMES (1975, p.18-19):

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

dizer todos, foram maçons ativos e membros de Lojas mineiras que, em geral funcionavam na clandestinidade das residências de seus membros.

Assim, é perfeitamente possível deduzir que as reuniões, onde se tramou o movimento de libertação das minas tenham acontecido em locais improvisados e não em Lojas legalmente estabelecidas, até pelo simples fato de não existir, na época, uma Maçonaria com Lojas regulares e legalmente constituídas no Brasil, o que não era permitido, nem mesmo na metrópole.

Não se justifica, portanto, afirmar o contrário, somente porque não existe documentação histórica da época que possa comprovar a existência de Lojas “formalmente constituídas”¹.

Segundo o historiador Morivalde Calvet Fagundes²:

“De regresso ao Rio, José Álvares Maciel encontra-se com Tiradentes, que a esta altura era o dínamo da revolução. O Alferes estava de licença. Maciel coloca-o a par da sua missão na Europa e do alvoroço que havia por lá, sobretudo na França. Estava-se a um ano da Grande Revolução Francesa. A ‘Declaração de Direitos do Homem’ e a ‘Constituição Americana’ foram passadas para Tiradentes. Neste momento, se o protomártir da nossa Independência porventura ainda não fosse maçom, Maciel lhe teria, forçosamente, transmitido sinais, toques e palavras”.

Quanto à polêmica e controversa questão sobre se Tiradentes foi ou não maçom, o que gera ainda hoje muitas discordâncias entre os estudiosos do assunto, a mesma será tratada de forma mais abrangente ainda neste volume.

Voltando ao tema, de acordo com o que atesta o historiador Antônio Augusto Aguiar³, foi depois disso que Álvares Maciel, sempre fiel ao seu papel de grande disseminador intelectual do movimento, foi a Minas Gerais e a São Paulo para “fundar novas Lojas Maçônicas”. Ainda segundo o citado autor, Tiradentes acompanhou-o até Vila Rica, onde, entre outros, os dois conseguiram, através da força da argumentação, a adesão do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade ao movimento, o qual era na época, comandante da tropa paga da Capitania de Minas Gerais.

Assim, partindo de Tomaz Antônio Gonzaga e de José Álvares Maciel, as iniciativas para arregimentação de adeptos à causa, contaram com a fundação de Lojas secretas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se faziam reuniões e traçavam-se os planos para a rebelião. Naturalmente, essas Lojas, apesar de reunirem somente maçons não tinham o título de Lojas Maçônicas. Eram sociedades literárias, academias, areópagos e arcádias, como afir-

¹ CASTRO (2013, p.2-3).

² FAGUNDES (1975, p.76).

³ AGUIAR (1896).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

mado pelo historiador Antônio Augusto de Aguiar¹:

“[...] organizou Álvares Maciel, sociedades em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, com intuito de, por meio delas, fazer a propaganda das ideias e preparar elementos, que na hora oportuna, fizessem a revolução”.

Assertiva confirmada pelo também historiador Gustavo Barroso²:

“Em Vila Rica, sede do governo da capitania, havia uma roda de homens cultos, participantes de uma ‘arcádia literária’, a qual facilmente se tornaria o centro diretor de qualquer movimento de ideias a se objetivar em ação. Tornou-se, com efeito, e envolta em tanto mistério, que mal sabiam os próprios conjurados, do que nela se tratava e nem ao certo, as pessoas que a compunham”.

Mário Melo³, por sua vez, elucida que em Minas Gerais, a Pátria da Inconfidência, não se pode afirmar que havia Lojas Maçônicas oficialmente constituídas, *“[...] mas é certo que o Dr. José Álvares Maciel era Iniciado em seus mistérios e as relações entre os inconfidentes – chefes espirituais do movimento – e Thomas Jefferson – grande espírito independente dos Estados Unidos – nos levam a crer que os nossos patrícios do Sul aprenderam a ser republicanos nos fundos de uma oficina Maçônica”.*

Já Tenório D’Albuquerque⁴ é bastante enfático ao sugerir que:

“É fora de dúvida que, em Minas, foram fundadas Lojas Maçônicas, sobretudo por iniciativa de estudantes brasileiros de retorno da Europa. Regressavam eles empolgados pela ação humanitária e fraternal desenvolvida pela Maçonaria na Europa, no sentido de assegurar os direitos que dignificam o homem, na defesa indômita da liberdade dos povos”.

Ao que o referido autor reitera⁵:

“O Dr. José Álvares Maciel era maçom convicto. Ele deve ter compreendido que o seu grande ideal patriótico, a emancipação do Brasil, só poderia ser concretizado através da Maçonaria. E por quê? Porque a Maçonaria era o poderoso centro difusor da Liberdade, o maior incentivador da luta pela emancipação dos povos. Diante do exposto, não há porque duvidar que José Álvares Maciel tratou de fundar e de instalar Lojas Maçônicas no Brasil, ou de contribuir para a sua instalação. É evidente que, dado o regime opressivo de então em que os brasileiros viviam desprovidos de direitos, José Álvares Maciel não podia dar às suas fundações o título de Lojas Maçônicas. Eram ‘academias’, ‘areópagos’, etc. Um recurso para es-

¹ AGUIAR (1896, pág. 7).

² (BARROSO, 1939).

³ MELO (1912, p.24).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1972, p.93).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1972, p.93-94).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

capar à fúria dos esbirros policiais, à sanha feroz dos governadores e demais autoridades portuguesas, cujos desmandos não conheciam limites”.

E mesmo o historiador reconhecidamente anti-maçônico Gustavo Barroso¹ admite, citando parte da denúncia de José Bernardo Frade efetuada no Rio de Janeiro, cerca de um ano após a execução de Tiradentes:

“[...] era costume reunir-se uma ‘academia’, a qual, depois de ser proibida pelo vice-rei, passou a realizar assembleias particulares. Concorriam a esses conciliábulos bacharéis, médicos, professores. Entre eles o cristão-novo Amarante, boticário, nos fundos de cuja botica se realizavam as ‘sessões maçônicas’ em que se liam papéis na língua francesa e que tratavam da Revolução da França, e haviam vários discursos sobre liberdade, sobre os quais fizeram os mesmos assistentes várias reflexões tendentes a fazer odiosas as monarquias, mostrando grande paixão contra elas e inclinação às repúblicas, encarecendo a felicidade que os povos gozam nas mesmas”.

E em nota ao trecho acima, escreveu ainda o referido autor:

“Quando tratarmos das conspirações e revoluções pernambucanas, de 1801 a 1817, veremos que a Maçonaria começou a trabalhar ali sob a forma de ‘academias’, ‘areópagos’ e ‘sociedades literárias’”.

Hércule Spoladore² também possui opinião semelhante:

“A maneira de propagar estes novos conceitos foi a de se reunirem secretamente, já que eram inimigos da Coroa em potencial e também para se precaver contra a repressão das autoridades portuguesas. As organizações libertárias eram formadas por maçons e não maçons. Havia inicialmente ‘clubes secretos’, ‘academias’, pseudo Lojas Maçônicas e outras entidades afins. [...] Como estes agrupamentos se confundiam especialmente quanto às suas denominações, sabemos que os maçons pertenceram a todos eles, além das Lojas Maçônicas, as quais eram filiados”.

Então, conforme a totalidade desses autores, sob o título de “academias” e “clubes” funcionavam as Lojas Maçônicas, trabalhando intimoratamente pela grandeza do Brasil. Levados por um ideal sublime, os maçons reuniam-se patrioticamente arriscando as suas vidas a fim de lutarem para que o Brasil fosse livre. A Maçonaria era coordenadora do movimento e aglutinadora daqueles esforços, daquelas arrancadas destemidas em busca da liberdade.

Mário Melo³ ainda escreveu:

¹ BARROSO (1939, p.169-170).

² SPOLADORE (2015, p.19).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

“[...] essas sociedades, quer se chamassem ‘areópagos’, ‘academias’, ‘Lojas’, ‘oficinas’, ‘universidades’ ou coisas semelhantes, eram Lojas Maçônicas para aqui transplantadas pelos espíritos adiantados que se iniciaram na Europa ou nos Estados Unidos, diferindo no nome justamente para fazer confusão, desnortear o governo português, não levantar suspeitas e melhor propagar as ideias da democracia, disfarçadamente”.

Um caso exemplar do esforço do governo português para impedir a circulação de ideias na colônia foi o trágico destino da “Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. Criada em 1786, com o apoio do Vice-Rei, D. Luís de Vasconcelos e Souza, a sociedade tinha como sócios, figuras importantes da capital, incluindo médicos, advogados, escritores e poetas. Nas reuniões semanais discutiam-se assuntos diversos, como Física, Astronomia, Filosofia e Literatura, e também os acontecimentos políticos na Europa e nos Estados Unidos. Era a época da “Revolução Francesa”, da “Independência Americana” e da “Conjuração Mineira”, o movimento de Independência de Minas Gerais que transformaria o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em herói nacional. Por temer que a sociedade funcionasse como um fermento incontrolável para essas ideias, o então Vice-Rei, Conde de Rezende, sucessor de Vasconcelos e Souza, decidiu extingui-la em 1794. Suspeitas de envolvimento num suposto complô contra a monarquia, onze pessoas que dela faziam parte foram presas na Fortaleza da Conceição, onde permaneceram até 1797¹.

Hércule Spoladore² nos conta que a “Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, fundada em 1786 por Inácio da Silva Alvarenga e Basílio da Gama, segundo alguns autores, era uma Loja Maçônica disfarçada. Era protegida pelo Vice-Rei de Portugal D. Luiz de Vasconcelos, membro da “Academia de Letras de Lisboa” e grande iluminista português. Quando foi substituído pelo Conde de Resende, inimigo declarado dos iluministas, este dissolveu a dita sociedade, em 1794. Ainda segundo o referido autor, Domingos Vidal Barbosa, um dos mais célebres inconfidentes, teria pertencido a este grupo.

Eduardo Figueiredo³ explica que mais uma conotação maçônica, podia ser encontrada na “Sociedade Literária do Rio de Janeiro”, com estatutos oficiais aprovados pelo Vice-Rei de Portugal. Posteriormente, segundo ele, nos papéis sequestrados, ao poeta Manuel Alvarenga, havia um rascunho de estatutos em que num dos itens exigia-se *”a boa fé e jurando absoluto segredo de modo que ninguém saiba do que se trata na Sociedade”*. Tal documento foi inter-

³ MELO (1912, p.10).

¹ VAINFAS (2001, p.139-140).

² SPOLADORE (2015, p.19).

³ FIGUEIREDO (2010, p.6).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

pretado como indício maçônico. Ainda de acordo com o referido autor:

“[...] nas atas das sessões secretas havia registros de que se lia com entusiasmo livros e gazetas francesas que citavam a Sublime Ordem. Havia manuscritos, para colocação em vários pontos da cidade, nos quais se denunciava com veemência o despotismo de Portugal e se exaltava a França e a Liberdade. E não os atemorizava o malogro de outros movimentos anteriores. Com tudo isso vindo à tona, D. Maria I foi inexorável: negou todos os pedidos de comutações de pena. E proclamou a sentença de Tiradentes, como exemplo, para que ninguém mais ousasse afrontar o governo português”.

Depois de todos os relatos, fica fácil concluir que, embora não oficialmente constituída, a Maçonaria já havia fincado raízes em solo brasileiro na época da “Inconfidência Mineira”, influenciando de forma ativa e direta os eventos que trinta e três anos depois culminariam na consolidação da Independência do Brasil.

Trinta três anos...

Um número curioso, visto que a Maçonaria, pelo menos no Rito Escocês Antigo e Aceito (R.E.A.A.) coincidentemente compõe-se de trinta e três graus.

TIRADENTES CONHECE JOSÉ ÁLVARES MACIEL

O pesquisador Nêodo Ambrósio de Castro¹ descreve que no retorno de Álvares Maciel ao Brasil, ocorreu, para a felicidade e a consumação do sonho de Liberdade, um “*encontro da intelectualidade com a bravura*” – os ideais do homem culto e idealista com o caráter forte e exaltado do miliciano que conhecia o verdadeiro significado da palavra “Liberdade” e converteu-se num soldado fervoroso: o Alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes.

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 12 de novembro de 1746, na Fazenda do Pom-bal, em Minas Gerais. Os seus pais eram Domingos da Silva Santos e Maria Antônia da Encarnação Xavier, pequenos proprietários rurais. Em 1755, após o falecimento da mãe, mudou-se para a Vila de São José, hoje rebatizada com o seu nome. Depois da morte do pai, a família ficou sem recursos e os sete filhos se dispersaram. Joaquim José foi morar com um padrinho, que era cirurgião, o qual lhe ensinou os ofícios de prático farmacêutico e dentista. Evidentemente, Tiradentes não era formado em nenhuma dessas duas profissões, como a maioria dos profissionais da época, mas a alcunha “Tiradentes” lhe veio dessa prática, pela qual ficou conhecido em toda a região das minas. Também trabalhou como mestre de obras. E então aderiu

¹ CASTRO (2013, p.2).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

à carreira militar.

Joaquim José da Silva Xavier ingressou na carreira das armas em 1775, no posto de Alferes da “6ª Companhia do Regimento de Cavalaria Paga” de Minas Gerais. No exercício das suas funções, durante os seus catorze anos de serviço, sempre atuou com eficiência e coragem. Ajudou a acabar com o banditismo na Mantiqueira, comandando o chamado “Destacamento do Sertão”, e chefiou a patrulha que policiava o “Caminho Novo”, por onde passava grande parte do ouro e diamantes destinados às arcas reais. Entretanto, embora brilhante a sua folha de serviços, jamais foi promovido. Por ser brasileiro, naturalmente.

Mostrava-se interessado, também, em questões de mineralogia e comércio, o que o tornou largamente relacionado em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Da sua união com Antônia Maria do Espírito Santo, houve uma filha, de nome Joaquina¹.

Em 1787 havia chegado apenas ao posto de alferes, patente correspondente ao posto de primeiro sargento na atualidade. Por isso, resolveu tentar outra profissão. Pediu uma licença da cavalaria em 1787 e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde morou por cerca de um ano.

Na capital, tentou vender alguns projetos de saneamento básico para o governo da cidade, especialmente a canalização de córregos e a construção de aquedutos, especialidade em que a sua habilidade de mestre de obras, exercida antes de entrar para a milícia, era bem reconhecida. Todavia, os seus projetos não foram aprovados pelas autoridades coloniais, que estavam mais interessadas em extrair os recursos da colônia do que provê-la de serviços públicos básicos. A irresponsabilidade e o descaso com que os portugueses administravam a colônia e tratavam as necessidades do povo brasileiro devem ter despertado em Joaquim José um desejo ardente de mudar esse estado de coisas.

Assim, depois de um ano tentando a vida no Rio, ele resolveu voltar para Minas Gerais e retomar a sua carreira na milícia. Ao mesmo tempo deu início à atividade política, começando uma pregação em favor da autonomia da província mineira².

Foi neste ponto que Joaquim José começou a perceber o quanto o Brasil estava sendo dilapidado pela Coroa portuguesa. Praticamente todo o ouro extraído em Minas ia parar na Metrópole, mas o governo português não devolvia absolutamente nada sob a forma de serviços públicos. Era pura atividade predatória, sem nenhum comprometimento com o povo da colônia. Nessa época, a população mineira já havia crescido bastante e as cidades da região aurífera haviam se tornado importantes centros populacionais. Cidades como Vila Rica (atual Ouro

¹ GOMES (1975, p.17).

² RODRIGUES (2015, p.4-5).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Preto), Mariana, São João Del Rey e Barbacena demonstravam a pujança da região mineira, que para as autoridades portuguesas era a mais importante economicamente.

A insatisfação da população mineira com esse estado de coisas crescia dia a dia, mobilizando principalmente as pessoas mais importantes da região, as quais, cientes do que estava acontecendo em outros lugares – América do Norte (EUA) e França, onde revoluções liberais e populares estavam ocorrendo – começaram a pensar em fazer o mesmo por aqui. Entre esses, estavam principalmente os profissionais liberais da região mineira, os quais, em sua maioria, tinham estudado na Europa e estavam bem a par dos movimentos que deram origem à Idade Moderna¹.

Tiradentes, cujo verdadeiro nome era Joaquim José da Silva Xavier, alferes de cavalaria, viajou por toda a província de Minas, onde pôde conhecer a miséria do povo e a tirania que sobre ele pairava. Vindo da Bahia, fez parte do grupo de patriotas que se formara sob a orientação dos poetas Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio Alvarenga Peixoto². E eis que então, no Rio de Janeiro, Tiradentes pusera-se em contato com um moço mineiro que regressava formado da Europa, o Dr. José Álvares Maciel, o qual segundo o depoimento de Domingos Vidal nos autos da “Devassa”, estivera na Inglaterra, buscando apoio para o levante de Minas Gerais³.

Para Tiradentes, o ano de 1788 marcou seus decisivos contatos no Rio de Janeiro, com homens que iriam marcar a sua vida e a sua atuação daí em diante. Em março do mesmo ano ele se aproximou do Padre Rolim e a 23 de julho ocorreu o famoso encontro com José Álvares Maciel, que acabara de retornar da Europa. Este lhe deu conta da correspondência entre José Joaquim Da Maia e Thomas Jefferson e lhe entregou um exemplar do “*Recueil*”, coletânea dos princípios políticos básicos do sistema constitucional norte-americano.

A partir daí, Tiradentes começou a sua pregação, participando de conventículos e da importante reunião dos principais ativistas do movimento, ocorrida em 26 de dezembro de 1788, na casa de Freire de Andrade, para formalizar os planos de um levante armado contra a Coroa Portuguesa⁴.

TIRADENTES FOI OU NÃO FOI MAÇOM?

¹ RODRIGUES (2015, p.5).

² GOMES (1975, p.16).

³ D’ALBUQUERQUE (1972, p.84-85).

⁴ JUK (2015, p.17).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

No tocante à polêmica “Iniciação” de Tiradentes na Maçonaria, a indagação sobre se teria sido ele ou não um maçom, encontra eco afirmativo em vários autores maçons como Tenório D’Albuquerque e Augusto de Lima Júnior, entre outros, ancorados na tese de que o segredo das reuniões, motivado pelas perseguições, foi a causa da total escassez de documentos que pudessem comprovar essa suposta “Iniciação” de Joaquim José da Silva Xavier nos augustos mistérios, o que teria, segundo eles, acontecido por “comunicação” durante uma reunião e não necessariamente em uma Loja formalmente constituída.

Em contrapartida, a polêmica encontra uma severa resistência, principalmente nos meios acadêmicos e até mesmo em alguns escritores maçônicos como José Castellani e Kurt Prober, que questionam a teoria sob a ótica de que antes de 1797 não teriam existido Lojas Maçônicas no Brasil, o que, segundo eles, inviabilizaria qualquer pressuposição de que o Mártir da Inconfidência Mineira tivesse sido maçom.

Mas o que tem provocado a maior celeuma entre os historiadores é o que o pesquisador Joaquim Felício dos Santos¹ deixou escrito sobre Tiradentes, onde ele afirma que: *“quando foi removido da Bahia, trazia instruções secretas da Maçonaria para os patriotas de Minas”*.

Todo o peso da argumentação de Joaquim Felício² repousa no seguinte fato até hoje não comprovado por documentação fidedigna, mas convictamente asseverado por alguns dos nossos mais notáveis historiadores de que *“Em meados do século passado (Séc. XVIII) já funcionava na Bahia uma Loja Maçônica”*.

Ainda segundo o citado autor, quando de sua passagem por Tijuco (hoje Diamantina), Tiradentes teria “Iniciado” nos augustos mistérios, em primeiro lugar, o Padre Rolim, e depois o cadete Joaquim José Vieira Couto (que quando faleceu, em consequência de enfermidade adquirida na cadeia de Vila Rica, foi enterrado revestido das insígnias de mestre-maçom).

As reuniões (em Serro Frio), comenta Joaquim Felício dos Santos³, ocorriam à noite na casa de José da Silva Oliveira, pai do Padre Rolim. Segundo ele:

“Os conciliábulos faziam-se alta noite em casa de José da Silva Oliveira, pai do Padre Rolim; a eles concorriam as principais pessoas do Tejuco e diz-se que até o intendente Beltrão se envolvera na conjuração; mas guardava-se o maior segredo sobre as deliberações e nomes dos comprometidos”.

E na página 228 de seu livro⁴ *“Memórias do Distrito Diamantino”*:

¹ FAGUNDES (1989, p. 34).

² SANTOS (1868, p. 257).

³ SANTOS (1868, p.253).

⁴ SANTOS (1868, p. 228).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

“Os conjurados eram todos iniciados na Maçonaria, introduzida por Tiradentes, quando por aqui passou, vindo da Bahia para Vila Rica”.

Já Pedro Juk¹ discorda dessa hipótese, discorrendo que as reuniões de objetivo libertário eram realizadas de forma alternada nas casas de Cláudio Manoel da Costa e do Tenente Coronel Freire de Andrade. De acordo com ele, devaneadores de um Brasil independente, os bravos conjurados, de forma até utópica, anteviam o Brasil funcionando como República Democrática, sem escravos, onde haveria escolas e universidades para o povo, justiça tributária, incentivo para a instalação de indústrias, etc.

E Augusto de Lima Júnior² assim comenta sobre isso:

“Pois, com toda essa constante e profícua atividade, não faltava tempo ao alferes Joaquim José para estudar os assuntos que ele entendia serem de interesse para a sua terra. Tinha o que hoje denominamos e raramente encontramos: ‘espírito público’. Iniciado na Maçonaria, tomava parte nas reuniões desta no Rio de Janeiro e pregava as suas doutrinas onde quer que se encontrasse”.

Versão que encontra eco em Arci Tenório D’Albuquerque³, que escreveu:

“Tiradentes, na sua passagem por Tejuco (atualmente Diamantina), ali introduziu a Maçonaria. Conclui-se das palavras transcritas que a Loja funcionava na residência de José da Silva Oliveira, pai do famoso Padre Rolim, também maçom; e que a ela concorriam as principais pessoas do Tejuco”.

E novamente nas palavras de Joaquim Felício dos Santos⁴:

“Quando Tiradentes foi removido da Bahia, trazia instruções secretas da Maçonaria para os ‘patriotas’ de Minas. Em Tejuco o primeiro que ‘Iniciou-se’ foi o Padre Rolim, depois o cadete Joaquim José Vieira Couto e seus irmãos”.

“Patriotas” – esclarece o eminente pesquisador e historiador, em seu livro *“Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio”* – eram chamados os maçons brasileiros da época adeptos da república.

Outro fato que reacende a polêmica é o relato de Joaquim Norberto de Souza e Silva⁵:

“No dia 28 de agosto de 1788 apresentou-se o alferes Joaquim José da Silva Xavier ao comandante de seu regimento para dar parte de doente, pois, com efeito, chegara enfermo à Vila Rica. Reteve-o a sua enfermidade em casa pelo espaço de três meses. Suspenderam-lhe o

¹ JUK (2015, p.16).

² LIMA (1955, p.106).

³ D’ALBUQUERQUE (1972, p.111).

⁴ SANTOS (1868, p.255).

⁵ SILVA (1948, p.96 – tomo I).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

soldo e teve ele de recorrer ao empenho da amizade que contraíra na cidade do Rio de Janeiro com o Dr. José Álvares Maciel. Era este jovem aparentado com o tenente-coronel de seu regimento Francisco de Paula Freire de Andrade e fácil lhe foi obter o que desejava o pobre alferes. Renovou Tiradentes a prática que tivera com Dr. Álvares Maciel na cidade do Rio de Janeiro, e conseguiu, por intermédio de sua pessoa, ser ‘iniciado nos mistérios’ da conjuração que desde muito tempo se tramava em Vila Rica”.

Segundo D’Albuquerque¹, para um leigo em assuntos maçônicos, pouco valor tem a palavra “Iniciado”, empregada nos trechos acima. Outro é o caso, entretanto, para quem já se adentrou em estudos maçônicos. “*Iniciado nos mistérios da conjuração*”, de acordo com ele, pode significar admitido, aquele que passou pelo ato de admissão, de Iniciação na Maçonaria.

O referido autor sugere que igualmente observemos atentamente a frase: “*Renovou Tiradentes a prática que tivera com Dr. Álvares Maciel na cidade do Rio de Janeiro*”, indagando-nos em seguida: “*Que ‘prática’ teria sido essa? Com que sentido está empregado o vocábulo ‘prática’*”?

E ainda em conformidade com D’Albuquerque², possivelmente, Tiradentes foi iniciado na Maçonaria pelo Dr. José Álvares Maciel que, de acordo com o ritual, lhe transmitiu os sinais e toques, e ensinou-lhe a palavra sagrada de Aprendiz. Assim, ao apresentar-se ao comandante, Tiradentes demonstrou, provou ser maçom (renovando a “prática” que tivera com Álvares Maciel) e foi prontamente atendido.

Já o renomado historiador Augusto de Lima Júnior³ escreveu:

“Todos os dias, depois dos seus trabalhos no quartel, que era na Rua das Flores, partia Francisco de Paula Freire de Andrade para a sua chácara no Cruzeiro, lá jantando, às vezes, e retornando para sua casa da rua Direita muito tarde da noite. Era essa chácara, o local mais adequado às reuniões [...] quando desejava entender-se secretamente com alguns oficiais do seu regimento, e demais companheiros para o preparo do ato da insurreição. Foi aí que, em março de 1789, se traçou o plano final de operações para ser levado a efeito no dia em que se marcasse o início delas. Nessa reunião, talvez a última anterior às prisões, segundo o testemunho verídico de Tiradentes, resolveu-se tudo quanto respeitava ao lance inicial do motim, pois que estava anunciada a ‘Derrama’ e isso constituía um excelente meio de excitar os tímidos, os comodistas e os que só se movem quando se lhes toca nas algibeiras.

Foi um almoço, em dia de domingo, que serviu para essa reunião. Estavam em torno da

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.95-96).

² D’ALBUQUERQUE (1972, p.101).

³ LIMA (1955, p.136-137).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

mesa, além de Francisco de Paula, que a presidia como anfitrião, seu cunhado José Álvares Maciel, os padres Carlos Correia de Toledo e José da Silva Rolim, além de outros conjurados de Vila Rica. Depois de ouvir minucioso relatório do alferes Joaquim José, que regressara do Rio de Janeiro, onde mantivera contatos decisivos com os confrades das Lojas Maçônicas, e que lá dirigiam o movimento da insurreição”.

Ao que novamente complementa D’Albuquerque¹:

“É fácil de imaginar que dificilmente Tiradentes, como maçom que era, iria expor contatos fraternais mantidos com ‘Irmãos’ de ‘Lojas Maçônicas’, a não ser a outros maçons”.

E o historiador Morivalde Calvet Fagundes² encerra assim a discussão:

“A verdade é que um historiador probo não se baseia tão só em documentos escritos, mas também se estriba no testemunho, no depoimento oral ou escrito, desde que feito por pessoa esclarecida, sincera e imparcial, como nos ensinam os tratados de crítica histórica. O testemunho compõe a tradição, que junto com os documentos e os monumentos constituem as fontes da História.

Portanto, dizer que Tiradentes não foi maçom é, pelo menos, um vexame à crítica histórica, baseando-a unicamente na existência, ou não, de documentos escritos, em prejuízo de uma rica tradição, existente em Minas Gerais, e dos monumentos, que não falam, mas comprovam. Veja-se o triângulo da bandeira da Inconfidência, proposto por Tiradentes, que é, de acordo com Paul Naudon, o símbolo maçônico da Santíssima Trindade”.

Se Tiradentes foi ou não foi maçom, honestamente me abstenho de tomar partido.

Cabe ao leitor decidir.

Agora, o fato indubitável do qual não podemos fugir e que não podemos ignorar é que Tiradentes, tendo sido maçom ou não, em nada altera-se o fato de que o exemplo por ele dado, ao assumir sozinho toda a culpa do movimento e a forma heróica como se entregou à morte, sem delatar os seus companheiros, são inegavelmente atitudes maçônicas, mesmo que levadas à cabo por um profano. Portanto, afirmo com a mais pura e incontestável certeza que Tiradentes foi, senão um maçom de fato, no mínimo, um profano dotado de coração e espírito maçônicos.

A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.105).

² FAGUNDES (1989, p.35).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Na concepção de D’Albuquerque¹ é inadmissível considerar-se a “Inconfidência Mineira” apenas no seu ápice, quando da sua descoberta. Cumpre pesquisar as suas origens e reconhecer tratar-se de um movimento libertador do Brasil com raízes muito mais antigas, desopressor dos mineiros tão vilmente explorados pela cobiça insaciável da Metrópole; movimento com indiscutível influência das ideias oriundas da França, dos enciclopedistas que eram, em sua grande maioria, maçons; uma arrancada para a liberdade, dirigida por maçons brasileiros, debatida e planejada em sessões maçônicas.

Não é apenas infantilidade e sim uma estultice – obstinação decorrente de fanatismo – negarmos-nos a reconhecer na “Inconfidência Mineira” um empreendimento de cunho maçônico. Basta atentarmos à sua bandeira, aos seus objetivos de liberdade, igualdade e fraternidade através da união dos brasileiros em torno de um ideal supremo e de constituição de uma pátria livre.

Manoel Gomes² conta que “*Tiradentes voltou a Vila Rica de um encontro que teve com Maciel, no Rio de Janeiro, em setembro de 1788, onde discutiram os primeiros pontos do plano para a rebelião*”.

Neste momento, a organização da conjura entrava em ritmo de urgência. Ficou decidido que seria proclamada a república; um projeto de Constituição foi elaborado; a capital seria São João Del-Rei; a abolição progressiva da escravidão também chegou a ser debatida; a bandeira da nova república seria um triângulo traçado em linhas vermelhas sobre um fundo branco. E Alvarenga deu a sugestão de uma inscrição latina para completar a referida Bandeira, tomada ao poeta Virgílio – “*LIBERTAS QUAE SERA TAMEN*” – cujo sentido no vernáculo é: “*Liberdade, ainda que tardia*”. Os inconfidentes resolveram, então, não mais se reunir e combinaram uma senha: “*Tal dia é o Batizado*” – em que o “tal dia” seria a data da eclosão do movimento.

Tudo pronto. Era só aguardar do Governador Visconde de Barbacena o decreto da “Derrama”, que seria para os conjurados a grande oportunidade para sublevar o povo. Dentre outros planos dos visionários conjurados, estes tinham a convicção do apoio popular, não se preocupando em preparar o povo com antecedência para a rebelião.

Para os conjurados, talvez por serem reconhecidamente influenciados pelo sucesso da Independência dos EUA, o povo lhes daria incontestável apoio, tal qual ocorrera no continente norte-americano, por ocasião da cobrança de impostos sobre o chá, o vidro e outros produtos. Dessa forma, eles acreditavam que a “Derrama”, aqui no Brasil, por si só, seria suficiente para

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.19-20).

² GOMES (1975, p.19-20).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

provocar a reação popular nas Minas Gerais. Neste sentido, os conjurados decidiram que a revolução irromperia quando fosse lançada a “Derrama”¹.

Nessa altura, a conspiração dos mineiros já havia se tornado um plano. Planejavam a insurreição para o dia da “Derrama”. Nascia então, a “Inconfidência Mineira”, que recebeu este nome justamente pelo fato de que essa ação deveria ser conservada em segredo.

Redobrados esforços foram aplicados no sentido de se articular o movimento. Tiradentes entregou-se inteiramente à causa, pregando abertamente a revolução, ora denunciando a “Derrama”, ora a injustiça social ou a violência das autoridades².

Todavia, entre os conspiradores havia pessoas que resolveram aproveitar a oportunidade para barganhar com o governo português o perdão de suas dívidas. Entre elas, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, o tenente-coronel Brasília de Brito Malheiros do Lago e o minerador luso-açoriano Inácio Corrêa Pamplona, que tinha aderido ao grupo nos últimos dias. E foram esses três traidores que delataram ao Visconde de Barbacena o complô dos mineiros³.

OS “AUTOS DA DEVASSA”

No dia 15 de março de 1789, Joaquim Silvério dos Reis, também conjurado, denunciaria os companheiros ao Governador Visconde de Barbacena. Os outros denunciantes apareceriam depois: Brasília de Brito Malheiros do Lago e Inácio Corrêa Pamplona⁴.

Quando parecia delineado o movimento, Tiradentes voltou ao Rio de Janeiro, em 11 de março de 1789, depois de ter recebido uma licença para tratar a saúde no dia 10. No dia 14 do mesmo mês, a “Derrama” foi suspensa – conforme carta enviada pelo Governador Barbacena à Câmara de Vila Rica – e no dia seguinte, dia 15, o delator do movimento, Joaquim Silvério dos Reis, apresentou oficialmente a sua denúncia, conforme atestado pelo Visconde de Barbacena e incluído no “Volume I” dos “Autos da Devassa”.

Joaquim Silvério dos Reis, à época coronel de cavalaria, assim começava a sua carta ao Governador Visconde de Barbacena:

“Meu Senhor, pela forçosa obrigação que tenho de ser leal vassalo à nossa Augusta Soberana (D. Maria I), ainda apesar de me tirar a vida como logo se me protestou, na ocasião em que fui convidado para a sublevação, que se intenta, prontamente passarei a pôr na pre-

¹ JUK (2015, p.16).

² GOMES (1975, p.18).

³ RODRIGUES (2015, p.6-7).

⁴ GOMES (1975, p.21).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

sença de V. Excia., o seguinte... ”.

E, após relatar detalhes sobre o movimento e quem eram os seus principais articuladores, com estas palavras, encerra Silvério dos Reis a sua carta¹:

“Ponho todos estes importantes participantes na presença de V. Excia., pela obrigação de fidelidade, não por que meu intento nem vontade sejam de ver a ruína de pessoa alguma, o que espero em Deus que com o bom discurso de V. Excia., há de acontecer tudo e dar as providências, sem a perdição dos vassallos. O prêmio que peço tão somente a V. Excia., é o de rogar-lhe que pelo amor de Deus não se perca ninguém ”.

A “Derrama” estava programada para o mês de março de 1789. Mas um dia antes da data prevista, o Visconde de Barbacena, informado pelos delatores de que haveria resistência à ação, e que daí poderia surgir uma sublevação cujas consequências eram impossíveis de se prever, resolveu suspender a operação. O ato ocorreu no dia 23 de março, alegando ele a impossibilidade de poder o povo pagar aquele pesado tributo, e sendo ainda necessário fazer certas averiguações, adiando a “Derrama” para uma ocasião mais oportuna. Isso esvaziou o movimento e obrigou os inconfidentes a abandonarem momentaneamente o plano².

Em Vila Rica, amedrontados pela decisão de Barbacena mandando suspender a “Derrama”, os conspiradores limitaram-se em aguardar pelos acontecimentos. Apenas Maciel e o padre Rolin tentaram dar início ao levante de qualquer maneira, só desistindo quando compreenderam ser impossível. A iniciativa estava agora nas mãos dos portugueses; e então começaram as prisões³.

Tiradentes não se encontrava em Vila Rica. Tinha ido ao Rio de Janeiro com o objetivo de conseguir o apoio da guarnição militar da capitania, onde era muito bem relacionado. No Rio, encontraram-se Tiradentes e Joaquim Silvério dos Reis, que a mando de Barbacena espiava o companheiro, com o fim de facilitar a sua prisão. Silvério dos Reis relatou a Tiradentes os acontecimentos de Vila Rica. Tiradentes, sem suspeitar de Silvério dos Reis, sentindo que a revolução corria perigo, decidiu voltar a Minas, o que não conseguiu, pois logo percebeu que estava sendo vigiado.

Augusto de Lima Júnior⁴ refere-se a estes acontecimentos da seguinte maneira:

“Pretendeu, o alferes, ocultar-se por alguns dias, até que pudesse, com as trevas da noite, ganhar os matos, escapar-se para as Minas Gerais, onde haveria de, certamente, pôr em

¹ GOMES (1975, p.22).

² RODRIGUES (2015, p.6).

³ GOMES (1975, p.22-23).

⁴ LIMA (1955, p.158).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

movimento a insurreição. Para isso, foi avistar-se com seu amigo e talvez irmão de Maçonaria, o capitão Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, oficial da Legião de Voluntários Reais de São Paulo, a quem narrou as suas dificuldades e pediu auxílio em tão delicadas circunstâncias. Lembrou-se Rego Fortes de esconder o alferes numa fazenda de um amigo seu, o mestre de campo Inácio de Andrade Souto Maior, que possuía uma fazenda em Marapicu, de onde, com facilidade, Tiradentes poderia ganhar o caminho das Minas. Não é necessária muita argúcia, para que a gente desconfie de que nesses contatos e auxílios que se faziam ao Tiradentes andava muito cautelosa, a ação dos ‘pedreiros-livres’ do Rio de Janeiro”.

E então, ao perceber que estava sendo vigiado, o alferes decidiu por bem deixar a fazenda de Souto Maior e buscar refúgio na casa do igualmente maçom Domingos Fernandes da Cruz, onde acabaria sendo preso pouco tempo depois.

Iniciou-se – em 07 de maio de 1789 – um longo e penoso procedimento investigatório que seria denominado “Autos da Devassa”, e que duraria cerca de três anos, submetendo os conjurados presos a exaustivos interrogatórios, invasão de domicílios e violência na busca por provas e materiais documentais que pudessem comprometer os conjurados¹.

Desejoso de novas notícias, Tiradentes mandou ao padre e maçom Inácio Nogueira que procurasse Silvério dos Reis. Este, fiel à traição, denunciou o padre ao Vice-Rei e o mesmo foi imediatamente preso. Submetido à tortura, o padre indicou o lugar onde se encontrava Tiradentes: a casa do maçom Domingos Fernandes da Cruz. A propriedade foi cercada e Tiradentes foi preso no dia 10 de maio de 1789, apenas três dias depois de instalada a “Devassa” no Rio de Janeiro.

Encarcerado na Ilha das Cobras, Tiradentes passou por vários interrogatórios entre 1789 e 1791. E em 18 de janeiro de 1790 ele confessou ter sido “o cabeça do motim”, justificando o fato de nada ter dito antes “por não querer perder ninguém”².

A “Devassa” promoveu a acusação de 34 pessoas, que tiveram as suas sentenças definidas em 19 de abril de 1792, com onze dos acusados condenados à morte: Tiradentes, Francisco de Paula Freire de Andrade, José Álvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Piza, Alvarenga Peixoto, Salvador do Amaral Gurgel, Domingos Barbosa, Francisco Oliveira Lopes, José Resende da Costa (pai), José Resende da Costa (filho) e Domingos de Abreu Vieira.

Desses, apenas Tiradentes, que heroicamente chamou para si toda a responsabilidade, foi executado; os demais tiveram a pena comutada para degredo perpétuo, por D. Maria I, e foram

¹ JUK (2015, p.16).

² JUK (2015, p.18).

deportados para a África¹.

O MISTÉRIO DO ENCAPUZADO

Um detalhe curioso ocorrido neste episódio histórico que é geralmente ignorado e entretanto consta dos “*Autos da Inconfidência Mineira – Vol. II*”, que atualmente faz parte do acervo da “Biblioteca Nacional”, faz alusão ao fato de que logo no início da ação policial, surgiu, às primeiras horas da noite, nas ruas desertas de Vila Rica, um vulto misterioso e encapuzado que, batendo nas portas e nas janelas dos inconfidentes, ia avisando-os para que fugissem, pois estavam na iminência de serem presos.

Não se sabe, ainda, quem era esse misterioso personagem; tampouco se sabe a quais dos conjurados entregou ele aquele aviso. Sabe-se, porém, pelos depoimentos colhidos durante a “Devassa”, que os que foram avisados e não deram crédito ao fato, foram presos. Não resta a menor dúvida de que o misterioso personagem encontrava-se a par da ação policial e que, por ser simpático à causa, ou por ser também um membro da “fraternidade”, sentiu-se, por isso mesmo, na obrigação de avisar aos seus “irmãos”².

Sobre esse mistério, até hoje não resolvido, Arci Tenório D’Albuquerque³ fornece-nos outros detalhes:

“Há um episódio da ‘Inconfidência Mineira’ não esclarecido; e ao qual, de leve aludem uns poucos historiadores: o ‘caso do embuçado’. Consta dos ‘Autos da Devassa da Inconfidência Mineira – vol. II’, que já depois de encontrar-se preso o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, um homem rebuçado foi à casa dele. Atendido por uma escrava, Antônia da Costa, incumbiu-a de avisar a Luiz Antônio de Freitas que ele iria ser preso. O mesmo homem misterioso falou também com Cláudio Manuel da Costa, que confirmou o fato em interrogatório a que foi submetido”.

Segundo Eduardo Figueiredo⁴, foi uma pessoa que, quando Barbacena descobriu o golpe, saiu na calada da noite envolto num balandrau negro e capuz que lhe cobriam o corpo e o rosto, batendo de porta em porta ou nas janelas das casas dos membros do movimento, avisando aos inconfidentes para que fugissem, pois o plano havia sido descoberto.

Nunca se soube quem realmente era o tal “embuçado”. Doravante conclui-se que se tra-

¹ FIGUEIREDO (2010, p. 6).

² GOMES (1975, p.23)

³ D’ALBUQUERQUE (1972, p.157).

⁴ FIGUEIREDO (2010, p.5).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

tou de uma atitude puramente maçônica, levada a termo por um maçom, pois, ao bater nas portas e nas janelas, o tal sujeito empregava um sinal previamente convencionado (certo número de batidas) para depois fornecer a senha secreta pré-estabelecida, provavelmente, em reunião de cunho maçônico.

Alguns pesquisadores afirmam ser “UAI” a palavra utilizada como senha secreta, cujas letras seriam as iniciais das palavras “União”, “Amor” e “Independência”. Posteriormente, o termo popularizou-se e “UAI” acabou virando expressão comum entre os mineiros.

Ao tomarem conhecimento disso, assustaram-se as autoridades portuguesas, sobretudo o Visconde de Barbacena, que quando se inteirou do aparecimento do encapuzado, determinou providências e novas inquirições para averiguar, mas nada conseguiu esclarecer.

Quem teria sido esse misterioso “encapuzado”, “embuçado” ou “rebuçado”, como consta dos autos? Quem seria capaz de disfarçar-se com um balandrau negro e capuz, correndo grave risco, para ir avisar aos inconfidentes para que se precavessessem? Tratar-se-ia de algum estrangeiro, português possivelmente “Iniciado” na Europa em uma instituição secreta que, tomando ciência do que iria acontecer, por exercer um alto posto no governo ou na polícia, teria resolvido, apesar de todos os riscos, avisar aos companheiros inconfidentes ou irmãos maçons¹?

Não nos esqueçamos de que, em algumas sociedades iniciáticas da época era habitual os seus membros se apresentarem encapuzados para não serem reconhecidos.

O JULGAMENTO DOS INCONFIDENTES

Concluída a “Devassa”, no dia 18 de abril de 1792 exarou-se a sentença que no dia seguinte seria lida aos conjurados, donde onze deles tinham sido condenados à morte na forca, cinco condenados ao degredo perpétuo e os demais ao degredo temporário. Entretanto, no dia 20 de abril daquele ano, nova sentença era lida, comutando a pena de morte pelo degredo perpétuo para dez dos onze conjurados condenados à forca, mantendo a pena capital apenas para Tiradentes, cuja sentença fora mantida por ser “*o único que se fez indigno da real piedade*”².

O doutor José de Oliveira Fagundes foi nomeado advogado dos inconfidentes, o qual apresentou ao Tribunal da Inconfidência a defesa dos réus, nome por nome³.

O processo durou cerca de três anos até se formular a sentença condenatória. Durante os interrogatórios, Tiradentes sempre reivindicou para si a exclusiva culpa pela iniciativa da se-

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.157).

² JUK (2015, p.16).

³ GOMES (1975, p.24).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

dição, inocentando todos os seus companheiros de outros crimes que não fosse o de ouvir suas ideias¹. Uma atitude tipicamente maçônica, diga-se de passagem.

Em 18 de janeiro de 1790, Tiradentes que até ali tudo havia negado, eis que aparece com a resolução de confessar e assumir toda a responsabilidade da conjura. As respostas de Tiradentes, nos depoimentos, para todas as perguntas, nos três interrogatórios até então feitos, foram prudentes e meditadas. Na ocasião do quarto interrogatório, porém, Tiradentes confessou-se comprometido e responsável, aceitando a ideia do sacrifício pelo ideal republicano, dizendo “*que até ali havia negado por não querer perder a ninguém*”².

O comportamento do Alferes Joaquim José da Silva Xavier durante todo o período dos interrogatórios foi o de nunca acusar os companheiros, nem de demonstrar arrependimento ou fraqueza de caráter, pautando-se com firmeza, na convicção do propósito de libertar o Brasil de Portugal. Conforme consta nos registros dos “Autos da Devassa”, em certa ocasião, de forma resoluta declarou o alferes:

*“Pois seja feita a vontade de Deus... Se mil vidas eu tivesse, mil vidas daria pela libertação da minha Pátria!”*³.

E assim ele deu a sua vida pelos companheiros. Tiradentes foi condenado à pena capital, por crime de lesa-majestade. E, por isso, ficou conhecido o herói da Liberdade nas Américas.

Ainda em 1792, no mês de abril, dia 18 – dos cinco padres inconfidentes tornados réus, três foram condenados à forca: padre Rolin, padre José Lopes de Oliveira e o cônego Melo. Os outros dois foram condenados ao degredo. No dia seguinte, foi lida a sentença condenatória dos demais: Álvares Maciel, Inácio Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes e Luiz de Toledo Pizza, os quais seriam enforcados e teriam as suas cabeças decepadas e espetadas em postes, onde ficariam até que o tempo as consumisse. Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José Rezende Costa e Domingos Vidal Barbosa seriam enforcados, mas não teriam as cabeças decepadas. Tomás Antônio Gonzaga e os demais conjurados receberam a pena de degredo. Poucos foram os absolvidos.

Tiradentes, com a serenidade própria de um verdadeiro herói, ouviu a sua sentença: enforcamento; a cabeça decepada, para ser espetada num poste e exposta em Vila Rica; o corpo, cortado em quartos, para serem pregados em postes e expostos pelos caminhos de Minas, nos sítios de Varginha e das Cebolas.

E então, no dia 20 de abril de 1792 foi comutada a pena de enforcamento a todos os ou-

¹ FIGUEIREDO (2010, p.5).

² GOMES (1975, p.24).

³ JUK (2015, p.16).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

tros, exceto Tiradentes. Na ocasião de leitura do “Acórdão”, houve alegria, e até quem, entre os condenados, desse vivas à D. Maria I.

Ninguém prestou atenção à Tiradentes; ninguém lhe agradeceu pela decisão heroica e digna que teve. Somente Frei Penaforte recolheu-lhe as palavras, que segundo ele foram muito parecidas com as ditas na devassa: “*Dez vidas eu daria, se as tivesse, para salvar as deles*”¹.

Consta dos autos da “Devassa” que a prolação (leitura pública) da sentença de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) era tão longa que o meirinho levou dezoito horas para lê-la por inteiro, como era de praxe na época².

A Coroa fazia questão de enforcar ao menos um dos conspiradores, para que servisse de exemplo. E Tiradentes fora o escolhido. A execução ocorreria no dia seguinte, 21 de abril de 1792, às onze horas e vinte minutos.

Manoel Gomes³ relata que:

“No dia 21 de abril de 1792, às 09 horas da manhã, iniciou-se o triste cortejo. À frente uma companhia de soldados, depois os frades recitando orações e, em seguida, Tiradentes, o laço da forca no pescoço e a ponta da corda segura pelo carrasco. E quase abraçado ao condenado, Frei Raimundo Penaforte rezava com ele. Descalço, com o cabelo todo raspado e sem barba, vestido com uma camisola branca, Tiradentes seguia de cabeça erguida, porte ereto e passo firme, a marcha da forca, construída no Largo da Lampadosa (atual Praça Tiradentes), onde às 11 horas e 20 minutos foi enforcado”.

Eduardo Figueiredo⁴ dá conta da morte de Tiradentes através das seguintes palavras:

“Na manhã de 21 de abril de 1792, cercado pela tropa do governo, Tiradentes foi conduzido pelas ruas do Rio de Janeiro, partindo da prisão até o patíbulo, que fora instalado no Largo da Lampadosa. Teve a cabeça e a barba raspadas, coberto por um manto de confecção tosca, portando uma imagem de Cristo crucificado. Ao chegar ao cadafalso, subiu calmamente os degraus, acompanhado do padre que lhe dava amparo espiritual, com orações e frases de reflexões, até a hora da morte. Em volta da cena, a multidão assistia com consternação. Já no patamar, Tiradentes se dirigiu ao carrasco e pediu-lhe que abreviasse o sofrimento. O carrasco pediu-lhe perdão e disse que estava apenas cumprindo a Lei. Todavia, tão logo o corpo, ainda vivo, projetou-se no vazio, o carrasco jogou-se sobre seus ombros, forçando seu peso sobre o do enforcado para apressar a sua morte. A mando da rainha D. Maria I e por

¹ GOMES (1975, p.25-26).

² RODRIGUES (2015, p.6).

³ GOMES (2015, p.3).

⁴ FIGUEIREDO (2010, p.7).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ordem da Corte de Justiça da Coroa Portuguesa, depois da morte, com todos os requintes atrozes de perversidade, decapitaram-no, cuja cabeça ficou espetada num poste de Vila Rica, e, o seu corpo foi feito em pedaços e espalhado pelas cidades vizinhas”.

De acordo com o relato podemos inferir que após a execução, o corpo de Tiradentes foi esquartejado. A cabeça foi pendurada em um poste em Vila Rica; e os demais restos mortais foram distribuídos ao longo do “Caminho Novo”, estrada real que ligava o Rio às Minas Gerais. Santana de Cebolas (atual Inconfidência – distrito de Paraíba do Sul), Varginha do Lourenço, Barbacena e Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) foram os lugares onde, segundo consta do processo, o alferes fizera seus discursos sediciosos, e, portanto, nesses lugares as partes do seu corpo ficaram expostas para mostrar ao povo da colônia como o governo português tratava os seus opositores. A casa onde morava Tiradentes foi arrasada e o solo salgado, para que nada ali nascesse¹.

É igualmente interessante o fato de que na primeira noite em que a cabeça de Tiradentes foi exposta em Vila Rica, a mesma foi furtada, sendo o seu paradeiro desconhecido até os nossos dias².

TIRADENTES - O MITO

Também cumpre saber que Tiradentes jamais teve barba e cabelos compridos. Como alferes, o máximo permitido pelo Exército Português seria um discreto bigode. Além disso, durante o tempo que passou na prisão, Tiradentes, assim como os demais detentos, tivera os cabelos e a barba aparados periodicamente a fim de evitar a proliferação de piolhos. E durante a sua execução, segundo os costumes da época, deveria estar praticamente careca e com a barba feita, pois o cabelo e a barba, caso estivessem compridos, poderiam interferir na ação da corda com que seria enforcado³.

Como então surgiu o Mito de Tiradentes barbudo e de cabelos compridos?

Historicamente, o personagem Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, só começou a ter alguma importância depois da Proclamação da República (15 de novembro de 1889). Essa falta de notoriedade deve-se ao fato de que durante o período monárquico, sendo o trono ocupado por uma família portuguesa, tudo o que tivesse qualquer relação com os movimentos libertários de inspiração republicana era propositalmente mantido na obscuri-

¹ RODRIGUES (2015, p.6).

² BARRETO (2015, p.10).

³ BARRETO (2015, p.10).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

dade. Assim, nenhuma referência à insurreição mineira era permitida na mídia da época, nem nos livros escolares.

Todavia, com a Proclamação da República, os seus inspiradores, maçons de orientação positivista, começaram um trabalho de recomposição da memória nacional; e eles estavam em busca de figuras heróicas que encarnassem o ideal republicano, de modo que encontraram na figura de Tiradentes, o personagem perfeito. Daí a mitificação da sua biografia, fazendo dele o herói nacional da “Inconfidência Mineira”.

Já a sua representação visual, por exemplo, de cabelos compridos e barba, vestindo um camisolão branco à beira do cadafalso, foi pintada com o propósito de apresentá-lo como uma espécie de Jesus Cristo brasileiro, ou seja, o mártir de nossa Independência. Uma inverdade histórica, pois ele jamais poderia se apresentar assim na hora da sua execução, já que, na época, como frisado anteriormente, era obrigatório que todos os presos, sem exceção, tivessem a barba e as cabeças raspadas para impedir a proliferação de piolhos¹.

Dessa forma, a partir de 1889, a figura de Tiradentes, que então estava relegada à obscuridade na história oficial brasileira renasceu das cinzas na condição de herói republicano, associando-se a sua imagem com a iconografia de Jesus Cristo – um apelo poderoso em um país de forte predominância católica – com barbas e cabelos compridos, ar sereno, vestindo uma túnica branca e sob a estrutura da forca que lembra a cruz no Calvário².

E assim, o corpo repartido de Tiradentes arde até hoje, exposto nas estradas do tempo da nossa História, sangrando para que a liberdade seja lembrada todos os dias e em todas as horas, convidando-nos ao testemunho, à vigilância e ao exemplo³.

A BANDEIRA DOS INCONFIDENTES

A Inconfidência de Minas Gerais tinha sido dirigida pelos maçons. Tiradentes (supostamente), assim como quase todos os outros conjurados eram “pedreiros-livres”⁴.

Naquela época, só por alguém ser maçom já era o bastante para que o considerassem criminoso. Iam mais ridiculamente além: era suficiente alguém ter livros escritos em francês ou possuir a “Constituição dos Estados Unidos”, para que contra ele se voltasse a sanha san-

¹ RODRIGUES (2015, p.6-7).

² GOMES (2015, p.318).

³ JUK (2015, p.19).

⁴ SANTOS (1868, p.253).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

guinolenta dos policiais e dos juízes¹.

A análise de um trecho de J. Norberto de Sousa Silva² confirma o parágrafo anterior à medida que:

“A leitura das obras relativas à história da república americana e de suas leis tornou-se a base da acusação para os seus apaixonados, como o Dr. José Álvares Maciel e o cônego Luís Vieira da Silva. Tanta importância ligaram, os juízes, a essa espécie de leitura que a coleção das leis da nova república figura como corpo de delito nos autos da ‘Devassa’ inquirida na capitania de Minas Gerais”.

E como enfatiza Tenório D’Albuquerque³, se ainda, ao mais incrédulo dos incrédulos restasse qualquer resquício de dúvida quanto à origem maçônica da “Inconfidência Mineira”, bastaria contemplar-lhe a Bandeira. É indiscutivelmente de inspiração maçônica.

Quanto à concepção da mesma, assim relata Gustavo Barroso⁴:

“[...] Em importante reunião na casa de Freire de Andrade, tomaram-se as últimas providências. Qual a bandeira da futura república? Tiradentes propôs, em campo branco, o triângulo maçônico, como significando as três pessoas da Santíssima Trindade. [...] Ao Triângulo judaico-maçônico-cabalístico, Alvarenga Peixoto acrescentou o mote ‘LIBERTAS QUAE SERA TAMEN’ (A liberdade, ainda que tardia)”.

O mencionado autor, por sua vez, atribui ainda a esse símbolo: pela significação literal, o atributo de um simples delta ou triângulo; pela significação figurada, denota o Equilíbrio e a Perfeição; e pela significação esotérica, simboliza a “Energia da Cabala”, a “Trindade Mística” e também “Deus na Teurgia”.

Na Maçonaria, de acordo com Tenório D’Albuquerque⁵, o Triângulo remeta à um outro trinômio: “LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE”, da mesma forma como cumpre ressaltar que, para os maçons, estas três palavras formam, quando juntas, uma outra espécie de Trindade Sagrada. Nos autos da inconfidência, o próprio Tiradentes explica-o como símbolo da Santíssima Trindade.

Quanto à legenda: “LIBERTAS QUAE SERA TAMEN” (A liberdade, ainda que tardia), foi proposta por Alvarenga Peixoto ao extraí-la do início de um famoso verso do poeta renascentista Virgílio.

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.16).

² SILVA (1948, p.144-145).

³ D’ALBUQUERQUE (1972, p.130).

⁴ BARROSO (1939, p.161).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1972, p.133).

OS LEGADOS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

O principal legado deixado pelos inconfidentes foi o fato de que depois de trinta anos da execução de Tiradentes, Dom Pedro I, o herdeiro da Coroa Portuguesa – a mesma que o enforcara e esquartejara – proclamava a Independência do Brasil. Prova irrefutável de que os propósitos de Joaquim José da Silva Xavier haviam sido plantados em terra fértil e tinham frutificado. A semeadura não só proporcionou a conquista da nossa Independência, como deu um imenso passo adiante na marcha da humanidade, algo que lhe devemos, até hoje, por alguns dos benefícios que gozamos¹.

Mas antes disso, no entanto, outros legados nos foram outorgados pelos inconfidentes...

Tinham-se extinguido as primeiras chamas da revolução, mas esta ainda continuava a arder, às surdas, ateadada por toda a parte pela Maçonaria².

A execução de Tiradentes, apesar de seu aparato e requintes de crueldade, não arrefeceu o ânimo dos revolucionários. Um ano após a mesma, no próprio Rio de Janeiro, José Bernardo Frade denunciava às autoridades a sobrevivência de uma “associação secreta” remanescente de 1786, dissolvida alguns anos antes. Alegava ele que:

“Nas suas reuniões, os seus membros fazem sempre reflexões tendentes a fazer odiosas as monarquias, demonstrando uma grande paixão contra elas e uma forte inclinação às repúblicas, encarecendo a felicidade de que os povos gozam nas mesmas”.

Na Bahia, por sua vez, as Lojas Maçônicas continuavam a prosperar, enfrentando a ira dos potentados. Tanto é que a historiografia aponta a data de 14 de julho de 1797, como a da fundação da Loja “Cavaleiros da Luz”; a data de 5 de julho de 1802 para a fundação, em Salvador da Loja “Virtude e Razão”; o dia 30 de março de 1807 para a Loja “Virtude e Razão Restaurada” e 12 de setembro de 1813 para a Loja “União”, originada desta última.

Enquanto isso, em Tijuco eram principalmente o Dr. José Vieira Couto e o seu irmão José Joaquim Vieira Couto os que mais alentavam o espírito de Independência que se mantinha sempre em constante aumento, apesar de ter-se baldado a primeira tentativa, ou talvez por isso.

José Joaquim Vieira Couto chegando a Lisboa, como procurador do povo de Tijuco, na qualidade de “pedreiro-livre”, achou-se em contato com muitos homens eminentes, e entre estes, o maçom e jornalista Hipólito José da Costa, com quem se relacionou mais estreitamente.

¹ FIGUEIREDO (2010, p.8).

² D'ALBUQUERQUE (1972, p.124).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

te, sem dúvida pela homogeneidade no pensar e ardente espírito de patriotismo, que animava estes dois brasileiros. Hipólito ficaria bastante conhecido no Brasil pelo muito que faria pela imprensa nacional e em prol da Independência, como redator do *Correio Brasiliense*¹.

E, para encerrar esta parte, do Nordeste surgiu a enigmática figura do Dr. José de Sá Bittencourt, de família abastada, nascido em 1755 em Vila do Rio das Contas, sertão da Bahia, e que recebeu em Coimbra, o grau de bacharel em Ciências Naturais; e visitou em 1777, a França e a Inglaterra. Nessa época prosperava a Maçonaria na França e a mesma aumentava exponencialmente o seu número de adeptos, inclusive ingressando muitos brasileiros. Assim, o Dr. Bittencourt igualmente se fez maçom.

Desarticulada a Inconfidência, avisado de que suspeitavam de que estivesse envolvido na conspiração, por ser amigo de Álvares Maciel e por estado na França e também ser maçom, o Dr. Bittencourt saiu de Caeté, acompanhado de alguns familiares e, pelo interior de Minas, seguiu para o sertão baiano, para Vila das Contas onde residiam os seus progenitores. De lá, sabendo que no Porto da Bahia estavam ancorados navios ingleses, franceses e espanhóis, dispôs-se a emigrar para os Estados Unidos².

Mas antes de conseguir fugir, o Dr. Bittencourt foi denunciado e preso; e o fato comunicado ao capitão-general e ao governador da Bahia. De tal importância foi considerada a prisão do Dr. Bittencourt que durante a noite, cercado por mais de trezentos homens de tropa regular e auxiliar, o mesmo foi conduzido à cadeia de Camamu. De lá o transferiram para a capital da Bahia, onde foi entregue a uma escolta, sob vigilância do alferes Manuel Gonçalves da Cunha, com a qual foi transferido para o Rio de Janeiro, onde foi encerrado em um dos calabouços da cadeia da Relação. Quando finalmente apresentou-se à justiça portuguesa, durante três dias consecutivos foi o Dr. Bittencourt inquirido, enquanto os demais levavam meses e meses. Álvares Maciel, o vigário Carlos Correia Toledo, o tenente-coronel Francisco de Paula e o sargento-mor Luís Vaz foram inquiridos sobre a sua cumplicidade.

O Juiz, embora considerasse frívola a sua defesa achou-o sem culpa e comunicou a sua opinião ao vice-rei. O Conde de Resende mandou pôr o Dr. Bittencourt em liberdade, julgando-o “limpo e puro”³.

Por tudo isto, questionamo-nos se, por acaso, teria sido o Dr. Bittencourt um emissário dos Inconfidentes junto aos baianos e aos pernambucanos que, da mesma forma, alentavam o sonho da liberdade?

¹ (SANTOS, 1868).

² SILVA (1948, p.91).

³ D'ALBUQUERQUE (1972, p.205-206).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Prender-se-ia o seu desejo de embarcar para os Estados Unidos ao cumprimento de alguma missão secreta junto ao governo norte-americano, com quem Da Maia e Álvares Maciel já haviam tido entendimentos prévios por intermédio de Thomas Jefferson, na conferência de Nimes? A sua ida à Bahia obedeceria tão somente ao propósito de seguir de lá para os Estados Unidos, tendo servido a visita aos pais, apenas como um pretexto?

Ou teria o Dr. Bittencourt aproveitado a viagem ao Nordeste para agir como um influente disseminador dos princípios liberais e republicanos, tendo servido como elemento de ligação entre os maçons de Minas Gerais e os da Bahia e Pernambuco, promovendo entre ambos os ideais de liberdade e de independência que culminariam, posteriormente, tanto na “Conjuração Baiana” de 1798, como na “Revolução Pernambucana” de 1817?

PARTE VIII

**A MAÇÔNICA CONJURAÇÃO BAIANA
(1798)**

*Imolando-se pela pátria, adquiriram uma glória imortal e tiveram soberbo mausoléu,
não na sepultura em que repousam, mas na lembrança sempre viva de seus feitos.*

[Péricles – “Oração Fúnebre dos Atenienses”].

A CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

A história da conquista da liberdade geralmente é escrita a sangue e com muito sacrifício. No Brasil também foi assim. A Independência se construiu à custa das vidas de inúmeros heróis e idealistas que se sacrificaram em nome de uma Pátria livre e soberana. Não devemos nos iludir de que a Independência nos tenha vindo mansa e pacífica. Sempre que alguém se levantou contra a tirania e a opressão, a reação da Coroa Portuguesa foi impiedosa e imediata.

Bernardo de Melo, em 1710, deu o primeiro grito de República nas Américas, em Olin-da, no Senado da Câmara daquela cidade. Não foi uma revolução. Foi apenas um sonho que levou o seu autor a terminar os seus dias nos calabouços do Limoeiro. Filipe dos Santos, em 1720, também teve as suas ideias libertárias. Como recompensa, ganhou a morte por enforcamento, tendo o seu corpo amarrado a cavalos e dilacerado nos calçamentos de sua cidade: Vila Rica. Depois foi a vez da “Inconfidência Mineira”, cujos membros foram duramente perseguidos, e Tiradentes acabou condenado à forca, o seu corpo esquartejado e os restos mortais espalhados por toda a região.

E então, chegou a vez dos baianos se rebelarem contra o despotismo português.

A “Conjuração Baiana”, que também ficou conhecida como “A Revolta dos Alfaiates”, foi um movimento separatista que contou com a participação de sapateiros, alfaiates, bordadores, ex-escravos e escravos. Em outro campo de atuação, essa revolta também teve o apoio de padres, médicos e advogados.

Para compreender a deflagração do movimento, devemos nos reportar à transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, em 1763. Com tal mudança, Salvador (antiga capital) sofreu com a perda dos privilégios e a redução dos recursos destinados à cidade. Somado a tal fator, o aumento abusivo dos impostos e as exigências coloniais vieram a piorar sensivelmente as condições de vida da população local¹.

A Capitania da Bahia era governada por D. Fernando José de Portugal e Castro, que ficaria no cargo de 1788 a 1801. A capital, Salvador, fervilhava com queixas contra o governo, cuja política elevava os preços das mercadorias mais essenciais, causando a falta de alimentos, levando o povo a ter de arrombar os açougues, ante a ausência de carne, por exemplo².

Ao mesmo tempo, as notícias do êxito alcançado nos processos de Independência dos Estados Unidos e do Haiti, bem como a deflagração da Revolução Francesa (1789), reacende-

¹ Extraído do site: MUNDO EDUCAÇÃO – HISTÓRIA DO BRASIL – A CONJURAÇÃO BAIANA, 2016.

² BARRETO (2015, p.11).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ram os ideais de liberdade e igualdade defendidos pelo pensamento iluminista. Em 1776 os Estados Unidos haviam declarado a sua Independência; e em 1794, uma rebelião de negros e escravos havia resultado num banho de sangue na Ilha de São Domingos nas Antilhas Francesas, onde hoje situam-se o Haiti e a República Dominicana, libertando ambas as colônias.

Poderia isso se repetir no Brasil? Certamente¹.

Só no século XVIII haviam entrado no Brasil mais de um milhão de escravos para trabalhar nas regiões auríferas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A presença de tantos cativos era potencialmente explosiva. O pavor das rebeliões de escravos tirava o sono das famílias brancas mais abastadas e bem-educadas.

Na outra ponta da corda, empolgados com tais processos revolucionários nos EUA, na França e na Ilha de São Domingos, alguns representantes dos setores médios e elites, ligados à Maçonaria, montaram uma sociedade secreta denominada “Cavaleiros da Luz”. Durante suas reuniões, os Cavaleiros da Luz discutiam a organização de um movimento anticolonialista e antiescravagista, bem como a criação de um novo governo baseado em princípios republicanos e liberais.

A LOJA MAÇÔNICA “CAVALEIROS DA LUZ”

No propósito de explorar ao máximo a sua propriedade na América, o governo português impunha impiedosamente o seu domínio, tentando conservar os brasileiros inteiramente alheios aos acontecimentos do mundo exterior. Para tanto, eram tomadas as medidas mais radicais e absurdas, ao que, naturalmente, reagiam os colonos, organizando-se em grêmios literários e culturais, onde discutiam, dentre outros, assuntos relacionados com a nossa emancipação política. Tais grêmios, clubes ou associações, geralmente de cunho maçônico, foram criados com o escopo único de promoverem a Independência do Brasil.

Manoel Gomes² relata que apesar da rigorosa vigilância, registra-se já em 1797, na Bahia, a existência de uma sociedade secreta com a denominação “Cavaleiros da Luz”, de caráter maçônico, funcionando como uma organização que visava a adesão a uma ideologia democrático-republicana, servindo-se da crítica situação econômico-social da província. Entre os componentes dessa sociedade, militava o padre Agostinho Gomes, que se tornaria famoso por sua participação em vários movimentos que tinham por finalidade a separação do Brasil.

¹ GOMES (2014, p. 121).

² GOMES (1975, p.36-37).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Hércule Spoladore¹ fornece outros detalhes sobre essa sociedade, explicando que em 14 de julho de 1797 teria sido fundada uma “Loja Maçônica” a bordo da fragata francesa “*La Preneuse*”, na Bahia, pelo comandante Larcher, a qual teria sido denominada “Cavaleiros da Luz”. Segundo o autor em questão, teriam sido os seus fundadores: José da Silva Lisboa, padre Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Ignácio Bulcão, Francisco Muniz Barreto, Domingos da Silva Lisboa, José Borges Barros e o tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja, além do comandante Larcher e seus homens.

Willian Almeida de Carvalho², por sua vez, concorda que a primeira referência a uma Loja Maçônica brasileira que se tem notícia teria sido fundada em águas territoriais da Bahia, em 1797, na fragata francesa “*La Preneuse*”, e que fora denominada “Cavaleiros da Luz”; e acrescenta que pouco tempo depois a mesma acabaria sendo transferida para a Barra, um bairro de Salvador. Contudo, reitera ele que a primeira Loja “regular” do Brasil foi a “Reunião”, fundada em 1801, no Rio de Janeiro, filiada ao Oriente da Ilha de França (“*Ille de France*”), antigo nome das Ilhas Maurício, à época possessão francesa e hoje britânica.

E, de acordo com estes historiadores e muitos outros, foi no interior dessa Loja baiana de 1797, em suas reuniões secretas, que a Revolução foi delineada e posta em movimento.

A DEFLAGRAÇÃO DO MOVIMENTO

Os revoltosos pregavam a libertação dos escravos, a instauração de um governo onde as pessoas fossem vistas e valorizadas de acordo com a sua capacidade e merecimento individuais, além da instalação de uma república na Bahia, a liberdade de comércio e o aumento dos salários dos soldados. Tais ideias eram divulgadas, sobretudo, pelos escritos do soldado Luiz Gonzaga das Virgens e pelos panfletos incendiários de Cipriano Barata, ambos maçons.

Em 12 de agosto de 1798, eclodiu o movimento propriamente dito, com alguns dos seus membros menos destacados distribuindo panfletos na porta de igrejas ou colando-os nas esquinas da cidade. Os revoltosos afixavam manifestos manuscritos nos lugares públicos da cidade exigindo “*o fim do detestável jugo metropolitano de Portugal*”, a abolição da escravatura e a igualdade para todos os cidadãos, especialmente mulatos e negros³.

Um desses boletins, de caráter nitidamente maçônico, começava assim:

“Animai-vos Povo Baiano, que está para chegar o tempo feliz da Liberdade: o tempo

¹ SPOLADORE (2015, p.20).

² (CARVALHO, 2016).

³ SKIDMORE (1998, p.55).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

em que todos seremos iguais”.

Outro, de fundo nitidamente iluminista, por seu aspecto radical e anticlerical, asseverava de forma mais enfática, dirigindo-se principalmente aos representantes da Igreja¹:

“O Povo Baiano Republicano ordena, manda e quer que para o futuro seja feita a sua digníssima revolução nesta cidade; portanto, manda que seja punido com a pena de morte natural para sempre todo e qualquer padre que no púlpito, confessionário, exortação, modo, forma, maneira, etc, persuadir aos ignorantes e fanáticos, com o que for nocivo e inútil à causa da Liberdade e ao Bem Comum do Povo”.

Enquanto isso, os mais exaltados pregavam o enforcamento de parte da população branca de Salvador.

Podemos inferir, no entanto, que a participação dos “Cavaleiros da Luz” foi relativamente limitada. Muitos dos seus integrantes não concordavam com as discussões de cunho social, como no caso da abolição da escravidão, por exemplo. Paralelamente, os seus membros que eram a favor da conjuração distribuíam panfletos, convocando a população apenas a se posicionar contra o domínio de Portugal e não a promover um banho de sangue como queriam os mais radicais.

Mas de qualquer forma, o clima de insubordinação chegou aos quartéis, e as ideias que já haviam animado Minas Gerais, foram amplamente divulgadas, encontrando eco, sobretudo, nas classes mais humildes.

O principal líder do movimento foi o maçom Cipriano Barata de Almeida, renomado cirurgião, conhecido como “médico dos pobres” e “revolucionário de todas as revoluções de seu tempo”.

Isto alertou as autoridades que prontamente reagiram, detendo-os. Tal como na “Conjuração Mineira”, os líderes foram interrogados e acabaram delatando os demais envolvidos.

A FASE DE REPRESSÃO

A repressão do governo português foi imediata e duríssima.

Durante a fase de repressão, centenas de pessoas foram denunciadas – desde militares, clérigos, funcionários públicos e pessoas de todas as classes sociais. Destas, 49 foram detidas, a maioria buscando demonstrar inocência², dos quais nove eram escravos.

¹ CALVET (1975, p. 79).

² BARRETO (2015, p.11).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Os membros da elite envolvidos no movimento foram condenados a penas mais leves ou tiveram as suas acusações retiradas. Dezesseis ganharam a liberdade e os demais foram banidos para a África. Em contrapartida, os populares, pobres, escravos, negros e mulatos que encabeçaram o movimento conspiratório foram presos, torturados, mortos e esquartejados. Buscando reprimir outras revoltas no futuro, o governo português expôs os restos mortais dos revoltosos punidos com a pena capital espalhados pela cidade de Salvador.

Dos líderes principais, apenas quatro foram mortos: João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Lucas Dantas Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens.

Um dos líderes da revolta, o maçom João de Deus Nascimento, que ganhava a vida como alfaiate, preconizava que *“todos se fizessem franceses para viverem em igualdade e abundância”*, numa clara alusão aos ideais e princípios iluministas norteadores da Revolução Francesa. Foi executado e esquartejado em praça pública, no centro da capital baiana. A sua cabeça ficou exposta em frente à casa onde morava. Os demais pedaços de seu corpo foram cruelmente largados em vários pontos da cidade, abandonados ao relento por cinco dias e noites, com a estrita finalidade de servirem de exemplo.

O pesquisador Jorge Muniz Barreto¹ narra esse momento com as seguintes palavras:

“Finalmente, em 08 de novembro de 1799, condenados à pena capital, foram enforcados: os soldados Lucas Dantas do Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens, os alfaiates Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus Nascimento. O quinto condenado à pena capital, o ourives Luís Pires fugiu, jamais tendo sido localizado. Todos os envolvidos tiveram os seus nomes e memórias ‘amaldiçoados’ até a 3ª geração. Os despojos dos executados foram expostos da seguinte forma: a cabeça do soldado Lucas Dantas ficou espetada no Campo do Dique do Desterro; a de Manuel Faustino, no Cruzeiro de São Francisco; a de João de Deus, na Rua Direita do Palácio; e a cabeça e as mãos de Luiz Gonzaga ficaram pregadas na forca levantada na Praça da Piedade, a principal da cidade na época. Esses despojos ficaram às vistas da população por cinco dias, tendo sido recolhidos no dia 13 de novembro, pela Santa Casa de Misericórdia; que os fez sepultar em local desconhecido. Os demais envolvidos foram condenados à pena de degredo”.

Manoel Gomes² também descreve a sua versão dos fatos:

“Quatro deles – todos mulatos livres – acabaram sendo decapitados e esquartejados. Pedacos de seus corpos foram espetados em estacas pelas ruas da capital, onde ficaram até

¹ BARRETO (2015, p.11).

² GOMES (2014, p.121).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

se decompor totalmente. Dezesseis prisioneiros ganharam a liberdade. Os demais seriam banidos para a África”.

Ao que o mesmo autor, em outra obra¹, complementa:

“Trinta e quatro réus foram julgados, de um movimento que envolvia mais de seiscentas pessoas, entre elas vários maçons, que foi a ‘Conjuração Baiana’ (1799), também chamada ‘Revolta dos Alfaiates’. Não houve indulto a nenhum dos 34 réus julgados num movimento que, sabe-se, envolveu mais de 600 pessoas. O menor castigo foi o degredo”.

E a 05 de novembro de 1799, eram condenados Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus Nascimento, Manoel Faustino dos Santos e Luiz Gonzaga das Virgens à que:

“[...] com pregão e baraço fossem conduzidos pelas ruas públicas da cidade, à Praça da Piedade, onde, na forca que para este suplício se levantara, mais alta do que a ordinária, morram de morte natural e para sempre, depois do que lhes serão separadas as cabeças e os corpos feitos em quartos”.

A execução realizou-se na manhã do dia 08 de novembro, três dias depois da sentença, na “Praça da Piedade”. A exemplo do que ocorrera no Rio de Janeiro, quando do enforcamento de Tiradentes, também em Salvador, as tropas foram distribuídas pelo caminho por onde deveriam desfilar as vítimas da justiça Real. Ao enforcamento seguiu-se a lúgubre cerimônia do esquartejamento dos corpos ainda quentes, separando-se lhes as cabeças para serem fincadas em altos postes².

Para finalizar, Francisco de Assis Carvalho³ conclui:

“A cerimônia de execução marcou o final da Conjuração Baiana, movimento genuinamente maçônico, onde predominava a luta contra a tirania e a prepotência”.

REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO

São por demais escassos os documentos. Ainda hoje, pouco se sabe sobre a “Conjuração Baiana”, também denominada “Revolta dos Alfaiates”. Todavia, apesar do quase total desconhecimento dos pormenores, sabe-se quais foram os objetivos revolucionários, e o nome de alguns dos participantes dentre cerca de 600 pessoas implicadas no movimento, bem como se sabe haver sido o movimento organizado sob inspiração maçônica⁴.

¹ GOMES (1975, p.38).

² GOMES (1975, p.32-33).

³ CARVALHO (1996, p.165).

⁴ (D’ALBUQUERQUE, 1970).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Destarte, a “Conjuração Baiana” foi, indiscutivelmente, um grito clamoroso de liberdade, de homens destemidos e idealistas, que se atiraram numa luta desigual contra o governo opressor. É inegável também que se tratou de um movimento de consideráveis proporções.

Segundo Manoel Gomes¹, os conjurados baianos, imbuídos dos ideais da Revolução Francesa, desejavam implantar a República. Idealistas autênticos, eles seguiam um panorama de ação claramente de origem maçônica, pois lutavam pela liberdade de pensamento e de religião, pela abolição da escravatura (não todos, mas a grande maioria) e a instalação de um regime republicano-democrático, baseado na igualdade geral de direitos.

Se os inconfidentes mineiros se prendiam diretamente à ideia de uma república à imagem e semelhança da República dos Estados Unidos da América do Norte, por sua vez os conjurados baianos depositaram as suas esperanças na República Francesa. E se Tiradentes foi o único enforcado, em 1792, no Rio de Janeiro, sete anos mais tarde, em 1799, em Salvador, foram quatro os enforcados e esquartejados, levados ao sacrifício pelos mesmos ideais de liberdade e igualdade que animaram a Tiradentes e seus conterrâneos².

Para encerrar este capítulo, nada melhor do que a opinião do renomado historiador Pedro Calmon³ sobre a participação maçônica na “Conjuração Baiana”:

“Os papéis que ficaram desta conspiração, pouca luz fazem nos mistérios em que ela se perdeu. Parece-nos que alguns homens poderosos se agitaram por trás dos alfaiates e que era maçônico o segredo que os unia”.

¹ GOMES (1975, p.32).

² GOMES (1975, p.37).

³ (CALMON, 1940).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

PARTE IX

**O AREÓPAGO DE ITAMBÉ E A MAÇÔNICA
CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS
(1796-1802)**

Toda a nossa velha História, nada mais é que ficção aceita.

[Voltaire].

O AREÓPAGO DE ITAMBÉ (1796-1801)

Abafada na Bahia, a revolta estala em Pernambuco.

Segundo Francisco de Assis Carvalho¹, *“uma ideia quando é boa, quando é honesta, se alastra como fogo em pasto seco. E a ideia de Independência, de liberdade – era como água fresca em lábios ressequidos”*.

Assim, o último quartel do Século XVIII era favorável ao movimento em busca da liberdade, com a quebra do absolutismo e o combate ao processo colonial. Esse movimento tinha um nome: Iluminismo, cujas revolucionárias ideias pregavam, entre outras coisas, que *“o conhecimento racional e científico da natureza ajudaria a encontrar as leis naturais da sociedade”*; que *“as ciências deveriam ser desenvolvidas mediante a aplicação de métodos experimentais”*; que *“segundo as leis naturais da sociedade, o homem deveria desfrutar da maior liberdade e não estar submetido ao controle da monarquia absolutista”*; que *“as desigualdades sociais deveriam ser reduzidas, terminando-se com a colonização, com a servidão e com a escravidão”*; que *“tudo deveria estar voltado para a educação do povo, porque através dela se daria maior mobilidade social”*; que *“a moral e a educação não poderiam ser dirigidas, sobretudo por religiões, porque, em sendo assim, o seu ensinamento ficaria preso nos escaninhos da fé e não liberto nas searas da razão”*; e que *“a Razão, a esta sim, era devido o verdadeiro aperfeiçoamento dos homens que, por ela iluminados, poderiam alcançar a prosperidade e a felicidade”*.

Essas ideias de liberdade, de soberania dos povos, da indisponibilidade da vida dos súditos por parte dos monarcas, alcançaram o seu apogeu no mundo francês e empolgaram os intelectuais daquele tempo, dando origem à Revolução Francesa. As ideias de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” desenvolveram-se na França e logo cobriram o mundo, com ênfase nas Américas, onde se tornaram amplamente festejados os exemplos da Independência dos Estados Unidos e logo depois do México e do Haiti.

E os anseios de liberdade chegaram então aos Andes sul-americanos, agitando e empolgando, como haviam feito na América do Norte e do outro lado do Atlântico. Não era só um sonho. Já era realidade em alguns locais e isso contribuiu para que o sonho se alastrasse e se tornasse coletivo, superando todos os óbices que se lhe antepusessem².

Com o ingresso da Maçonaria no continente Americano, na primeira metade do século

¹ CARVALHO (1996, p.78).

² FERREIRA (1996, p.24-25 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

XVIII (América do Norte) e na segunda metade (América Central e América do Sul), as palavras de ordem passaram a ser: “*Liberdade, Democracia e República*”.

Influenciadas pelas ideias liberais do “Iluminismo” e pela “Revolução Francesa” (1789), algumas pessoas, entre as quais Manuel de Arruda Câmara – membro da “Sociedade Literária do Rio de Janeiro” – fundaram o “Areópago de Itambé” em 1796, junto à divisa de Pernambuco com a Paraíba, hoje cidade de També, que em princípio era uma sociedade secreta política e depois passou a ser maçônica, “*até no rito*”, segundo o historiador Oliveira Lima¹.

També dista de Recife cerca de 90 km, e, atualmente, faz divisa urbana com a cidade paraibana de Pedras de Fogo, cujo nome, talvez seja uma referência ou homenagem indireta ao “Areópago” de Manoel Arruda Câmara, pois, o vocábulo “*Itambé*”, em tupi-guarani significa “*pedra-de-fogo*”. Já “Areópago”, segundo alguns dicionários, é o nome de uma colina situada em Atenas, na Grécia, consagrada a Ares, o deus da Guerra.

Egresso da Ordem dos Carmelitas Descalços, Arruda Câmara estudou em Coimbra, mas incompatibilizado por suas ideias, passou para Montpellier, onde formou-se em medicina e foi provavelmente “Iniciado” na Maçonaria. Lá chegando, tem-se como certa a sua matrícula no dia 15 de agosto de 1790. Durante a sua estada na França, aproximou-se de grandes vultos franceses, dentre os quais, conheceu pessoalmente o mestre Lavoisier e estreitou laços de amizade com D’Alembert e Condorcet, ambos membros da Loja “Nove Irmãs”. E quando desembarcou no Brasil, ele trazia o Diploma Universitário de Médico e Botânico numa das mãos e o de Mestre Maçom na outra².

Ao que complementa o pesquisador Antônio do Carmo Ferreira³:

“Aí, pelos anos de 1792/1793, o Frei Manoel do Coração de Jesus, carmelita do Convento de Goiana, Pernambuco, viaja à Europa, para beber, na fonte, a doutrina da liberdade. Passa rapidamente por Coimbra e vai a Montpellier, na França, onde se forma médico, com especialidade em Botânica, inicia-se na ‘Arte Real’, conhece outros sonhadores com as mesmas ideias de Pátria e de libertação; e retorna à sua terra, já com o nome de batismo de Manoel de Arruda Câmara. No inverno de 1796, estava ele em Goiana, de retorno, quando, então, fundou, no povoado de Itambé, o ‘Areópago’, centro de união, em que os idealistas e revolucionários se encontravam para a doutrinação e a difusão das ideias direcionadas para a consecução de uma Pátria republicana para os brasileiros”.

O objetivo daquela sociedade era formar os instrutores que deveriam aguçar no povo a

¹ LIMA (1917).

² ALVES (1996, p.94 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³ FERREIRA (1996, p.25 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

consciência em prol da emancipação política do Brasil, sob o regime republicano. Assim como outras sociedades e grupos, o “Areópago” congregava maçons – a maior parte iniciados na Europa – e que discutiam, entre outros assuntos, temas inerentes à Ordem Maçônica e à libertação da Pátria.

A primeira tentativa do “Areópago” para tornar Pernambuco independente foi realizada em 1801. Segundo consta, os conspiradores haviam contatado alguns dos agentes de Napoleão Bonaparte que lhes haviam assegurado o apoio necessário para a revolução que seria deflagrada em breve.

Mas, a 21 de maio de 1801, um delator anônimo informou às autoridades da capitania os planos dos conjurados, o que conduziu à detenção de diversos implicados. Foram presos Francisco de Paula Cavalcanti, o seu Irmão Luiz Francisco e várias outras pessoas. O outro irmão, José Francisco, encontrava-se em Lisboa, cumprindo o encargo de emissário dos revolucionários, e, por isto, escapou à prisão fugindo para a Inglaterra.

Instaurado o processo de “Devassa”, todavia, todos os investigados vieram a ser absolvidos mais tarde, supostamente “*por falta de provas*”. As más línguas, porém, aviltam que os irmãos Cavalcanti, para “*comprar a liberdade*”, gastaram “*rios de dinheiro*”.

O episódio é pouco conhecido na historiografia oficial, uma vez que a “Devassa” correu em sigilo absoluto, à época, devido à elevada posição social dos implicados¹.

Segundo o pesquisador Aduino Barreto²:

“Já em 1801, tem-se como certo, houve uma débil tentativa de emancipação que falhou, sem acarretar maiores consequências. Foram seus promotores os Irmãos Arruda Câmara e Cavalcanti de Albuquerque. Estes foram presos e soltos logo mais, por falta de provas. Dizem que Napoleão Bonaparte, que também era maçom, assumiu compromisso com os rebeldes e tentou apoiá-los”.

Como observação, a única divergência encontrada aqui é que Napoleão Bonaparte nunca foi maçom, embora o seu irmão José Bonaparte tenha sido. Um equívoco do referido autor.

A influência do “Areópago de Itambé” foi deveras marcante no engatinhar histórico da Maçonaria brasileira; assim como no processo de formação histórica da nossa Pátria. Os ideais de Arruda Câmara, do Padre Roma, do Padre Miguelinho, Frei Caneca e Cônego Joaquim Antônio das Mercês tomaram conta dos homens mais ilustres desta terra. O ideal da Independência, lançado em 1792 em Minas Gerais pelos inconfidentes, chegou ao “Areópago”, e ali

¹ BARRETO (2015, p.11).

² BARRETO (1996, p.20 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

difundido, apregoadado, propagado e executado por seus filiados culminou na “Conspiração dos Suassunas”, que daria origem à “Revolução Pernambucana” (1817) e, posteriormente, à própria Independência de 1822, se estendendo para a “Confederação do Equador” (1824) e desaguando na “Revolução Farroupilha” (1835-1845).

Morta a conspiração, o “Areópago” foi dissolvido. A luta, contudo, prosseguiu.

Se alguém imaginou que fechando a entidade, o grupo iria se dispersar, enganou-se profundamente. Em seguida ao seu fechamento, o “Areópago” ressurgiu multiplicado, nas “Academias”, nas “Universidades” do Recife e de Igaráu, no “Seminário de Olinda”, e nas “Oficinas” dos Engenhos e das vilas.

Portanto, o “Areópago de Itambé”, conforme podemos concluir, foi também um ponto de partida dos ideais maçônico-iluministas que tanto contribuíram para as drásticas mudanças que ocorreram depois dele, traçando um novo rumo na história do Brasil do século XIX – naquela que ousamos denominar como “*A Maçônica História do Brasil*”.

A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS, O SEMINÁRIO DE OLINDA, AS ACADEMIAS, UNIVERSIDADES E OFICINAS (1802)

A chamada “*Conspiração dos Suassunas*” foi uma revolta que ocorreu em Olinda, no alvorecer do século XIX.

Francisco de Paula Cavalcanti, logo que se viu livre das garras da justiça, internou-se no “Engenho Suassuna”. O “Areópago” foi fechado ainda em 1801, reabrindo pouco mais tarde, em 1802, sob o nome de “Academia dos Suassunas”, com sede no mesmo engenho, palco das reuniões dos antigos conspiradores e onde novos e numerosos adeptos foram se congregando.

Sobre o estado de espírito dos brasileiros em 1802, podemos analisar o testemunho do viajante anglo-saxônico Lindsey, que por sinal também era maçom de longa data. Viajando pelo país, ao passar pela Bahia, em março desse mesmo ano, realça a parcialidade dos nativos “*pelos novos republicanos*”, isto é, os cidadãos dos Estados Unidos da América, e pelos “*princípios deles*”, ao que acrescenta de forma um tanto profética:

“*Há muito eu tenho observado isto como coisa geral, tanto aqui nesta Capitania, quanto em outras partes do Brasil, entre os elementos jovens da Sociedade; a qual se acha embebida de semelhantes noções tão efetivamente, de modo que não me admiraria que tal circunstância eventualmente causasse uma total mudança na sua situação política*”.

As discussões filosóficas e políticas no “Areópago”, paulatinamente evoluíram para uma

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

conjuração contra o domínio de Portugal e para um projeto de emancipação de Pernambuco, constituindo-se ali a intenção de proclamar-se uma república. Integravam o grupo de conspiradores: os irmãos Francisco, Luiz e José de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o capitão André Dias de Figueiredo e os padres João Ribeiro Pessoa, Antônio Félix Velho Cardoso, João Pereira Tinoco e Antônio de Albuquerque Montenegro, Padre Roma, Padre Miguelinho e Frei Caneca, sendo um dos Cavalcanti proprietário do Engenho Suassuna, que daria nome ao movimento.

Ao mesmo tempo, Padres e alunos do “Seminário de Olinda”, fundado em 1800, também passaram a discutir ideias semelhantes. O “Seminário” era dirigido pelo Bispo D. Azeredo Coutinho, que também era maçom e por sua influência levou um sem número de padres e seminaristas a ingressarem na Ordem Maçônica. A Diocese de Olinda, comandada por D. Azeredo Coutinho, era composta por 121 paróquias, distribuídas pelas Capitânicas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio São Francisco e Minas Gerais. E foram os padres maçons políticos e revolucionários originários do Seminário de Olinda que se encarregaram de divulgar os ideais republicanos por toda essa região. As paróquias eram verdadeiras oficinas, onde as forjas de temperar líderes revolucionários funcionavam dia e noite¹.

Conforme Aduito Barreto², “*o Seminário de Olinda, dirigido pelo maçom, bispo Azeredo Coutinho, transformou-se numa colméia revolucionária das mais ativas e influentes*”.

Paralelamente aos dois anteriores, sob a inspiração de Francisco Paes Barreto, foi criado outro foco de rebelião, a “Academia do Paraíso”, cuja administração futuramente caberia ao padre João Ribeiro Pessoa, que conspirava sob o manto de professor de desenho e que tinha como Secretário o Padre Francisco Muniz Tavares.

Fundados esses três centros de indubitável inspiração maçônica, as ideias democráticas e republicanas de Liberdade e de Igualdade rapidamente se irradiaram para toda a província; e a revolução começou, então, a ser preparada, em larga escala. E com o passar do tempo, novas agremiações foram surgindo.

Morivalde Calvet Fagundes³ sobre isso expõe que:

“*O Capitão-Mor Francisco Xavier de Novais Cavalcanti, de Igaracu, associado das duas academias anteriormente citadas, funda, em sua residência, um novo núcleo, com o nome de ‘OFICINA’, filiado aos demais. Ao mesmo tempo, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá,*

¹ CARVALHO (1996, p.154-155).

² BARRETO (1996, p.21 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³ FAGUNDES (1975, p.81).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

‘iniciado’ nas novas ideias na Europa, em meio ao grande entusiasmo com que reunia e banqueteara os patriotas em sua casa no Recife, funda a Loja Maçônica ‘Pernambuco do Oriente’. Já Domingos José Martins, amigo de Francisco Miranda e frequentador da Loja ‘Grande Reunião Americana’, em Londres, de onde trouxera instruções secretas para a revolução da América do Sul, e mestre do movimento em todo o Nordeste Brasileiro, cria, da mesma forma que Cabugá, em sua própria residência, uma agremiação maçônica, à qual deu o nome de ‘Pernambuco do Ocidente’, em complemento à Loja de Cabugá. Entrementes, o notável cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães, mantinha, também em sua própria casa, uma ‘escola secreta’.

O QUE REZA A HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores do processo de Independência do Brasil, quando ainda em seus primórdios, através dos movimentos conspiratórios nascidos do “Areópago de Itambé”, da “Academia dos Suassunas” e demais associações de cunho libertário daquela época.

Manoel Gomes¹ relata que:

“Manoel de Arruda Câmara, médico formado pela Universidade de Montpellier e professor de botânica, Iniciado na Maçonaria na França, volta ao Brasil nutrindo forte admiração pelos ideais da Grande Revolução, e funda, em 1796, o ‘Areópago de Itambé’, intencionalmente situado nas divisas de Pernambuco e Paraíba, a ele frequentando as pessoas mais ilustres de uma e outra província, em destaque, Francisco de Arruda Câmara, padre João Ribeiro Pessoa, padre Antônio Félix Velho Cardoso, padre José Pereira Tinoco e os irmãos Suassuna”.

Mário Melo² concorda, afirmando ainda que:

“Desprezando a tradição, podemos afirmar, baseados em documentos oficiais, que a primeira Loja Maçônica, associação secreta movida pela liturgia, com fins político-sociais, fundada no Brasil, foi o ‘Areópago de Itambé’ (Pernambuco), fundado no último quartel do século XVIII, em 1796”.

E Gustavo Barroso³ complementa:

¹ GOMES (1975, p.37).

² MELO (in: “Livro do Centenário Maçônico” – capítulo “A Maçonaria no Brasil”).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

“Um dos Arruda Câmara, o botânico e médico formado em Montpellier, partidário exaltado das ideias francesas, fundara o ‘Areópago’, sociedade secreta, intencionalmente posto nos limites de Pernambuco e Paraíba, que doutrinava para a democracia e a revolução maçônica, sementeira de onde brotaram os grandes movimentos revolucionários do Brasil, no séc. XIX. Do ‘Areópago’, provém a ‘Academia dos Suassunas’, a ‘Academia do Paraíso’, a ‘Escola Secreta’ de Vicente Ferreira dos Guimarães, a ‘Universidade Secreta’ de Antônio Carlos e a ‘Oficina de Igaracu’.

Já Hércule Spoladore¹ se refere a esse momento específico da nossa “*Maçônica História do Brasil*” com as seguintes palavras:

“O ‘Areópago de Itambé’, sociedade secreta criada propositalmente entre a divisa de Pernambuco com a Paraíba, longe dos maiores centros, foi a primeira e verdadeira escola de revolucionários do Brasil, onde os ensinamentos eram teóricos, profundos e duradouros. Era pregada uma revolução doutrinada, que no seu devido tempo iria inflamar a colônia trazendo sua liberdade em forma de República. Data de 1796, a fundação do ‘Areópago de Itambé’ pelo Dr. Manuel de Arruda Câmara. Desta instituição nasceria o germe revolucionário de 1817 e também da ‘Confederação do Equador’ de 1824”.

Ulisses Brandão², em sua obra “*A Confederação do Equador (1824-1924)*”, assim se reporta sobre o “Areópago de Itambé”:

“O ‘Areópago de Itambé’, onde Arruda Câmara pontificava, vale mais para a nossa História do que o ‘Apostolado’ de José Bonifácio. Pois que o ‘Areópago de Itambé’ foi o primeiro, a estação inicial de radioatividade democrática, o portador dos mais alevantados ideais de Independência, de república, de democracia”.

E sobre a influência maçônica do “Areópago”, Mário Melo³ nos elucida:

“Talvez o nome de ‘Areópago’, aliás, na Maçonaria, significativo de graus elevados, ocultasse os desígnios maçônicos das reuniões dos sócios, porque era crime de pena última, o cidadão professar ou mostrar-se simpático à poderosa sociedade que ainda hoje é a mola da civilização e tem resolvido todos os problemas sociais”.

Manoel Oliveira Lima⁴ possui a mesma opinião:

“O ‘Areópago de Itambé’ era uma sociedade secreta política e maçônica no seu espírito, senão pelo rito que lhe teria sido posterior”.

³ BARROSO (1939, p.206).

¹ SPOLADORE (2015, p.19).

² BRANDÃO (1924, p.69).

³ MELO (1912, p.8).

⁴ LIMA (1917, p.73).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Opinião que também encontra eco nas palavras de Francisco Muniz Tavares¹:

“O ‘Areópago’ e as ‘academias’ eram, conseguintemente, verdadeiros pseudônimos, de um manto de tonalidade clássica sob o qual se abrigavam intuítos modernos, levados a efeito em sigilo, como o eram os processos da Inquisição, inimiga moribunda da Maçonaria triunfante. Os rigores da política contemporânea faziam necessária toda a cautela”.

De acordo com M. L. Machado²:

“Era o ‘Areópago’ uma sociedade política secreta, intencionalmente colocada na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba, frequentada por pessoas salientes de uma e outra parte, de onde saíram, como do centro para a periferia, sem ressaltos, sem arruídos, as doutrinas ensinadas. Tinha por fim tornar conhecido o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das ideias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava entusiasmo pela república, mais em harmonia com a natureza e dignidade do homem; e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinada, que traria oportunidade à Independência e o governo republicano a Pernambuco”.

E novamente Gustavo Barroso³, agora comentando sobre o “Seminário de Olinda”:

“O que há, entretanto, de positivo, por constatação histórica sobre a introdução da Maçonaria no Brasil é que em 1800 se criara uma Loja Maçônica em Pernambuco, com intuítos puramente políticos, como núcleo para a instalação de outras e da qual faziam parte nomeadamente, os padres Miguel Joaquim de Almeida Castro, João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro e Luiz José Cavalcanti Lins, os dois primeiros lentes do ‘Seminário de Olinda’ e o terceiro vigário de Santo Antônio do Recife, iniciados maçons em Lisboa, no ano de 1807”.

Sobre o fim do “Areópago”, Manoel Gomes⁴ esclarece que:

“Dissolvido em 1801, em virtude da conspiração dos irmãos Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e Luiz Francisco, que teve por objetivo fazer de Pernambuco uma república independente. Surgem, em substituição, ou melhor, em continuação, a ‘Academia dos Suassunas’, dos irmãos Luiz Francisco e Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque; a ‘Universidade Democrática’, com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; a ‘Academia do Paraíso’, com Vicente Ferreira Guimarães e a ‘Oficina de Igarapu’, de Francisco Xavier Cavalcante.

¹ TAVARES (1917, p.76).

² MACHADO (1917, p.24).

³ BARROSO (1939, p.206).

⁴ GOMES (1975, p.37).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

A respeito disso Hércule Spoladore¹ também segue a mesma concepção:

“O Areópago foi dissolvido em 1801, mas deixou sua marca indelével. Era uma entidade paramaçônica. Em 1802 funda-se em Pernambuco, a ‘Academia Suassuna’, que veio para substituir o ‘Areópago’ e que passou para a história como a ‘Conspiração dos Suassunas’. Pretendiam chamar sobre si a proteção de Napoleão Bonaparte. Esta conspiração não passou para adiante, pois houve delação, sendo os principais líderes do movimento presos. Já estava ali, entretanto, a semente do ‘Areópago’ germinando. Foram os seus fundadores, os padres Francisco de Paula Cavalcanti, Frei Caneca e padre Miguelinho”.

¹ SPOLADORE (2015, p.20).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

PARTE X

**A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO
PERNAMBUCANA
(1817)**

Quando a indignação e o sonho se casam, nasce a revolução.

[Morivalde Calvet Fagundes].

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento revolucionário, com forte caráter nacionalista, realizado no sentido de implantar a República em Pernambuco. Ela contou com grande participação maçônica, a começar pelo seu líder, Domingos José Martins, nascido em Itapemirim (ES), em 1771, e estabelecido no Recife, com uma firma importadora e exportadora, que o obrigava a fazer frequentes viagens à Inglaterra. Foi aí que ele acabou entrando em contato com agrupamentos maçônicos, sendo encaminhado à Iniciação, em 1812, por Hipólito José da Costa, o “Patriarca da Imprensa Brasileira”, e Francisco Miranda, o grande comandante da emancipação da América Espanhola¹.

Vários fatores aglutinados entre si causaram a revolução.

Nas palavras de Hércule Spoladore²:

“A revolução de 1817 foi totalmente de caráter liberal e republicana. É necessário frisar que Pernambuco vinha mostrando características regionais especiais próprias dentro da nossa História, pois pelo fato de ter expulsado os holandeses e a ‘Guerra dos Mascates’ em 1710, fez com que os pernambucanos se contaminassem mais cedo do que as demais partes da colônia com os desejos de autonomia e nacionalismo. A Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa vieram ainda mais atizar os sentimentos libertários. E o ‘Areópago de Itambé’ foi apenas o reinício dos sentimentos de liberdade”.

Conforme o historiador Manoel Gomes³:

“Duas foram as causas determinantes do movimento emancipacionista de 06 de março de 1817: a Independência sob regime republicano e a rivalidade entre nacionais e portugueses”.

Em outras palavras, na “Revolução Pernambucana”, os revoltosos queriam proclamar a república; e com isso acabar com o sistema de governo opressor existente em Pernambuco.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, fugindo do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte à Europa e da conseqüente invasão de Portugal pelas tropas francesas. Vieram cerca de 15.000 pessoas que precisavam ser sustentadas pelo governo. Os brasileiros foram obrigados a alojarem esta multidão de portugueses. Começou a faltar tudo. A maioria (nobres e funcionários do governo português) passou a ocupar os principais postos na administração (mantinham os cargos somente para receber pagamentos). O governador de

¹ CASTELLANI (2001, p.46).

² SPOLADORE (2015, p. 22).

³ GOMES (1975, p.43).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Pernambuco, assim como os das demais províncias, era obrigado a enviar grandes somas de dinheiro para o Rio de Janeiro, e com isso, atrasava o salário dos soldados e dos funcionários da província, causando um descontentamento geral no povo pernambucano¹.

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro. No espaço de menos de uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma simples colônia isolada e atrasada passando por uma série de decretos e atos que provocariam um surto de prosperidade sem precedentes na história da América portuguesa.

Em 22 de janeiro de 1808, apenas uma semana após o desembarque da Família Real na Bahia, foi anunciada a abertura dos portos às nações amigas. Essa medida, combinada com o fim da proibição de manufaturas e a concessão de maior liberdade comercial, representava, na prática, o fim do período colonial brasileiro. Pela primeira vez, em mais de três séculos de exploração, o país estava livre do regime de monopólio português para integrar-se ao sistema internacional de produção e comércio.

No tempo que passou no Brasil, D. João ordenou melhorias nas redes de comunicação entre as diversas regiões, abertura de novas estradas, estímulos à navegação fluvial, a criação de uma escola de medicina em Salvador, a construção de teatros e praças e a implantação de instituições que até então só existiam na metrópole portuguesa, como Tribunais de Justiça, Intendência de Polícia, Erário Régio (equivalente à atual Casa da Moeda), criação do Banco do Brasil. Outra mudança que futuramente traria um grande impacto para o país foi o surgimento de uma imprensa nacional, proibida no país até 1808.

As mudanças teriam seu ponto culminante em 16 de dezembro de 1815, quando por ocasião do aniversário da rainha D. Maria I, D. João VI promoveu o Brasil à condição de “Reino Unido a Portugal e Algarves”, ficando o Rio de Janeiro como sede oficial da Coroa, o que na prática fazia com que se invertessem os papéis, transformando virtualmente o Brasil em metrópole e rebaixando Portugal à condição de Colônia.

Uma curiosidade, segundo o escritor José Castellani², é que havia Lojas Maçônicas em funcionamento na própria Corte de D. João VI. Duas delas, fundadas no Rio de Janeiro em 1815, chamavam-se “Beneficência” e “São João de Bragança”, cujo nome seria uma velada homenagem ao soberano, suspeito de ter conhecimento e de tolerar as atividades da Maçonaria nas dependências do Palácio Real. Um dos seus ministros mais poderosos, D. Rodrigo de

¹ BARRETO (2015, p.12).

² CASTELLANI (1996, n° 28).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Souza Coutinho, o Conde de Linhares, responsável pela mudança da Família Real para o Brasil em 1808, teria sido maçom.

Aliado a tudo isso, fundou-se em Pernambuco, ainda em 1809, uma Loja Maçônica¹ da qual fizeram parte os padres Miguel Joaquim de Almeida Castro, João Ribeiro Peixoto e Luiz José Cavalcante Lins. Esta Loja teve intentos puramente políticos e os padres que dela fizeram parte tinham sido Iniciados em Lisboa. Os dois primeiros eram lentes (professores) do Seminário de Olinda, e o terceiro, vigário de Santo Antônio de Recife. Almeida Castro e João Ribeiro foram figuras de relevo na Revolução de 1817.

Em 1810 morreu o grande idealista Manuel de Arruda Câmara. O mundo já não era o mesmo. Todavia, o ideal republicano, a cada dia que passava ia angariando adeptos, aqui, ali e além. Seu exército crescia em toda parte. E, refugiadas em fazendas e engenhos de Pernambuco, as sociedades secretas, disfarçadas de “Academias”, “Oficinas” e “Universidades”, filhas diletas do “Areópago de Itambé”, iam forjando líderes e heróis nas noites quentes do sertão. Enquanto isso, nos conventos e seminários de Olinda e Goiana, os padres e maçons, por trás dos seus hábitos escuros, traçavam os caminhos da revolução. Do Bispo de Olinda – o Irmão Dom Azeredo Coutinho ao secularizado Padre Roma – o proselitismo era feito, de boca a boca, em reuniões, nos confessionários, nos altares das suas paróquias e igrejas, em toda parte. A Pátria precisava ser libertada, o povo brasileiro estava cansado de tanto sofrer².

Antes de Manuel de Arruda Câmara morrer, porém, consta que o padre João Ribeiro, escrevendo-lhe, recomendava³:

“Remete logo a minha circular aos amigos da América Inglesa e Espanhola; sejam unidos com esses nossos ‘irmãos’ americanos, porque tempo virá de sermos todos um”.

Era a confirmação da unidade revolucionária maçônica sul e norte-americanas, pelo menos em sentido, princípios e finalidades.

Por toda parte, em Portugal, nas ilhas, no Brasil, entre 1800 e 1820 as Lojas Maçônicas fomentavam o distúrbio latente, o mútuo auxílio dos conspiradores liberais, a coligação dos que fariam, um dia, a revolução contra a realza histórica⁴.

A Maçonaria local procurava, desde a fundação do “Areópago de Itambé”, em cada vila principal Iniciar o seu respectivo capitão-mor, de modo que cada um desses organizasse a sua própria academia, grêmio ou sociedade secreta. Por outro lado, os padres-maçons, com grande

¹ GOMES (1975, p.38).

² CORDEIRO (2008, p. 48).

³ FAGUNDES (1975, p. 82).

⁴ CALMON (1941, p.58).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

influência sobre as populações em geral, mas, sobretudo no que se refere às do interior, trabalhavam ativamente junto aos senhores de engenho e autoridades nas vilas e povoados, de origem brasileira.

Hércule Spoladore¹ relata que Arruda Câmara, ao falecer em 02 de outubro de 1810, deixou uma resposta para o Padre João Ribeiro onde mencionava uma “*obra secreta que deveria ser enviada à América Inglesa por conter coisas importantes que não convém o feroz despotismo ter dela conhecimento*”.

Em 1812, em Londres, Hipólito José da Costa – o fundador da imprensa brasileira - iniciava, na Loja “Antiquity”, o profano Domingos José Martins, o qual logo mais partiria para o Brasil, a fim de cumprir o seu destino histórico².

Em 1815, a Câmara de Igarapé, fortemente influenciada pela “Oficina” de Francisco Xavier Cavalcanti, dirigiu uma reclamação diretamente ao Rei, em termos tão veementes, que este ordenou ao Governador da Capitania que não conhecesse dos motivos da queixa, mas que procurasse com muito cuidado conhecer o oficial audacioso que a escrevera e verificasse se havia por ali outras pessoas que por suas opiniões e discursos fossem perigosas.

E em 1816 a situação econômica na região não era nada boa. O algodão e o açúcar estavam com a sua produção abaixo dos últimos dez anos. Não bastasse, a vinda da Família Real trouxe inúmeros problemas, como, por exemplo, um aumento abusivo de impostos. Esta crise fez com que as ideias revolucionárias aumentassem ainda mais e fossem bem aceitas.

O planejamento do levante, também conhecido por alguns como “A Revolução dos Padres”, já que havia cerca de setenta padres envolvidos, foi feito através de sucessivas reuniões na residência do patriota maçom Domingos José Martins, nascido no Espírito Santo e radicado em Pernambuco desde 1814³.

Sobre isso, Morivalde Calvet Fagundes⁴ ressalta ainda que:

“Desde 1814, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, ambos maçons, entravam em confabulações com chefes políticos de prestígio no Maranhão, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, na Bahia e até no Rio de Janeiro. Em 1815, partiu Domingos José Martins para a Europa, a fim de reatar as ligações com as Lojas Maçônicas que amparavam o movimento americano”.

Dois fatos concorreram para que se estabelecessem condições favoráveis à pregação dos

¹ SPOLADORE (2015, p. 22).

² BARRETO (1996, p.20-21 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³ SPOLADORE (2015, p.22).

⁴ FAGUNDES (1975, p.82).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

idealistas comprometidos no levante que se planejava nas sociedades maçônicas. O primeiro foi a má administração do então Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Não havia tranquilidade na Capitania: matava-se, e o crime não era punido. Roubava-se o povo e o próprio governo. A justiça venal já não tinha preço. Imperava a desordem e, em consequência, a insegurança. E o segundo fato foi a seca de 1816, que contribuiu para agravar as condições de vida da população, em virtude da exploração desenfreada dos comerciantes portugueses¹.

No final de 1816, em Pernambuco, conspirava-se abertamente. Nas Lojas Maçônicas e nos “Grêmios” então fundados, cujas denominações serviam para despistar as autoridades, pregavam-se as ideias, traçavam-se os planos e combinavam-se as providências².

Deve-se observar que no final do século XVIII o Brasil possuía agrupamentos secretos com características maçônicas, funcionando como clubes, ou mesmo academias, e que na realidade não eram Lojas Maçônicas como conhecemos atualmente, mas tinham a participação de lideranças maçônicas. É o caso do famoso “Areópago de Itambé”, localizado entre os estados de Pernambuco e da Paraíba; fundado em 1796, por Manuel de Arruda Câmara, um ex-frade carmelita e médico pela Faculdade de Montpellier, na França³.

É também mencionada, entre os anos 1809 e 1816, a existência de várias Lojas em Pernambuco. Quatro delas, entre as quais a Loja “Restauração” e a Loja “Patriotismo” chegaram a formar uma Grande Loja Provincial. Cita-se ainda as Lojas “Guatimozin”, “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, entre outras. Todas estas Lojas tinham, no entanto, um cunho essencialmente político e preparavam uma revolução de caráter republicano⁴.

Em 1816 foi instituída, em Olinda, a “Academia do Paraíso”, continuadora dos ideais do “Areópago de Itambé” e da “Academia dos Suassunas”, fundada pelo padre Miguelinho e o Dr. José Luiz de Mendonça. A ela foi atraído o espírito liberal do Padre João Ribeiro e ainda veio se juntar ao grupo de Domingos Martins. Trabalhavam no “Hospital de Paraíso” que Paes Barreto administrava e lá surgiu a “academia” de mesmo nome. Todos os participantes desta academia tornar-se-iam figuras importantes na revolução de 1817⁵.

Como se vê, os principais núcleos ativos de agitação e propaganda tinham sido criados e estavam interligados entre si, formando uma extensa rede conspiratória, que difundia a ideologia maçônica e explorava as contradições internas. O clima de subversão estava criado. Proeminentes chefes militares garantiam o necessário apoio armado. Para a entrada em ação só

¹ BARRETO (1996, p.20 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

² BARRETO (1996, p.20 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³ CORDEIRO (2008, p.23).

⁴ ASLAN (1997, p.97-98).

⁵ SPOLADORE (2015, p.20).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

faltava a hora “H”, que seria dada pela ocorrência de um fato qualquer, de repercussão social e política, favorável aos revolucionários e desfavorável ao governo.

Não podemos esquecer ainda que, além dos EUA que eram republicanos desde 1776, na América do Sul, tanto a Venezuela (1810) como a Argentina (1816), por interferência direta da Maçonaria já tinham se declarado independentes do domínio espanhol; fato que, por si só, fomentava nos maçons e patriotas brasileiros os anseios por liberdade.

Enfim, a crise econômica e o descontentamento com a administração portuguesa fizeram com que as ideias liberais francesas e americanas encontrassem em Pernambuco um campo fértil para a Revolução¹.

E ela veio. Chegou banhada em sangue, mas chegou.

Em 06 de março de 1817 eclodiu a “Revolução Republicana” que abalaria, para sempre, os alicerces do Império Português instalado neste lado da América. Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará foram às armas e assumiram o poder na Capitania de Itamaracá, estabelecendo, no Recife, o “Primeiro Governo Republicano” no Brasil².

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO DOS PADRES

A História tem demonstrado, e neste ponto mais do que em qualquer outro, que mesmo a despeito das proibições papais, bulas antimaçônicas e feroz perseguição, nada seria capaz de impedir, a bem da realidade, que eminentes vultos da própria Igreja Católica abraçassem com extremo vigor e paixão os ideais maçônicos de *“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”*, sem que isso acarretasse qualquer tipo de prejuízo às suas crenças e fé cristãs.

Com base nessa assertiva, torna-se lícito conjecturarmos que, pelo menos em uma coisa, a “Revolução Pernambucana” de 1817 diferiu da “Conjuração Mineira” de 1789: enquanto que na “Inconfidência Mineira” o movimento se circunscreveu a um grupo de intelectuais e patriotas extremados em busca de apoio das massas pela persuasão dos espíritos e de forma precipitada, a “Revolução Pernambucana” ocorreu de forma organizada e condução eficiente, justamente por aqueles que mantinham em suas mãos as rédeas do governo espiritual do povo – os padres³.

Eles não só se aliaram aos maçons, mas mais do que isso, entraram para a Maçonaria e nenhum ocultava a sua qualidade de maçom.

¹ GOMES (2014, p.249).

² CORDEIRO (2008, p.49).

³ FAGUNDES (1975, p.86).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Os sacerdotes, em sua esmagadora maioria maçons, formavam a classe mais instruída do país e por este fato se aninhava entre eles o mais veemente amor à liberdade.

Dentre tantos religiosos revolucionários de 1817, salienta-se o vulto singular de Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, na época com 51 anos de idade. Filho de gente humilde havia se instruído com o sábio Arruda Câmara, em cujo “Areópago de Itambé” recebeu também a luz dos ensinamentos maçônicos. Em 1809 fazia parte da primeira Loja Maçônica de Recife, junto com o padre Miguelinho. Tão importante foi a sua participação na revolução de 1817, que dos cinco nomes que figuravam na lista dos componentes do Governo Provisório Revolucionário, o seu vinha em primeiro lugar.

Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Miguelinho) era natural do Rio Grande do Norte. Dotado de grande cultura, cedo se sentiu empolgado pelas ideias liberais, iniciando-se nas sociedades secretas, o ocorreu em 1807, em Lisboa. Padre Miguelinho foi um ardoroso propagandista revolucionário. Eclodido o movimento de 1817 foi escolhido para Secretário do Governo Provisório. Foi de sua autoria a maioria das proclamações desse governo.

E ainda cabe-nos citar o vigário do bairro Santo Antônio, em Recife, o padre Luiz José Cavalcanti Lins, feito maçom juntamente com Miguelinho em Lisboa, em 1807 e José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (o Padre Roma), preso em Salvador e executado em 1817 quando tentava sublevar as províncias da Bahia e Alagoas.

Mas de nada adiantaria se eles não tivessem tido, com a devida antecedência, um centro formador por excelência, que lhes incutisse unidade de doutrina e de ação. E esse centro foi o “Seminário de Olinda”, que segundo Pedro Calmon¹: “[...] *constituiu-se em um dos núcleos revolucionários mais intensos e influentes desse tempo*”.

Já a alma e o cérebro desse Seminário foi o Bispo de Olinda, Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho, nascido em 1743 em Campos de Goitacazes, no Rio de Janeiro, e formado pela Universidade de Coimbra, onde certamente foi iniciado nos augustos mistérios, visto que foi maçom dos mais ilustres, atingindo o Grau 33 da sublime ordem².

Em 1796, D. Azeredo Coutinho foi sagrado bispo da Diocese de Olinda e Governador Civil de Pernambuco. Interessado em difundir o ensino em sua pátria, instou junto à Rainha D. Maria I que lhe entregasse o antigo Colégio dos Jesuítas a fim de ali instalar um seminário, o que prontamente lhe foi concedido; de modo que, em 22 de fevereiro de 1800, inaugurava-se o

¹ CALMON (1943).

² CASTELLANI (1997, p.22).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

famoso “Seminário de Olinda”¹.

A ação do bispo-maçom de Olinda foi tão revolucionária que ele teve de defender-se, posteriormente, de acusações de algumas autoridades locais. Foi inocentado, mas contra isso se levantou o desembargador José Albano Fragoso, em nota de 19 de julho de 1817², afirmando ser totalmente contraditório condenar-se à morte o Padre Miguel (alinhado Miguelinho), que foi secretário do Bispo, e deixar imune a primeira Dignidade Eclesiástica, que segundo dizia “*era membro de empestada seita*” – note-se que à época, os membros da Maçonaria eram chamados pelos absolutistas pejorativamente de “*maçons pestilentos*”.

Hoje sabemos que desde 1808 entravam francamente no Seminário livros estrangeiros, muitos dos quais os dos famosos iluministas-maçons que em 1789 haviam inspirado a Revolução Francesa (Voltaire, Diderot, D’Alembert, Necker e Turgot, entre outros), sempre com a autorização do Bispo Azeredo Coutinho.

Conforme Hércule Spoladore³, o levante também foi chamado por alguns historiadores de “Revolução dos Padres”, já que, de acordo com os quais, havia mais de setenta padres envolvidos.

De fato, somente a influência de um estabelecimento tão liberal quanto o “Seminário de Olinda” seria capaz de explicar a adesão de tão grande contingente de eclesiásticos e membros da Igreja à revolta armada de 1817, a ponto de poder ser chamada de “Revolução dos Padres”.

Também de acordo com essa linha de pensamento, Gustavo Barroso⁴ afirma:

“É digno de nota o grande número de sacerdotes e religiosos que tomaram parte ativa nas revoluções”.

Abaixo segue uma relação de religiosos, a maioria dos quais maçons ou simpatizantes da Ordem, e que tiveram participação ativa na Revolução Republicana de 1817, em conformidade com os relatos do historiador Manoel Gomes⁵:

Deão: Bernardo Luiz Pereira Portugal;

Cônegos: Manoel Vieira de Lemos Sampaio, Inácio Alves Monteiro, João Rodrigues Mariz e Joaquim Antônio das Mercês;

Vigários e padres: João Cavalcante de Albuquerque, Antônio de Almeida Azevedo, Antônio Jácome Bezerra, Virgílio Rodrigues Campelo, José Gomes Chacon, João Barbosa Cordeiro, Manoel Gonçalves Fontes, Veríssimo Machado Freire, Luiz José de Albuquerque

¹ FAGUNDES (1975, p.86).

² DOCUMENTOS HISTÓRICOS (BIBLIOTECA NACIONAL)

³ SPOLADORE (2015, p.22).

⁴ (BARROSO, 1939).

⁵ GOMES (1975, p.53-54).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Cavalcante Lins, Francisco da Costa Medeiros, José Ferreira Nobre, Miguel Carlos da Silva Saldanha, Francisco de Sales Coelho da Silva e Pedro de Souza Tenório.

Coadjuutores e outros clérigos: João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Antônio Pereira, José Martiniano de Alencar, Manuel José de Assunção, Francisco Manoel de Barros, Francisco Muniz Tavares, José Inácio de Brito, Antônio Felix Velho, Miguel Joaquim de Almeida Castro, José da Costa Cirne, João Batista da Fonseca, Inácio de Almeida Fortuna, Francisco Xavier Garcia, José Felipe de Gusmão, João Gomes Lima, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Antônio José Cavalcante Lins, Francisco Dias de Oliveira, Venâncio Henrique de Rezende, Luiz José Correa de Sá, Carlos José dos Santos, Inácio Bento, Luiz Carlos Coelho da Silva e Gonçalo Inácio de Loyola.

Freis regulares: Joaquim do Amor Divino Caneca (Frei Caneca), João Loureiro, Francisco de Santa Mariana, Francisco de São Pedro, João da Cruz, Francisco de Santana Brito, José Maria do Sacramento Brainer, João de Santa Miquilina e Donato Jacinto Luiz de Melo.

De todos estes, segundo o referido autor, dois suicidaram-se, quatro perderam a vida em patíbulo por sentenças de comissões militares e a maior parte dos demais sofreu pena de quatro anos de prisão na Bahia.

OS PREPARATIVOS PARA A REVOLUÇÃO

A árvore se conhece pelos frutos, diz o ditado.

Como os pernambucanos, em apenas 24 horas alcançaram o primeiro estágio da ação revolucionária, conquistando a cidade do Recife, depreende-se que a ação preparatória foi eficientíssima.

Conforme a descrição de Aduino Barreto¹:

“Com a chegada de Domingos José Martins, juntamente com o Capitão Domingos Teotônio Jorge, vindos da Europa, imbuídos dos sãos princípios da Maçonaria e instruídos no processo de preparação da revolta, intensificaram-se as atividades dos conspiradores. O movimento, planejado e orientado pelos maçons, agora tomava vulto. Novas Lojas se criavam para o mesmo fim, não só em Pernambuco, mas em todo o Nordeste, existindo entre elas regular articulação. O ‘Areópago de Itambé’ do Padre Arruda Câmara; a ‘Academia do Paraíso’ do Padre João Ribeiro; a ‘Universidade Secreta’ de Antônio Carlos de Andrada e Silva; a ‘Escola Secreta’ de Guimarães Peixoto, a ‘Oficina de Igaracu’, as Lojas Maçônicas ‘Patrio-

¹ BARRETO (1996, p.21 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

tismo, *'Pernambuco do Oriente*', *'Pernambuco do Ocidente*' e *'Restauração*' de Olinda e a *'Cavaleiros da Luz*' de Salvador entre muitas outras, inclusive pequenos grupos de maçons em cidades e vilas das diversas capitânicas situadas no Nordeste, aceleraram a preparação daquela arrancada épica, aguardando os conspiradores pelo momento propício para o desfecho final”.

O planejamento do levante foi realizado através de sucessivas reuniões na residência do patriota maçom Domingos José Martins. As sociedades secretas incendiando as opiniões. A casa dele funcionava como uma espécie de “Grande Loja”, de onde partiria a palavra de ordem para a revolução iminente.

As minorias ativas, fermentadas nas Universidades europeias, bem como no “Seminário-Universidade de Olinda”, e em seguida nucleadas nas Lojas Maçônicas, partiram logo para a impregnação psicológica das massas, cada qual agindo no setor específico de suas atividades e dentro das suas relações humanas¹.

Foi aí que começou a avultar o trabalho dos padres, pela sua extensão e profundidade, de modo que a grande força psicológica e moral da Revolução foram as Igrejas e os párocos, que atingiam todas as camadas da população, sem distinção de classes, desde os grandes senhores e fazendeiros mais importantes da região até o mais humilde dos trabalhadores braçais, com a força das convicções políticas, maçônicas e patrióticas, sobretudo, com o incomensurável poder da fé².

Já a adesão dos militares ao movimento começou pelos capitães, de modo que a base para a ascensão ao poder foi dada pelo Capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, do Regimento de Artilharia, o único então existente, sediado em Olinda. A tropa já “trabalhada” pelos seus colegas e irmãos maçons Capitão José de Barros Lima (o Leão Coroado), Capitão Américo Francisco de Moura, Capitão Manoel de Azevedo, Tenente Antônio Henriques Rebelo, Tenente José Mariano de Albuquerque e Alferes Ângelo de Barros.

No âmbito civil, o foco irradiador da revolução de 1817 foi o comerciante Domingos José Martins, feito maçom pelo insigne libertador das Américas Francisco Miranda. Em sua residência, transformada numa espécie de Loja Maçônica rudimentar, realizavam-se reuniões e jantares patrióticos que serviam para congregar os revolucionários. Segundo alguns dos mais respeitados historiadores, como já citado anteriormente: “foi de lá que saiu a palavra de ordem para a revolução iminente”.

¹ FAGUNDES (1975, p.89).

² FAGUNDES (1975, p.90).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Ainda na fase preparatória, tendo que ir à Bahia, Domingos José Martins, acompanhado pelo Capitão Domingos Teotônio Pessoa, lá aproveitaram para estreitar laços com os maçons baianos e angariar novos adeptos para a futura rebelião.

Paralelamente a isso, civis de notável reputação iam se juntando à causa. Podemos citar como exemplos: José Luiz Mendonça, juriconsulto respeitadíssimo na época, considerado o mestre dos advogados de Recife, orador brilhante tanto nos clubes como nas Lojas Maçônicas; o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, patriota exaltado à maneira de Tiradentes e que foi tido como o “aliciador público de prosélitos”, tal era o entusiasmo com que propalava a revolução. Anistiado em 1821, voltou a Pernambuco e ali fundou uma Loja Maçônica com o nome de “Seis de Março de 1817”, a qual existe até hoje. E, por último, o polêmico, porém não menos importante maçom, Antônio Gonçalves da Cruz – o “Cabugá” (apelido que lhe foi conferido por residir em rua que levava esse nome). Personagem polêmico por conta da sua curiosa viagem aos EUA em busca de apoio para a revolução, a cujos pormenores trataremos maiores esclarecimentos nos próximos capítulos. Por ora, cabe-nos saber apenas que se tratava de um homem culto, rico e viajado que, além da residência no Recife, possuía igualmente um sítio no Manguinho; e que em ambas as propriedades exercia profusa hospitalidade. Entusiasta dos princípios liberais, que aprendera na convivência francesa, converteu suas residências em centros de conspiração. Sua casa na cidade era decorada com retratos dos vultos mais notáveis da Revolução Francesa e da Independência Americana, encerrando uma suntuosa biblioteca político-democrático-revolucionária, a que os portugueses denominavam pejorativamente de “*capela de batizados maçônicos*”, tendo em vista que se cogita terem sido Iniciados muitos novos maçons naquele lugar¹.

Tudo preparado, a revolução foi marcada para o dia 05 de abril de 1817.

Porém, no dia 06 de março, houve um incidente que precipitou o início da revolta.

ECLODE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Caetano Pinto, comandante das armas de Pernambuco, ao tomar conhecimento da conjura que se preparava nas sociedades secretas, reuniu os oficiais portugueses e mandou prender os chefes militares e civis que faziam parte da conspiração. Coube ao brigadeiro português Manuel Joaquim Barbosa de Castro a missão de prender os oficiais militares.

Alguns civis já haviam sido presos, quando o brigadeiro Barbosa de Castro, arrogante,

¹ FAGUNDES (1975, p.91).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

entrou no quartel de artilharia e passou a insultar os oficiais brasileiros. Ele já havia conseguido prender Domingos Teotônio Jorge, porém, quando ainda se encontrava no pátio da guarnição, deu voz de prisão a José de Barros Lima; e então a coisa toda descambou. Nesse momento, o capitão José de Barros Lima, cuja impetuosidade lhe valeu a alcunha de “Leão Coroado”, em resposta à ordem de prisão, puxou da espada e varou-o. Barbosa teve morte instantânea.

Hércule Spoladore¹ assim narra esse episódio:

“Quando foi dada a voz de prisão, pelo comandante, o brigadeiro Joaquim Barbosa de Castro ao capitão José Barros de Lima, este reagiu, transfixando o seu superior com um florete, matando-o. Estava deflagrada a Revolução de 1817”.

Imediatamente o quartel de Artilharia foi tomado pelos sediciosos e a notícia começou a se espalhar pelas ruas. Mas o seu alastramento à massa popular aconteceu mesmo no momento em que o Governador, tentando ainda abafar a revolução, enviou aos amotinados seu ajudante pessoal, o Tenente-Coronel Alexandre Tomaz de Aquino Siqueira, com a ingênua missão de prendê-los. Quando tentava falar à tropa, o tenente foi recebido à bala e, como seu antecessor, tombou morto ali mesmo. O tumulto tomou conta da multidão que assistia aos acontecimentos, enquanto a tropa saía para as ruas e comungava com o povo, gritando: “*Viva a Pátria!*”².

No meio de todos, incendiado de júbilo, aparecia a figura messiânica de Padre João Ribeiro, discursando em altos brados:

“Soou a hora da liberdade! O Brasil está livre dos seus tiranos!”.

É de notar-se que ele não falava só de Pernambuco, mas do país inteiro.

Libertados Domingos Teotônio Jorge e Antônio Teixeira (encarcerados na Fortaleza de Cinco Pontas), graças à diplomacia do Capitão Manoel de Azevedo; conseguida a adesão da tropa do quartel da Boa Vista pelo Tenente de Infantaria Francisco Antônio de Sá Barreto e a dos milicianos reunidos no Campo do Erário (hoje Praça da República), munidos de quatro peças de artilharia, pela ação do Capitão Manoel de Azevedo, restava agora conquistar a Fortaleza do Brum, onde o Governador havia se abrigado, e tomar Olinda.

Em face do problema, essencialmente militar, os oficiais revolucionários reuniram-se na mesma noite do dia 06, na casa da guarda do erário, para decidir. Resolveram enviar de imediato a Olinda uma patrulha de 30 homens, com o Tenente Henrique e o Capitão de Artilharia Moura a fim de impedir qualquer tentativa de socorro que dali pudesse vir ao Governador. Para o dia seguinte ficou decidido atacar, de manhã, com uma força de 800 homens, sob o

¹ SPOLADORE (2015, p.22).

² FAGUNDES (1975, p.94).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

comando do Capitão Teotônio, a Fortaleza do Brum, com o objetivo de tomá-la e prender o Governador deposto. A patrulha que foi enviada à Olinda encontrou a cidade deserta. A guarnição militar havia se recolhido toda à Fortaleza do Brum e os habitantes permaneciam encerrados em suas residências.

No outro dia, a tropa do Capitão Teotônio se dirigiu à Igreja do Pilar, onde estacionou. Ali o comandante recebeu notícias de que o estado de espírito do Governador era de desânimo total, do modo que decidiu tentar a rendição de forma pacífica.

Assim, foi redigido pelo próprio Capitão Teotônio, com o auxílio dos padres João Ribeiro e Domingos Martins um ultimato, concedendo o prazo de uma hora para a tropa abandonar a fortaleza e unir-se aos revolucionários a fim de entrarem juntos na “Fortaleza do Brum” e tomarem posse da mesma, protegendo a pessoa do Governador e dos seus aderentes, para os quais seria providenciado embarque imediato para o Rio de Janeiro. E ainda que, não sendo aceitas tais condições, cessaria toda a responsabilidade, por parte dos patriotas, pelas consequências, inclusive as que dissessem respeito à segurança pessoal de sua Excelência, de seus familiares e agregados.

O Governador, de posse do ultimato, reuniu um conselho de oficiais e o resultado foi a lavratura de uma ata de capitulação, assinada por todos eles. Ratificada a capitulação, a tropa da Fortaleza do Brum, constituída de 150 soldados de primeira linha, logo se reuniu aos patriotas. O grande entusiasmo pela vitória sem derramamento de sangue fez com que os oficiais arrancassem das barretinas das fardas as armas reais, sendo imediatamente imitados pelo resto da tropa¹.

Estava declarada a revolução. Os presos políticos foram libertados e o Governador capitulou, sendo compulsoriamente embarcado para o Rio, junto com os seus generais lusitanos.

Em vinte e quatro horas estava tomado o poder em Pernambuco.

O historiador Manuel Correia de Andrade² resume os acontecimentos da seguinte forma:

“Os revolucionários ocuparam Recife em 06 de março de 1817. No regimento de artilharia, situado no bairro de Santo Antônio, um dos líderes da conspiração, o capitão José de Barros Lima, conhecido como Leão Coroado, reagiu à voz de prisão e matou a golpes de espada o comandante Manoel Joaquim Barbosa de Castro. Em seguida, na companhia de outros militares rebelados, tomou o quartel e ergueu trincheiras nas ruas vizinhas para impedir o avanço das tropas fiéis à monarquia. O Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro

¹ FAGUNDES (1975, p.95).

² ANDRADE (1995, p.19).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

refugiou-se no Forte do Brum, junto ao porto. Cercado, acabou se rendendo”.

Em poucos dias, a revolução se estenderia às províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O GOVERNO PROVISÓRIO

A eclosão do movimento em 06 de março de 1817, com a conquista do governo em menos de vinte e quatro horas, foi o coroamento da revolução dos maçons e dos padres, que durante a sua efêmera existência manteria uma República com Presidente, uma Constituição e um Ministério maçonicamente influenciados e instituídos.

No dia seguinte, 07 de março, constituiu-se um governo provisório, composto pelo padre João Ribeiro de Melo Montenegro, capitães Domingos Teotônio, Jorge Martins Pessoa, João Luiz de Mendonça, coronel Corrêa de Araújo, Domingos José Martins e, para Secretário de Estado, o padre Miguelinho; todos maçons.

Em Recife, os revoltosos organizaram um governo provisório que tinha representantes do clero, dos comerciantes, do Exército, da Justiça e dos fazendeiros locais. Aboliram impostos e instituíram a plena liberdade de imprensa. E decidiram que o novo governo a ser organizado, seria republicano.

Nas palavras do historiador Tobias Monteiro¹:

“Com a prisão de Caetano Pinto, os revolucionários constituíram um governo provisório, que se apossou do tesouro da província e proclamou a república. Depois de três semanas, no dia 29 de março, foi anunciada a convocação de uma assembleia constituinte, formada por representantes eleitos em todas as comarcas da Província. Uma nova ‘Lei Orgânica’ estabeleceu a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O catolicismo foi mantido como a religião oficial, mas as demais denominações cristãs também passariam a ser toleradas. Por fim, proclamava a liberdade de imprensa – uma grande novidade no Brasil, onde as ideias, o direito de opinião e a publicação de livros haviam sido controlados com rigor nos três séculos anteriores, desde o Descobrimento. Foram abolidos os impostos sobre o comércio. Os militares receberam aumento nos soldos e os que tinham participado da rebelião foram beneficiados com promoções-relâmpago. Domingos Teotônio, um dos chefes da nova junta de governo, promoveu a si próprio de capitão a coronel”.

Hércule Spoladore² também escreveu a sua versão dos fatos:

¹ MONTEIRO (1981, p.240).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

“Foi organizada uma Junta Governativa Provisória. Faziam parte dela os seguintes cidadãos: Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge e o padre João Ribeiro. Os rebeldes adotaram o sistema republicano de governo, uma bandeira nova e elaboraram uma lei orgânica, considerada como a primeira Constituição do Brasil redigida por brasileiros. Segundo alguns autores, o autor dessa lei teria sido Frei Caneca”.

Por fim, medidas liberais foram decretadas, abolidas as distinções, proscritos títulos, insígnias e condecorações, adotada uma bandeira republicana, elaborado um projeto de Constituição em que incluía a tolerância religiosa e a emancipação progressiva da escravidão¹.

Sobre a intenção do Governo Provisório de suspender o tráfico negreiro, sob clara influência das ideias iluministas, Ulisses Brandão² nos dá conta da seguinte manifestação publicada pelo mesmo, e que circulava por toda parte, a qual transcrevemos abaixo:

“Convindo, não somente aos interesses da humanidade, porém, ainda mesmo aos desta Província, que se extinga de todo um comércio que está em completa oposição com os princípios do ‘Direito Natural’ e as luzes do presente século. Tenho resolvido, que fica suspenso o tráfico da escravatura para este porto, até que a Soberana Assembleia Constituinte Legislativa resolva este negócio afinal”.

Esta proclamação, evidentemente, foi uma das causas do recuo dos grandes latifundiários, antes mesmo da repressão ao movimento começar.

A seguir, os revoltosos soltaram da cadeia, os presos políticos civis.

Além dessas medidas republicanas, os revolucionários tomaram algumas decisões pitorescas. Uma delas foi a abolição de todos os pronomes de tratamento que indicassem hierarquia ou autoridade de uma pessoa sobre a outra, como “vossa excelência” ou “sua senhoria”. A expressão “senhor” foi substituída por “patriota”³.

Providências como essas revelavam nas atitudes dos pernambucanos, a forte influência da Revolução Francesa, na qual o ímpeto das mudanças incluiu, além de um novo sistema de pesos e medidas, até mesmo a troca dos nomes dos meses do ano.

O novo governo republicano permaneceu no poder até o dia 20 de maio. Durante esse período, a maioria das tentativas de obter apoio oficial das províncias vizinhas fracassou⁴.

Mesmo assim, o movimento se alastrou extraoficialmente para as capitâncias vizinhas.

E então as dificuldades realmente começaram.

² SOLADORE (2015, p.22-23).

¹ GOMES (1975, p.43).

² BRANDÃO (1924, p.215).

³ VARNHAGEN (1956, p.164).

⁴ GOMES (2014, p.252).

A REVOLUÇÃO SE ALASTRA PARA OUTRAS PROVÍNCIAS

Na Paraíba, o brado da rebelião foi dado em Itabaiana, a meio caminho da capital, pelo maçom Manoel Clemente Cavalcanti, jovem educado em Pernambuco, como a maioria dos jovens da cidade. Levantada a bandeira branca da revolução, as tropas de Manoel Cavalcanti se juntaram às do Padre Antônio Pereira de Albuquerque e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão. Reunidas, as duas forças marcharam sobre a capital, com um efetivo superior a mil homens. Na capital, por sua vez, quando chegou a notícia dos acontecimentos do interior, os conjurados maçons de lá não perderam tempo. Levantaram-se na noite de 12 de março. E, com a chegada das tropas do interior, proclamaram a República da Capitania, com a escolha de uma junta governativa.

No Rio Grande do Norte, a revolução foi desencadeada por via postal. O Governador era o capitão-mor José Inácio Borges, amigo pessoal do padre João Ribeiro, mas mesmo assim, contrário à revolução. Informado por carta que recebera de Recife, o Coronel de Milícias e maçom André de Albuquerque, fervoroso patriota, que já tinha colocado o seu regimento na vila de Goianinha de sobreaviso, saiu no encalço e prendeu o Governador. Estava vitoriosa a revolução no Rio Grande do Norte. O Governo Provisório foi constituído pelo Padre Barros, o Capitão Dornelas, o Coronel de Milícia Rego Barros o Capitão Antônio Germano Cavalcanti, Antônio da Rocha Bezerra e o já citado Coronel André de Albuquerque que ficou como comandante das armas da nova República. Foi um golpe maçônico-militar, sem participação popular, mas com o nome de um padre-maçom figurando em primeiro lugar na lista dos governantes.

A tomada do Ceará, em contrapartida, deu-se por iniciativa direta do Governo Provisório de Pernambuco que despachou para lá um emissário, com instruções secretas para os maçons cearenses, instruções estas assinadas pelo padre-maçom João Ribeiro e pelo civil, e seu irmão de Ordem, o comerciante Domingos José Martins. O enviado, com as ordens que continham um plano militar de combate perfeitamente delineado, foi o subdiácono José Martiniano de Alencar, que doze anos mais tarde seria pai do famoso maçom-escritor José de Alencar. O resultado disso foi que no dia 06 de abril proclamava-se a República do Ceará, entre vivas e tiros de espingarda.

A Bahia que também já vinha sendo trabalhada pelos revolucionários através dos clubes e das proclamações distribuídas nas ruas concitando o povo baiano a se levantar contra a tirania do governo português, precisava apenas de um pequeno empurrão para igualmente pro-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

clamar-se independente. E esse empurrão ficou decidido que viria através de um emissário previamente escolhido que teria a missão de levar o povo baiano às raias da revolução. O escolhido para a tarefa foi o Padre Roma, que de passagem, já havia conseguido levantar Alagoas; mas quando chegou a Salvador, por mar, estava sendo aguardado pelas forças do Conde dos Arcos e foi preso ao desembarcar, em 27 de março.

Muito embora a revolução não se tenha espalhado por todo o território de forma uniforme, não se pode negar o esforço dos revolucionários em estender o movimento a uma vasta área da região.

E foi assim que, pela ação direta ou indireta dos patriotas, padres e maçons, a revolução que começara em Pernambuco, rapidamente expandiu-se para diversas outras províncias da região nordeste do Brasil.

Todavia, a contra-revolução não se faria esperar.

E a 12 de maio, bloqueados por terra e por mar, os patriotas seriam derrotados¹.

A REAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS

A reação portuguesa não demorou mais do que alguns dias. Foi imediata e violenta.

Ao tomar conhecimento da revolta, D. João VI enviou à Pernambuco as tropas imperiais para retomarem a cidade. Enquanto o porto de Recife era bloqueado, tropas baianas atacavam por terra. Da Bahia, as tropas enviadas pelo Conde dos Arcos avançaram pelo sertão pernambucano, enquanto uma força naval, despachada do Rio de Janeiro, bloqueava o porto de Recife. Dois regimentos de cavalaria e dois de infantaria, perfazendo um total de 1.500 homens, sob o comando do Marechal Cogominho de Lacerda, em 16 de abril de 1817, juntaram-se à esquadra do contra-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, enviada do Rio de Janeiro e composta por quatro navios de guerra. Em poucos dias, um total de 8.000 combatentes leais ao governo português passaria a cercar a província rebelada².

Ao se verem cercados e derrotados, muitos rebeldes fugiram para o interior.

O padre João Ribeiro, talvez o mais inflamado dentre os revoltosos, via com pesar e sofrimento ruir por terra o seu sonho de um Brasil livre.

O Governo Provisório, reduzido ao Capitão Teotônio e ao padre João Ribeiro, vendo-se bloqueado pelo mar e com o inimigo terrestre a cerca de 74 quilômetros das portas da cidade,

¹ GOMES (1975, p.44).

² FAGUNDES (1975, p.106).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

desorientou-se e não muito tempo depois capitulou.

A 18 de maio, o resto das forças republicanas abandonou Recife em direção ao norte e, junto aos soldados, o padre João Ribeiro marchou a pé, de carabina ao ombro, como exemplo de humildade e igualdade. Este extraordinário patriota, não querendo assistir a morte da república, suicidou-se na igreja de Paulista, perante a imagem do Cristo Crucificado.

Ao que Hércule Spoladore¹ fornece maiores detalhes:

“Na noite de 18 para 19 de maio os revoltosos abandonaram Recife, dirigindo-se para o norte. João Ribeiro estava determinado a acabar com a sua própria vida. Dirigiu-se para o Engenho Paulista, próximo a Olinda e ingeriu uma porção de veneno que trazia consigo, mas este não teve o efeito desejado. Então, com auxílio de uma corda, enforcou-se na própria capela do engenho. O proprietário do engenho mandou enterrar o corpo do padre no chão da própria capela. O general português Cogominho de Lacerda, mandou desenterrar o cadáver do suicida e decepou-lhe as mãos e a cabeça. A cabeça do padre foi enviada ao Governador Rodrigo Lobo, que determinou que ela fosse exposta no Pelourinho”.

No dia 19 de maio, apenas dois meses após iniciada a rebelião, as tropas portuguesas conseguiram entrar em Recife. Encontraram a cidade praticamente abandonada e sem defesa. Isolado, o Governo Provisório não teve alternativa e se rendeu no dia seguinte. A repressão, como sempre, foi implacável e cruel. A sentença contra os revoltosos determinava que, depois de mortos, fossem cortadas as mãos e decepadas as cabeças, sendo as mesmas pregadas em postes, ao mesmo tempo em que os restos dos cadáveres fossem ligados às caudas de cavalos e arrastados até o cemitério local.

No interior, por sua vez, a batalha decisiva foi travada na localidade de Ipojuca, hoje sede do município em que está a praia de Porto de Galinhas². Quando as tropas do Marechal Cogominho transpuseram o Rio São Francisco, houve uma violenta luta contra os revolucionários comandados por Domingos José Martins, sendo os pernambucanos logo derrotados e o seu líder aprisionado.

Para enfrentar as forças enviadas pelo Rei, batalhões patrióticos foram improvisados, e entregues ao comando dos padres Souto Maior e João Gomes de Lima, Frei João Loureiro, Pedro Ivo, João Alves Leite, Domingos José Martins e Francisco de Carvalho Paes de Andrade, que mais tarde haveria de chefiar a revolução que instituiria a “Confederação do Equador”.

Os revolucionários não puderam resistir à superioridade numérica e poderio de fogo das

¹ SPOLADORE (2015, p.22-23).

² GOMES (2014, p.253).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

forças legais. Não havia sido organizada uma cobertura militar, imprescindivelmente necessária num movimento armado como aquele. Também, não fora possível aos maçons e patriotas das outras províncias acudir em tempo aos pernambucanos, mesmo porque, militarmente não estavam preparados.

Os emissários enviados aos Estados Unidos, Inglaterra e Rio da Prata não foram bem-sucedidos. Foram-lhes negadas armas e ajuda. O Padre Roma, por conseguinte, tentando entrar na Bahia para aliciar os maçons baianos, sobretudo os da Loja “Virtude e Razão”, foi preso ao desembarcar por ordem do Conde dos Arcos e sumariamente fuzilado.

Derrotados, os revolucionários tiveram de recuar em direção a Recife. Frei Caneca, futuro líder da “Confederação do Equador”, participou da última batalha.

Então a repressão começou para valer. Os revoltosos foram sendo, pouco a pouco, derrotados. O padre João Ribeiro suicidou-se. Os principais líderes foram julgados e condenados à morte. Acabaram executados padre Miguelinho, Domingos José Martins e muitos outros.

O Governo Imperial tornara-se o senhor da situação. Poucos conseguiram escapar com vida, apesar de presos: Frei Caneca, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva (irmão carnal de José Bonifácio), Francisco Muniz Tavares e alguns outros. Mas a grande maioria dos revoltosos foi passada pelas armas, após terem sido torturados. Alguns republicanos foram mandados para à Bahia, para a forca ou o encarceramento, por crime de lesa-majestade. No Recife também foi armada a forca. E dos enforcados na capital pernambucana, as cabeças foram decepadas e espetadas em postes; e os troncos, arrastados por cavalos percorreram as ruas até o cemitério¹. Ao mesmo tempo, na Bahia, o enviado da revolução, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma, foi preso ao desembarcar e imediatamente fuzilado por ordem do então governador, o Conde dos Arcos².

As execuções no Recife tiveram requintes de crueldade: Antônio Henrique Rabelo, Tenente de Artilharia, subiu ao patíbulo e gritou à multidão: “*Viva a Pátria*”. Foi enforcado e esquartejado. Domingos Teotônio e Jorge Martins Pessoa foram enforcados e esquartejados, tendo os seus restos arrastados por cavalos até o cemitério. Da mesma sorte participaram José de Barros Lima e o padre Pedro de Souza Tenório. Amaro Gomes Coutinho, Francisco José da Silveira, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, padres Antônio Peres de Albuquerque e José Peregrino de Cavalcante tiveram as mãos e a cabeça decepadas para serem espetadas em postes e expostas nos lugares públicos; os restos, arrastados por cavalo. O corpo do padre João

¹ GOMES (1975, p.44-46).

² GOMES (2014, p.252).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Ribeiro foi desenterrado; deceparam-lhe as mãos para serem expostas em Goiana, e a cabeça espetada num poste em exposição no Pelourinho, onde permaneceu até que mãos piedosas a furtaram e deram sepultura. Os outros “patriotas” foram povoar as prisões da Bahia, de onde sairiam anistiados apenas em 1821¹.

A artilharia festejou com salvas a volta à realeza. Mas a violência contra os pernambucanos serviu apenas para aumentar ainda mais a revolta dos brasileiros que desejavam, mais do que tudo, ser independentes de Portugal².

A repressão só diminuiu em 1818, quando D. João VI foi coroado Rei.

José Castellani³ explica a reação portuguesa da seguinte forma:

“A reação ao movimento revolucionário foi articulada pelo Conde dos Arcos, então governador da Bahia, e terminou com a derrota dos revolucionários, seguida da execução de todos os principais ativistas, num total de 43, entre civis e militares, além de três eclesiásticos”.

Como punição adicional, a Capitania de Pernambuco teve desmembrada a Comarca de Alagoas, cujos proprietários rurais haviam se mantido fiéis à Coroa e, como recompensa, ganharam o direito de constituir uma província independente⁴.

Enfim, o movimento emancipacionista encabeçado pelos maçons, entre os quais muitos padres, embora preparado com tanto afinco e dedicação, malogrou por ter eclodido prematuramente.

PADRE ROMA – MAÇOM E MÁRTIR DA REVOLUÇÃO DE 1817

José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817), mais conhecido como Padre Roma, foi um integrante do “Areópago de Itambé”, local em que conheceu Manuel Arruda Câmara, o fundador do “Areópago”. Como seu colega, José Inácio Ribeiro também não ficou muito tempo na clausura e logo abandonou o hábito religioso, mas a alcunha de “Padre Roma”, por ter estudado na Capital Italiana, permaneceria até o fim de sua vida. Após largar o hábito, Padre Roma casou e teve dois filhos – Luis e José Inácio de Abreu e Lima, que teria um importante papel nos movimentos libertários da América Espanhola⁵.

¹ GOMES (1975, p.46).

² BARRETO (2015, p.12).

³ CASTELLANI (2001, p.46).

⁴ GOMES (2014, p.253).

⁵ CARVALHO (1996, p.81-82).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Sobre o filho de Padre Roma que levava o mesmo nome do pai, José Inácio de Abreu e Lima, que foi um grande maçom como fora Padre Roma e que tão importante papel teve nas lutas de libertação da América Espanhola, o historiador Francisco de Assis Carvalho¹ traça um breve perfil:

“O General José Inácio de Abreu e Lima nasceu em Pernambuco, no Recife, em 1794. Cedo ingressou na Academia Militar do Rio de Janeiro. Em 1817, Abreu e Lima já era Capitão do Exército. Quando da prisão do seu pai, um dos líderes da ‘Revolução Pernambucana’ de 1817, o Capitão se rebelou e foi preso por indisciplina na Fortaleza do Mar da Bahia. E quando o pai foi condenado à morte por fuzilamento, em um gesto de mais alta e animalesca selvageria, trouxeram-no para assistir o cumprimento da sentença. Dali ele foi levado de volta à prisão, de onde conseguiu fugir, indo para os Estados Unidos na companhia do seu irmão Luís. Para sua fuga e viagem, os maçons contribuíram com 100 pesos. Dos Estados Unidos, os dois embarcaram para as Antilhas. Deixou seu irmão em Porto Rico e seguiu sozinho para a Venezuela, para juntar-se às forças libertadoras de Simón Bolívar, que lutavam pela Independência das Colônias Espanholas, onde rapidamente chegou ao posto de General”.

Mas, voltando ao Padre Roma...

Padre Roma foi companheiro de Domingos José Martins, líder da “Revolução Pernambucana”, que a 06 de março de 1817, instalou um governo Republicano, em Recife, após ter deposto o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governo que teve a duração efêmera de apenas três meses. Após a vitória do movimento e a implantação do governo republicano, Padre Roma recebeu a missão de sublevar as províncias da Bahia e de Alagoas; entretanto foi preso ao desembarcar em Salvador².

O Padre Roma foi executado por fuzilamento, em 1817, por determinação do Conde dos Arcos, na época Governador da Bahia. Padre Roma foi fuzilado a 29 de maio, no Campo da Pólvora, na Bahia³. Dispensou a venda, olhou a turba curiosa e disse aos granadeiros:

“Camaradas. Lembrai-vos na pontaria, que aqui (pondo a mão no coração) é a fonte da vida. Atirai”.

E como todos os principais próceres da Revolução Pernambucana de 1817, o Padre Roma também era maçom.

A CURIOSA VIAGEM DE CABUGÁ

¹ CARVALHO (1996, p.200).

² CASTELLANI (1997, p.123).

³ GOMES (1975, p.46).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Ainda na fase preparatória, tendo que ir à Bahia, Domingos José Martins, acompanhado pelo Capitão Domingos Teotônio Pessoa, lá aproveitaram para estreitar laços com os maçons baianos e angariar novos adeptos para a futura rebelião.

A busca por ajuda externa foi um dos bons planos desenvolvidos pelos revolucionários. Para a Inglaterra foi despachado o maçom inglês Kesner, comerciante e súdito da rainha estabelecido em Pernambuco; para o Rio da Prata partiu Félix José Tavares de Lima; enquanto que para os EUA foi enviado o polêmico Cabugá (Antônio Gonçalves Cruz)¹.

O Rio da Prata achava-se assoberbado com os próprios problemas e pouco pode fazer para ajudar os pernambucanos, o mesmo ocorrendo com a Inglaterra, que optou por não se envolver diretamente na revolução que ocorria no Brasil.

Quanto aos Estados Unidos, consta que em 12 de março, antes da partida de Cabugá, aproveitando um maçom estrangeiro que estava de partida para a América do Norte – o americano John Brian – o Governo Revolucionário remeteu através dele uma carta ao então Presidente daquele país, o maçom James Madison, amigo pessoal de Thomas Jefferson e co-criador do “Partido Republicano” daquele país. A missiva pedia auxílio, se referindo ao Presidente norte-americano como “*Caro Irmão*”; e começava da seguinte forma: “*Os Patriotas Governadores da Província de Pernambuco...*”.

Um fato inusitado, muito pouco conhecido, porém deveras curioso com relação ao pedido de auxílio que se seguiu a essa correspondência não respondida, refere-se à viagem de Cabugá como emissário dos revoltosos pernambucanos em busca de apoio para a revolução. A incumbência do negociante era muito importante. Deveria ele conseguir do Governo americano o reconhecimento do novo governo revolucionário, como também adquirir armas e munições, alistando voluntários, incluindo-se aí os dez mil soldados bonapartistas emigrados para os EUA após a queda de Napoleão e a sua prisão na Ilha de Santa Helena.

Resumindo, ao chegar aos Estados Unidos, Cabugá tinha três missões. A primeira era comprar armas para combater as tropas do Rei D. João VI. A segunda, convencer o governo americano a apoiar a criação de uma república independente no Nordeste brasileiro. E o terceiro e mais espetacular de todos os objetivos era recrutar antigos revolucionários franceses exilados em território americano para, com a ajuda deles, promover a libertação de Napoleão Bonaparte, prisioneiro dos ingleses na Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, desde a derrota na Batalha de Waterloo. Pelo plano de Cabugá, Napoleão seria retirado da ilha na calada da

¹ FAGUNDES (1975, p.104).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

noite e transportado ao Recife, onde consolidaria a “Revolução Pernambucana” para, em seguida, retornar a Paris e reassumir o trono de Imperador da França.

Alheio ao que acontecia no Brasil, principalmente em relação ao malogro da revolução, o emissário Cabugá continuou por um bom tempo ainda a percorrer os Estados Unidos.

Consta nos autos que “*em maio de 1817, um misterioso personagem percorria as ruas batidas pelo vento frio da primavera, na cidade de Filadélfia, a antiga capital dos Estados Unidos*”. Consta ainda que o referido personagem, agente secreto de uma conspiração em andamento em Pernambuco, levava na bagagem 800.000 dólares, uma quantia assombrosa para a época. Atualizada pelo valor de compra, seria equivalente em 2007 a cerca de 12 milhões de dólares.

Cabugá lutou contra inúmeras dificuldades nos Estados Unidos. Na parte diplomática, conseguiu ser recebido, em caráter particular, pelo Ministro dos Estrangeiros dos americanos, obtendo a nomeação de Joseph Ray para cônsul norte-americano em Pernambuco; e no que tange à obtenção de armas, munições e voluntários conseguiu alguma coisa, mas quando essa ajuda chegou ao Brasil, a revolução já tinha sido abafada¹.

Para finalizar, os planos de Cabugá (e dos maçons pernambucanos) eram mirabolantes, e já estavam condenados ao fracasso antes mesmo de serem colocados em prática, pois quando Cabugá chegou aos Estados Unidos, com aquela vultosa soma de dinheiro, arrecadada entre os senhores de engenho, produtores de algodão e comerciantes (a maioria dos quais maçons) favoráveis à república, os revolucionários pernambucanos já se encontravam sitiados pelas tropas leais à monarquia portuguesa. E a rendição era inevitável. Sem saber de nada disso, todavia, Cabugá conseguiu recrutar quatro veteranos do exército de Napoleão: o Conde Pontelécoulant, o coronel Latapie, o ordenança Artong e o soldado Roulet. Juntos, eles chegaram ao Brasil, só que muito depois de terminada a revolução e foram presos antes de desembarcar.

Cruz Cabugá atualmente empresta o nome à uma das principais artérias viárias do bairro de Santo Amaro, no Recife².

UMA NOVA BANDEIRA PERNAMBUCANA

¹ FAGUNDES (1975, p.105).

² As informações sobre a viagem de Cabugá e os quatro bonapartistas recrutados nos Estados Unidos são do historiador Amaro Quintas, citadas por Humberto França, no artigo “Pernambuco e os Estados Unidos”, publicado no “Diário de Pernambuco” de 02 de maio de 2006. (Nota nº 4, do pesquisador e historiador Laurentino Gomes, publicada no livro “1808”, 2014, p.336).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Durante a “Revolução Pernambucana”, foi criada uma nova bandeira pelos rebeldes, cujo simbolismo claramente reflete influências maçônicas.

Segundo Laurentino Gomes¹, desenhou-se uma nova bandeira, ostentando as cores azul-escura, branca, amarela e vermelha. Na parte superior foi desenhado um arco-íris com uma estrela em cima e o Sol embaixo, representando a união de todos os pernambucanos. No interior, uma cruz vermelha simbolizando a fé na justiça e no entendimento.

Embora a revolução tenha fracassado, essa é ainda hoje a Bandeira do Estado de Pernambuco, adotada oficialmente em 1917 (durante as comemorações dos 100 anos do levante) pelo governador Manoel Antônio Pereira Borba. É também, na simbologia e na elegância visual, um dos mais bonitos entre os estandartes dos 27 estados brasileiros.

Manoel Gomes², por sua vez, explica ainda que:

“Encimava a bandeira adotada pelos republicanos pernambucanos, a Estrela Flamígera, símbolo maçônico dos mais significativos”.

Por conta disso, fica fácil concordar com o mencionado autor, quando ele complementa, na página seguinte de seu livro “A Maçonaria na História do Brasil”, publicado em 1975:

“A composição do governo, a bandeira adotada e o número de maçons envolvidos, evidenciam, de maneira insofismável, a participação da Maçonaria naquela memorável jornada”.

CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Uma das consequências mais graves da “Revolução Pernambucana” veio logo depois do final do conflito de 1817; derrotados, os pernambucanos ainda tiveram que ver o seu território ser desmembrado. A Comarca de Alagoas, que até aquele momento tinha sido parte integrante da província pernambucana, foi transformada em província independente.

Outra tem relação direta com a Ordem Maçônica.

A Maçonaria, naquele tempo, como a encontramos na Independência do Brasil (1822), era uma associação puramente política, com o juramento dos seus membros de fazerem a Pátria livre. E em Pernambuco não era diferente. Atualmente ninguém mais contesta que as ideias de liberdade partiram diretamente do seio das sociedades secretas, dos lábios dos adeptos da Maçonaria para os ouvidos da multidão. Assim também foi com a “Revolução Pernambu-

¹ GOMES (2014, p.251).

² GOMES (1975, p.43-44).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

cana” de 1817, desastrosa por ter explodido prematuramente.

Desta vez, porém, a Maçonaria não escaparia ilesa. Mas nem por isso se arrefeceu o ardor libertário, mesmo que em cada novo pensamento rebelde, em cada gesto de desobediência política, estivesse presente a sombra de um enforcado.

O fato é que o “abalo sísmico” que foi a “Revolução Pernambucana” desestruturou os alicerces do trono português. De acordo com o historiador maçônico Nicola Aslan¹, numa tentativa que tinha em vista debelar os movimentos libertários contra o absolutismo, D. João VI, através de seu Ministro, Tomaz Antônio de Vila Nova Portugal, editou o Alvará de 30 de março de 1818, que teve curso tanto em Portugal como aqui no Brasil. O decreto declarava criminosas e proibidas todas as sociedades secretas, quaisquer que fossem as denominações e punha um termo às atividades maçônicas no Brasil².

E então à Revolução Pernambucana de 1817 seguiu-se uma terrível perseguição à Maçonaria, obrigando a mesma a suspender os seus trabalhos, para reencetá-los novamente apenas em 1821³.

A LOJA MAÇÔNICA “SEIS DE MARÇO DE 1817”

O movimento revolucionário de 1817 teve vida curta, durando o seu governo apenas 75 dias. Assim, a partir de 20 de maio de 1817, o governo português, dono da situação, se entregava com ódio e brutalidade à vingança, enchendo Pernambuco de luto e sangue. Da revolução ficou apenas, como marco inconfundível, a memória daqueles que tombaram pela liberdade da nossa Pátria; e a escola secreta que o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto abriu, em sua casa, em Igarauçu e que, em 1821, quando da revogação do nefasto Alvará de D. João VI pelo príncipe regente D. Pedro I, reinstalou como Loja Maçônica, dando-lhe o título distintivo de “Seis de Março de 1817”, em honra aos mártires da revolução.

Embora não se saiba a data certa de sua instalação, ou reinstalação como mencionam alguns historiadores, a Loja “Seis de Março de 1817”, por deduções históricas, foi instalada, ou reinstalada, no primeiro semestre de 1821, sob a direção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, patriota da “Revolução Pernambucana”, quando ainda não havia sido formado, na Corte sediada no Rio de Janeiro, o “Grande Oriente Brasileiro”. A “Seis de Março de 1817” teria se

¹ ASLAN (1997, p.98).

² GOMES (1975, p.47).

³ GOMES (1975, p.41).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

filiado então a um Grande Oriente estrangeiro que se supõe ter sido o da América do Norte¹.

A nova Loja prosseguiu no seu trabalho, honrando o título e a tradição das que sucumbiram antes e durante o movimento revolucionário. Continuávamos como colônia de Portugal e sobre as cabeças dos pernambucanos pesava a mão de ferro do déspota Luiz do Rego.

A 21 de julho de 1821, o governo abortou uma nova conspiração de que era chefe Guimarães Peixoto, fundador e à época Venerável Mestre da “Seis de Março”. Ainda nesta ocasião, o Governador Luiz do Rego escapou de um tiro contra ele desferido por João do Souto Maior, maçom pertencente aos quadros da referida Loja.

Por consequência, a 21 de agosto do mesmo ano, eram presos e deportados para Lisboa, a bordo do brigue “Intriga”, o venerável Guimarães Peixoto e vários dos seus companheiros. Mas Vicente Ferreira Guimarães Peixoto e os demais componentes da Loja “Seis de Março de 1817” permaneceram pouco tempo em Lisboa. A Proclamação da Independência do Brasil por obra da Maçonaria local, permitiu que eles retornassem à Pátria natal em 1822, pouco mais de um ano depois de terem sido deportados. Imediatamente reinstalaram a Loja que passou a fazer forte propaganda a favor da República.

Quando rebentou a rebelião chefiada por Paes de Andrade, em 1824, cujo objetivo era estabelecer a “Confederação do Equador”, a Loja “Seis de Março” foi partícipe direta e incontestante do movimento.

Dominada a nova revolução, os maçons foram duramente perseguidos e a Loja novamente fechada. E somente com a abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831, as Lojas Maçônicas puderam voltar a trabalhar livremente. Sem perda de tempo, reagruparam-se os antigos componentes da Loja “Seis de Março de 1817”, reencetando-se as atividades da mesma em 07 de outubro de 1832, desta vez filiando-se ao “Grande Oriente do Brasil” e passando a trabalhar no Rito Francês ou Moderno².

UM FATO CURIOSO

Uma curiosidade já citada anteriormente, mas que cabe repetir, segundo o escritor José Castellani³, é que havia Lojas Maçônicas em funcionamento na própria Corte de D. João VI. Duas delas, fundadas no Rio de Janeiro em 1815, chamavam-se “Beneficência” e “São João de Bragança”, cujo nome seria uma velada homenagem ao soberano D. João, suspeito de ter

¹ COSTA (1996, p.49 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

² COSTA (1996, p.49-50 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³ CASTELLANI (1996, n° 28).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

conhecimento e tolerar as atividades da Maçonaria nas dependências do próprio palácio real. Um dos seus ministros mais poderosos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, responsável pela mudança da Família Real para o Brasil em 1808, teria sido maçom.

Quando as Lojas Maçônicas foram proibidas pelo Rei depois da “Revolução Pernambucana” de 1817, gerou-se outro fato histórico e bastante curioso que reforça a importância da Maçonaria no Brasil, no início do século XIX, que foi a inusitada resposta do então Príncipe Regente D. João VI ao receber uma lista dos maçons que deveriam ser presos, declarando, perplexo diante do tamanho e do conteúdo da mesma: *“mas foram estes que me salvaram”* numa clara alusão aos maçons que organizaram e providenciaram com máxima eficiência e zelo a fuga da família real para o Brasil durante a invasão das tropas napoleônicas a Portugal¹.

Para encerrar esta parte, e diante de tudo o que vimos até aqui, torna-se evidente que não podemos mais negar o fato de que a Maçonaria teve sim, tal qual nos movimentos anteriormente estudados, grande influência nos acontecimentos de 1817.

E nem que estes, por sua vez, influenciariam tanto os eventos posteriores, principalmente aqueles que culminariam na Independência do Brasil.

Na *“Maçônica Independência do Brasil”*.

¹ CORDEIRO (2008, p.23).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

PARTE XI

**A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL
(1822)**

*Filha da ciência e mãe da caridade, fossem todas as sociedades como tu,
ó Santa Maçonaria, os povos viveriam eternamente numa idade de ouro.*

[Cônego Januário da Silva Barbosa – Séc. XIX].

UM CAPÍTULO EM BRANCO NA HISTÓRIA DO BRASIL

João Dornas Filho¹ é quem melhor possui a capacidade de introduzir o tema seguinte, que trata da Independência do Brasil, da intensa movimentação nos bastidores à consolidação da mesma. Segundo o referido autor:

“Há um capítulo em branco na História do Brasil e esse capítulo é o que se refere justamente à Maçonaria, mormente nos dias agitados de preparação, da realização e da consolidação da Independência. Certamente, pelo seu caráter secreto, em que as ideias, os atos e as atitudes não podiam e não deveriam ter a mesma publicação ampla e intencional das outras instituições; e ainda, pela campanha indormitada que lhe moveram inimigos insidiosos, o trabalho desenvolvido pela Maçonaria no Brasil, grande e generoso trabalho de patriotismo e de compreensão humana, é bem pouco conhecido e esse pouco deturpado e torcido pelos seus adversários. Na época da Independência, em que as consciências viviam aferrolhadas ao sabor das conveniências políticas e pessoais, as sociedades secretas, como a Maçonaria, eram os meios mais eficazes para agremiar e propagar opiniões, apesar do ‘Decreto do Terror’ expedido por D. João VI. À Maçonaria se deve a aceleração do movimento subterrâneo da Independência, forçando alguns acontecimentos como o ‘Fico’, a criação do Conselho de Procuradores, a convocação da Constituinte, a aclamação do Imperador, intramuros e depois publicamente, sempre com o grupo de Ledo à frente: Gonçalves Ledo, Cônego Januário da Cunha Barbosa, General Nóbrega, Brigadeiro Alves Branco Muniz Barreto e José Clemente Pereira”.

Tudo começou lá em 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, quando o Brasil deixou virtualmente a condição de colônia. Estava inaugurada a política de D. João VI no Brasil. Esta seria a primeira medida formal em direção ao “07 de setembro de 1822”. E o “Grito do Ipiranga”, apenas a consolidação de uma ruptura política que começara 14 anos antes, com a supracitada abertura dos portos².

Mas antes da Independência propriamente dita, aconteceram dois movimentos influenciados diretamente pela Maçonaria e que foram de vital importância para a mesma: em 1817, a “Revolução Pernambucana”; e em 1820, a “Revolução Liberal do Porto”.

O ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818

¹ DORNAS (1937, p.59-60).

² ROCHA (2015, p.7).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Como consequência direta da “Revolução Pernambucana” de 1817, pelo “Alvará de 30 de março de 1818”¹, D. João VI proibiu as sociedades secretas.

No ano seguinte ao do malogrado movimento pernambucano, D. João, aterrorizado pelo vulto que tomavam as novas ideias políticas e sociais em Portugal e no Brasil, condenou todas as sociedades secretas e seus membros, por conspirarem contra o Estado.

Silenciava no Brasil a Maçonaria ostensiva. A vigilância policial infundia terror. Contudo, a revolução prosseguia, à coberto, nos templos maçônicos².

Joaquim Gonçalves Ledo e outros maçons da época fundaram o “Clube Recreativo e Cultural da Velha Guarda”. Camuflado sob esse título, o fundamento da agremiação era a Independência³.

Nesta mesma época, Ulisses de Carvalho Soares Brandão⁴ confirma que, em Coimbra, doze estudantes brasileiros haviam organizado um clube (?) para, secretamente, tratarem da Independência de sua Pátria; e que em Montpellier, também já existiam outros três projetos visando igual fim.

Que tipo de clubes/projetos seriam esses? Quem eram as cabeças por trás de tudo?

Pandiá Calógeras⁵ é bastante enfático ao assegurar que na América do Sul, a Maçonaria desempenhou um papel excepcional nos dias da Independência. Organizou o movimento e dirigiu governos de 1810 a 1825, nas colônias espanholas; e de 1821 a 1823, no Brasil.

“Nenhum outro alvo se lhe conhecia, nas atividades da associação, que o auxílio, a caridade e as aspirações liberais”.

Embora não sendo um partido político, lutava a Maçonaria pela proscrição do regime absolutista, implantando outro de liberdade e direitos assegurados por uma Constituição, com representantes do povo no Parlamento.

Mas tal não convinha às monarquias absolutistas, porquanto significava a sua derrubada. Passou então a Maçonaria, a ser rigorosamente proibida e tenazmente perseguida pelas autoridades régias. Em tais circunstâncias, outro comportamento não poderia assumir, senão o de constituir-se em uma sociedade secreta, impondo aos seus filiados o sigilo absoluto sobre as suas atividades revolucionárias, naturalmente, pois sabia-se que de outra forma, que não pela revolução, jamais seriam alcançados os seus objetivos.

¹ Ver “ANEXO 03: Alvará de 30 de Março de 1818”.

² GOMES (1975, p.55).

³ GOMES (1975, p.50).

⁴ BRANDÃO (1924, p.66).

⁵ (CALÓGERAS, 1941).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Para impedir a ação maçônica, os governos colocaram a seu serviço órgãos a quem competia censurar e proibir, sob todos os meios e modos, a divulgação das novas ideias políticas e sociais; e, para reprimir as revoluções e julgar os revolucionários, criou-se um tribunal especial que teve a denominação de “*Juízo da Inconfidência*”, extinto a 03 de maio de 1821, por decreto das Cortes de Lisboa, com a vitória da “Revolução Liberal” naquele país, articulada e levada a cabo pela Maçonaria lusitana¹.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO (1820)

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, inverteram-se os papéis. Enquanto a antiga colônia prosperava, a metrópole vivia uma crise igualmente sem precedentes. Os 13 anos que D. João VI permaneceu no Rio de Janeiro foram de grandes sofrimentos para o povo português, dominado pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Entre 1807 e 1814 Portugal perdeu meio milhão de habitantes. Praticamente um sexto da população pereceu de fome ou nos campos de batalha. Aliado a isso, a abertura dos portos da antiga colônia, em 1808, e o tratado especial de comércio com os ingleses, assinado em 1810, haviam sido golpes duríssimos para os comerciantes portugueses, que até então intermediavam todas as trocas do Brasil com a metrópole e o resto do mundo, obtendo altos lucros nas negociações. Prejudicado pela concorrência britânica, o comércio de Portugal com o Brasil despencou. No sentido contrário, as exportações do Brasil para Portugal foram reduzidas pela metade².

Na metrópole portuguesa alimentava-se a esperança de que, terminada a guerra contra Napoleão, o tratado com a Inglaterra seria revogado e a corte retornaria a Lisboa. Não ocorreu uma coisa nem outra. Os tratados continuaram e D. João VI não demonstrava nenhuma vontade de retornar.

Paralelo a isso, o absolutismo havia chegado ao seu apogeu. Em contrapartida, nas Lojas Maçônicas sonhava-se com a regeneração dos povos, com o advento de uma sociedade tal que faria a felicidade da grande família humana, dentro de uma nova ordem política e social. As palavras “*LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE*” fascinavam, eletrizavam.

A grande revolução de 1789, triunfante na França, pela ação espiritual dos intelectuais conscientes das novas ideias e ideais que a Maçonaria vulgarizou, encontrara um ambiente favorável em Minas Gerais, na Bahia e em Pernambuco. Não fora em vão o sacrifício de Fili-

¹ GOMES (1975, p.53).

² GOMES (2010, p.79).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

pe dos Santos e de Tiradentes, dos conjurados baianos de 1798 e dos revolucionários pernambucanos de 1817, animados todos por um mesmo ideal: a Independência. E agora, um estandarte, rubro como o sangue dos mártires, erguia-se, alto, convocando a inteligência e a coragem à participação do movimento que levaria o Brasil, afinal, à emancipação política¹.

Foi nesse contexto que uma revolução constitucionalista, promovida e levada a cabo por obra da Maçonaria lusitana, tomou conta dos quadros políticos portugueses.

Os ressentimentos explodiram na manhã de 24 de agosto de 1820, quando tropas rebeldes se reuniram no Campo de Santo Ovídio, na cidade do Porto, e se declararam contra o domínio inglês.

A “Revolução Liberal do Porto” tinha como objetivo reestruturar a soberania política portuguesa por meio de uma reforma liberal que limitaria os poderes do Rei e reconduziria o Brasil à condição de colônia.

Três semanas mais tarde, no dia 15 de setembro, a revolta chegou a Lisboa, onde se registraram várias manifestações populares pedindo o fim do absolutismo monárquico.

No dia 27 de setembro foi constituída, na cidade de Alcoçaba, a “Junta Provisional Preparatória das Cortes”, que ficaria encarregada de redigir uma nova Constituição liberal. As Cortes eram um Conselho de Estado previsto no regime monárquico português, que havia se reunido pela última vez em 1698. A sua simples convocação, após tanto tempo, indicava o quanto o poder do Rei estava ameaçado. Em outras palavras, os revolucionários lusitanos formaram uma espécie de “assembleia nacional” que ganhou o nome de “Cortes”².

Pela decisão dos revoltosos, a dinastia de Bragança seria poupada, desde que o Rei retornasse imediatamente a Portugal. As principais figuras políticas lusitanas exigiam que o Rei D. João VI retornasse à terra natal para que legitimasse as transformações políticas em andamento.

Temendo perder a autoridade real, D. João fez a única coisa que poderia, partiu do Brasil em abril de 1821, mas não sem antes nomear o seu filho, D. Pedro I, como Príncipe Regente do Brasil. A partida de D. João foi acompanhada pelo rombo dos cofres brasileiros, o que deixou a nação em péssimas condições financeiras.

Em meio às conturbações políticas que se viam contrárias às intenções políticas dos lusitanos, D. Pedro tratou de tomar medidas em favor da população tupiniquim. Entre as suas primeiras medidas, o Príncipe Regente baixou os impostos e equiparou as autoridades civis e

¹ GOMES (1975, p.55-56).

² GOMES (2010, p. 80).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

militares brasileiras às lusitanas.

Naturalmente, tais ações desagradaram bastante às “Cortes” de Portugal.

Mediante as claras intenções de D. Pedro, as “Cortes” exigiram que o príncipe retornasse para Portugal e entregasse o Brasil ao controle de uma “Junta Administrativa” formada pelas “Cortes”. A ameaça vinda de Portugal despertou a elite brasileira para o risco que as benesses econômicas e sociais conquistadas ao longo do período corriam. Dessa maneira, grandes fazendeiros e comerciantes passaram a defender a permanência e a ascensão política de D. Pedro I à líder da Independência brasileira.

Os portugueses também planejavam um golpe na unidade do Brasil, com seu esfacelamento em várias províncias independentes entre si, mas subordinadas às Cortes. A reação brasileira foi imediata, a partir dos seus deputados em Lisboa, os quais, tendo à frente o maçom Cipriano José Barata, lançaram-se em acirrados debates com os representantes portugueses, que procuravam esmagar, pela quantidade, os brasileiros.

Simultaneamente, aqui, a Maçonaria inflamava o movimento emancipador, fazendo agigantar-se a consciência nacional e despertar o anseio já incontido de ver surgir um Brasil livre.

Nos redutos maçônicos, particularmente na Loja “Comércio e Artes”, intensificou-se o trabalho pela organização, no reino ultramarino, de um governo livre e independente, sob a regência do Príncipe D. Pedro¹.

Com a notícia aqui chegada da eclosão, na cidade do Porto, a 02 de agosto de 1820, do movimento que se chamou “Revolução Liberal”, revoluções semelhantes explodiram no Brasil: a 1º de janeiro de 1821, em Belém; a 10 de fevereiro na Bahia; e no dia 26 de fevereiro no Rio de Janeiro, todas elas inspiradas e postas em execução pelos maçons, com os mesmos objetivos da “Revolução Liberal do Porto”, a constitucionalização do país.

Vitoriosa a “Revolução Liberal” em Portugal, um dos seus primeiros atos foi a extinção do “*Juízo da Inconfidência*”, por um decreto de 03 de maio de 1821, por julgá-lo incompatível com os princípios da revolução. A 12 de julho foi aprovada a lei sobre a liberdade de imprensa, afirmando, a dita lei, inicialmente, ser a imprensa livre, o apoio seguro do sistema constitucional.

Há treze anos D. João VI achava-se no Brasil, e não dava o menor indício de que desejava regressar à Portugal, que era governado por uma regência. Entretanto, expulsos os franceses e vitoriosa a “Revolução Liberal”, movimento que foi orientado pela Maçonaria lusitana, essa mesma revolução exigia agora do monarca o seu juramento a uma Constituição, além do

¹ BARRETO (2015, p.13).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

seu retorno imediato à Portugal, ao que cedeu afinal o velho rei, deixando a regência do Brasil para o seu filho D. Pedro, sabendo-o familiarizado com as novas ideias revolucionárias.

E assim foi D. Pedro I nomeado Regente do Brasil pelo decreto de 22 de abril de 1821, partindo o velho monarca no dia 26 do mesmo mês, muito contra a sua vontade. O seu desejo era continuar no Reino do Brasil, que ele criara. Mas a revolução exigia-o em Lisboa¹.

REFLEXOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

Segundo o renomado historiador Mário Behring², a Maçonaria, em conformidade com as suas características fundamentais, sempre recebeu na organização de suas Lojas nacionais, um vasto contingente de elementos próprios e específicos, ditados pela psicologia e pelo temperamento de cada povo. E é esse contingente o que distingue as Lojas entre si, nos diferentes países e no seio dos diversos agrupamentos sociais, de forma que comprova-se a inexistência de um comando central único, ao mesmo tempo em que explica as diferentes atitudes e as divergências entre seus membros. Divergências bem nítidas como as que podem ser vislumbradas entre a Maçonaria brasileira e a Portuguesa, no início do século XIX, cujos interesses eram completamente distintos; e também, posteriormente, na própria Maçonaria do Rio de Janeiro, em 1822, por ocasião da Independência, onde os seus membros mais influentes dividir-se-iam entre republicanos (liberais) e monarquistas constitucionais (conservadores).

Enquanto no Rio de Janeiro, o grupo liberal comandado por Gonçalves Ledo trabalhava em prol do sistema republicano, o grupo conservador de José Bonifácio se contrapunha, reforçando a ideia de monarquia constitucional. Este segundo grupo acabou prevalecendo. Uma das causas pode ser atribuída aos acontecimentos recentes em Portugal, haja vista que no interior do Brasil, no período entre 1820 e 1821, a “Revolução Liberal do Porto”, comandada pelo “Sinédrio”, repercutiu intensamente no Pará, na Bahia, no Maranhão, em Sergipe, no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Alagoas, em São Paulo, em Mato Grosso, em Minas Gerais e em Goiás. A mesma acabou preparando todas essas províncias muito mais para uma monarquia constitucional sob a proteção da Casa de Bragança do que para a República, o que, por sua vez, explica o desenlace final da Independência, culminando no 1º Império ao invés de ser adotada a forma de governo republicana.

No Pará, tudo começou com Felipe Patroni, jovem de 22 anos, estudante de Direito na

¹ GOMES (1975, p.56-57).

² BEHRING (volumes XLIII-IV dos Anais da Biblioteca Nacional).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Universidade de Coimbra, onde teria sido iniciado maçom. Quando explodiu a “Revolução do Porto”, encheu-se de entusiasmo pelos ideais liberais e regressou ao Brasil. No Pará, com seus discursos inflamados e ação decidida, logo atraiu a atenção dos chefes militares que abraçaram a causa constitucional e no primeiro dia de janeiro de 1821, depois de uma revista às tropas, reuniram-se no Palácio do Governo. Ali, em nome da tropa e do povo paraense, o Coronel Francisco Barata proclamou apoio à Constituição a ser promulgada em Portugal. Mas Felipe Patroni queria mais; para ele, a solução seria a completa Independência da Pátria. E com vistas nisso, fundou o primeiro jornal de sua terra natal – “O Paraense”, a 22 de maio de 1822, através qual passou a pregar abertamente as ideias republicanas.

A repressão das autoridades locais não tardou. Preso e processado, Patroni entregou o jornal ao seu Irmão de Ordem e que comungava das mesmas ideias, o Cônego Batista Campos que viria a se tornar o homem mais importante do Pará na luta pela Independência e pela liberdade, uma espécie de cérebro da revolução em marcha.

Na Bahia, os acontecimentos do Porto encontraram eco também em 1821, tendo-se em vista que o liberalismo de 1789, 1798 e 1817 jamais esmorecera, com a propaganda das novas ideias sendo feita através das “*sociedades secretas*”¹.

O maçom Antônio Carlos, vindo de Recife em 1817, mesmo preso e ainda depondo em devassa que era inocente da conjuração pernambucana, transformou-se no principal mentor da conspiração, juntamente com Cipriano José Barata de Almeida – também maçom e figurante da “Conjuração Baiana” de 1798. A eles se uniu com entusiasmo o futuro Marquês de Barbacena. Conseguida a adesão das tropas foi nomeada uma Junta Governativa e baixadas as proclamações de praxe. O governo revolucionário enviou uma carta a D. João VI explicando as razões do movimento constitucionalista, ao mesmo tempo em que às Cortes maçônicas de Lisboa era remetido um ofício expressando “*a mais sincera adesão e fraternal congratulação pela sua gloriosa instalação*”. Esse documento teve viva repercussão na sessão do dia 16 de abril, onde Fernandes Tomaz comandou por três vezes a saudação “*Vivam os Baianos!*”².

O movimento constitucionalista ocorreu de forma semelhante no Maranhão, em Sergipe, no Ceará, na Paraíba, em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em São Paulo, em Mato Grosso, em Minas Gerais e em Goiás.

Só em Pernambuco foi que encontrou a resistência do Governador da Província, Luiz do Rego Barreto que não conseguiu, no entanto, vencer a pressão dos maçons liberais de 1817,

¹ CARVALHO (2003).

² FAGUNDES (1975, p111).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

muitos dos quais haviam sido aprisionados na Bahia, e agora libertados estavam de volta à Província. Sem saída, proclamou a Constituição e convocou os eleitores para a escolha dos deputados daquela província, figurando entre estes Monsenhor Muniz Tavares e João Ferreira da Silva, ambos maçons, remanescentes da “Revolução Pernambucana”; eleitos entre os 72 deputados brasileiros, por força de um decreto de Lisboa, um para cada trinta e dois mil habitantes, tomando-se por base a população brasileira de 2.323.386 habitantes, calculada quando da chegada da Família Real ao país.

E assim, mais uma vez, a voz da liberdade, conclamada pelos maçons brasileiros, ressoou e fez valer os ideais da nobre causa da libertação dos povos.

Quando D. João VI, diante da notícia dos acontecimentos de Lisboa, percebeu que se ficasse aqui, perderia Portugal – e se partisse perderia o Brasil – recorreu à luz dos conselheiros reais que o orientaram a partir para Portugal, deixando o seu filho D. Pedro I como regente do Brasil.

Mas o maior reflexo da “Revolução Liberal do Porto” acabou se dando no Rio de Janeiro, em 1821, pelo surgimento de três fatores da maior relevância para os acontecimentos que se seguiriam¹:

1º Oficialização da capital brasileira como centro político das decisões do futuro do país.

2º Ascensão da Maçonaria ao poder de decisão nacional.

3º Surgimento dos líderes – todos maçons – que iriam conduzir a nação à Independência.

O que ninguém esperava, no entanto, é que a “Revolução Constitucionalista Portuguesa”, inspirada no liberalismo de Montesquieu e dos enciclopedistas franceses, e tramada pelas forças secretas da Maçonaria lusitana e brasileira, se transformaria em um terrível instrumento de despotismo lusitano, sem qualquer traço de sensibilidade pelos interesses e pelas aspirações populares dos brasileiros.

Dessa forma, coube ao príncipe regente a missão de selecionar as influências e por meio delas conduzir o país nascente à busca de novos destinos, procurando mesmo assim, e acima de tudo, mantê-lo ligado a Portugal.

À Maçonaria, por sua vez, competiu congregar em suas fileiras a nata dos políticos mais influentes da época, bem como revelar líderes e procurar imprimir aos acontecimentos uma única diretriz: a Independência da nação, anulando as disposições em contrário e inclinações divergentes, tornando-se a maior força política da Independência.

¹ FAGUNDES (1975, p.113).

A LOJA “COMÉRCIO E ARTES”

Os primórdios do estabelecimento regular de Lojas Maçônicas no Rio de Janeiro e em Niterói – que sempre estiveram política e socialmente unidos – são um tanto nebulosos. De acordo com a historiografia oficial consta que entre os anos de 1801 e 1802 surgiu a primeira Loja no município fluminense, sob o título de “Reunião”. Em 1803, duas outras Lojas instalaram-se no Rio de Janeiro: “Constância” e “Filantropia e Emancipação”. Já em 1812, afirma-se que em Niterói funcionava a Loja “Distintiva” da qual faziam parte Antônio Carlos, José Joaquim da Rocha, Luís Pereira da Nóbrega e o padre Belchior. E em 15 de novembro 1815 foi instalada a Loja “Comércio e Artes”, que acabou adormecendo em 1818, por conta do decreto de D. João VI, que proibia todas as sociedades secretas de funcionarem¹.

Entre 1818 e 1820, consta ainda que Joaquim Gonçalves Ledo, impedido de conduzir as reuniões maçônicas em Lojas regularmente constituídas, fundou e dirigiu o “Clube Recreativo e Cultural da Guarda Velha”, no qual, afirmam alguns estudiosos do tema, começou-se de fato a conspirar-se pela Independência do Brasil. Por essa época, Ledo exercia a modesta função de primeiro escriturário da “Contadoria do Arsenal do Exército”, no Rio de Janeiro, o que iria lhe servir de tripé para o aliciamento de civis de nomeada influência e militares de alta patente para as hostes maçônicas e nacionalistas².

Com o embarque de volta a Portugal de D. João VI, a 26 de abril de 1821, a regência do Brasil passou às mãos do Príncipe D. Pedro I. Reagrupando-se, os maçons do Rio de Janeiro reiniciaram, a partir de 04 de junho, sob a direção do Capitão de Mar e Guerra José Domingos de Athayde Moncorvo as sessões secretas da Loja “Comércio e Artes”, que foi novamente reinstalada de forma oficial, em 24 de junho de 1821, sob o título distintivo de “Comércio e Artes na Idade de Ouro”, voltando a trabalhar no Rito Adonhiramita e tendo como Venerável Joaquim Gonçalves Ledo.

Todos os homens importantes da capital da província do Rio de Janeiro faziam parte dessa Loja: padres, generais, capitalistas, doutores, advogados, etc.; e também homens como Joaquim Gonçalves Ledo e o Padre Januário da Cunha Barbosa³.

Mesmo que os maçons brasileiros tivessem, até 1821, defendido os princípios liberais da “Revolução Francesa” e norteassem a emancipação política do Brasil através dos caminhos trilhados pela “Independência das Treze Colônias” (EUA), a experiência concreta por eles

¹ Anuário do GOB de 1963.

² FAGUNDES (1975, p.114-115).

³ ASLAN (1997, p.98).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

aqui vivida com sua participação nos movimentos sociais ocorridos desde o período colonial até a consolidação da emancipação política em 1822, direcionou-os para uma atuação política mais moderada, ou seja, a partir de então, “*avançar um passo significa andar dois para trás*” passou a ser o seu lema. Para os maçons da época, esse seria o caminho mais indicado para se alcançar a vitória¹.

A Maçonaria era, pois, composta pelos homens políticos. Ela preparou o movimento libertário, uniu os esforços e congregou o ideal de um povo oprimido. Sem ela, não se teria, talvez, realizado a emancipação do Brasil. Irmanada com a aspiração dos brasileiros, à sombra dos conventos, nas Lojas e nas redações dos jornais é que, unidos na mesma causa de civismo, haveria de tremular, num futuro próximo, o ideal de liberdade que empolgava a todos².

A FUNDAÇÃO DO “GRANDE ORIENTE DO BRASIL”

Vale ressaltar, que a história da nossa Independência está intimamente ligada com a fundação do “Grande Oriente do Brasil”, tanto que o objetivo principal da sua criação foi de engajar a Maçonaria, como Instituição, na luta pela emancipação política do Brasil, conforme consta, de forma explícita, nas primeiras atas das primeiras reuniões, onde só se admitia para Iniciação e filiação em suas Lojas, pessoas que se comprometessem com o ideal da Independência do Brasil³.

Desde 1812, José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda empolgado com seus triunfos literários nas cátedras de Coimbra; José Clemente Pereira, a esse tempo, guerrilheiro em Portugal contra as hostes napoleônicas; Joaquim Gonçalves Ledo, emprestando o brilho de sua inteligência aos misteres da burocracia; Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, censor episcopal do capelão-mor do monarca; Januário da Cunha Barbosa, com sua atenção toda absorvida ao serviço do púlpito católico e do magistério e José Joaquim da Rocha, o abnegado patriota marianense, no meio do primeiro templo maçônico por ele mesmo fundado, com outros sonhadores brasileiros, em um recanto obscuro da Guanabara, pugnavam e conjuravam pela libertação da Pátria⁴.

Neste momento, entra desassombadamente em ação a Maçonaria, já livre da polícia de D. João VI, que tanto a perseguira. As várias Lojas da Corte e de Niterói constituíram o seu

¹ VIEIRA (2001, p. 25).

² ANDRADE (1942, p.37).

³ LOBATO (2015, p.29).

⁴ VASCONCELOS (1972, p.36).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

“Grande Oriente” no qual, mais tarde, veio a filiar-se o próprio D. Pedro. Era uma força nova com que ia contar a causa e que exerceu a mais larga influência no espírito geral¹.

Segundo os cronistas da época, paralelamente erguia-se em um ponto afastado da Praia Grande, hoje Niterói, a Loja “Distintiva”. Dessa longínqua sociedade secreta faziam parte, como membros proeminentes: José Joaquim da Rocha, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Luís Pereira da Nóbrega e ainda outros, que tão importantes papéis viriam a representar, mais tarde, no cenário político de 1822².

Não há mais quem possa negar à Maçonaria sua participação na emancipação política do Brasil. Realmente, desde 1815, com a criação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro, a ideia de Independência começou a agitar os espíritos brasileiros. Perseguidos, os maçons, em 1820, reorganizaram-se e já no ano seguinte criaram-se novas Lojas no Rio e nas províncias. Em 1822, com a criação do “Grande Oriente”, os maçons adquiriram prestígio o bastante junto às populações para encetarem, mais seguros, a fase final da batalha pela emancipação³.

O historiador Pedro Calmon⁴ nos conta que isso ocorreu ainda em 1821, quando voltou o segredo maçônico a dominar na política brasileira, com as Lojas “União e Tranquilidade”, “Esperança” de Niterói e “Comércio e Artes”.

Com o grande número de adesões à Loja líder do movimento emancipador, a “Comércio e Artes”, a primaz do Brasil, dividiu-se em três – “Comércio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança” de Niterói para então formar o “Grande Oriente Brasílico” ou “Brasiliano”, o primeiro nome do “Grande Oriente do Brasil” (GOB), a 17 de junho de 1822.

O objetivo principal dos fundadores do “Grande Oriente” era a Independência do país num momento em que a Família Real era praticamente forçada a voltar a Portugal, pela “Revolução Constitucionalista do Porto” de 1820. Os maçons brasileiros iriam, aos poucos, perceber que, além da solidariedade e da fraternidade internacionais, a geopolítica portuguesa, manejada pelos maçons do Porto, buscava levar o Brasil ao “*status quo*” anterior de colônia, depois de ter sido elevado a “Reino Unido de Portugal e Algarves” no final de 1815 por D. João, então Príncipe Regente do Brasil, durante o reinado de D. Maria I, sua mãe.

O primeiro passo oficial dos maçons, nesse sentido, foi o “Fico”, de 09 de janeiro, o qual representou uma desobediência aos decretos, emanados das Cortes Gerais portuguesas, os

¹ CINTRA (1934, p.17).

² VASCONCELOS (1972, p.37).

³ GOMES (1975, p.67).

⁴ CALMON (1943, p.106).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

quais exigiam o imediato retorno do príncipe a Portugal e, praticamente, a reversão do Brasil à sua condição colonial, com a consequente dissolução da união brasílico-lusa, que fora elaborada por influência do Congresso de Viena.

Assistiu-se então ao embate de duas forças econômicas nos dois países: os comerciantes do Porto, que sempre foram o entreposto entre a Colônia e a Metrópole e a base escravocrata do Brasil, representada pelas grandes famílias do tráfico de escravos e os grandes fazendeiros, que a partir da vinda da Família Real em 1808, já operava em aliança com os interesses britânicos. Os maçons brasileiros que, no início estavam embalados pelas ideias do Reino Unido ou implantação de uma República, vão aos poucos se desligando das Cortes Gerais portuguesas¹.

De acordo com os seus princípios fundamentais, o “Grande Oriente do Brasil” tornou-se o vanguardeiro do movimento emancipador do Brasil. A liberdade da Pátria era um dos seus objetivos mais essenciais. Foi a primeira instituição que, intemoratamente, resolveu empenhar-se para que tivéssemos uma pátria livre. Devotadamente, despreocupou-se das consequências que lhe poderiam sobrevir. E então, acima dos sacrifícios, que as autoridades portuguesas lhes poderiam impor, colocaram (os maçons) o cumprimento do dever e a fidelidade ao juramento feito em suas iniciações. Juramento de lutar pela Independência do Brasil.

Os candidatos, ao ingressar nas Lojas do “Grande Oriente do Brasil” respondiam a um questionário e faziam, por escrito, um juramento, comprometendo-se a promover por todos os meios, a Independência do Brasil, a lutar por ela, a defender a sua integridade perpétua e a sua dinastia². Em outras palavras, os candidatos a ingresso nas Lojas Maçônicas, assinavam um termo de compromisso formal, um verdadeiro juramento, de lutar, inclusive com risco da própria vida, para que o Brasil viesse a se tornar um país livre. Portanto, todos os maçons, sem exceção, eram, antes de mais nada, soldados do movimento emancipador³.

E os portugueses que ingressaram na Maçonaria? Também eles assinavam de bom grado o documento. Pois estavam estabelecidos, enraizados no Brasil, onde reconheciam ter maiores possibilidades de melhor futuro e que essas ainda aumentariam mais, se o Brasil se tornasse independente. Viam eles que o retorno de D. Pedro I à Portugal, caso acontecesse, como as Cortes lusitanas determinavam, provocaria um período de forte estagnação ou talvez de regresso irreversível para o país. Basta citar-se o caso de José Clemente Pereira, que se devotou

¹ (CARVALHO, 2016).

² D'ALBUQUERQUE (1971, p.143).

³ D'ALBUQUERQUE (1971, p.151).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

sinceramente à causa do Brasil. E, como ele, muitos outros¹.

Portanto, a Maçonaria foi, e ninguém pode contestar, a grande propulsora da nossa Independência. Ela foi arregimentadora de intrépidos patriotas e tornou-se a maior força de lutadores pela nossa emancipação².

O CLUBE DA RESISTÊNCIA

No dia 09 de dezembro de 1821, José Joaquim da Rocha, antigo maçom, fundou em sua casa uma agremiação de caráter político, à qual denominou “Clube da Resistência”, tendo por companheiros: Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond, Joaquim José de Almeida, Luiz Pereira da Nóbrega e outros³.

Manoel de Oliveira Lima⁴ confirma que *“na residência de José Joaquim da Rocha é que habitualmente se reuniam os principais patriotas”*.

Já o historiador Salomão Vasconcelos⁵ acrescenta que:

“Do ‘Clube da Resistência’ faziam parte inicialmente: José Joaquim da Rocha e seu irmão, o Coronel Joaquim José de Almeida, os seus filhos Inocêncio e Juvêncio Maciel da Rocha, Luiz Pereira da Nóbrega, Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, Pedro Dias Paes Leme, José Mariano de Azevedo Coutinho e Paulo Barbosa da Silva. Mais tarde, entraram: Joaquim Gonçalves Ledo, Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Cônego Januário da Cunha Barbosa, Frei Antônio de Arrabida, Desembargador Francisco da França Miranda, Domingos Alves Branco, Francisco Veloso Gordilho e Luiz Antônio May, que tinham pertencido à Loja ‘Comércio e Artes’. Portanto, todos maçons. De ordinário, reuniam-se na própria sede, à Rua da Ajuda, esquina do Beco do Propósito; que quando em vez, porém, fugindo à espionagem, iam para a cela de Frei Sampaio, no Convento de Santo Antônio, onde se encontravam mais à vontade, posto não raro fossem os seus passos ali mesmo farejados pelos mastins da Divisão Auxiliadora”.

Ao que Assis Cintra⁶ reitera, ao inferir que:

“Em 1820, os maçons trabalhavam sem descanso, ora na sede da Loja Maçônica situada na Rua Nova do Conde nº 4, ora na casa do capitão-mor José Joaquim da Rocha, na Rua

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.451).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.150).

³ GOMES (1975, p.58).

⁴ LIMA (1972, p.151).

⁵ VASCONCELOS (1972, p.49).

⁶ CINTRA (1923, p.55).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

da Ajuda nº 64, ora no Convento de Santo Antônio”.

Tenório D’Albuquerque¹ também enfatiza que os membros do “Clube da Resistência”, para evitar a vigilância da Polícia, reuniam-se na residência de José Joaquim da Rocha ou na cela de Frei Sampaio, no Convento de Santo Antônio, ainda hoje existente, onde se realizavam verdadeiras sessões maçônicas. E ainda, segundo o referido historiador:

“Maçons eram todos os que se reuniam na casa de José Joaquim da Rocha à Rua da Ajuda, tanto assim que pouco depois, resolveram transformar o ‘Clube da Resistência’ em uma Loja Maçônica, que recebeu a denominação de ‘Nove de Janeiro’ em honra ao dia do ‘Fico’”.

OFÍCIOS DO INTENDENTE DE POLÍCIA

Em 1821 o espírito revolucionário latejava na Maçonaria. O intendente de polícia João Inácio da Cunha escrevia ao Ministro do Reino português afirmando que era impossível agir sem tropas fiéis, pois todas as que tinha estavam “*filiadas na Maçonaria*”.

Ao que Tenório D’Albuquerque² fornece maiores detalhes:

“Para aquilatar-se melhor do que foi a desassomburada atuação de Gonçalves Ledo e dos maçons em prol da Independência do Brasil, há um documento oficial português. Em fins de 1821, o Intendente de Polícia, João Inácio da Cunha substituto de Pedro Álvares Diniz – demitido em 04 de outubro de 1821, como ‘frouxo e indeciso’ – enviou um ofício ao Ministro do Reino”.

Assis Cintra³ relata o teor desse primeiro ofício:

“Permita V. Exa. que diga ser impossível agir sem tropas fiéis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar vir outras do Reino de Portugal, pois o movimento da Independência é por demais generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos, com a chefia de Gonçalves Ledo”.

Vinte e um dias depois desta declaração, outra era expedida, nos seguintes termos:

“É de fonte segura que a Maçonaria pretende fazer a Independência”.

AS DELIBERAÇÕES DAS CORTES PORTUGUESAS

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.53).

² D’ALBUQUERQUE (1971).

³ CINTRA, (1934, p.12-13).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

O decreto da elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves foi assinado em 16 de dezembro de 1815, mas somente em 10 de março de 1816 é que foi publicado na “Gazeta do Rio de Janeiro”, proporcionando aos colonos brasileiros a esperança de um tratamento mais igualitário e justo por parte da Coroa, já que agora o Brasil não era apenas mais uma colônia portuguesa.

Batizadas de “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, em setembro de 1820, um mês após a “Revolução Liberal do Porto”, as Cortes foram novamente convocadas, mas só começaram a se reunir em Lisboa em janeiro do ano seguinte. De acordo com as regras de ocupação das cadeiras, o Brasil tinha direito a 72 das 181 vagas, cabendo a Portugal 100 cadeiras e às demais províncias ultramarinas as nove vagas restantes. Em 1820 já fazia 120 anos que as Cortes não se reuniam. O clima era de euforia. Acreditava-se que sem a ruptura dos vínculos que ligavam os reinos, Brasil e Portugal inaugurariam uma nova era de liberdade e igualdade dos dois lados do Atlântico.

A representação de São Paulo, para se ter uma ideia, composta por um grande número de maçons, levava instruções elaboradas por José Bonifácio à Constituinte portuguesa. Com o título “*Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província*”, o documento preconizava e defendia a união, a integridade e a indivisibilidade do Reino Unido, bem como a igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses, de forma que no Brasil seria instituído um governo centralizado comandado por D. Pedro ao qual se submeteriam todas as províncias brasileiras.

As propostas de José Bonifácio para os deputados das Cortes defendiam ainda a abolição gradual da escravatura, a catequização e civilização dos povos indígenas, uma reforma agrária que transformasse os enormes latifúndios improdutivos em pequenas propriedades familiares, educação primária gratuita para todos, criação de uma Universidade brasileira que ofertasse os cursos de medicina, ciências naturais, direito e economia, e o mais surpreendente: propunha já naquela época, que se transferisse a Capital da colônia, do Rio de Janeiro para uma cidade a ser criada, a princípio, na cabeceira do Rio São Francisco, com o objetivo de promover a integração nacional¹. Propostas claramente inspiradas nos princípios maçônico-iluministas.

Mas os representantes portugueses pensavam de forma diferente, conforme cita o historiador e pesquisador Octávio Tarquínio de Souza²:

¹ GOMES (2010, p.152).

² SOUZA (1988, p.48).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

“A verdade é que a revolução portuguesa, debaixo de sua capa liberal, de defensora dos ‘Direitos do Homem’, escondia rancores e ressentimentos contra a colônia que se transformara em centro da monarquia durante as Guerras Napoleônicas”.

Ao desembarcarem em Portugal, em 1821, os deputados brasileiros foram surpreendidos por uma série de decisões tomadas às pressas pelas Cortes, em sua ausência. Ao agirem dessa maneira, os deputados lusitanos quebraram a promessa contida no edital de convocação que afirmava que não seriam deliberados assuntos que fossem de interesse do Brasil antes que os representantes brasileiros chegassem.

Assim, antes da chegada dos deputados brasileiros, no dia 24 de abril de 1821, com a intenção de fragmentar o território brasileiro como forma de mais facilmente poder controlá-lo, as Cortes haviam decidido dividir o Brasil em províncias autônomas, cada qual com uma junta de governo própria e que responderia diretamente à Lisboa, deixando a figura de D. Pedro I totalmente de lado no processo de tomada de decisões.

As medidas mais drásticas e polêmicas, porém, foram tomadas no dia 29 de setembro de 1821, as quais anulavam os tribunais de justiça e outras instituições criadas por D. João VI no Rio de Janeiro, além de que restabeleciam o antigo sistema de monopólio comercial português sobre os produtos comprados ou vendidos pelos brasileiros.

Por fim, as Cortes ainda determinavam de forma irrevogável o imediato retorno do príncipe regente D. Pedro I à Lisboa.

O somatório de todas essas deliberações praticamente devolvia o Brasil à condição de colônia de Portugal, nos mesmos moldes de como havia sido até 1808.

O DIA DO “FICO” (09 DE JANEIRO DE 1822)

O segundo semestre de 1821 foi o mais importante período de definição brasileira.

Tudo começou graças à aprovação de dois polêmicos decretos pelas Cortes portuguesas¹.

O intuito dos deputados portugueses, com a aprovação dos decretos nº 124 e nº 125, não era outro, senão amesquinhar o Brasil; fazê-lo retroceder. Visível era a intenção dos mesmos de cassarem todas as prerrogativas de que gozava o Brasil, já elevado à Vice-Reino e a Reino Unido para reduzi-lo novamente à condição de mera Colônia².

¹ Ver “ANEXO 04: Decreto nº 125 das Cortes de Lisboa”.

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.34).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Pelo “Decreto nº 124”, de 29 de setembro de 1821, as Cortes davam uma nova organização aos governos das Províncias, e assim, ficava implicitamente extinto o Governo Geral do Brasil, existente desde 1548, quando fora criado o “Estado do Brasil”. Ficava, dessa maneira, também extinta a Capital, mesmo porque o Reino do Brasil ficaria implicitamente extinto.

E, conseqüentemente, sem funções, o Príncipe Regente no Brasil deveria retornar imediatamente para Portugal, conforme ordenado através do “Decreto nº 125”, também datado de 29 de setembro de 1821¹.

Era uma situação de singular de regresso ao período colonial, uma medida irritante, despotica, própria para ferir as suscetibilidades brasileiras².

Cipriano José Barata, médico, maçom destemido e patriota vibrante, deputado às Cortes, pela Bahia, não se conteve. Em veemente discurso, denunciou os manejos dos colegas portugueses contra o Brasil. Protestou com ardor. Era o homem ligado ao movimento revolucionário de 1817, que reagia com ímpeto e desmascarava os planos dos deputados portugueses sem atemorizar-se em face da superioridade numérica destes. Simultaneamente, aqui no Brasil, a Maçonaria inflamava de vez o movimento emancipador, fazia agigantar-se a consciência nacional, despertava o anseio já incontido de Independência, de ver surgir um Brasil livre³.

D. Pedro, reduzido ao posto de reles Capitão-Geral da Província Fluminense – o equivalente a governador de estado hoje –, ficou totalmente indeciso quanto ao que fazer, visto que logo ficou claro que não poderia contar com o respaldo das efetivas lideranças políticas portuguesas, que desde o primeiro momento, demonstraram clara adesão às intransigentes decisões das Cortes Lusitanas.

Coube então aos líderes políticos brasileiros ligados à Maçonaria, nas suas reuniões secretas e através da imprensa, aglutinar as correntes e oferecer ao Príncipe Regente todo o apoio que lhe faltava das demais classes políticas. Foi neste momento que a Maçonaria definitivamente ascendeu ao poder e que surgiram no cenário político nacional os dois maiores líderes políticos e maçônicos da época: Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada e Silva, os quais, embora com opiniões divergentes quanto à forma ideal de governo, defendiam a causa da liberdade e da igualdade, em detrimento ao despotismo das Cortes Portuguesas, através de seus famigerados decretos.

A reação dos maçons brasileiros ao tomarem conhecimento de notícias tão absurdas, humilhantes e contrárias aos seus interesses foi de intensa revolta. Então, manifestos e abaixo-

¹ GOMES (1975, p.59).

² MARTINS (1922, p.128).

³ D'ALBUQUERQUE (1971, p.44-45).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

assinados contra as Cortes, e que solicitavam a permanência de D. Pedro no Brasil começaram a ser organizados dentro das Lojas Maçônicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O episódio do “Fico”, datado de 09 de janeiro de 1822, foi articulado, no Rio de Janeiro, sob a liderança dos maçons José Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira; e com a representação de diversas províncias ao príncipe, principalmente a Província de São Paulo, cujo motor principal viria a ser José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro “Patriarca da Independência”, no sentido de que D. Pedro desobedecesse aos decretos, permanecendo no País¹.

José Joaquim da Rocha, durante uma reunião maçônica, reconheceu ser necessária a adoção de três providências para a segurança do êxito da empresa, o que foi acatado por todos os presentes à dita sessão:

- 1ª – Consultar a D. Pedro sobre como receberia o movimento.
- 2ª – Convidar à adesão José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara.
- 3ª – Enviar emissários a São Paulo e a Minas Gerais.

O Coronel Francisco Maria Gordilho de Barbuda, futuro Marquês de Paranaguá, guarda-roupa de D. Pedro I e maçom ardoroso, membro efetivo do quadro da Loja “Comércio e Artes” e do “Clube da Resistência”, foi incumbido de auscultar a opinião do Príncipe Regente.

Os dois polêmicos decretos das Cortes chegaram no dia 09 de dezembro de 1821, pelo bergantim de guerra “Infante D. Sebastião”; e já no dia 10, o maçom Francisco Gordilho de Barbuda seguiria para a Quinta Imperial, localizada em São Cristóvão, a fim de avistar-se com D. Pedro, a quem daria ciência dos planos².

Quanto à consulta ao Príncipe, mostrou-se D. Pedro hesitante. Era justo, uma vez que era grave, gravíssima, a atitude de rebeldia ostensiva que teria de adotar caso decidisse apoiar a proposta da Maçonaria. Declarou ele que iria estudar o assunto com mais calma. E na manhã do dia seguinte, D. Pedro deu a sua resposta a Gordilho de Barbuda:

“No caso de virem as representações pedindo-me para não partir, ficarei”.

Apressou-se o emissário em dirigir-se à casa de José Joaquim da Rocha para transmitir-lhe a resposta do Príncipe Regente. Transbordantes foram as manifestações de alegria.

Já para convidar José Clemente Pereira a aderir ao movimento, incumbiu-se o Dr. José Mariano de Azevedo, outro membro efetivo da Maçonaria fluminense. José Clemente Pereira, também maçom, embora português de nascimento, deu inteira solidariedade ao movimento³.

Nos dias que antecederam ao “Fico”, foi a cela de Frei Sampaio, a fornalha da insurrei-

¹ (CARVALHO, 2016).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.54).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.54-56).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

ção. José Clemente, França Miranda, Gonçalves Ledo, todos vultos predominantes do movimento, entre aquelas quatro paredes, até tarde da noite, assentaram os termos da representação popular que impediria D. Pedro de voltar a Portugal, como exigiam as Cortes em Lisboa¹.

De acordo com Arci Tenório D’Albuquerque²:

“Frei Sampaio, maçom de excepcional valor, reputado o homem de maior cultura dentre os componentes do ‘Clube da Resistência’, foi incumbido de redigir a ‘Representação dos Fluminenses’ a D. Pedro. A redação foi feita na própria cela de Frei Sampaio, membro ativo do quadro da Loja ‘Comércio e Artes’, onde ocupara com brilho vários cargos, inclusive o de Orador”.

A representação foi redigida com assistência de alguns entusiastas da ideia, entre eles figurando o confessor do Príncipe, Frei Antônio de Arrabida, futuro Bispo de Anemuria³.

E então, na residência de José Joaquim da Rocha, na Rua da Ajuda, 64, onde tinha sede o “Clube da Resistência”, começou a ser assinada a “Representação dos Fluminenses”, o que provocou a vigilância pertinaz por parte dos soldados portugueses⁴.

Nessa ocasião, os comandantes da “Divisão Auxiliadora”, na intenção de impedir que as pessoas fossem à casa de José Joaquim da Rocha para assinar a representação, faziam rondar as imediações da mencionada casa por soldados disfarçados à paisana, o que, sendo pressentido pelo brigadeiro Vidigal, comandante do Corpo Policial da cidade, este, de seu modo próprio, também fez rondar a Rua da Ajuda por patrulhas de cavalaria⁵.

A toda hora chegavam notícias de andarem patrulhas portuguesas vigiando a casa do capitão-mor José Joaquim da Rocha⁶.

Mesmo assim, os destemidos maçons Luiz Vasconcelos Drummond, Francisco Gordilho de Barbuda, José Mariano de Azevedo Coutinho e Pedro Dias Paes Leme percorriam as ruas, o comércio, os meios populares, as repartições públicas, colhendo novas adesões e encorajando o povo.

Desse modo, em menos de dois dias, estava a representação sancionada por 8.000 subscritores, o que em uma cidade de 15.000 almas, com forte porcentagem de iletrados ou analfabetos e dominada por 2.000 soldados de linha das tropas lusitanas e grande número de portu-

¹ (CORREA, 1921).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.61).

³ LIMA (1972, p.152).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.67).

⁵ MORAIS (1871, p.87).

⁶ MARTINS (1922, p.133).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

gueses aferrados à Coroa, representava, um grande feito, uma significativa vitória¹.

Poucos dias depois, como emissário para São Paulo, a fim de conseguir o apoio dos paulistas ao movimento para a permanência de D. Pedro no Brasil, seguiu Pedro Dias Paes Leme, o futuro Marquês de Quixeramobim, enquanto que para Minas, foi enviado Paulo Barbosa da Silva, ambos mineiros e maçons².

Ao chegar Paes Leme, a São Paulo, deparou-se com um ambiente inesperadamente favorável. Os paulistas encontravam-se exaltados, já inteirados dos repelentes decretos das Cortes através da “Gazeta Extraordinária”, de 11 de dezembro. Paes Leme, apesar de violento temporal, dispôs-se a entregar as cartas no mesmo dia. Martim Francisco e José Bonifácio de Andrada e Silva moravam em Santana, numa antiga fazenda dos Jesuítas; e lá conversaram com o futuro Marques de Quixeramobim, sendo cientificados de tudo quanto ocorria no Rio³.

A visita do portador àquela hora surpreendeu José Bonifácio. O conteúdo da carta de José Joaquim da Rocha e as explicações dadas verbalmente por Pedro Dias Paes Leme puseram em grande agitação o velho Andrada, que até aquele momento, como é sabido, era ainda contrário à Independência, por achar que disso resultaria a desunião das Províncias. Não obstante, depois de madura reflexão durante a noite, na manhã do dia seguinte transportou-se o Patriarca para a cidade, convocou a Junta de Governo, expôs o negócio e alvitrou que se escrevesse ao Príncipe, pedindo-lhe que “suspendesse a viagem até que chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação que a Província, o povo e a Câmara de São Paulo lhe iam mandar, para se entender diretamente com Sua Alteza sobre o momentoso assunto”⁴.

Segundo Melo Morais⁵, José Bonifácio ditou, ali mesmo, o ofício de 24 de dezembro de 1821, o qual, depois de modificado ligeiramente, foi passado a limpo e assinado pela Junta.

O tom do documento redigido por José Bonifácio alertava para um “banho de sangue”, caso o príncipe se curvasse às exigências das Cortes e retornasse à Portugal, como podemos observar no documento que atualmente faz parte do acervo do Museu Imperial de Petrópolis⁶:

“Vossa Alteza Real [...] além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, também terá de res-

¹ VASCONCELOS (1972, p.73).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.69).

³ SOUZA (1988, p.343 – tomo I).

⁴ VASCONCELOS (1972, p. 74-75).

⁵ (MORAIS, 1871).

⁶ Texto constante do documento intitulado: JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO DE SÃO PAULO – CARTA A D. PEDRO HIPOTECANDO FIDELIDADE E PROTESTANDO CONTRA SEU REGRESSO A PORTUGAL – 24 de dezembro de 1821 – pertencente ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

ponder perante o Céu, do rio de sangue, que decerto vai correr pelo Brasil com a sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão decerto do sono amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado; e em que a astúcia de um novo maquiavelismo constitucional pretende agora conservar. [...] Nós lhe rogamos que confie corajosamente no amor e fidelidade de seus brasileiros, mormente dos seus paulistas, que estão todos prontos a verter o último pingo de seu sangue, a sacrificar todos os seus haveres para não perderem um príncipe idolatrado, em quem tem posto todas as esperanças, bem fundadas, da sua felicidade e da sua honra nacional”.

E então as representações foram apresentadas¹. O Príncipe Regente deu grande importância ao ofício da Junta de São Paulo, e não quis que ele fosse publicado logo pela imprensa, sem que se espalhasse primeiro entre a população a notícia do conteúdo dele, com aparências de segredo, para que, em seguida, causasse mais sensação.

No dia 02 de janeiro de 1822, o intendente geral de polícia, João Inácio da Cunha mandou chamar Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond e deu-lhe uma cópia do ofício para que o divulgasse, “ *fingindo cautela e reserva, para o fim já indicado*”. O Sr. Drummond apareceu com a cópia do ofício na livraria da Rua da Quitanda, então pertencente a Manuel Joaquim da Silva Porto. Naquele estabelecimento reuniam-se todos, qualquer que fosse o credo político, a procurar por notícias, porque era ali onde se vendiam os periódicos e papéis avulsos naquele tempo. O Sr. Drummond procedeu, com certa cautela, a leitura do ofício, e deixou tirar cópias. Dali, ele passou ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Corte, situado à Rua do Alecrim; e depois fez o mesmo na Alfândega; e às 02 horas da tarde já circulavam muitas cópias do ofício, e toda a cidade estava de posse do conteúdo do mesmo, de modo que, quando foi publicado, no suplemento nº 04 da “Gazeta do Rio”, do dia 08 de janeiro de 1822, embora todos já soubessem, produziu, mesmo assim, o maior entusiasmo².

No dia 09 de janeiro de 1822, D. Pedro recebeu a delegação de José Clemente Pereira na Sala do Trono, que ficou apinhada de gente. Foram trocados os cumprimentos protocolares. E as pessoas de maior realce na Maçonaria lá estavam. Afinal, os promotores, os propulsores do movimento, sem exceção, eram todos maçons³.

E José Clemente, em meio ao nervosismo dos assistentes, a vibrarem de patriotismo, leu o seu famoso discurso⁴.

¹ Ver “ANEXO 05: Ofício da Junta de São Paulo” e “ANEXO 06: Representação dos Fluminenses”.

² MORAIS (1871, p.93).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.87).

⁴ Ver “ANEXO 07: Discurso de José Clemente Pereira”.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

D. Pedro assumiu atitude vacilante, ao dar a seguinte resposta¹:

“Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda nação portuguesa; e conhecido que a vontade de algumas Províncias assim o requer, demorarei a minha saída até que as Cortes e meu Augusto Pai e Senhor deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circunstâncias que tem ocorrido”.

José Clemente Pereira, de uma das janelas do Paço, repetiu para o povo as palavras de D. Pedro I. A resposta descontentou a todos. Indignaram-se os oficiais portugueses, ao verem que D. Pedro decidira retardar a sua partida, desobedecendo às ordens das Cortes. Ao mesmo tempo, desagradaram aos brasileiros aquelas palavras, que constituíam um simples adiamento da viagem e não a decisão de permanecer no país.

Compreendeu então D. Pedro que se colocava em situação insustentável, não satisfazendo nem aos brasileiros, nem aos portugueses. E, aconselhado por membros do “Clube da Resistência”, resolveu retroceder. Poucas horas depois, mandou chamar José Clemente Pereira, e determinou-lhe que substituísse a primeira resposta pela seguinte²:

“Como é para o bem de todos e a felicidade geral da Nação, estou pronto, diga ao povo que fico!”.

Oportunamente cabe aqui salientarmos que, motivados por razões injustificadas ou simplesmente por uma questão de desconhecimento por parte dos seus autores, a grande maioria dos compêndios escolares atuais normalmente não aludem à primeira resposta; e, no tocante à segunda, quase todos suprimem as palavras: *“estou pronto”*.

Dando prosseguimento ao tema, sobre esse importante momento da nossa história, Rocha Martins³ ainda dá conta de que:

“[...] e logo os maçons, desenvolvendo uma estranha atividade, arrastaram o povo para a rua atrás da Câmara, onde luso estandarte se alteava”.

Ao ser posto a par da decisão final do Príncipe, o povo vibrou efusivamente.

“Sua Alteza fica!”; foi o brado de triunfo maçônico.

Gustavo Barroso⁴ salienta que o “Fico” foi *“a porta aberta para a Independência”*, pois, no dia em que o Príncipe Regente oficializou a sua desobediência às Cortes de Lisboa, a separação do Brasil de Portugal estava virtualmente feita. Com apenas mais um pequeno esforço ela se consumaria. E que *“a obra havia sido levada a cabo com maestria pelos maçons”*.

¹ D'ALBUQUERQUE (1971, p.94).

² D'ALBUQUERQUE (1971, p.94-95).

³ MARTINS (1922, p.135).

⁴ BARROSO (1939, p.243).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Há outro fato de suma importância: se bem que houvesse tido ciência do movimento em 23 de dezembro, foi tão somente no dia 18 de janeiro de 1822, isto é, nove dias depois do “Fico”, que José Bonifácio chegou ao Rio, quando tudo já estava resolvido¹.

A bem da verdade, José Bonifácio, até o fim de 1821, não quis a Independência do Brasil, porque a julgava perniciosa ao País, determinando-lhe, talvez a desagregação; e também porque se o Brasil, por ventura se separasse de Portugal, ele perderia os \$12.000 por ano com que lhe abonava o erário real português².

Nicola Aslan³, sobre isso, acrescenta que:

“D. Pedro I, herdeiro da Coroa de Portugal e José Bonifácio, seu Primeiro Ministro, não mostravam o menor interesse quanto à Independência total. [...] Tiveram, todavia, de ceder à imposição dos patriotas, os quais, em número não maior de seiscentos, constituíam, porém, a elite do Brasil na época. Esta elite era toda composta de maçons, os mesmos que contiveram as ambições de D. Pedro e de José Bonifácio – os quais vingaram-se depois da Aclamação de D. Pedro, fechando a Maçonaria”.

Ao que Tenório D’Albuquerque⁴ complementa:

“José Bonifácio desconhecia a iniciativa. O empreendimento teve começo no Rio e o seu verdadeiro promotor foi o maçom mineiro José Joaquim da Rocha, logo a seguir, com a solidariedade de um grupo de destemidos maçons que constituíam o ‘Clube da Resistência’”.

E Francisco de Assis Cintra⁵ reitera:

“Eram os conspiradores: padres, generais, juízes, capitalistas, doutores. E entre eles não se achava José Bonifácio que comodamente espiava, em São Paulo, a maré política. E somente em 24 de dezembro de 1821 é que se manifestou, quando já era triunfante a ideia da liberdade, e assim procedeu em virtude de um convite do Rio de Janeiro. Não foi um ato espontâneo”.

CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL SOBRE O “FICO”

Abaixo transcrevemos outras citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial sobre o importantíssimo momento histórico do “Dia do Fico” e que comprovam efetiva participação

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.84).

² CINTRA (1934, p.76).

³ ASLAN (1997, p.52).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.82).

⁵ CINTRA (1934, p.55).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

maçônica nos bastidores do processo que fatalmente levaria à Independência do Brasil.

Segundo Affonso d'Escragnolle Taunay¹:

“Coube-lhe (a José Joaquim da Rocha) importantíssimo papel nos acontecimentos em torno do ‘Fico’. Era muito chegado ao grupo de Ledo, José Clemente, Azeredo Coutinho”.

Arci Tenório D’Albuquerque², por sua vez, complementa:

“José Joaquim da Rocha planejou com segurança o empreendimento patriótico de que resultou o ‘Fico’, ato de rebeldia de D. Pedro contra as Cortes de Lisboa, conseqüentemente a sua adesão ao movimento nacionalista brasileiro e o primeiro grande passo para a nossa Independência”.

Também do mesmo autor (D’Albuquerque)³:

“Para salientar o papel de realce que tiveram os maçons na promoção do ‘Fico’, José Joaquim da Rocha, o verdadeiro promotor da permanência de D. Pedro no Brasil foi um devotado à Maçonaria. Pertenceu ao quadro de obreiros da Loja ‘Distintiva’ de Praia Grande (atualmente Niterói), foi membro da Loja ‘Comércio e Artes’, e fundou, em sua própria residência, o ‘Clube da Resistência’, constituído exclusivamente de maçons”.

Para finalizar, Morivalde Calvet Fagundes⁴ esclarece que:

“Não foi fácil chegar-se a esse resultado. Para consegui-lo, a Maçonaria teve que organizar-se e desdobrar-se em atividades multiformes, usando de decisão, coragem e sabedoria política, inclusive alterando os seus planos. Foi obrigada a admitir que a Independência deveria ser feita aos poucos, em prestações, de forma imperceptível para a maioria, sob o disfarce de um movimento apenas pelo não embarque do Príncipe e pelo fortalecimento dos seus poderes constitucionais, graças ao que ele iria cada vez mais se distanciando de Portugal e das Cortes Lusitanas; e o Brasil firmando a sua autonomia de fato, até o ponto em que nada mais restasse a fazer, além de proclamar-se oficialmente, uma coisa que já existia há muito tempo”.

A DEPOSIÇÃO DO GOVERNO DE SÃO PAULO

Ao ideal de Independência opunha-se uma única força de fato: a “Divisão Auxiliadora Portuguesa”, sob o comando do General Jorge Avilez. Por isto, havia o consenso da necessi-

¹ TAUNAY (1922, p.67).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.54).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.69).

⁴ FAGUNDES (1975, p.124).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

dade de efetivo apoio das províncias vizinhas de São Paulo e Minas Gerais.

A Maçonaria se encarregou de fazer as articulações.

A primeira coisa a ser providenciada, para o bom andamento dos planos, antes mesmo do movimento pelo “Fico”, era a destituição do Governador de São Paulo, representante da Coroa Portuguesa, o General João Carlos Augusto Oyenhausem.

Para destituí-lo, foi articulado um movimento sob inspiração de Gonçalves Ledo em correspondência com os maçons daquela província. E por intermédio de Francisco Soares, representante da Maçonaria paulista, foi conseguida a adesão dos militares e civis mais influentes à causa dos fluminenses.

No dia marcado – 23 de janeiro de 1821 – tropas e povo, dirigidos pelos maçons paulistas, levantaram-se em armas e depuseram o governador. Para a organização do novo governo, recorreram a José Bonifácio de Andrada e Silva, que àquela altura também já havia anuído ao movimento. Este, então, repôs o governador deposto, nomeando-se a si mesmo para o cargo de Vice-Presidente da província e ao seu irmão, Martin Francisco, como Secretário do Interior e da Fazenda. Começava aí a vida política de José Bonifácio no Brasil¹.

Por conta disso, quando, em dezembro do mesmo ano, o emissário da Maçonaria carioca Pedro Dias Paes Leme, chegou em São Paulo, no dia 23, o Governo Provisório da Província logo concordou em escrever a D. Pedro, pedindo-lhe que não cumprisse a ordem de embarcar, até a chegada de uma representação de delegados paulistas ao Rio de Janeiro, e informando que também já haviam solicitado a adesão dos mineiros a essa nobre causa. Fato que, por sua vez, acabaria facilitando sobremaneira a missão do Tenente Paulo Barbosa da Silva, enviado a Minas Gerais, onde de pronto conseguiu a adesão dos maçons, militares e políticos mineiros.

E antes de expirar o ano de 1821, o quadro da Independência estava elaborado: as forças políticas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais aglutinadas; e D. Pedro já confidenciara ao seu guarda-roupa, Francisco de Barbuda e ao maçom José Clemente Pereira (Presidente do Senado da Câmara) que, mediante a apresentação das Representações das províncias, ficaria no Brasil, contrariando as Cortes de Lisboa.

Neste ponto, cabe ressaltar que José Bonifácio, na véspera do Natal de 1821, ao redigir o manifesto enviado pelo Governo Provisório Paulista a D. Pedro I, não aderira abertamente ao movimento pela Independência do Brasil, mas apenas solicitava ao Príncipe Regente que permanecesse no país, a fim de contribuir com isso, para a libertação de Portugal das intransigentes e despóticas Cortes Lusitanas.

¹ FAGUNDES (1975, p. 119).

A DIVISÃO AUXILIADORA PORTUGUESA

Outro fato pouco divulgado e praticamente desconhecido teve lugar no dia 11 de janeiro de 1822, dois dias após o célebre “Dia do Fico”.

A “Divisão Auxiliadora Portuguesa” logo considerou D. Pedro um rebelde, e dispôs-se a reagir contra a declaração do “Fico”. Era o seu propósito, levá-lo preso para Lisboa. O General português Jorge Avilez, comandante da “Divisão Auxiliadora”, insuflava a tropa para tal¹.

O historiador Tobias Monteiro² descreve os acontecimentos de 11 de janeiro de 1822, da seguinte forma:

“Na noite de 11 de janeiro, espalharam-se soldados portugueses pelas ruas, a quebrar vidraças e apagar iluminações feitas em sinal de regozijo público. [...] À mesma hora, à porta do Teatro, comentários acerca do grande acontecimento do dia 09 levantaram forte altercação entre o coronel brasileiro, José Joaquim de Lima e Silva e o tenente-coronel português José Maria da Costa, comandante do 11º Batalhão, que rematou a disputa com palavras de ameaça, postas em prática sem demora. Trinta minutos depois, o seu batalhão estava em armas no largo do Moura; com eles sublevaram-se o 15º, aquartelado em São Bento, e o 4º de Artilharia da rua D. Manoel. O 3º de Caçadores em São Cristóvão, concitado a imitá-los, se recusou, a despeito de achar-se sob as ordens de Garcez, que mostrou superioridade de ânimo, esquecendo em tal momento os ressentimentos da Praça do Comércio”.

“Meio embriagado, o comandante português expunha indiscretamente os planos dos amotinados ao cirurgião do corpo, brasileiro nato, que o acompanhava do Teatro ao quartel: ‘Se os seus patrícios não querem a Constituição; havemos de reduzi-los ao antigo cativo. E aquele... (injuria D. Pedro), havemos de pegá-lo pelas orelhas. [...] A tropa vai cercá-lo e vamos prendê-lo’. O plano era levar o Príncipe para bordo de um navio e conduzi-lo à Lisboa. Prevalecendo-se de não se achar fardado, pediu o cirurgião licença para ir vestir o uniforme e voltar. Mas, em vez disso, voou ao Teatro e tudo relatou ao major do dia que o apresentou a D. Pedro I, a quem pode repetir o ocorrido. Após ouvi-lo, o Príncipe deu ordem de porem-se em armas os batalhões estranhos à “Divisão Portuguesa”, cujo comando confiou ao General Curado e voltou a assistir ao espetáculo, findo o qual, escoltado por vários oficiais brasilei-

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.97).

² MONTEIRO (1981, p.437-438).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

ros, regressou a São Cristóvão, donde fez a família partir às 03 horas da madrugada com destino à Santa Cruz”.

Concomitantemente, o general português Jorge Avilez ocupou o Morro do Castelo e assentou os seus canhões contra a cidade, visando de preferência a casa de José Joaquim da Rocha. Lá era a sede do “Clube da Resistência”, que ele pretendia arrasar¹.

Mas eis que correu por toda parte a notícia de que a soldadesca lusitana se preparava para saquear a cidade. Boato que o “Clube da Resistência” tinha espalhado de propósito, para provocar forte reação na alma popular. E então, “apareceram” alguns impressos avisando que cada indivíduo defendesse a sua propriedade, porque o governo não dispunha de força suficiente para impedir o saque.

Não precisamos nem dizer que o resultado foi excelente. Cada casa se transformou num baluarte de resistência. Os moradores juntaram-se em legiões; pais, filhos, até senhoras levantando barricadas. Arranjaram-se de improviso todas as armas possíveis no momento: espingardas velhas, trancas, cacetetes de madeira, barras de ferro, cacos de garrafa, facas de cozinha, ancinhos e ferramentas diversas. Na Rua dos Ourives, as famílias muniram-se de cal virgem e toda sorte de objetos que pudessem ser utilizados como projéteis, para arremessá-los pelas janelas e pelos telhados.

Sobre isso, Arci Tenório D’Albuquerque² reforça que:

“Com ardor, infatigáveis, os maçons do ‘Clube da Resistência’ entraram em ação com destemor. Convocaram os brasileiros para que se concentrassem no Campo de Santana”.

Em vez de alarmar-se, a cidade preparava-se para reagir. No Campo de Santana, agora eram tantas as criaturas que chegavam para pedir armas, que ninguém as podia atender³.

Brasileiros e Portugueses estavam prontos para o combate, situação que, iniciada na noite de 11 de janeiro de 1822, subsistia ainda no dia seguinte, 12 de janeiro.

Ao acampamento dos brasileiros acorreram por volta de 10.000 pessoas. Era uma tropa heterogênea e surreal, onde se reunia gente de todas as cores e de todas as condições sociais, onde não faltavam frades a cavalo, armados de pistolas, facas e simples pedaços de pau, nem negros carregando fardos de capim e milho para os animais ou levando à cabeça tabuleiros de doces e refrescos para os homens.

Os portugueses, por sua vez, contavam com um efetivo muito inferior – cerca de 2.000 soldados no morro do Castelo – mas apresentavam superioridade em apresto e técnica militar,

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.98).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.99).

³ (CORREA, 1921).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

embora lhes faltasse abastecimento de água¹.

Quando foi posto a par do que estava acontecendo, D. Pedro, como comandante supremo das tropas portuguesas, compenetrou-se de que a luta não lhe convinha pela iminência de uma mortandade. Para evitar tal tragédia, enviou emissários aos dois grupos: os patriotas brasileiros, com os maçons e o “Clube da Resistência” à frente da massa popular; e à “Divisão Auxiliadora Portuguesa”, comandada por Jorge Avilez.

No princípio da tarde do dia 12 de janeiro, o Príncipe Regente enviou um mensageiro ao Campo de Santana, e outro ao acampamento dos portugueses a fim de perguntar, em seu nome, o que significavam aqueles ajuntamentos. O General Curado respondeu que os brasileiros ali estavam para defenderem o Príncipe e a cidade, caso se achassem ameaçados pela posição hostil que tomava a tropa portuguesa; e Jorge Avilez, que havia tomado aquela posição para se defender da hostilidade que os brasileiros manifestavam contra ele e os seus soldados².

Atinadamente, Avilez já decidira afastar-se da luta antes mesmo do seu começo e mandou suplicar a D. Pedro, licença para retirar-se com a sua tropa para a Praia Grande, ao que aquiesceu o Príncipe. Avilez pretendia acoitar-se na Praia Grande para aguardar a chegada das forças portuguesas que deviam vir para substituir as suas e, então atacar, juntamente com os reforços, o Rio de Janeiro. Mas os brasileiros logo perceberam o plano³.

O respeitadíssimo historiador Francisco Adolfo Varnhagen⁴ relata ainda que:

“Pegaram em armas os batalhões de milícia em Praia Grande e São Gonçalo, e o regimento de cavalaria miliciano, que podia rivalizar com a primeira linha. No Rio foram organizados batalhões, que foram acampar na Praia Grande. E formava-se um cerco em torno da ‘Divisão Portuguesa’. No dia 1º de fevereiro, o intendente geral da polícia mandou cortar todas as comunicações com a Praia Grande. Estava assim, isolada a tropa portuguesa”.

Em tal conjuntura, desiludiram-se os oficiais portugueses quanto a qualquer possibilidade de revide. Rogaram ao Príncipe Regente a concessão de um prazo mais longo para o embarque, com destino à Portugal. D. Pedro I determinou que deveriam embarcar no dia 07 de fevereiro, e no dia 12 do mesmo mês partir⁵.

Não havendo começado o embarque até o dia 09 de fevereiro, o Príncipe foi nessa manhã, em pessoa, a bordo da fragata “União”, e daí mandou descer à terra, por volta do meio-dia, o Capitão-Tenente José de Lemos Viana para intimar a Avilez que se no dia seguinte, ao

¹ SOUZA (1988, P.355-356).

² (MORAIS, 1871).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.101).

⁴ VARNHAGEN (2010, p.157).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.102).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

amanhecer, não tivesse começado o embarque, não lhe daria mais quartel em parte nenhuma¹.

O resultado foi irem, no dia 11, todos os comandantes portugueses a bordo da “União” a fim de apresentar uma longa lista de inconvenientes numa óbvia intenção de adiarem a partida, mas a tudo o que alegaram, se limitou o Príncipe a responder:

“Já ordenei; e se não executarem amanhã, começo a lhes fazer fogo”.

No dia 12 de fevereiro de 1822, zarpavam os navios transportando a “Divisão Auxiliadora Portuguesa” rumo à Portugal, de forma que restava integralmente triunfante, o glorioso empreendimento do “Clube da Resistência”.

Nas palavras de Tenório D’Albuquerque²:

“A Maçonaria... Foi a Maçonaria que, patrioticamente, tomou todas as providências, adotou todas as medidas para evitar a retirada de D. Pedro e a conseqüente recolonização do Brasil”.

Com a expulsão da “Divisão Auxiliadora” e a proibição do desembarque das tropas de reforço enviadas por Portugal, o Rio de Janeiro e grande parte das regiões Sul e Sudeste ficaram livres da pressão militar portuguesa.

D. PEDRO: DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL

Uma semana depois do “Dia do Fico”, e cerca de um mês antes da “Divisão Auxiliadora Portuguesa” ser despachada de volta à Lisboa, D. Pedro finalmente organizou o seu primeiro governo totalmente brasileiro, liderado pelo maçom paulista José Bonifácio de Andrada e Silva que agiu rápido, restaurando a administração das províncias e anunciando que a execução de qualquer ordem ou medida das Cortes seria ilegal, sem o prévio consentimento do Príncipe Regente. E então, começou a trabalhar pela imediata convocação de uma Assembleia Constituinte que se encarregaria de elaborar as primeiras leis do Brasil.

Iniciava-se, neste momento, o processo de aliciamento do Príncipe Regente D. Pedro I, que começava a perceber a força do “Grande Oriente”.

Processo este que prosseguiria, cerca de quatro meses depois, quando os maçons fluminenses, resolveram, a 13 de maio de 1822, outorgar-lhe o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, em uma cartada política a que não faltavam, porém, interesses das lideranças liberais,

¹ VARNHAGEN (2010, p.157).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.102).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

que pretendiam melhorar o seu prestígio político junto ao Regente e até suplantar o respeito de que José Bonifácio, já então o Ministro todo-poderoso das pastas do Reino e de Estrangeiros, desfrutava junto a ele. As escaramuças entre os partidários de Gonçalves Ledo, de tendência republicana e os de José Bonifácio, de tendência monárquica constitucional, já começavam a se propagar¹.

Por iniciativa e influência maçônica, ante a necessidade de comprometer o Príncipe com a causa brasileira, realizaram-se três atos políticos da maior importância para a História do Brasil: o “Fico”, de 09 de janeiro de 1822; o “Cumpra-se”, de 04 de maio de 1822; e o oferecimento do título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, em 13 de maio de 1822, proposto em Loja, na Sessão do dia 10 de maio de 1822 da Loja “Comércio e Artes” do Rio de Janeiro.

Sobre isso, Nicola Aslan² elucida:

“Foi por influência da Loja ‘Comércio e Artes’ que se realizaram três atos políticos da maior importância para a história do Brasil. O ‘Fico’, a 09 de janeiro de 1822, que representava a recusa do Príncipe D. Pedro a voltar a Portugal, como ordenavam os decretos expedidos pelas Cortes portuguesas; o decreto do ‘Cumpra-se’, de 04 de maio, pelo qual nenhuma lei vinda de Portugal podia ter execução no Brasil sem o consentimento do Príncipe Regente; e, finalmente, a concessão do título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’, proposto na Loja, a 10 de maio, aprovado pela Câmara Municipal e oferecido a D. Pedro em nome do Município e da Província do Rio de Janeiro”.

O primeiro passo para a consecução desse fim foi dado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, propondo que fosse 13 de maio de 1822 a data escolhida para a Maçonaria conferir ao Príncipe o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, para que à dignidade do Regente, emanada do Rei, se juntasse outra, outorgada pelo povo. Mas o povo como de costume, o verdadeiro povo não foi ouvido nem consultado; pois o povo para as Lojas, era o povo maçônico, e nada mais³.

Foi adotada a ideia. Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo redigiram o discurso⁴ que devia ser pronunciado por José Clemente Pereira. E resolveram aproveitar, para realizar a cerimônia, no dia 13 de maio, durante os festejos do aniversário de “*El-Rei D. João*”.

Reuniu-se o Senado da Câmara, já sobre isso prevenido, e lavrou-se um termo a propósito do pedido do “povo”; e um pedido do Presidente do Senado para ser recebido em audiência

¹ (CARVALHO, 2016).

² ASLAN (1997, p.99).

³ BARROSO (1939, p.240).

⁴ Ver “ANEXO 08: Termo de Concessão de Título a D. Pedro”.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

pelo Príncipe depois do cortejo. E sendo-lhe esta concedida, rogou o seu presidente José Clemente Pereira ao Príncipe que aceitasse o novo e significativo título, que o “povo” espontaneamente lhe oferecia. Respondeu-lhe o Príncipe afirmativamente, mas não admitiu o título de “Protetor”, afirmando que estava convencido de que o Brasil, a si próprio se protegeria, aceitando, porém, o de “Defensor Perpétuo”¹.

De acordo com o historiador Manoel Gomes²:

“A 13 de maio de 1822, o Senado da Câmara, atendendo a uma sugestão da Maçonaria, oferecia ao Príncipe Regente o título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’”.

Já Arci Tenório D’Albuquerque³ assim relata o evento em questão:

“Com a luminosa ideia do maçom Domingos Alves Branco, aceita pela Maçonaria, a causa brasileira passou a ter como patrono, o próprio Príncipe Regente. A Maçonaria soube, com maestria, em benefício da grandeza do Brasil, explorar a vaidade de D. Pedro I, concedendo-lhe, em nome do povo, o título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’, do qual ele recusou a primeira parte”.

Em uma carta enviada à D. João VI, datada de 21 de maio de 1822, D. Pedro explicava o oferecimento, em que havia ponderava⁴:

“Honro-me e orgulho-me do título que me confere este povo leal e generoso; mas não o posso aceitar tal como se me oferece. O Brasil não precisa de proteção de ninguém, protege-se a si mesmo. Aceito, porém, o título de ‘Defensor Perpétuo’ e juro mostrar-me digno dele enquanto uma gota de sangue correr em minhas veias”.

A aceitação por D. Pedro, do título de “*Defensor Perpétuo do Brasil*” encorajou os que lutavam pela emancipação do Brasil. Os maçons haviam, com aquele gesto, conseguido que o Príncipe Regente passasse a integrar decididamente o movimento libertador. E então resolveram progredir um pouco mais, dar mais um passo rumo à Independência, prevalecendo-se da oportunidade⁵.

OUTRAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS REFERENTES AO ATO

Abaixo transcrevemos outras citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial sobre

¹ VARNHAGEN (2010, p.176-177).

² GOMES (1975, p.64).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.147).

⁴ GOMES (1975, p.65).

⁵ MONTEIRO (1981, p.493).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

o momento histórico da concessão do título de “*Defensor Perpétuo do Brasil*” ao Príncipe Regente D. Pedro, proposta levada a efeito durante uma memorável sessão da Loja “Comércio e Artes” e executada pelo “Grande Oriente do Brasil”, as quais igualmente servem para comprovar que houve efetiva participação maçônica nos bastidores do processo da Independência.

Melo Moraes¹:

“Decidiram na Loja ‘Comércio e Artes’ conferir a Sua Alteza Real, o título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’.

Manuel de Oliveira Lima²:

“A participação maçônica no ‘Fico’ já fora notável, mas onde ela aparece verdadeiramente conspícua é na de 13 de maio de 1822, quando, por ocasião de celebrar-se o aniversário natalício d’el-Rei, D. Pedro recebeu a honrosíssima investidura de ‘Defensor Perpétuo do Brasil’, título lembrado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto para que à dignidade de regente, outorgada pelo monarca, correspondesse uma dignidade de emanção democrática, outorgada pelo povo”.

Pedro Calmon³:

“A Maçonaria ofereceu-lhe a 13 de maio, aniversário do Rei, o título de ‘Defensor Perpétuo do Brasil’, que o Senado lhe levou”.

Affonso d’Escagnolle Taunay⁴:

“Numa sessão do Grande Oriente, em princípios de maio de 1822, teve-se uma ideia acolhida com geral entusiasmo. Propôs-se que ao Príncipe Regente se atribuíssem às denominações de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’, a fim de que pudesse ter títulos conferidos pelo povo”.

Arci Tenório D’Albuquerque⁵:

“Não há porque duvidar: foi iniciativa de um maçom, o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a concessão a D. Pedro do título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’. E a proposta foi aprovada em sessão do ‘Grande Oriente do Brasil’. Foi mais um trabalho producente, de resultados notoriamente valiosos, para nossa emancipação política”.

O APOSTOLADO

¹ MORAIS (1872, p.347).

² LIMA (1972, p.239).

³ CALMON (1943, p.166 – vol. III).

⁴ TAUNAY (1922, p.98).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.146).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Neste momento se faz necessário interrompermos brevemente a sequência dos fatos que levaram à Independência do Brasil para conhecermos um pouco melhor a sociedade conhecida como “Apostolado”, que mais tarde teria um importante papel no desenrolar dos fatos.

Quando o “Grande Oriente” foi fundado, a 17 de junho de 1822, já existia uma instituição paramaçônica chamada de “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz”, ou simplesmente de “Apostolado”, fundada por José Bonifácio a 02 de junho de 1822.

O “Apostolado” funcionava na Rua da Guarda Velha, em uma das salas do Quartel-General do Comando das Armas. A sua fundação ocorreu depois de dois sucessos do grupo de Gonçalves Ledo que abalaram o prestígio do Grande Andrada: a sedição em São Paulo contra ele e seus irmãos de sangue; e a aprovação pelo Príncipe da convocação da Assembleia Constituinte, proposta pela Maçonaria Liberal, contra a sua vontade.

Era uma organização nos moldes da “Carbonária” italiana, cuja atuação José Bonifácio conheceu muito bem, durante os anos em que permaneceu na Europa.

O “Apostolado” e o “Grande Oriente” viriam a representar facções diferentes da Maçonaria brasileira, a primeira, sob a liderança de José Bonifácio, e a segunda, sob a de Gonçalves Ledo, com papel considerável na História da Maçonaria brasileira, ambas defendendo a emancipação política do País, mas sob formas diferentes de governo e maneiras diversas de se encarar a questão.

O grupo republicano de Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Francisco Nóbrega e cônego Januário da Cunha Barbosa defendia um rompimento total dos laços com a metrópole portuguesa e um regime que o aproximasse o mais possível daquele dos demais países latino-americanos, que, paulatinamente, iam conseguindo suas Independências da Coroa espanhola. Já o grupo de Bonifácio, da mesma forma presente no “Grande Oriente”, mas encastelado principalmente no “Apostolado”, pregava uma união brasílico-lusa, ou seja, uma comunidade luso-brasileira de países autônomos, que englobasse as colônias e não admitisse a escravização dos negros; e, mais tarde, a união do Brasil em torno da figura imperial de D. Pedro I, sob a forma de monarquia constitucional.

O juramento dos neófitos, chamados “recrutas do Apostolado”, obrigava-os a “*promover a Independência do Brasil como Império Constitucional, opondo-se ao despotismo que o altera, bem como à anarquia que o dissolve*”.

Era uma sociedade tipicamente iluminista, com rituais e liturgias próprias, dispondo de sinais e palavras de reconhecimento que exprimiam motivos patrióticos. As Lojas eram denominadas “Palestras”, havendo no Rio de Janeiro três delas: “Independência ou Morte”, “União

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

e Tranquilidade” e “Firmeza e Lealdade”.

O “Apostolado” opunha-se tanto à Monarquia Absolutista quanto à República, em prol de uma Monarquia Constitucional Parlamentar. Era, enfim, o que alguns historiadores denominam como “*Maçonaria Azul*” (vertente de inspiração inglesa, monarquista e conservadora) que se organizava e mantinha como órgão central no Brasil o “Apostolado”, servindo de contraponto à “*Maçonaria Vermelha*” (vertente de inspiração francesa, republicana e liberal), cujo carro-chefe era o grupo de Gonçalves Ledo e tinha como sede o “Grande Oriente”.

Do “Apostolado” fizeram parte, dentre outros, os maçons: D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Bento Antônio Vahia, José Joaquim da Rocha, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, Francisco Maria Gordilho Veloso, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e, por mais incrível que pareça, o republicano Joaquim Gonçalves Ledo¹.

Cabe ainda ressaltar, na miscelânea histórica da Maçonaria brasileira, que José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre do “Grande Oriente”, sendo, pouco depois, sucedido pelo próprio Imperador D. Pedro I no grão-mestrado, através de uma manobra política magistralmente articulada por Gonçalves Ledo².

DUAS MAÇONARIAS: AS CORES DA DISCÓRDIA

A Maçonaria teve um papel fundamental na Independência do Brasil, mas um erro que muitas vezes é perpetuado nos livros de história é apontá-la como um grupo homogêneo. Os maçons não foram unânimes em suas opiniões. Pelo contrário, dentro das Lojas Maçônicas foi que se travaram algumas das disputas mais acirradas do período³.

Em 1822, a Maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à Independência, mas conflitavam entre si no que dizia respeito à forma de governo que deveria ser adotada após o país se livrar do jugo português. A primeira vertente, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira possuía cunho liberal e defendia as ideias republicanas. Enquanto a segunda, do Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva era mais conservadora e acreditava que a solução para o país era manter D. Pedro I como Imperador em um regime de monarquia constitucional.

Também na Europa, duas Maçonarias – a “*Azul*” e a “*Vermelha*” – vinham lutando para derrubar as monarquias absolutistas. Mas, divergentes entre si, a “*Maçonaria Azul*” (de ver-

¹ GOMES (1975, p.98).

² (CARVALHO, 2016).

³ GOMES (2010, p.237-238).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

tente inglesa conservadora) defendia a monarquia constitucional parlamentar; enquanto que a “*Maçonaria Vermelha*” (de vertente francesa liberal) pregava a república democrática com a abolição completa do sistema absolutista e da monarquia.

“*Azuis*” e “*Vermelhos*”, associados, fizeram a “Revolução Liberal do Porto” de 1820, em Portugal, conquistando a monarquia constitucional parlamentar, obrigando D. João VI a retornar ao país e a jurar uma Constituição com representantes do povo no Parlamento. Estava plenamente alcançado o objetivo da “*Maçonaria Azul*”, mas não o da “*Vermelha*”.

A partir de então teve início a luta política entre ambas, e, logo após a saída de D. João VI do Brasil, os maçons “*vermelhos*” do país iniciaram a propaganda da Independência, pois sabiam que, separando o Brasil de Portugal, surgiria, fatalmente, a República.

Por curiosidade e interesse em vigiar e controlar as diversas correntes políticas da época, D. Pedro participou ativamente das duas facções. Frequentava as Lojas do grupo de Ledo no “Grande Oriente do Brasil”, da mesma forma que frequentava as Palestras do “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz”, dissidência liderada por José Bonifácio, cujos temas possuíam grande significado simbólico e teriam grande influência nos acontecimentos de 07 de setembro de 1822¹.

Eis alguns dos títulos das Palestras (Lojas) do “Apostolado”: “Firmeza e Lealdade”; “União e Tranquilidade” e o mais significativo de todos: “Independência ou Morte”.

Conta-se que eleito “Arconte-Rei” do Apostolado – equivalente a Grão-Mestre – na primeira sessão em que participou, D. Pedro I jurou:

“[...] promover com todas as forças e à custa da própria vida, a fazer a integridade, a Independência e a felicidade do Brasil como reino constitucional, opondo-se tanto ao despotismo que o altera como à anarquia que o dissolve”.

Nas palavras do historiador Octávio Tarquínio de Souza²:

“Imensa foi a contribuição da Maçonaria para o movimento de Independência no Brasil. Essa atividade encoberta, esses juramentos em segredo deixam fora de dúvida como a Independência já estava decidida alguns meses antes de setembro de 1822 e como o Príncipe se dera sem reservas à causa brasileira”.

Porém, a presença de D. Pedro I como Príncipe Regente, amplamente prestigiado pelos maçons “*azuis*” de José Bonifácio, que, pregando pela Independência da colônia, preferiam o sistema monárquico constitucional parlamentar tal como na Inglaterra e em Portugal, se inter-

¹ GOMES (2010, p. 238).

² SOUZA (1988, vol. 2 - p.17).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

punha como um obstáculo bastante sério às pretensões dos maçons “*vermelhos*” de Gonçalves Ledo. Daí ser importante para o grupo de Ledo, o afastamento do Príncipe, mas isso não podia acontecer antes da Independência estar plenamente consolidada¹.

O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, um mês após a reabertura da Loja “Comércio e Artes”, fundaram um jornal, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, para divulgar as ideias liberais e libertárias, com programa definido. Foi o órgão doutrinário da Independência brasileira.

Em 1821, circulava, portanto, no Rio de Janeiro o primeiro número do jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”, fundado e dirigido por Gonçalves Ledo e seu amigo, cônego Januário da Cunha Barbosa, órgão de imprensa que muito contribuiu na preparação dos espíritos para a Independência².

A 30 de abril de 1822, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, rompendo com todas as convenções até então guardadas, publicou um artigo assinado por Gonçalves Ledo, sugerindo ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a Independência do Brasil, sendo Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, vivamente aplaudidos nas ruas da cidade³.

Nicola Aslan⁴ assim descreve a atuação do referido jornal nos eventos que precederam a Independência do Brasil:

“A 15 de setembro de 1821 foi lançado por Ledo e Januário, estes dois maçons patriotas, o primeiro número do ‘Revérbero Constitucional Fluminense’, periódico quinzenal cuja atuação foi da maior importância tanto para a causa da Independência como para a formação de uma consciência brasileira. Assim é que, a 30 de abril de 1822, nele foi publicado um artigo de Gonçalves Ledo sugerindo ao Príncipe D. Pedro a necessidade de proclamar, logo, a Independência do Brasil”.

Ao esforço da Maçonaria juntava-se o da imprensa⁵, agora francamente a pregar pela separação completa do país. Por sua vez, o clero, do alto dos púlpitos, entrava no coro dos corações com o seu grande clamor. Todo este movimento, que se configurava como uma verdadei-

¹ GOMES (1975, p.57-58).

² GOMES (1975, p.82).

³ GOMES (1975, p.64).

⁴ ASLAN (1997, p.98-99).

⁵ CINTRA (1934, p.18).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

ra insurreição de almas, pode-se considerar como dirigido pelas maiores agremiações políticas republicanas da época: o “Clube da Resistência” e o “Grande Oriente”.

Um exemplo da importância da atuação desse jornal nos eventos que culminaram na Independência do Brasil fica claro quando D. Pedro regressou de Minas Gerais, em sua edição de 30 de abril de 1822, com um artigo de Gonçalves Ledo que ficou célebre pelo incitamento imperativo que trazia estampado em suas páginas:

“Príncipe! Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo império!”.

Outro fato incontestável e que causou grande impacto se deu na edição de 18 de maio de 1822, que adotou a ideia da convocação de uma Assembleia Constituinte Brasileira, lançada originalmente pelo “Correio do Rio de Janeiro”.

O “Revérbero Constitucional Fluminense”, de Ledo e Januário, funcionou de 15 de setembro de 1821 a 08 de outubro de 1822 (13 meses), pregando a Independência e preparando o espírito público para o que haveria de vir. Os seus artigos calaram fundo na alma popular, transformando-se no arauto das novas ideias.

Ao que o historiador João Ribeiro¹ conclui:

“A Maçonaria, as sociedades secretas e um periódico, ‘O Revérbero’, oculta ou abertamente, ousaram pugnar pela emancipação administrativa do país”.

Terminada a sua missão, o jornal encerrou as atividades.

A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Prosseguiu desenvolvendo-se, intensamente, o movimento pela emancipação política do Brasil, sempre com a iniciativa dos maçons. Avançava, deste modo, a evolução política para o 07 de setembro de 1822, tudo temperado e argamassado nas disposições cada vez mais fortes das Lojas Maçônicas².

Receoso de que as desconfianças e divergências entre as províncias fizessem malograr o movimento da Independência, José Clemente Pereira mostrou a Ledo e a Januário os perigos da situação e lembrou-lhes como remédio para conjurá-los: a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte³.

Decidiram pedi-la solenemente ao Príncipe; e as bases do escrito a ser redigido foram concertadas entre o brigadeiro Nóbrega, o padre Lessa e Soares Lisboa, proprietário do “Cor-

¹ RIBEIRO (1967, p.438).

² BARRETO (2015, p.14).

³ MONTEIRO (1981, p.493).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

reio do Rio de Janeiro”.

Comunicada a resolução a José Bonifácio de Andrada e Silva, respondeu ele evasivamente “*que não convinha apressar nem impedir tal convocação*”.

Foi aí que Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira lançaram a ideia da convocação de uma Constituinte; e solicitaram uma audiência a D. Pedro, por intermédio de seu ministro José Bonifácio. Inteirado do objetivo da audiência, D. Pedro escreveu a D. João VI expressiva carta, mostrando-se francamente favorável à ideia dos maçons.

Escreveu D. Pedro ao rei¹:

“É necessário que o Brasil tenha Cortes; esta opinião generaliza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me que as convoque, e eu não posso a isso recusar-me, porque o povo tem razão, é muito constitucional, honra-me sobremaneira e também a Vossa Majestade, e merece toda sorte de atenções e felicidade. Sem Cortes, o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas. O Brasil é um adolescente que diariamente adquire forças, e deve ter, em si, tudo o que é necessário. É absurdo retê-lo debaixo da dependência do velho hemisfério”.

No “Correio Oficial do Rio de Janeiro” de 28 de dezembro de 1833, segundo o eminente historiador Francisco Adolfo Varnhagen², há alguns pormenores sobre isso no artigo que tem por título: “*Senhor José Bonifácio, o Patriarca da Independência*”. Esse artigo foi escrito por Araújo Viana, depois Marquês de Sapucaí. Diz ele que a ideia da convocação de uma Constituinte partiu de Clemente Pereira, Ledo e Januário Barbosa, os quais, em maio de 1822, vendo que o governo não mandava proceder à eleição dos Procuradores Gerais das Províncias, criados pelo decreto de 16 de fevereiro, nutrindo desconfianças quanto aos sentimentos liberais do Ministério e acreditando, à vista das palavras do citado decreto referindo-se ao “*sistema constitucional que farei dar-lhes*” que o Governo pensava na outorga de uma Carta Magna, combinaram em promover uma representação ao Príncipe e logo depois convocaram a uma conferência o padre Antônio João Lessa, o brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega e João Soares Lisboa, redator do “Correio do Rio de Janeiro”. A ideia tendo sido aceita por todos, Ledo e Januário Barbosa foram encarregados de redigir a representação. Ledo e seus amigos comunicaram a José Bonifácio o que haviam resolvido. Este respondeu: “*Façam o que quiserem, na inteligência de que não convém apressar, nem impedir tal convocação*”.

¹ BARRETO (2015, p.14).

² VARNHAGEN (2010, p.178 – em nota do Barão do Rio Branco).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

No dia 21 de maio foi solicitada uma audiência a D. Pedro, que a marcou para o dia 23.

Em 23 de maio, em uma solenidade de notáveis proporções, o Senado da Câmara do Rio compareceu à presença de D. Pedro. José Clemente Pereira, como presidente leu o discurso violento, incisivo, redigido por Gonçalves Ledo e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, membros proeminentes da Loja “Comércio e Artes”¹.

Cinco mil assinaturas endossaram a petição que foi entregue ao Príncipe no mesmo dia.

Costuma-se dizer que a convocação da Constituinte foi arrancada pelo grupo de Ledo às hesitações do Príncipe e à resistência de José Bonifácio².

Octávio Tarquínio de Souza³ reitera que:

“À campanha pela convocação da Constituinte sem mais tardanças, a Maçonaria dera grande vigor e, servindo-se como sempre, do Senado da Câmara do Rio, resolveu que este endereçasse uma representação ao Príncipe em 23 de maio”.

Ao que Tenório D’Albuquerque⁴ complementa:

“Delicada era a situação de D. Pedro. A Maçonaria trabalhava incessantemente pela emancipação do Brasil, em luta com uma corrente que buscava o desenlace do movimento nacionalista”.

Aliado a isso, o Príncipe Regente soubera, obviamente por intermédio dos maçons “vermelhos” de Ledo que tanto a Bahia como Pernambuco somente reconheceriam a sua Regência se a Assembleia Constituinte fosse convocada o quanto antes⁵.

O povo do Rio de Janeiro também o instava pela convocação, de modo que retardar o ato de convocação, compreendeu D. Pedro, seria impopularizar-se, por isso, anuiu com mais presteza do que era esperado.

Acrescente-se a todos esses fatores, o de que no dia 1º de junho, foram realizadas as eleições para os dois Procuradores do Rio de Janeiro junto à Corte, onde foram eleitos os maçons Joaquim Gonçalves Ledo e José Mariano de Azeredo Coutinho.

Não bastasse isso, aos dois, uniu-se outro maçom, Lucas José Alves, eleito deputado às Cortes de Lisboa, por Montevidéu (naquela época, a Província Cisplatina – atual Uruguai – ainda fazia parte do território brasileiro)⁶.

No dia 02 de junho, apesar de ser um domingo, os três reuniram-se e decidiram requerer

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.117-118).

² MONTEIRO (1981, p.491).

³ SOUZA (1988, p.393).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.123).

⁵ MONTEIRO (1981, p.497).

⁶ D’ALBUQUERQUE (1971, p.117-118).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

junto ao Príncipe, no dia seguinte, uma Assembleia Geral. Gonçalves Ledo foi incumbido de redigir o requerimento e fê-lo com a linguagem altiva que tanto lhe era peculiar. Foi do seguinte teor, o requerimento de Ledo, então figura de maior influência na Maçonaria:

“Senhor – A salvação pública, a integridade da nação, o decoro do Brasil e de V. Alteza Real instam, urgem e imperiosamente comandam que V. Alteza Real faça convocar, com a maior brevidade possível, uma Assembleia Geral de representantes das Províncias do Brasil. Ao decoro do Brasil, à glória de V. Alteza Real não pode convir que dure por mais tempo o estado em que está. Qual será a nação do mundo que com ele queira tratar, enquanto não assumir um caráter pronunciado? Enquanto não proclamar os direitos que tem de figurar entre os povos independentes? E qual será a que despreze a amizade do Brasil e a amizade do seu regente? É nosso interesse a paz; nosso inimigo só será aquele que ousar atacar a nossa Independência. Digne-se, pois, V. Alteza Real a ouvir o nosso requerimento”.

As palavras de Joaquim Gonçalves Ledo foram logo subscritas por Lucas José Alves e por Azeredo Coutinho¹.

Com a anuência do Príncipe, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa redigiram o Edital de Convocação e, no dia 03 de junho, publicou-se o Decreto firmado pelo Príncipe Regente e José Bonifácio “*convocando a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta de deputados representantes das Províncias do Brasil, novamente eleitos na forma das instruções que em Conselho foram acordadas e expedidas com a maior brevidade*”².

Surpreenderam-se os ministros, em face de expressões tão contundentes, mas, talvez por força das circunstâncias, resolveram apor no documento, também, as suas assinaturas. Assim, assinaram: José Bonifácio de Andrada e Silva, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Joaquim de Oliveira Álvares.

Arci Tenório D’Albuquerque³ confirma o exposto, com a seguinte afirmativa:

“Em face da conjuntura que se criara, D. Pedro resolveu, em 03 de junho, convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa”.

Já o Barão do Rio Branco⁴ (em nota à pág. 182 de “*História da Independência do Brasil*” de Francisco Adolfo Varnhagen) declarou que o decreto de convocação da Constituinte fora redigido por Gonçalves Ledo.

E assim, o grupo de Gonçalves Ledo, filiado à Maçonaria, e cujas figuras principais

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.124).

² BARRETO (2015, p.14).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.124).

⁴ VARNHAGEN (2010, p.182).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

eram, além dele, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o general Nóbrega, o brigadeiro Alves Branco e José Clemente Pereira, tornara-se o propulsor das medidas liberais destinadas à formação do Estado Independente¹.

Iria, portanto, ter o Brasil uma Assembleia Constituinte, um Poder Legislativo integralmente independente das Cortes de Lisboa. Era a Independência que se acelerava.

E a quem se devia esse grande passo para a nossa completa emancipação política?

À Maçonaria, incontestavelmente, pois foram maçons todos os principais agentes propulsores do movimento. D. Pedro aquiescera ao requerimento dos maçons e finalmente convocara a Assembleia Constituinte².

OS MAÇONS DO BRASIL E OS DE ALÉM-MAR

A 30 de abril de 1822, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, rompendo com todas as convenções até então guardadas, publicou um artigo assinado por Gonçalves Ledo, sugerindo ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a Independência do Brasil, tendo sido Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, vivamente aplaudidos nas ruas da cidade³.

Sendo sua constante preocupação acelerar a Independência do Brasil, Ledo reuniu dessa forma, todos os recursos da Maçonaria e animou aos hesitantes, conservando-se à frente da nova instituição, onde o seu trabalho iria continuar, através das figuras principais do Governo que assim apareciam ligadas à mesma obra.

Exercendo tão grande atividade e usando de sua afamada eloquência, Ledo tornou-se a figura preponderante do “Grande Oriente”, apesar de não ser ou ter querido ser Grão-Mestre⁴.

Sobre a união de propósitos entre os maçons brasileiros e os brasileiros que residiam na Europa nos últimos meses antes da Independência, Pedro Calmon⁵ escreveu:

“Os brasileiros (no exterior) combinavam a desforra do Brasil. A sua Independência, com um príncipe ou sem ele. Império ou república. França de Napoleão ou América de Washington. A sua emancipação econômica, a abolição das leis restritivas do comércio, uma

¹ MONTEIRO (1981, p.491).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.126).

³ GOMES (1975, p.64).

⁴ MONTEIRO (1981, p. 647-648).

⁵ CALMON (1933, p.17-18).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

representação diplomática, um exército, uma armada, uma Constituição, tudo... Não havia então, nas cidades universitárias europeias, quem não tivesse um partido, um juramento, uma senha, um mistério”.

Nas Lojas Maçônicas, das quais estes brasileiros erradicados no exterior eram membros ou acabaram por fazer parte praticamente todos os propagandistas da nossa nacionalidade, se trabalhava com afinco pela organização no reino ultramarino de um governo perpetuamente livre e que, como tal, não poderia deixar de ser independente¹.

Ninguém era “Iniciado” em qualquer das Lojas metropolitanas francesas e inglesas, por exemplo, sem que fossem conhecidas as suas opiniões sobre a Independência do Brasil; e num livro apropriado que se apresentava ao neófito, jurava o mesmo defender e promover a Independência do Brasil e a sua integridade².

Destarte, torna-se correto afirmar que entre os anos de 1821 e 1822, os maçons reuniam-se diariamente, tanto nas Lojas brasileiras como nas de além-mar, para tratar da Independência do Brasil³.

A INICIAÇÃO MAÇÔNICA DE D. PEDRO I

A história da nossa Independência está intimamente ligada com a fundação do “Grande Oriente do Brasil”, originalmente com o título de “Grande Oriente Brasileiro”, e do amor à liberdade, tão cara entre os primitivos donos da terra. Da mesma forma, é conhecido o papel que a Maçonaria, como instituição e através de seus membros, teve nos fatos que precipitaram a proclamação da Independência.

O objetivo principal, sem dúvida nenhuma, da criação do “Grande Oriente”, foi levar o Brasil numa busca pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade entre todos os que escolhessem esta terra como sua. Os seus membros entenderam a necessidade de uma liderança capaz de aglutinar forças para alcançar nossa Independência. E encontraram esta liderança na pessoa do filho de D. João VI, que veio a ser o nosso primeiro Imperador: D. Pedro I⁴.

Em princípios em 1822, a Loja “Comércio e Artes” tinha em seu quadro 94 membros, número mais que suficiente para se desdobrar em mais duas Lojas e assim formar a primeira Obediência Maçônica brasileira. Criadas as Lojas “União e Tranquilidade” e “Esperança de

¹ CINTRA (1934, p.148).

² MELO (1914, p.197,198).

³ CINTRA (1923, p.191).

⁴ BARRETO (2015, p.6).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Niterói”, foi fundado, em 17 de junho de 1822, o “Grande Oriente Brasileiro”. Foram eleitos por aclamação, como seu Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva; como seu Grão-Mestre Adjunto, o Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, e como o seu Primeiro Grande Vigilante, Joaquim Gonçalves Ledo.

José Bonifácio, como Ministro do Reino, era, então, a figura principal do Gabinete do Príncipe Regente, desde 16 de janeiro de 1822. Foi o primeiro cidadão brasileiro a presidir um Ministério. Tinha 59 anos. E era poderosa a sua influência sobre D. Pedro e D. Leopoldina.

Para atrair D. Pedro à Maçonaria, Gonçalves Ledo sabia que, primeiro, deveria chamar a seu seio José Bonifácio e fazer dele o Grão-Mestre, o que não foi difícil, pois, também maçons eram os seus principais amigos e os seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada e Silva.

Habilidosamente, porém, Gonçalves Ledo conservou para si o cargo de 1º Grande Vigilante, através do qual continuaria como o verdadeiro chefe da Maçonaria brasileira, já que o Grão-Mestre Adjunto, Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, concordara, fielmente à orientação traçada, nunca exercer o cargo.

Fundado, pois, o “Grande Oriente Brasileiro”, o Brasil se preparava para a arrancada final que o conduziria à Independência. O movimento se tornou irreprimível, impulsionado pelos maçons, dentro e fora das Lojas, no Brasil e na Europa. Mas José Bonifácio ainda se encontrava reticente e até reacionário quanto às ações de Ledo, que logo percebeu que somente atraindo D. Pedro para a Ordem teria chance de levar a cabo seus projetos.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque¹ corrobora, ao escrever que:

“Em 17 de junho de 1822 Gonçalves Ledo fundou o ‘Grande Oriente do Brasil’, que foi o maior centro propulsor da nossa Independência. No seio da Maçonaria, ele articulou a nossa libertação, sem contar com a cooperação de José Bonifácio, que se mostrou reacionário. Basta dizer-se que José Bonifácio recusou-se a comparecer à sessão em que D. Pedro foi elevado a Grão-Mestre; não estava presente à sessão de 20 de agosto, em que foi proclamada a nossa Independência no Grande Oriente; nem tampouco na de 12 de setembro, em que D. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil”.

E Jorge Muniz Barreto² complementa:

“Era preciso, ainda, fazer maçom o Príncipe D. Pedro. [...] Assim, a 13 de julho de 1822, foi aprovada sua proposta de admissão”.

¹ D’ALBUQUERQUE (1971).

² BARRETO (2015, p.14).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Contudo, não foi a Maçonaria a primeira sociedade secreta a que se filiou D. Pedro. Antes, ele já havia ingressado no “Apostolado”.

Varnhagen¹, em sua *“História da Independência do Brasil”* nos diz o seguinte:

“D. Pedro já pertencia a uma sociedade secreta, o ‘Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’, denominada ‘Apostolado’. Pelo livro de atas que Sua Majestade, o Sr. D. Pedro II possui, e que figurou em 1881, na ‘Exposição de História do Brasil’, sabe-se hoje que essa sociedade, fundada por José Bonifácio, começou a funcionar em 02 de junho de 1822, e que D. Pedro era, com o título de Arconte-Rei, o Chefe do ‘Apostolado’”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque² mais uma vez complementa:

“D. Pedro já fazia parte do ‘Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’, criado por José Bonifácio, cujo objetivo era orientar a nova instituição ao seu bel prazer. A Iniciação de D. Pedro na Maçonaria iria fortalecer esta, da qual José Bonifácio já andava um tanto afastado. É suficiente considerar que, enquanto José Bonifácio presidira apenas quatro sessões, Gonçalves Ledo, como o seu substituto, na qualidade de ‘Primeiro Grande Vigilante’, presidira nada menos do que doze sessões”.

Ao que João Dornas Filho³ faz eco, ao reiterar que:

“Enquanto isso, Bonifácio conspirava nos bastidores. Deixando de comparecer às sessões para não se comprometer (enquanto Ledo, na qualidade de Primeiro Grande-Vigilante, presidia doze sessões, Bonifácio assistira a quatro)”.

Mesmo assim, José Bonifácio, a princípio, dificultou ao máximo o ingresso de D. Pedro na Maçonaria. Não lhe convinha isso, pois já estava em luta com o grupo chefiado por Gonçalves Ledo, que tinha mais prestígio do que ele e o próprio “Apostolado”, do qual o Príncipe também já fazia parte⁴. Apesar da relutância inicial de José Bonifácio, foi proposta a admissão do Príncipe Regente na sessão de 13 de julho de 1822⁵.

Mas apesar de toda a resistência inicial, por conta de uma artimanha muito bem elaborada por Ledo, Bonifácio, na qualidade de Grão-Mestre do “Grande Oriente”, se viu obrigado a convidar e a apadrinhar o Príncipe Regente em seu ingresso na Maçonaria. E então ocorreu o que o sábio paulista previra: D. Pedro rapidamente integrou-se na Maçonaria. Gonçalves Ledo deu-lhe todo o prestígio, e o “Apostolado” entrou em declínio.

D. Pedro I deve ter reconhecido, assim como Gonçalves Ledo, que a Maçonaria reunia

¹ (VARNHAGEN, 2010).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.152).

³ DORNAS (1937, p.63).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.151).

⁵ COSTA (1968, p.43).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

muito maior força; portanto, era para ele um apoio muito mais eficiente para a Proclamação da Independência do Brasil. E que o “Apostolado” era apenas um grupo, ao passo que o “Grande Oriente do Brasil” era um conjunto de Lojas do Rio de Janeiro, com ramificações em diversas outras províncias, e era internacionalmente reconhecido¹.

Varnhagen², na sua “*História da Independência do Brasil*”, assim comenta a entrada de D. Pedro para a Maçonaria:

“Foi nestes momentos de apuros, em que o Príncipe, informado dos serviços que à sua causa e ao Brasil havia já prestado e estava prestando a Maçonaria, trabalhando ativamente com o seu Grão-Mestre e o Primeiro Grande Vigilante, movido porventura da curiosidade tão natural da sua idade e não menos dos argumentos dos seus catequizadores, que lhe citaram casos de outros reis na Europa, que por fins políticos haviam igualmente professado, se deixou converter e quis ‘ver a Luz Maçônica’. Proposto pelo Grão-Mestre, o seu Ministro, para ser Iniciado nos mistérios da Ordem, aceitou a proposta, com unânime aplauso; e aprovado por aclamação geral, foi Iniciado no primeiro grau na forma da liturgia e prestou juramento, adotando o nome simbólico de ‘Guatimozin’”.

Guatimozin tinha sido o último imperador asteca, submetido a degradantes e cruéis torturas pelos espanhóis por se negar a revelar a Cortez onde se encontrava o tesouro real. Resistiu heroicamente, de modo que não foi sem propósitos que ao ilustre neófito fora dado aquele nome simbólico, símbolo de heroísmo e lealdade³.

Ainda sobre “Guatimozin”, nas palavras de Rocha Martins⁴:

“Nos tempos recuados de 1697, Guatimozin era um imperador asteca, de Anahuac, México. Vieram de longe os conquistadores e ele, de armas em punho diante de um Cortez audaz que lhe queria os tesouros; ele, o filho do rei Ahintzot, sucessor do irmão de Montezuma II, deixara reclinar o seu corpo em brasas, preferira ser chagado sobre as grelhas rubras, que os soldados espanhóis conduziam como se fossem inquisidores; fora martirizado, sofrera as mordeduras do lume nas suas reais carnes, antes que dizer aos bárbaros onde ocultava as opulências, as riquezas, as magnificências do seu império”.

Em relação à Iniciação de D. Pedro, vários historiadores relatam as suas versões.

Gustavo Barroso⁵, por exemplo nos diz que:

“José Bonifácio falara da Maçonaria ao Príncipe e o atraíra para ela, mostrando-lhe a

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.152).

² (VARNHAGEN, 2010).

³ GOMES (1975, p.66).

⁴ MARTINS (1922, p.160).

⁵ BARROSO (1939, p. 244).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ação de Gonçalves Ledo na Loja 'Comércio e Artes' e de Muniz Barreto, e de dezenas de militares e sacerdotes”.

Pedro Calmon¹, por sua vez, confirma que:

“A Maçonaria atraiu mansamente o Príncipe em julho. Ardendo em curiosidade, a fantasia despertada pelo mistério de um rito perfumado de magia oriental, não se limitou a professar como irmão, e quis ser lá dentro, o chefe”.

O certo é que D. Pedro não ignorava a força e a influência da Maçonaria. A fala de José Clemente Pereira, a 09 de janeiro de 1822, não lhe saía do pensamento:

“Será possível que Vossa Alteza Real ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe, semeando aqui e ali, em muitas das províncias do Brasil, por não dizer em todas elas?”.

Teve aí, a certeza de que, se recusasse, os maçons fariam a Independência sem ele².

Ao que Pedro Calmon³, com a sua autoridade de eminente historiador reitera:

“D. Pedro teve aí a certeza de que fariam sem ele a Independência. Reconheceu, portanto, que a Maçonaria não era só a grande propulsora do movimento emancipador, como era capaz de ela, apenas, realizar a Independência”.

D. Pedro, cômico de que lhe seria de sobremodo vantajoso ingressar na Maçonaria, preencheu a sua proposta para a Loja “Comércio e Artes” que foi assinada pelo Grão-Mestre de então, José Bonifácio. Coube, pois, a José Bonifácio ser o padrinho maçônico de D. Pedro.

O historiador Sérgio Corrêa da Costa⁴ narra a Iniciação de D. Pedro da seguinte forma:

“No dia 13 de julho de 1822 foi apresentada em sessão, a proposta de admissão do Príncipe Regente D. Pedro. A proposta acabou sendo unanimemente aprovada por aclamação, e dispensaram-se todas as formalidades de tais propostas. E, constando, achar-se o neófito proposto perto do Templo, foi recolhido à ‘Câmara de Reflexão’ e regularmente Iniciado, sem dispensa de prova alguma; e tomou o nome heróico de Guatimozin, como era costume naquele tempo, sendo-lhe concedido, sem exemplo anterior, o assento no Oriente”.

Tarquínio de Souza⁵ assim declara:

“Recebido com o nome de Guatimozin, a 13 de julho de 1822, ali seria D. Pedro proposto a 02 de agosto como Grão-Mestre, por um golpe dos desafetos de José Bonifácio, naturalmente os mesmos que o tinham induzido a tornar-se maçom”.

¹ CALMON (1941, p.107).

² COSTA (1968, p.43).

³ (CALMON, 1941).

⁴ COSTA (1968, p.44).

⁵ SOUZA (1988, p.404).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Há indícios, porém, de que D. Pedro já frequentasse as atividades da Maçonaria bem antes disso. No Museu Imperial de Petrópolis há uma carta que o então príncipe regente escreveu a José Bonifácio com vocabulário e símbolos maçônicos, em data anterior à sua Iniciação. Como pode ser comprovado por qualquer visitante do museu, eis as palavras do príncipe:

“O Pequeno Ocidente toma a ousadia de fazer presentes no Grande Oriente duas cartas da Bahia e alguns papéis periódicos da mesma terra há pouco vindos. Terra a quem o Supremo Arquiteto do Universo tão pouco propício tem sido. É o que se oferece por ora a remeter a este que em breve espera ser seu súdito e I.: Pedro”.

No canto superior esquerdo da página há o desenho de um sol e a palavra “Alatia” em que as letras foram substituídas por esquadro, compasso, maço, trolha e um olho. Note-se que também a assinatura aparece acompanhada dos três pontinhos.

E então aconteceu que no dia 16 de julho, isto é, apenas três dias depois de “Iniciado”, o Aprendiz Guatimozin (D. Pedro) foi elevado diretamente ao grau de Mestre, por proposta de Joaquim Gonçalves Ledo, então Primeiro Vigilante. Foi assim concedida a dispensa do interstício e ultrapassado o grau de Companheiro.

Arci Tenório D’Albuquerque¹, sobre isso esclarece ainda que:

“Tratou-se de um golpe hábil dado por Gonçalves Ledo, não só para vincular D. Pedro à Maçonaria, como para granjear-lhe maiores simpatias. Assim com 03 dias apenas de Iniciado, D. Pedro conseguiu a sua plenitude maçônica, que a tanto equivale o grau de Mestre”.

E então, menos de dois meses depois, Ledo começou a conceber a ideia de colocar D. Pedro à testa dos destinos da Maçonaria, ao entregar-lhe o malhete do Grão-Mestrado. Assim, o Príncipe Regente se sentiria mais fortalecido e receberia mais incentivos diretos dos maçons.

Presidindo a sessão do “Grande Oriente” de 04 de outubro de 1822, depois de devidamente amadurecida a ideia, Gonçalves Ledo propôs que D. Pedro, ou melhor, o “Irmão Guatimozin”, fosse aclamado Grão-Mestre, conservando-se o proponente como Primeiro Grande Vigilante. Foi um golpe tremendo desferido contra José Bonifácio, que se encontrava ausente, não fora consultado e, assim, se viu inferiorizado².

Mas igualmente não se pode omitir que o Príncipe Regente – e mais tarde Imperador do Brasil – só se manteve maçom, enquanto a Ordem podia servir-lhe, para desviá-la de sua natural inclinação republicana, e para ensaiar, como em um conselho privado, os atos definitivos da Independência e da sua coroação.

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.156-157).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.161-162).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

E, em 25 de outubro de 1822, agora na condição de Imperador do Brasil, por uma série de razões que iremos esmiuçar mais para a frente, D. Pedro determinou o encerramento das atividades do “Grande Oriente”.

O MAÇÔNICO MANIFESTO DE 1º DE AGOSTO DE 1822

O grupo de Ledo desconfiava da lentidão dos fatos; ainda não via a Independência segura e contava com a resistência de Bonifácio à marcha das ideias liberais¹.

Em todas as decisões tinha grande parte a Maçonaria, cujo Grão-Mestre, no “Grande Oriente” era ainda o ministro José Bonifácio. Por este vínculo, marchavam em velada parceria com o Ministério, mais ou menos de acordo, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira. Ajudando, sempre que possível e fosse conveniente aos seus propósitos, ao Ministro, Ledo na redação de alguns trabalhos e José Clemente Pereira como guarda avançada, para, como Presidente do Senado da Câmara, solicitar ao Governo (D. Pedro) as decisões de maior transcendência, que às vezes deviam ser tomadas, livrando ao mesmo da responsabilidade da iniciativa, e passando-a toda ao povo, com o seu direito de petição já garantido pelas bases juradas da Constituição.

Assim, Ledo tomou para si, a responsabilidade de redigir um manifesto dirigido aos brasileiros, e que levou a data de 1º de agosto de 1822. Por meio dele, D. Pedro justificava a sua resolução de ficar no Brasil, de se declarar “Defensor Perpétuo” e de convocar um Congresso, recapitulando as providências tomadas iniquamente contra o mesmo Brasil, as desfeitas sofridas pelos deputados brasileiros, em Lisboa, e os planos das Cortes para desunir as províncias².

Manoel Gomes³ afirma a importância desse documento, cujo teor começa assim:

“Brasileiros! Está acabado o tempo de enganar os homens. Os governos, que ainda querem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorância dos Povos, ou sobre outros antigos erros e abusos, têm de ver o colosso da sua grandeza tombar da frágil base, sobre que se erguera outrora. Foi, por assim não o pensarem que as Cortes de Lisboa forçaram as Províncias do Sul do Brasil a sacudir o jugo que lhes preparavam; foi por assim pensar que eu, agora já vejo reunido todo o Brasil em torno de mim; requerendo-me a defesa dos seus direitos, e a manutenção da sua liberdade e Independência...”

¹ MONTEIRO (1981, p.651-652).

² VARNHAGEN (2010, p.192).

³ GOMES (1975, p.95).

A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Nesta época, a Maçonaria passou a enviar mensageiros às províncias, os quais informavam às Lojas e patriotas distantes dos últimos acontecimentos no Rio de Janeiro e na Europa, mais precisamente em Portugal, coordenando e incentivando o movimento emancipacionista¹.

Ao que o historiador Pandiá Calógeras² reforça de forma enfática:

“Mensageiros percorriam o país em todos os rumos, para se manter aceso e vivo o sentimento autonomista e não permitir ao entusiasmo decrescer. À frente do movimento enérgico e vivaz, achavam-se a Maçonaria e os maçons”.

E então a coisa toda se precipitou. Uma revolta em São Paulo, comandada por Francisco Inácio destituiu do cargo de vice-presidente da Junta Governativa, o irmão de José Bonifácio, Martim Francisco, a quem o velho Andrada logo tratou de trazer para junto de si, no Rio de Janeiro, onde fez o Príncipe nomeá-lo Ministro da Fazenda.

Mas os acontecimentos de São Paulo continuaram repercutindo de forma bastante negativa no Rio de Janeiro, de modo que no dia 13 de agosto, D. Pedro convocou o Conselho de Estado e na sessão secretariada por Ledo, comunicou a resolução de viajar para lá com a finalidade de resolver a situação. E então assinou um decreto transferindo provisoriamente a regência para a esposa, Princesa Leopoldina, pelo tempo que durasse a sua ausência, pois *“pretendia partir para a província paulista a fim de resolver a questão de uma vez por todas”*.

No dia seguinte, D. Pedro saiu em demanda à São Paulo, com a desculpa de apaziguar os ânimos naquela província, dividida entre dois grupos políticos rivais, um ligado à família do Ministro José Bonifácio e o outro ao Coronel Francisco Inácio, comandante da força pública local. Mas também há quem diga que igualmente com o propósito oculto de proclamar a Independência.

Das mais reduzidas era a comitiva. Acompanhavam o Príncipe: Luiz Saldanha da Gama, maçom e futuro Marquês de Taubaté, encarregado de assisti-lo com os despachos e transmitir as suas ordens; Francisco Gomes da Silva, como secretário; e o tenente Francisco de Castro Couto Melo; dois criados: João Carlota e João Carvalho, além do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto Camargo e o padre Belchior Pinheiro, maçom veterano da antiga Loja “Dis-

¹ GOMES (1975, p.95).

² CALÓGERAS (1941, p.103).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

tintiva” de Niterói, e que viera de Minas Gerais especialmente para acompanhar o Príncipe¹.

Os brasileiros novamente estavam receosos que D. Pedro retornasse à Portugal, o que rebaixaria o país ao status de simples colônia, em vez de “Reino Unido” ao de Portugal. Por conta disso, havia temores de que uma guerra civil pudesse separar a Província de São Paulo do resto do país.

Neste cenário conturbado, D. Pedro entregou o poder a D. Leopoldina, no dia 13 de agosto de 1822, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil e partiu para tentar acabar com o conflito dos paulistas.

E aconteceu que no dia 28 de agosto, 15 dias após a partida do Príncipe, notícias da maior gravidade chegaram de Lisboa, ao que a Princesa se viu obrigada a convocar o Conselho de Estado para o dia 02 de setembro, a fim de decidir-se sobre que destino dar às informações que haviam acabado de chegar e que davam conta de que Portugal pretendia desembarcar um grande contingente militar armado na Bahia; que D. Pedro poderia ser detido e enviado à força para Portugal, sendo privado do direito à sucessão da Coroa Portuguesa e que o deputado lusitano Borges Carneiro o havia chamado de “rapazinho”.

Por conta das notícias vindas de Portugal, D. Leopoldina não teve tempo de esperar pelo marido e precisou tomar uma decisão, na qual foi aconselhada por José Bonifácio e outros membros da Maçonaria fluminense. Um correio foi chamado e duas cartas foram enviadas a D. Pedro para que ele (segundo alguns historiadores) se inteirasse das notícias e proclamasse oficialmente a Independência do Brasil.

No dia 05 de setembro, o príncipe regente desceu a Serra do Mar até Santos. E quando D. Pedro retornava, os papéis chegaram a ele, no dia 07 de setembro de 1822; e de acordo com o que reza a historiografia oficial, foi depois de lê-los que ele proclamou o Brasil livre de Portugal, às margens do Riacho Ipiranga, em São Paulo².

Em tupi-guarani, Ipiranga significa “rio vermelho”. Naquela época, apesar da tonalidade escura e barrenta de suas águas (daí a denominação), o Ipiranga ainda era um arroio selvagem e sem poluição, cujo leito serpenteava por entre roças e pastagens salpicadas por cupinzeiros de chácaras e sítios que se estendiam por um local ermo, de população rarefeita. Das margens do riacho até a cidade de São Paulo havia apenas oito casas, onde moravam 42 pessoas³.

Os historiadores, todavia, não são consentâneos em tudo, há discrepâncias em alguns pontos como o teor das correspondências, a quantidade de papéis entregues ao Príncipe e até

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.204).

² HISTORY CHANNELL (2016, p.1-2).

³ GOMES (2010, p.32-33).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

mesmo quanto às palavras proferidas por D. Pedro naquele dia.

O que se sabe ao certo é que durante uma parada, na tarde de 07 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, chegaram-lhe às mãos alguns papéis trazidos pelos mensageiros Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro.

Segundo Jorge Muniz Barreto¹:

“Entre outros documentos, o conteúdo dos papéis trazia uma intimação das ‘Cortes’ exigindo o regresso imediato do príncipe à Portugal. Após ler os documentos, D. Pedro lançou o conhecido brado: ‘Independência ou Morte!’”.

Em outra versão, de acordo com o historiador Laurentino Gomes²:

“Encontrava-se o Príncipe Regente em São Paulo, já há onze dias. Nada mais havendo que fazer, não deixava de ser estranha a sua permanência ali durante tanto tempo, quando, naqueles dias, tão importante seria a sua presença na metrópole. Só se pode justificar com a suposição de que o Príncipe estivesse aguardando notícias, ou instruções do Rio de Janeiro para proclamar a Independência. Como não chegassem as esperadas notícias ou instruções, no dia 05 de setembro o Príncipe decidiu descer a Santos. O dia 07 de setembro amanheceu claro e luminoso nos arredores de São Paulo. Faltava ainda uma hora para o nascer do sol quando D. Pedro saiu de Santos, cidadezinha do litoral paulista de 4.781 habitantes na época, onde passara o dia anterior inspecionando as seis fortalezas que guarneciam as entradas pelo mar e visitando a família de José Bonifácio. A sua comitiva era bastante modesta para os padrões normais. Acompanhavam-no, além da guarda de honra, os maçons Coronel Marcondes, padre Belchior e Luís Saldanha da Gama, além dos ajudantes e criados Francisco Gomes da Silva, João Carlota e João Carvalho. As quatro horas da tarde desse mesmo dia, quando regressava à São Paulo, D. Pedro recebeu, às margens do ribeirão Ipiranga, o correio da Corte, Paulo Bregaro, e o major Antônio Ramos Cordeiro que o acompanhava”.

Exaustos, Paulo Bregaro e Antônio Ramos Cordeiro tinham percorrido a cavalo cerca de quinhentos quilômetros em cinco dias, praticamente sem paradas para descanso, tendo em vista que eram portadores de mensagens urgentes.

Manoel Gomes³ relata o fato com as seguintes palavras:

“Os importantes documentos foram enviados por D. Leopoldina e pelo ministro José Bonifácio para serem entregues ao Príncipe, chegados de Lisboa pelo navio ‘Três Corações’, que aportara ao Rio de Janeiro em fins de agosto. Na correspondência recebida das Cortes

¹ BARRETO (2015, p.15).

² GOMES (2010, p.30).

³ GOMES (1975, p.68-69).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

de Lisboa constavam várias deliberações, mandando que fossem instaladas juntas de governo nas províncias onde ainda não as houvesse e nomeado um novo ministério, o que na prática, destituía D. Pedro do papel de príncipe regente, reduzindo-o a mera condição de delegado das autoridades lusitanas; declarando ainda que todas as decisões tomadas até agora pelo Príncipe estavam anuladas; e ordenando uma investigação criminal contra os que tivessem contribuído para evitar que seguissem para Lisboa os deputados eleitos por Minas Gerais; tornando nulo o decreto de 16 de fevereiro de 1822, pelo qual D. Pedro havia convocado um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias; responsabilizando o ministério, sob a presidência de José Bonifácio, por esse e outros atos; e determinando ainda que fossem processados os membros da Junta de São Paulo, signatários da representação para o 'Dia do Fico'.

Além das deliberações das Cortes Portuguesas, os mensageiros entregaram uma carta de José Bonifácio e outra da Princesa Leopoldina, onde a fiel esposa recomendava ao marido que mantivesse a prudência e desse especial atenção aos conselhos do seu principal Ministro, que segundo informações vindas diretamente de Lisboa, davam conta do embarque de 7.100 soldados que, somados aos seiscentos que já haviam chegado à Bahia, tentariam atacar o Rio de Janeiro e esmagar os partidários da Independência. Diante disso, Bonifácio afirmava que só havia dois caminhos a seguir: o primeiro seria partir imediatamente para Portugal como exigiam as Cortes e lá ficar prisioneiro, desafortunada condição na qual já encontrava o pai do Príncipe, D. João VI; e o segundo caminho era seguir as recomendações da Maçonaria de permanecer no Brasil e de proclamar a Independência do país de uma vez por todas, “fazendo-se seu Imperador ou Rei”.

As cartas de D. Leopoldina e de José Bonifácio, enviadas juntamente com as ordens de Lisboa, mostravam a necessidade de uma decisão objetiva e imediata. A carta de D. Leopoldina terminava com a seguinte frase: “*Senhor, o pomo está maduro, colhe-o já*”.

José Bonifácio, por sua vez, enfatizava ao Príncipe que:

“Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos nada a esperar senão a escravidão e horrores. Venha Vossa Alteza Real, o quanto antes, e decida-se, porque irresolução e medidas de água morna para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça”.

Nicola Aslan¹ fornece novos e significativos detalhes:

“E então, D. Pedro, Iniciado na Loja 'Comércio e Artes', em 02 de agosto, viajando em seguida para São Paulo, em 14 de agosto, irritado com as notícias chegadas de Lisboa e que lhe foram entregues junto ao ribeirão do Ipiranga, aliadas às cartas de D. Leopoldina e de

¹ ASLAN (1997, p.99).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

José Bonifácio, lançaria o famoso grito de “Independência ou Morte!”, consumando a tão sonhada Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822”.

E Assis Cintra¹ revela que:

“[...] tudo tinha sido preparado pela Maçonaria para que em 1822 se vibrasse em todo o território nacional o grito de “Independência ou Morte”, profêrido pelo Príncipe Regente, nas margens do arroio do Ipiranga”.

Segundo a Ata² da Sessão do “Grande Oriente Brasileiro”, do dia 14 do 7º mês de 1822: *“[...] foi o Grande Oriente, a primeira corporação que tomou a iniciativa da Independência ao seu alcance por meio dos seus membros para ser levada a efeito em todas as províncias”.*

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque³ enfatiza:

“Não há o que discutir, a proclamação de nossa Independência, verdadeiramente assinalada com o ‘Fico’, em 09 de janeiro, declarada pela Maçonaria em 20 de agosto e consagrada em 07 de setembro, foi empreendimento maçônico”.

Assim, D. Pedro, após tomar conhecimento de tudo, proclamou a Independência com as seguintes palavras: *“INDEPENDÊNCIA OU MORTE!”*. E, dirigindo-se aos seus companheiros, ordenou que voltassem ao Rio de Janeiro⁴.

Quatro anos depois do “Grito do Ipiranga”, padre Belchior, que tinha a função de Guarda-roupa do Príncipe, e, portanto, pessoa de sua mais estrita confiança, discordante quanto à quantidade de cartas que segundo ele teriam sido cinco, escrevia:

“O Príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro. Eram elas: uma instrução das Cortes, uma carta de D. João, outra da Princesa, outra de José Bonifácio e outra ainda de Chamberlain, agente secreto do Príncipe em Lisboa. As Cortes exigiam o regresso imediato do Príncipe; a prisão e processo de José Bonifácio. A Princesa recomendava prudência e pedia que o Príncipe ouvisse os conselhos de seu Ministro. José Bonifácio dizia que só havia dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro das Cortes, como se encontrava D. João VI, ou ficar e proclamar a Independência do Brasil, ficando seu Imperador ou Rei. E Chamberlain informava que o partido de D. Miguel, em Portugal, estava vitorioso e que se falava abertamente na deserção de D. Pedro em favor de D. Miguel, enquanto D. João aconselhava ao filho obediência às leis portuguesas”.

O padre-maçom afirma ainda que pós tomar conhecimento do conteúdo das cartas, D.

¹ CINTRA (1934, p.21).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.141).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.215).

⁴ GOMES (1975, p.69-70).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Pedro arrancou da espada e declarou:

“As cortes me perseguem; chamam-me de rapazinho e de brasileiro. Verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero do Governo Português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal. Independência ou Morte!”.

Já Gustavo Barroso¹ assim relata o fato:

“Vindo se Santos para São Paulo, ao abeirar-se da cidade, à margem do Ipiranga, D. Pedro recebeu despacho do Rio de Janeiro que lhe davam, segundo se diz, notícias das ordens intransigentes das Cortes para a sua volta e do envio de expedições militares. A cavalo, rodeado dos Dragões de sua Guarda de Honra, uniformizados à austríaca, e dos membros da sua comitiva, arrancou da espada e pronunciou as palavras que abriram novos horizontes ao Brasil: ‘Independência ou Morte!’”.

Segundo vários outros estudiosos do assunto, era apenas uma declaração pública para tornar oficial algo que já havia sido resolvido nos subterrâneos dos templos maçônicos.

Sobre isso, Rio Branco², anotando Varnhagen, nos diz que:

“A Independência já fora proclamada pela Maçonaria na sessão de 20 de agosto, em assembleia geral do povo maçônico, reunido na sede do ‘Grande Oriente’, através das três Lojas metropolitanas, sob a presidência de Gonçalves Ledo”.

Não se sabe ao certo que papéis o futuro Imperador recebeu naquela ocasião. Diz-se somente que eram as aludidas notícias. Seria tão impossível assim que entre elas, houvesse uma “prancha” sobre essa assembleia do povo maçônico com as deliberações do mesmo para que o Príncipe proclamasse publicamente o que já havia sido decidido anteriormente?

Até mesmo porque se não contasse D. Pedro com o apoio integral da Maçonaria, talvez não tivesse disposto da coragem imprescindível para proferir o *“Independência ou Morte”*, em São Paulo. Ele mesmo já reconheceu que a Maçonaria estava apta a proclamar, por si só, nossa emancipação³.

Quanto ao grito: *“Independência ou Morte”*, não teve originalidade nenhuma. Na tarde de 07 de setembro de 1822, D. Pedro limitou-se a gritar o nome de uma “Palestra” do “Apostolado”. Não houve, portanto, originalidade na frase mencionada, de modo que ninguém sabe se na pressuposta “prancha” recebida do “Grande Oriente Brasileiro” ou do “Apostolado” não

¹ BARROSO (1939, p.224).

² VARNHAGEN (2010, p.132).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.196).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

constavam aquelas três palavras¹.

O eminente historiador Francisco Adolfo Varnhagen² acredita nesta hipótese, quando afirma com toda a convicção que:

“‘Independência ou Morte’ era a denominação de uma das Palestras da sociedade secreta ‘Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’, conhecida por ‘Apostolado’. Sabe-se hoje que essa sociedade, fundada por José Bonifácio, começou a funcionar a 02 de junho de 1822. D. Pedro era, com o título de Arconte-Rei, o presidente, sendo José Bonifácio (já então Grão-Mestre da Maçonaria) seu Lugar-Tenente”.

Segundo Amando Caiuby³:

“[...] o próprio brado ‘Independência ou Morte’ era o nome dado a uma Loja subordinada ao ‘Apostolado’”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque⁴ acrescenta:

“Possuía o ‘Apostolado’ rituais próprios, liturgia bastante severa e sinais e palavras de reconhecimento exprimindo motivos patrióticos, o que evidenciava os fins políticos da sociedade. Assentava-se a organização sobre três colunas fundamentais (Palestras), que por sua vez orientavam e dirigiam as pequenas assembleias locais (Decúrias). As ‘Palestras’ constituíam de três poderes distintos: ‘Independência ou Morte’, ‘Firmeza e Lealdade’ e ‘Pátria Redimida’”.

E assim foi feita a Independência do Brasil, com o pleno conhecimento de D. João VI e com a participação efetiva de D. Pedro I, amparado pelo trabalho da Maçonaria, que se tornara, na época, uma forte corrente política⁵.

A POLÊMICA DO 20 DE AGOSTO X 09 DE SETEMBRO

Uma grande corrente de historiadores afirma que em 20 de agosto de 1822, é que foi de fato decidida a Independência do Brasil, em uma sessão da Maçonaria fluminense presidida por Gonçalves Ledo⁶.

De acordo com Arci Tenório D’Albuquerque⁷:

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.195).

² VARNHAGEN (2010, nota do Barão do Rio Branco).

³ CAIUBY (1949, p.166).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.214-215).

⁵ (CASTELLANI, 2007).

⁶ CINTRA (1923, p.66).

⁷ D’ALBUQUERQUE (1971, p.22).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

“No ‘Livro de Atas’ das sessões do ‘Grande Oriente Brasileiro’ (Ano 1º, ata de 20 do 6º mês maçônico de 1822) conta-se que, tendo sido convocado os maçons, membros das três Lojas metropolitanas, em uma sessão extraordinária, presidida pelo Primeiro Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, no impedimento do Grão-Mestre, aquele proferiu do sôlio um veemente discurso demonstrando, com sólidas razões, que as circunstâncias políticas da Pátria do rico, fértil e poderoso Brasil, demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da Independência”.

“Explicou o mesmo Grande Vigilante a necessidade de ser a sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da Pátria ficassem convencidos, pelos debates, de que a proclamação da Independência era a âncora da salvação do Brasil. Em consequência do que dando a palavra a quem quisesse especificar os seus sentimentos, falaram vários membros e todos aprovaram a moção, reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a Independência do Brasil”.

Segundo Osvaldo Pereira da Rocha¹:

“A Maçonaria Brasileira, no Rio de Janeiro, com suas Lojas ‘Comércio e Artes’, ‘União e Tranquilidade’ e ‘Esperança de Niterói’, em assembleia geral do povo maçônico, a 20 de agosto de 1822, aprovou moção de Gonçalves Ledo, de proclamação da nossa Independência; e com a imprensa como aliada, uniram forças contra a postura recolonizadora da Corte Portuguesa”.

Já Tarquínio de Souza² explica que:

“O grupo da Maçonaria também não queria perder um só momento. Em sessão de 20 de agosto, Ledo proclamara a necessidade de firmar-se logo, não só a Independência do Brasil, como a realeza constitucional e hereditária do Príncipe Defensor Perpétuo”.

Assis Cintra³ também se refere ao fato da seguinte forma:

“Num inflamado discurso, no ‘Grande Oriente’, sessão de 20 de agosto, Gonçalves Ledo proclamou a Independência do Brasil. Por toda a parte os maçons turbilhonavam, despertando o sentimento da liberdade”.

E Tenório D’Albuquerque⁴ não tem nenhuma dúvida:

“É fora de dúvida, que a Independência do Brasil foi decidida e proclamada no ‘Grande Oriente do Brasil’, em 20 de agosto de 1822. O ‘Grito do Ipiranga’ foi tão somente a rati-

¹ ROCHA (2015, p.7).

² SOUZA (1988, p.442).

³ CINTRA (1928, p.134).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.195).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

ficção, o ato público”.

Manuel de Oliveira Lima¹ igualmente apoia essa versão, com a seguinte afirmação:

“Aliás, seus companheiros (de D. Pedro) fizeram-no Mestre na sessão imediata (16 de julho) e Grão-Mestre durante a sua viagem a São Paulo, na ausência de José Bonifácio do seu lugar, ocupado por Ledo. Este presidiu igualmente a memorável sessão de 20 de agosto em que, no dizer da ata, demonstrou a urgente e imperiosa exigência de se firmar a Independência do Brasil”.

Assim como João Pandiá Calógeras²:

“A 20 de agosto, o ‘Grande Oriente’ proclamou, por proposta de Ledo, que era chegado o tempo da separação definitiva e completa de Portugal”.

Ao que o referido autor ainda complementa³:

“Nos centros dirigentes da Maçonaria se instituiu imediatamente o estudo por verificar se não era chegado o momento de separação definitiva e completa. A 20 de agosto de 1822, Ledo, aos aplausos de todo o ‘Grande Oriente’, expunha o problema e resolvia pela afirmativa. Adiou-se apenas a proclamação das decisões obtidas para permitir a adesão das províncias, com que de antemão contavam. Sintoma característico de colaboração e de íntima união de pensamento e de atos, o ‘Grande Oriente do Brasil’, a 23 de agosto, discutia e aprovava a medida proposta três dias antes por Joaquim Gonçalves Ledo, e tomava as providências necessárias para que a aclamação de D. Pedro se fizesse em todas as províncias coligadas”.

Que Francisco Adolfo Varnhagen⁴ reforça:

“No dia 23, realizou-se outra sessão, ainda presidida por Gonçalves Ledo, onde continuou-se a discussão; e, por proposta sua, foram nomeados os emissários que deviam ir tratar da aclamação nas diferentes províncias, entre eles Januário da Cunha Barbosa, designado para ir a Minas; João Mendes Viana para Pernambuco e o Brigadeiro José Egídio Gordilho da Barbuda para a Bahia. Vários maçons ofereceram as somas necessárias para as despesas de viagem dos comissários”.

E Tenório D’Albuquerque⁵ finaliza:

“Devemos salientar ainda que, em 20 de agosto, ficou resolvido pelo ‘Grande Oriente do Brasil’, a emancipação do Brasil e paralelamente, na mesma data, foi fixado o próximo dia 12 de outubro, aniversário do Príncipe Regente, para a solenidade de aclamação do

¹ LIMA (1972, p.264).

² CALÓGERAS (1941, p.109).

³ CALÓGERAS, (1933, p.466-467).

⁴ VARNHAGEN (2010, p.205 – nota do Barão do Rio Branco).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.200).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

mesmo como Imperador do Brasil”.

Entretanto, no tocante à polêmica do dia 20 de agosto, existem duas versões antagônicas para o mesmo fato. Uma versão diferente da anteriormente apresentada relata que – não no dia 20 de agosto e sim no dia 09 de setembro de 1822 – o “Grande Oriente” realizou uma sessão extraordinária em que tratou da Independência. A notícia dos acontecimentos do dia 07, em São Paulo, não havia ainda chegado ao Rio de Janeiro. Já o Príncipe, com a sua comitiva, somente chegariam ao Rio no dia 14 de setembro, à noite.

De acordo com os defensores dessa versão, nessa sessão, Gonçalves Ledo, como Primeiro Grande Vigilante, na presidência dos trabalhos, no impedimento e ausência do Grão-Mestre de ofício José Bonifácio, dirigiu ao plenário um enérgico discurso em que, com as mais sólidas razões, demonstrou que as políticas circunstantes da pátria exigiam imperiosamente a proclamação da Independência. A moção foi aprovada por unanimidade e com simultânea aclamação.

Segundo esta vertente historiográfica, a dita reunião do “Grande Oriente” foi convocada na ignorância dos acontecimentos havidos em São Paulo, e por certo sob impressão pelas graves notícias trazidas das Cortes Lusitanas pelo navio “Três Corações”, chegado ao Rio no dia 28 de agosto¹.

A versão em questão preconiza que o fato é erroneamente dado como ocorrido em 20 de agosto, convindo, portanto, esclarecer que à época da Independência, o calendário maçônico utilizado pelo “Grande Oriente” para os seus registros, era o mesmo utilizado pela Loja “Comércio e Artes” desde 1815. Este calendário seguia bem de perto o calendário religioso hebraico, que se inicia em 21 de março (equinócio de inverno).

E que o maçom José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, em nota à obra de Francisco Adolfo Varnhagen, a despeito de uma informação equivocada de Manoel Joaquim de Meneses sobre ser o dia 1º de março o de início do ano maçônico no calendário do “Grande Oriente” na época da Independência do Brasil, querendo corrigir a informação, na conversão dos calendários, encontrou a data de 20 de agosto no lugar de 09 de setembro e mudou para a primeira, uma data que estava certa.

Arci Tenório D’Albuquerque², por sua vez, discorda veementemente desse ponto de vista, afirmando enfático que:

“Francisco A. Varnhagen (História da Independência do Brasil, p.204) equivocadamen-

¹ GOMES (1975, p.77-78).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.198).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

te declarou que a sessão maçônica em que se proclamou a Independência do Brasil, realizou-se a 09 de setembro. Corrigindo-o, o Barão do Rio Branco escreveu uma extensa nota, que figura da mesma página do citado livro”.

Varnhagen¹ registra o fato da seguinte forma:

“A verdade é que, antes mesmo de poderem chegar ao Rio de Janeiro as resoluções do Príncipe tomadas em São Paulo, já a proclamação da nossa Independência se resolvia no Rio de Janeiro, no ‘Grande Oriente’, em sessão de 09 de setembro”.

Nicola Aslan² defende essa versão com a seguinte explicação:

“Ignorando ainda, o que se passara no Ipiranga, em sessão na Loja ‘Comércio e Artes’, presidida pelo 1º Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, o ‘Grande Oriente do Brasil’ aprovava e aclamava, por unanimidade uma proposta de Gonçalves Ledo para a proclamação da Independência e da realeza constitucional na pessoa de D. Pedro, em 09 de setembro”.

Aqui cabe uma ressalva para correção de um pequeno equívoco do referido Autor: a dita sessão ocorreu na sede do “Grande Oriente” e não na “Loja Comércio e Artes”.

Jorge Muniz Barreto³, igualmente partidário dessa versão, completa:

“Sem saber do ocorrido, em 09 de setembro de 1822, Ledo que era o 1º Grande Vigilante, no impedimento do Grão-Mestre José Bonifácio, dirigindo a sessão, trouxe a discussão sobre a Independência do Brasil. Ledo falou da necessidade de se discutir o assunto. Todos aprovaram a moção, reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a Independência do Brasil; e de ser aclamado Imperador o Príncipe D. Pedro. Estava novamente proclamada a Independência do Brasil, agora pela segunda vez”.

Sem alcançar-se um consenso sobre o tema, em junho de 1957, em Belém do Pará, realizou-se a “V Mesa Redonda da Maçonaria Regular do Brasil”, onde, sob proposição da “Grande Loja de Santa Catarina”, foi instituído o “Dia do Maçom”, sendo escolhida, para as comemorações, a data de 20 de agosto, “in memoriam” daquele 20 de agosto de 1822, em que durante reunião da Assembleia Geral do “Grande Oriente”, com a representação das Lojas Metropolitanas do Rio de Janeiro “Comércio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança” de Niterói, Gonçalves Ledo, num vibrante discurso, fez sentir a necessidade de ser urgentemente proclamada a Independência do Brasil.

Posteriormente chegou-se à conclusão de que aquela memorável reunião foi realizada no

¹ (VARNHAGEN, 2010).

² ASLAN (1997, p.99-100).

³ BARRETO (2015, p.15).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

dia 09 de setembro, ou seja, dois dias depois do “*Grito do Ipiranga*”, mas dada como 20 de agosto, em resultado de um erro de cálculo na conversão dos calendários¹.

Por tudo isso, e após muito refletirmos sobre o assunto, chegamos às seguintes conclusões sobre a polêmica “*20 de agosto X 09 de setembro*”:

1. A explicação para a determinação do dia 20 de agosto baseou-se na histórica sessão conjunta das Lojas “Comércio e Artes”, “Esperança de Niterói” e “União e Tranquilidade”, no Rio de Janeiro, onde Gonçalves Ledo, ocupando o cargo de 1º Grande Vigilante pronunciara um inflamado discurso, fazendo sentir a necessidade de se proclamar a Independência do Brasil, cuja proposição foi aprovada pelos presentes e registrada em ata no 20º dia do 6º mês maçônico do Ano da Verdadeira Luz de 5822 (segundo o calendário hebraico), interpretado por vários autores e estudiosos da Maçonaria como o dia 20 de agosto de 1822. Ainda segundo alguns autores, uma cópia da ata dessa sessão teria sido encaminhada imediatamente a D. Pedro I, que se encontrava viajando e a recebeu às margens do riacho Ipiranga, em 07 de setembro de 1822, ocasião em que, após ler a correspondência, proclamou oficialmente a Independência do Brasil, talvez por encontrar respaldo e mesmo uma determinação da Maçonaria brasileira para que fosse tomada tal medida.

2. Em contrapartida, outro grupo de autores, discordando da explicação anterior, refere-se à mencionada data como um erro histórico, dada pela utilização do calendário gregoriano, ao invés do calendário equinocial, comumente utilizado para o registro da sessão, e segundo o qual, o ano se inicia no dia 21 de março e não no dia 1º do referido mês, transportando a reunião supra mencionada para o dia 09 de setembro de 1822. O que não retira e nem ofusca, de forma alguma, a importância histórica inerente àquela reunião, pois segundo esses autores, ignorando-se o que se passara no Ipiranga em 07 de setembro, pois para se viajar de São Paulo ao Rio de Janeiro eram necessários 05 dias inteiros de cavalgada ininterrupta – o meio de transporte mais rápido da época – o “Grande Oriente” realizava a sua polêmica 14ª Sessão, no dia 09 de setembro de 1822 e não em 20 de agosto.

3. De qualquer forma, o 20 de agosto (como também poderia muito bem ter sido o dia 09 de setembro) foi escolhido para as comemorações do “Dia do Maçom”, porque foi, presumidamente nessa data, que a nação brasileira definitivamente decidiu tornar-se independente de Portugal, por força e decisão da Maçonaria.

Assim podemos afirmar, com toda a convicção, que concordamos, em gênero, número e grau, com a Ata do “Grande Oriente Brasileiro” do dia 14 do 7º mês maçônico (setembro) de

¹ GOMES (1975, p.100).

1822, na qual consta que:

“Foi o ‘Grande Oriente’ a primeira corporação que tomou a iniciativa da Independência ao seu alcance, por meio de seus membros, para ser levada a efeito, em todas as províncias brasileiras”.

PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS APÓS O “GRITO DO IPIRANGA”

Com a participação ativa dos maçons, movimentando a opinião pública, despertando na consciência nacional a ânsia de liberdade, foi proclamada a Independência do Brasil, às 16 horas e 30 minutos do dia 07 de setembro de 1822.

Graças à linha de ação adotada pela Maçonaria brasileira e as providências tomadas pela mesma logo após o “Grito do Ipiranga”, se as guerras da Independência da América espanhola tinham durado quinze anos, no Brasil, estender-se-iam por apenas quinze meses. E enquanto o Império Americano da Espanha se desfizera em pedaços, a integridade do Brasil seria preservada. Resultado tão notável foi fruto direto de uma atuação firme, destemida e inteligente da Maçonaria brasileira na preparação, consecução e consolidação da nossa Independência.

Enquanto o Príncipe, por sua parte, continha entretida a tropa, trabalhavam nos clubes maçônicos José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, padre Januário da Cunha Barbosa, Manuel Alves Branco Muniz Barreto e outros, deliberando acerca do modo mais conveniente de se organizar no Brasil um governo perpetuamente livre¹.

No dia 09 de setembro, o Príncipe, com a sua comitiva, iniciou a viagem de volta ao Rio de Janeiro, aonde só chegaria na noite de 14 de setembro, num sábado. Evidentemente, no dia seguinte, senão a cidade toda do Rio de Janeiro, os altos dirigentes políticos, mais as dignidades maçônicas do “Grande Oriente” já estavam a par dos acontecimentos do dia 07. Entretanto, nenhum comentário foi feito na reunião de Assembleia Geral do “Grande Oriente” do dia 15, domingo, ocupando-se os congressistas unicamente no processamento do ato de “Aclamação do Príncipe”. Uma vez já proclamada a Independência, propôs Gonçalves Ledo, na presidência dos trabalhos, que, tendo sido os maçons os primeiros a darem o impulso para a Independência, parecia-lhe acertado que da Maçonaria se enviasse às províncias emissários encarregados de propagar a opinião abraçada e dispor os ânimos dos povos a esta grande e gloriosa obra, fazendo-se as despesas aos empregados nesta importante comissão, com os fundos que se achavam em caixa no “Grande Oriente”, posto que, destinados para os ornatos e decoração

¹ VARNHAGEN (2010, p.132).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

do Templo, pareciam-lhe melhor empregados na causa pública. A partir de então foi intenso o trabalho desenvolvido pelos maçons da cidade do Rio de Janeiro, no sentido de apressarem o ato da “Aclamação do Imperador”¹.

Sobre os emissários da Maçonaria, o Almirante Lucas Alexandre Boiteux², registra que:

“A nobre ideia de Independência dominava todos os corações. Para todos os pontos partiram emissários. À Santa Catarina veio, mandado pela Maçonaria, Alexandre José Tinoco, que se havia oferecido para levantar o povo a favor de tão alevantada causa”.

Ao que o historiador Pandiá Calógeras³ reforça de forma enfática:

“Mensageiros percorriam o país em todos os rumos, para se manter aceso e vivo o sentimento autonomista e não permitir ao entusiasmo decrescer. À frente do movimento enérgico e vivaz, achavam-se a Maçonaria e os maçons”.

Assim, foi obra da Maçonaria transmitir o legado da Independência às regiões mais distantes e isoladas do país. Um exemplo foi a longínqua Vila de Parnaíba, responsável pelo primeiro grito de Independência no Piauí, em outubro daquele mesmo ano. Conforme descreve o historiador Wilson de Andrade Brandão⁴, a iniciativa partiu da Loja Maçônica local, liderada pelo juiz João Cândido de Deus e Silva e pelo Coronel Simplício Dias da Silva.

Mais uma notável demonstração da indiscutível influência que teve a Maçonaria brasileira na proclamação e na consolidação da nossa emancipação política, está no “*Hino da Independência*”, cujo autor da letra foi o maçom Evaristo da Veiga e o da música, outro maçom: o Príncipe D. Pedro⁵.

UMA INESPERADA HOMENAGEM

Faltava uma hora para o pôr do sol quando a comitiva de D. Pedro entrou em São Paulo, sendo saudada pelos sinos das igrejas e pelos escassos moradores que se aglomeravam nas ruas de terra batida. Exausto, o Imperador recolheu-se ao Palácio dos Governadores.

As notícias dos extraordinários acontecimentos daquela tarde do dia 07 de setembro, às margens do Ipiranga se espalharam rapidamente. Um pequeno grupo de maçons paulistanos reuniu-se para decidir o que fazer. Era preciso homenagear o Príncipe, mas ninguém sabia exatamente como proceder. Não havia tempo para prepararem uma recepção de gala ou um *te-*

¹ GOMES (1975, p.71-72).

² (BOITEUX, 1930).

³ CALÓGERAS (1941, p.103).

⁴ BRANDÃO (2006, p.138-140).

⁵ GOMES (1975, p.74).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

déum, como a circunstância requeria. Decidiram então improvisar, aproveitando a encenação da peça “*O Convidado de Pedra*”, marcada para aquela noite no Teatro Municipal, uma vez que sabiam que D. Pedro apreciava teatro e havia confirmado presença no camarote principal.

D. Pedro entrou no teatro exatamente às 21h30min e, como já era previsto, dirigiu-se ao camarote principal, sem suspeitar da homenagem que lhe prestariam os maçons da cidade.

O grupo dos maçons presentes no Teatro Municipal de São Paulo, naquela memorável noite, era composto pelos padres Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, José Antônio dos Reis, Ildefonso Xavier Ferreira e Vicente Pires da Mota, além de José Inocêncio Alves Alvim, José Antônio Pimenta Bueno e Antônio Mariano de Azevedo Marques, professor de matemática e fundador, no ano seguinte, da imprensa paulista ao lançar o jornal manuscrito “O Paulista”.

Antes que o espetáculo começasse, o padre-maçom Ildefonso Xavier Ferreira levantou-se de pé no camarote 11, onde se reunia o grupo dos maçons e se dirigiu à plateia, gritando em alto e bom tom: “*Viva o primeiro Rei brasileiro!*”.

Para seu alívio e dos demais, D. Pedro, embora demonstrando certa surpresa, inclinou-se em sinal de aprovação e de agradecimento. Era a deixa perfeita para que todo o teatro literalmente explodisse em tríplice repetição ao inusitado brado levantado pelos maçons paulistas.

A ACLAMAÇÃO DO IMPERADOR

Cumprido recordar que já em 30 de abril de 1822 Gonçalves Ledo publicou em “O Revérbero Constitucional”, um artigo com o seguinte trecho:

“Príncipe, só assim baquearão de uma vez os cem dragões que surgem e procuram devorar-nos. Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo Império”.

Já estava implícito aí, o título de Imperador a ser conferido posteriormente a D. Pedro¹.

Temos hoje certeza de que a ideia e a resolução primeira da proclamação de D. Pedro como Imperador, e até a designação para o dia 12 de outubro, foi exclusiva da Maçonaria².

Conforme o historiador Paulo Rezzuti (2015):

“A Maçonaria influenciou o processo de Independência e, depois do Sete de Setembro, reuniões em Lojas Maçônicas pediam ajuda aos irmãos para que D. Pedro fosse reconhecido como Imperador Constitucional do Brasil”.

No dia 14 de setembro, D. Pedro chegou de São Paulo. Chovia torrencialmente no Rio

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.217).

² VARNHAGEN (2010, p.214).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

de Janeiro. Na mesma noite, compareceu ao “Grande Oriente do Brasil” e tomou posse do cargo de Grão-Mestre. Gonçalves Ledo era o 1º Grande Vigilante. No mesmo dia, Joaquim Gonçalves Ledo redigiu uma patriótica proclamação ao povo brasileiro, a primeira divulgação oficial do governo da nação, depois da Independência. No dia 16, seria esta proclamação fartamente distribuída ao povo¹.

Na mesma noite em que D. Pedro voltou de São Paulo e tomou posse do lugar de Grão-Mestre, Alves Branco Muniz Barreto aclamou-o Imperador no recinto do Templo².

Segundo Rocha Martins³, o povo maçom elegera o seu monarca no segredo das Lojas Maçônicas, quando o brigadeiro Alves Branco, subindo a uma mesa, bradara três vezes:

“Viva o Sr. D. Pedro de Alcântara, Primeiro Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil!”.

Francisco Adolfo Varnhagen⁴ assim descreve o mesmo fato:

“No Rio de Janeiro, em sessão de 14 de setembro do ‘Grande Oriente do Brasil’ ficou definitivamente preferido o título de ‘Imperador’, por proposta do brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto”.

Ao que o referido autor complementa⁵:

“E no dia 23 de setembro de 1822, realizou-se outra sessão da Maçonaria, desta vez no Rio de Janeiro, presidida por Gonçalves Ledo, onde continuou-se a discussão sobre a necessidade de uma ‘Aclamação Pública Oficial’ do Imperador e, por proposta sua, foram nomeados os emissários que deveriam tratar da oficialização desta aclamação nas diferentes províncias do país, dentre os quais: o cônego Januário da Cunha Barbosa, designado para ir a Minas; João Mendes Viana para Pernambuco e o brigadeiro José Egídio Gordilho da Barbuada para a Bahia. Vários maçons ofereceram as somas necessárias para bancar as caras despesas de viagem dos comissários”.

Conforme nota do Barão de Rio Branco, à pág. 213 de *“História da Independência do Brasil”* de Varnhagen⁶, eis a transcrição da proclamação de Joaquim Gonçalves Ledo:

“Cidadãos! A Liberdade identificou-se com o terreno americano; a Natureza nos grita: Independência; a Razão nos insinua; a Justiça o determina; a Glória o pede. Resistir-lhe é crime; hesitar é dos covardes; somos homens, somos brasileiros. Independência ou Morte!”

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.217-218).

² MONTEIRO (1981, p.548).

³ MARTINS (1922, p. 231).

⁴ VARNHAGEN (2010, p.212 – nota do Barão do Rio Branco).

⁵ VARNHAGEN (2010, p.205 – nota do Barão do Rio Branco).

⁶ VARNHAGEN (2010, p.213 – nota do Barão do Rio Branco).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Eis o grito de Honra, eis o brado nacional que dos corações assoma aos lábios, e rápido ressoa desde as margens do corpulento Prata, quase a tocar nas do gigantesco Amazonas. A impulsão está dada; a luta encetou-se; tremam os tiranos, a vitória é nossa. Coragem! Patriotismo! O Grande Pedro nos defende; os destinos do Brasil são os seus destinos. Não consintamos que outras províncias, mais do que nós, se mostrem agradecidas. Eis um grande passo, e tudo está vencido. Aclamemos o digno herói, o magnânimo Pedro, nosso primeiro Imperador Constitucional. Que esse feito assombre a Europa; e, recontado por milhares de cidadãos em todos os climas do Universo, leve à posteridade o festivo anúncio da Independência do Brasil”.

A “Aclamação Pública Oficial” do Imperador, arquitetada pela Maçonaria carioca, teve lugar no dia 12 de outubro, data natalícia de D. Pedro. A cidade apresentava aspecto festivo¹. O dia se apresentava nublado e chuvoso, mas nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira grande festividade cívica do Brasil independente. Logo ao amanhecer, as fortalezas situadas na entrada da Baía da Guanabara, bem como os navios da esquadra ancorados no porto dispararam saraivadas de tiros de canhão, numa ensurdecidora homenagem ao grande dia.

O centro da praça onde aconteceria a cerimônia ostentava os novos símbolos nacionais criados por decreto de D. Pedro I no dia 18 de setembro: o escudo das armas verde-amarelo e o distintivo que combinava elementos da heráldica portuguesa, como a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo, com motivos tropicais como um ramo de café e outro de tabaco ao redor de um campo verde. Era uma simbologia de duplo sentido. O verde representava as florestas brasileiras, mas também era a cor da tradição no escudo real da família Bragança, enquanto o amarelo remetia simultaneamente ao ouro brasileiro e à cor da casa de Lorena usada pelos Habsburgo da Imperatriz Leopoldina na Áustria².

D. Pedro, que completava 24 anos naquele dia, saiu do Palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, às dez horas da manhã, acompanhado por D. Leopoldina e pela filha mais velha, a princesa D. Maria da Glória. À frente do cortejo vinha a guarda de honra, precedida por oito batedores. Em seguida, marchavam três rapazes de origens distintas, um índio, um negro e um mulato, representando a diversidade racial brasileira. E então vinha o coche imperial, ladeado por quatro pajens e escoltado por mais um destacamento da guarda de honra. Dois outros carros que transportavam autoridades e camaristas do palácio fechavam o séquito.

¹ GOMES (1975, p.74).

² SCHWARCZ (2002, p.388).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com gritos e vivas da multidão. Subiu no palanque onde já se encontravam os ministros e outras autoridades, ocasião em que foi proferido um eloquente discurso pelo maçom José Clemente Pereira, à época presidente do Senado da Câmara. Após o término do discurso de José Clemente Pereira, D. Pedro aceitou pública e solenemente o título de Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil¹.

O povo reagiu sacudindo lenços brancos com entusiasmo nunca antes visto no Brasil, ao mesmo tempo em que a cidade novamente estremecia ao som de 101 tiros de canhão, seguidos de duas cargas de infantaria.

Terminada a cerimônia, D. Leopoldina e a filha foram embora de carruagem, enquanto D. Pedro I preferiu seguir a pé até a Capela Imperial, passando ao longo do trajeto sob cinco arcos triunfais especialmente construídos para a ocasião, enquanto flores eram arremessadas das janelas e sacadas por onde passava.

Na Capela, assistiu ao “*te-déum*”²; e finalmente seguiu para o Paço Imperial onde foi recebido com uma nova saraivada de 101 tiros de canhão, para a última etapa das celebrações, encerradas com a tradicional cerimônia do beija-mão³.

A CERIMÔNIA DE COROAÇÃO DO 1º IMPERADOR DO BRASIL

O Brasil estava separado de Portugal e preparava-se para viver a sua própria história⁴.

De início, a coroação e a sagração de D. Pedro foram marcadas para 24 de novembro. Posteriormente, adiaram-se as solenidades para o dia 1º de dezembro, que também correspondia ao aniversário da aclamação de D. João VI. E ambas foram solenidades pomposas⁵.

Após o ritual eclesiástico de “Sagração”, em que foi consagrado o Imperador pelo bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, 8º Bispo da Diocese do Rio de Janeiro e uma figura proeminente da Maçonaria local, tendo alcançado o grau 33, e que havia sido precedido pelo sermão do frei maçom Francisco de Jesus Sampaio – o qual, em uma clara influência maçônica, tomara por tema “*A Unção de Salomão*” –, o Imperador, já no Trono, firmou o seu juramento sobre o Evangelho Sagrado.

A “Coroação”, por sua vez, teve lugar em uma cerimônia pomposa, que também ocorreu

¹ GOMES (2010, p.209-211).

² Ritual de ação de graças da Igreja Católica (nota do autor).

³ Antiga tradição da monarquia portuguesa, na qual os súditos faziam fila para beijar a mão do soberano e prestar-lhe homenagem (nota do autor).

⁴ GOMES (1975, p.74).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.218).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

no dia 1º de dezembro, cujo plano do cerimonial fora apresentado por uma comissão composta por José Bonifácio, o bispo e o capelão-mor e Frei Antônio da Arrabida, antigo mestre do Imperador.

Para o Cerimonial adotou-se parte do que tivera lugar na sagração de Napoleão I, combinado com o que se praticava à época na Áustria, inclusive encenando-se a bela cerimônia de coroação húngara, de se fender o ar com a espada¹.

Pedro Calmon², assim descreve a deslumbrante cerimônia:

“Às 09 e meia da manhã do dia 1º, as carruagens dobraram debaixo dos primeiros arcos triunfais no Campo de Santana. A velha sege de D. Pedro I, e outros coches dourados, importados em 1815 e 1817, com as suas esculturas barrocas e as suas coroas de bronze com segeiros de veludo e chapéus de três pancadas, como ‘Marialvas’, e sotas empavesadas como príncipes. Transportavam o Imperador, D. Leopoldina, as princesinhas, o ministério; as damas de verde e amarelo, os fidalgos de casaca e bicórnio à ‘Moda de Junot’, que o povo via, aurispendentes como imagens do fundo dos coxins cor de açafreão. Mas no Largo do Paço, o espetáculo era maravilhoso, um estrado ligava o palácio à capela, e cobria-o num imenso tendal de seda escarlata e ouro, que cortava em diagonal a praça. Os arqueiros formavam alas, de chapéu armado e calção branco, apoiados a alabardas de meia lua. Da Igreja jorrava uma luz de apoteose. As janelas das casas vomitavam tecidos ricos, que acenavam como grandes lenços, dando-lhes tons orientais; e no ar claro, refrescado pela viração, o bimbalar dos sinos trepidava. No mar fronteiro, os navios embandeirados em arco, ajuntavam-se como estranhos nenúfares policrômicos. O Imperador, sob o dossel, cujas varas os principais cortesãos empunhavam, atravessou num passo lento, quase nupcial por entre a ala dos arqueiros. À porta da capela, o bispo e capelão-mor e os coadjutores de pluvial, os diáconos balouçando turíbulos, aguardavam em círculo. D. Pedro I parou diante do prelado, cuja mitra semeada de lantejoulas fulgia ao sol e recebeu a aspersão, fazendo tilintar as esporas no mármore da nave, os rebeldes louros chamejantes, soberbo na sua mocidade robusta; e foi ajoelhar-se nos degraus do altar-mor. De um lado, o trono, com as suas iniciais pintadas no encosto, sobre pedestal suntuoso; do outro, a Imperatriz e as damas sobraçando os mantos verdes, a esperarem de pé. As tribunas estavam repletas: numa delas, risonha, a carnação saudável descoberta pelo raso decote, Domitila de Castro contemplava. O corpo diplomático arrumava-se junto do trono, com as suas fardas de gala. As plumas das senhoras mexiam-se,

¹ VARNHAGEN (2010, p.259).

² CALMON (1941, p.124-126).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

sobre os penteados franceses, como uma floresta alegórica; e as ondas de incenso, envolvendo em poeira sutil o quadro, velava-lhe os contornos, como para só tornar visível o Imperador. O juramento, proferiu-o em latim: 'Eu, Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, juro observar e constitucionalmente fazer observar as leis do Império; defender, conservar e manter a Religião Católica Apostólica Romana; observar e fazer observar, com todas as minhas forças, a sua integridade. Assim me ajudem Deus e os Santos Evangelhos'. Tomou as insígnias. Sobre as espáduas suspendeu o manto de veludo azul recamado de dragões e estrelas e esferas de fios de ouro, e a camurça de papos de tucano felpuda, dourada, que lhe orlou o pescoço com a penugem tenra; foi ungido; e sob um baldaquino de púrpura subiu ao trono onde se sentou gravemente. Rezou-se a missa solene. Em meio dela, o mestre de cerimônias levou o Imperador ao altar. O bispo retirou de sobre a almofada a coroa de ouro de 500 mil cruzados, e o coroou. Cingiu-lhe a espada. Entregou-lhe o maciço e longo cetro sobre o qual repousava o dragão heráldico de Bragança: D. Pedro voltou ao seu lugar, e se seguiram sermão e 'Te Deum'. À saída, o gonfaloneiro da Câmara proclamou: 'O Augusto Imperador D. Pedro I, primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil está coroado e elevado ao trono. Viva o Imperador!'"

A partir daí consolidou-se o movimento da Independência, desde a adesão do Brasil ao sistema constitucional até a "Aclamação" do Imperador, desde as manifestações políticas até a guerra aos portugueses, mas sempre orientado e/ou favorecido pelas Lojas Maçônicas e seus membros que a tudo dirigiam¹.

O FECHAMENTO DO GRANDE ORIENTE

Em 21 de outubro de 1822, em consequência de uma denúncia feita ao Imperador, de que "*alguns elementos do Grande Oriente*", contando com o apoio de alguns oficiais de tropa, tentariam depor os ministros, D. Pedro enviou à Gonçalves Ledo, o seguinte bilhete²:

"Meu Ledo: convindo fazer certas averiguações, tanto públicas como particulares na Maçonaria mando, primo como Imperador, secundo como Grão-Mestre que os trabalhos maçônicos se suspendam até segunda ordem minha. É o que tenho a participar-vos. Agora resta-me reiterar os meus protestos como Irmão.

¹ CALMON (1941, p.59).

² GOMES (1975, p.97).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Pedro Guatimozin – Grão-Mestre.

São Cristóvão, 21/outubro/1822.

PS – Hoje mesmo deve ter execução e espero que dure pouco tempo a suspensão porque em breve conseguiremos o fim que deve resultar das averiguações”.

Em 25 de outubro de 1822, o Imperador determinou o encerramento das atividades maçônicas. Diversos maçons foram presos. Gonçalves Ledo conseguiu fugir para a Argentina.

De acordo com a revista “Superinteressante”¹ de agosto de 2005:

“D. Pedro teve ascensão meteórica na fraternidade. Foi ‘Iniciado’ em 13 de julho de 1822 e promovido a Mestre 03 dias depois. Menos de 03 meses mais tarde, já era Grão-Mestre da ordem no Brasil, cargo máximo que poderia atingir. Na mesma velocidade, passaram-se apenas 17 dias até que, já Imperador, ele proibisse as atividades maçônicas no Brasil”.

Conforme o historiador e professor Marco Morel da UERJ:

“A Maçonaria é uma fraternidade e durante as sessões todos se tratam por irmãos e são iguais. Quando percebeu que nesse círculo ele poderia ter o seu poder questionado e não seria apenas ‘o Imperador’, D. Pedro deixou a ordem e proibiu seus trabalhos”.

Há, entretanto, quem afirme não haver sido o fechamento do “Grande Oriente” resultado das tendências republicanas ou monarquistas de alguns dos seus membros, mas sim do fato de haver sido exigido do Imperador, para melhor assegurar os princípios defendidos pela augusta instituição, que ele jurasse em Loja defender e seguir à risca a Constituição do Brasil, ainda não votada pela Assembleia Constituinte. E que essa exigência de juramento prévio tenha sido a verdadeira razão que o levara ao fechamento do “Grande Oriente”².

Outros defendem a ideia de que a rivalidade política que separava José Bonifácio e Gonçalves Ledo seria o motivo que haveria de levar D. Pedro I a suspender os trabalhos do “Grande Oriente do Brasil”.

Independentemente de ser baseado neste ou naquele motivo, o certo é que os maçons, que também eram deputados à “Assembleia Nacional Constituinte”, passara a atuar em forte oposição ao Imperador, que resolveu igualmente fechá-la, para então outorgar uma Constituição própria, em 24 de março de 1824, a qual duraria por todo o período imperial.

No entanto, esta medida que deveria ser somente provisória prolongou-se, por um con-

¹ REVISTA SUPERINTERESSANTE (Edição Virtual - Agosto/2005; p.6).

² GOMES (1975, p.98).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

curso de circunstâncias, permanecendo a Maçonaria extensivamente inativa até 1831¹.

E embora D. Pedro I tenha resolvido fechar o “Grande Oriente”, em 25 de outubro de 1822, permanecendo este adormecido até 1831, os trabalhos maçônicos continuaram, mesmo assim, a serem executados em Lojas individuais.

E então, os maçons tanto os do “Grande Oriente” como os do “Apostolado”, que tinham visto ambas as entidades serem sumariamente fechadas pelo Imperador, uniram-se contra ele, em um lento e progressivo processo de solapamento do Trono brasileiro, que viria a culminar na abdicação de 07 de abril de 1831, após o que seria imediatamente reinstalado o “Grande Oriente do Brasil”².

LEDO X BONIFÁCIO

A Maçonaria prega alguns princípios e os maçons os executam, geralmente segundo o seu discernimento e arbítrio. Por isto, como vimos, sempre houve na nossa história, maçons em campos opostos, “*irmãos contra irmãos*”. Quem estava certo e quem estava errado é difícil afirmar, uma vez que o passado jamais deve ser visto sob a perspectiva do presente, porque o que nos parece correto agora, em outras épocas – e mesmo no futuro – pode acabar adquirindo outras nuances e passar a ser visto de forma diferente.

Como a totalidade das associações humanas, a Maçonaria brasileira também sempre teve em seu seio duas alas distintas: a liberal e a conservadora, uma pugnando pelo progresso mediante mudanças de base radicais e a outra sem alterações abruptas e\ou substanciais. No terreno político, isto ficou bem evidenciado nos séculos XVIII e XIX, quando os maçons, nas suas atividades políticas, estiveram divididos em dois grupos de atuação bastante distintos: os republicanos (liberais) e os monárquico-constitucionalistas (conservadores).

Em relação ao período que antecedeu a Independência do Brasil e logo após o mesmo, esses dois pólos, antagônicos entre si, foram representados pelos grupos de Joaquim Gonçalves Ledo (liberais republicanos) e de José Bonifácio de Andrada e Silva (conservadores monarquistas-constitucionais).

Desde o início podemos constatar as divergências de opinião que existiam entre os dois.

Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847) nasceu em 11 de dezembro de 1781, em Cachoeira de Macacu, RJ. Filho de Antônio Gonçalves Ledo e Antônia Maria dos Reis Ledo, com 14

¹ ASLAN (1997, p.100).

² (CARVALHO, 2016)

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

anos de idade seguiu para Portugal a fim de completar os estudos e matriculou-se na Universidade de Coimbra. A morte do pai, porém, obrigou-o a retornar ao Brasil antes mesmo de concluir o curso. Aqui chegando, logo assumiu um cargo administrativo no “Arsenal de Guerra”, cargo que exerceu com proficiência, o que lhe valeu notável prestígio. E, por sua inteligência e cultura, revelou-se um dos melhores jornalistas de seu tempo. Imbuído dos ideais democráticos dos enciclopedistas, Ledo era realmente republicano, mas soube sufocar o seu ideal político ao sentir que só a monarquia constitucional poderia fazer e consolidar a Independência. Foi, no conceito da História, um dos maiores artífices da Independência e um dos amigos mais sinceros e leais de D. Pedro I. Extraordinariamente modesto, lutou intimoratamente pela Independência com sincero amor, e não por ambição de cargos, ou de títulos e honrarias. Recusou, por duas vezes, ser Ministro de D. Pedro, da mesma forma procedendo em relação ao título de Marquês que o monarca quis lhe oferecer em 04 de outubro de 1822. Se exerceu durante várias legislaturas, o mandato de Deputado pela Província do Rio de Janeiro, foi porque essa honra lhe vinha do povo. Faleceu em sua fazenda, no Sumidouro, RJ, a 19 de maio de 1847¹.

Ainda durante a invasão francesa à Portugal, enquanto José Bonifácio, à frente do “Batalhão de Estudantes” – que por ele fora organizado e era formado, em sua maior parte, por estudantes da Universidade de Coimbra – combatia diretamente as tropas napoleônicas; Gonçalves Ledo, de Portugal, escrevia para seu irmão Custódio, que estudava medicina em Londres, dizendo que não iria combater ao lado dos opressores de sua Pátria e que em breve partiria para o Brasil, a fim de organizar a primeira Loja, que seria o centro da propaganda liberal no país nascente, segundo os seus anseios².

Em contrapartida, após ter servido à Coroa Portuguesa por 36 anos na Europa, José Bonifácio recebeu, em 1819, aos 56 anos de idade, autorização para retornar ao Brasil. Acreditava já ter cumprido o seu destino. O que não imaginava, contudo, era que o seu grande papel na História ainda estava por acontecer.

O velho Andrada, até o fim de 1821, não quis a Independência do Brasil, porque a julgava perniciosa ao País, determinando-lhe, talvez a desagregação, e também porque se o Brasil se separasse de Portugal, ele perderia os \$12.000 por ano, com que lhe abonava o erário real português³. José Bonifácio esteve à frente do Ministério de D. Pedro por escassos 18 meses, de janeiro de 1822 a julho de 1823, mas faz-se mister admitir, no entanto, que nenhum outro homem público realizou tanto em tão pouco tempo.

¹ GOMES (1975, p.82-83).

² CALVET (1975, p.66). Ver “ANEXO 02: Carta de Gonçalves Ledo (1808)”.

³ CINTRA (1934, p.76).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Também não se pode dizer que a Independência tenha sido obra de um só homem (D. Pedro), porque era uma aspiração nacional e foi elaborada no seio das classes superiores do país, reunidas nos templos maçônicos. Teve, assim, os seus colaboradores magnos. Gonçalves Ledo foi o agitador destemido da grande ideia, na tribuna, na imprensa, no “Grande Oriente”; e José Bonifácio, acomodando-se às circunstâncias do momento nacional, aceitando os acontecimentos que a Maçonaria precipitava, o qual foi, no governo de D. Pedro, o espírito de organização, de trabalho e de ordem – o grande estadista do Primeiro Reinado. E os dois completavam-se¹.

No que se refere à Independência, porém, o trabalho de Ledo superou em muito o de José Bonifácio, que se interessou e trabalhou mais pela conservação da união entre o Brasil e Portugal do que pela Independência do Brasil propriamente dita. Somente quando viu vitorioso o movimento emancipador, o velho Andrada resolveu aderir a ele².

Mas então, a 04 de outubro de 1822, D. Pedro ofereceu à Gonçalves Ledo o título de Marquês da Praia Grande, que foi por este recusado, com a declaração de ser muito mais honroso o título de brasileiro patriota e homem de bem³.

O Imperador tomou a recusa como uma afronta pessoal e despediu Ledo com palavras ásperas e um gesto descortês.

E em 21 de outubro, em consequência de denúncia feita ao Imperador, de que elementos do “Grande Oriente”, contando com o apoio de alguns dos oficiais de alta patente, tentariam depor os ministros, D. Pedro enviou à Gonçalves Ledo, o famoso bilhete que suspendia os trabalhos maçônicos até segunda ordem. E a 25 de outubro de 1822, o Imperador determinou o encerramento das atividades maçônicas no país. Diversos maçons foram presos. Gonçalves Ledo, no entanto, conseguiu fugir para a Argentina⁴.

A partir de então, o Ministro de Estado, José Bonifácio prevaleceu-se do cargo para perseguir os maçons republicanos do grupo de Ledo. Não escolheu processos, não teve escrúpulos. Chegou a extremos inconcebíveis, incompatíveis com a sua posição⁵.

Impotente para legalmente vencer o mais forte partido político de então, o “Republicano” de Gonçalves Ledo e como uma espécie de revanche tardia pela perda do Grão-Mestrado para D. Pedro por uma artimanha de Ledo, José Bonifácio, em 30 de outubro de 1822, mandou instaurar processo contra quatorze dos seus mais importantes opositores. Além dos pro-

¹ BOLETIM DO “GRANDE ORIENTE DO BRASIL” DE SETEMBRO (1922, p.818/821).

² D’ALBUQUERQUE (1971, p.5).

³ GOMES (1975, p.96).

⁴ GOMES (1975, p.97).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.279).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

cessados, muitos outros partidários de Gonçalves Ledo, maçons em sua maioria, foram presos por ordem de José Bonifácio e atirados às infectas prisões das fortalezas da Lage, Santa Cruz, Conceição e Ilha das Cobras¹.

A lista dos acusados tinha 14 nomes, dentre os quais: Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alves de Azevedo, Thomaz José Tinoco de Almeida, José Joaquim Gouvêa, Joaquim Valério Tavares e João Soares Lisboa (presos) – Pedro José da Costa Barros e João Fernandes Lopes (em menagem) – Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Januário da Cunha Barbosa e padre Antônio João Lessa (ausentes)².

Resumindo, quanto ao “Grande Oriente”, não é possível negar as suas tendências republicanas, tendo em vista que um dos seus principais líderes, Gonçalves Ledo, sabidamente era republicano. A este bravo e incorruptível maçom, D. Pedro ofereceu, como prêmio aos serviços prestados à causa da Independência, o título de Marquês da Praia Grande. Mas Ledo prontamente recusou a honraria, alegando que o melhor título para ele seria o de brasileiro patriota e o de homem de bem. E não poderia ser outra a reação de Ledo, por coerência e formação de caráter, considerando que não seria possível a um homem de bem conciliar as suas convicções republicanas com distinções nobiliárquicas. Esta recusa formal de Ledo, todavia, desapontou ao Imperador. Ao mesmo tempo, José Bonifácio, ainda inconformado e ressentido por ter sido afastado do cargo de Grão-Mestre do “Grande Oriente” para dar lugar a D. Pedro, obra de Ledo para as conveniências políticas da Pátria, acusou aquele bravo maçom de alimentar ideias republicanas e revolucionárias.

Verdade seja dita, Ledo era republicano convicto, mas, ao sentir que só através da monarquia constitucional poderia ser conseguida a consolidação da Independência e a própria Independência, afastou a ideia de república. E, exatamente conforme o conceitua a História, Ledo foi um dos amigos mais sinceros e leais de D. Pedro e um dos mais ativos obreiros da Independência do Brasil.

Acusado de traição, Ledo passou a ser perseguido, e para evitar ser preso, conseguiu fugir num veleiro para Buenos Aires, onde se estabeleceu com ajuda dos maçons de lá. Outros elementos do “Grande Oriente”, também acusados de republicanos não tiveram a mesma sorte e foram presos, entre eles, Domingos Alves Branco, João da Rocha e Alves de Azevedo, José Clemente Pereira e Luiz Pereira da Nóbrega; e pelos mesmos motivos foram todos exilados

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.281).

² MONTEIRO (1981, p.690).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

para a Europa¹.

Em outras palavras, nos primeiros dias após a proclamação da Independência, de 07 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do Grande Oriente, as quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora da assembleia geral, empossando D. Pedro no cargo, a 04 de outubro de 1822. O troco seria no terreno político, com Bonifácio mostrando ao Imperador que a luta da Independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrada pelo grupo adversário, com exigências descabidas à D. Pedro para jurar à Constituição ainda não votada e aprovada, e a assinatura de três papéis em branco.

Diante disso, enquanto José Bonifácio instaurava processo contra os membros do grupo de Ledo, D. Pedro enviava a Gonçalves Ledo a ordem para fechar o “Grande Oriente”, o que aconteceria a 25 de outubro de 1822.

Em confirmação a tudo que foi até agora exposto, Tobias Monteiro² escreveu que:

“Aproveitando-se (José Bonifácio) da cólera de D. Pedro, propôs medidas repressivas. Uma das quais tinha Ledo em mira e era o fechamento do ‘Grande Oriente’”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque³ ressalta:

“Por conselhos insistentes de José Bonifácio, D. Pedro I mandou fechar o ‘Grande Oriente do Brasil’, de que ambos tinham sido Grão-Mestres”.

E então aconteceu outro fato inesperado, em 25 de março de 1823, o “Apostolado” aprovava o projeto da primeira Constituição Brasileira, contrariando a opinião de D. Pedro.

Como represália, em 23 de junho de 1823, o “Apostolado” também foi violentamente fechado. E a 20 de outubro de 1823, tornaram a ser proibidas as sociedades secretas, sob pena de morte ou de exílio perpétuo⁴.

A arbitrariedade de José Bonifácio despertava grande indignação. Crescia o número de descontentes, de revoltados contra o Ministério. Houve então recursos para a Relação. Os processos foram estudados. Foi reconhecida a injustiça, nas sessões de 05 e 07 de julho de 1823. E, por unanimidade, todos os condenados foram todos absolvidos⁵.

Em 17 de julho de 1823, por fim, caíram os Andradas. Ato contínuo, Gonçalves Ledo e outros grandes e sinceros batalhadores em prol da nossa Independência puderam regressar ao

¹ GOMES (1975, p.99).

² MONTEIRO (1981, p.677).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.282).

⁴ GOMES (1975, p.100).

⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.281).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Brasil¹.

José Bonifácio e os irmãos seguiram para o exílio na Europa, de onde o velho Andrada voltaria apenas seis anos mais tarde, para assumir a função de tutor dos filhos de D. Pedro, quando da partida definitiva deste para Portugal.

Sobre isso, podemos afirmar que D. Pedro I, após a Independência do Brasil, em 1822, governou o Império aos trancos e barrancos até 1831, quando, instado pelos graves fatos ocorridos em Portugal (a deposição de sua filha e a usurpação do trono português por seu irmão, D. Miguel; e paralelamente, pressionado pela insatisfação popular capitaneada pelos Liberais, que temiam um retrocesso no Brasil) abdicou do trono brasileiro em favor do seu filho D. Pedro II, então com 05 anos de idade, dando início a um dos períodos mais turbulentos de nossa história: as Regências.

Pouco antes, entretanto, em 1829, José Bonifácio regressou ao Brasil. Dois anos depois deu-se a “Abdicação” de D. Pedro ao trono brasileiro, mas antes houve a reconciliação entre os três maçons, os quais demonstraram que eram capazes de esquecer o passado em prol do que julgavam ser o melhor para a nação.

Antes de partir, D. Pedro nomeou Bonifácio tutor de seus filhos; e este, por sua vez, reconciliando-se com a Maçonaria, reinstalou o “Grande Oriente do Brasil”, reassumindo o cargo de Grão-Mestre e chamando outra vez Gonçalves Ledo para ocupar a função de Primeiro Grande Vigilante, ao que este prontamente aceitou.

O embarque de D. Pedro I realizou-se a 07 de abril de 1831, no mesmo dia em que abdicara a favor de seu filho D. Pedro II, e a Maçonaria, que até então permanecera oculta, ressurgiu vigorosa e pujante, reiniciando as suas atividades à luz do dia².

D. Pedro partiu para Portugal em 1831 e nunca mais pôs os pés no Brasil, vindo a falecer em 1834 nos mesmos aposentos em que nascera.

Nesta conjuntura, em 23 de novembro de 1831, o “Grande Oriente do Brasil” foi reinstalado e retornou às atividades no país.

Data de 1832 o “*Manifesto a Todos os Maçons do Mundo*”, assinado por Bonifácio e redigido por Gonçalves Ledo, que mudaria inteiramente a orientação da Maçonaria Brasileira a partir de então. Nele lê-se o seguinte trecho:

“[...] Nenhum assunto que não tenha conexão com os Graus Simbólicos da Maçonaria será tratado no Oriente brasileiro e nas Lojas de seu círculo; nenhum outro fim terão os seus

¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.301).

² ASLAN (1997, p.100).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

trabalhos que não seja o aumento da felicidade humana, ensinando e inspirando o amor das virtudes sociais e domésticas, o respeito à Religião, a submissão às leis do Estado, a tolerância a todos os cultos e a todos os Ritos Maçônicos, reconhecidos e proclamados atualmente pelos 'Grandes Orientes' de todo mundo, fazendo unicamente exceção aos princípios dos Iluminados e dos que forem contrários às Leis da Natureza e as positivas do Brasil. A voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas [...]”.

Certamente, essa resolução serviria aos propósitos de ambos: de Ledo, não deixando o velho Andrada dar vazão aos seus intentos restauradores; e de Bonifácio, não permitindo que Ledo manifestasse abertamente o seu liberalismo republicano¹.

Com isto, a Maçonaria brasileira – como Instituição, o que não cabe transferir aos seus membros, individual ou coletivamente – reintegrou-se aos postulados da Maçonaria Regular Universal, deixando de ser uma entidade puramente política, para tornar-se exclusivamente Instituição Maçônica voltada ao aprimoramento humano.

E em 1838, quando o Brasil ainda vivenciava inúmeros conflitos regionais, como a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que ameaçavam, inclusive, uma fragmentação do território, José Bonifácio de Andrada e Silva viria a falecer, às três horas da madrugada do dia 06 de abril, recolhido ao exílio voluntário em Niterói, perto da Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara. Morreu magoado com os rumos da política no país que ajudara a criar e sem ver realizados alguns dos seus mais audaciosos projetos, os quais ainda hoje fariam amplo sentido, como por exemplo: o fim da escravidão, a reforma agrária, a tolerância política e religiosa, educação para todos, proteção das florestas e o tratamento respeitoso às populações indígenas, sem contar que já naquele tempo achava necessária a transferência da Capital do Império, do Rio de Janeiro para o interior, como forma de estimular a integração nacional².

A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Um mito recorrente sobre a Independência do Brasil fica por conta do caráter supostamente pacífico da ruptura com Portugal. Um grande equívoco é a quase total omissão ao fato de não ter sido nada pacífica a transição, ocorrendo, outrossim, uma verdadeira guerra pela Independência que se seguiu no país a fim de consolidar a emancipação política que tivera

¹ FAGUNDES (1975, p.236).

² GOMES (2010, p.20).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

início naquele 20 de agosto sob égide da Maçonaria e culminara com o Grito do Ipiranga em 07 de setembro de 1822.

A história da Independência tem sido contada excessivamente pela perspectiva do “Grito do Ipiranga”. É como se o restante do país não existisse ou todos os demais brasileiros fossem meros coadjuvantes dos acontecimentos limitados à região compreendida pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trata-se, portanto, de uma visão desfocada e até certo ponto limitada dos fatos, pois o processo de separação de Portugal envolveu praticamente todo o Brasil e custou muito sangue e sacrifício, principalmente às regiões Norte e Nordeste, onde milhares de pessoas pegaram em armas e morreram na “Guerra da Independência”. Uma guerra sangrenta, que começara bem antes do Grito do Ipiranga e duraria 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro de 1823.

Enquanto na metrópole e em sua antiga colônia crescia a radicalização dos discursos e dos documentos, nas ruas do Brasil, as pessoas eram agredidas a golpes de porretes e muitas vezes assassinadas a sangue frio.

Na semana do “Fico”, por exemplo, bandos de portugueses armados percorreram as ruas e avenidas do Rio de Janeiro, prontos para desencorajar todos os que apoiavam a decisão do príncipe de ficar no país. E em contrapartida, na Bahia, uma procissão de portugueses em homenagem a São Jorge foi dispersada no dia 19 de março de 1822 sob uma verdadeira chuva de pedras lançadas por filhos de escravos, supostamente por ordem dos seus senhores brasileiros.

Enquanto isso, uma verdadeira guerra paralela ocorria nas páginas dos jornais e cartórios do Brasil, já que em sinal de protesto, muitos partidários da Independência decidiram trocar os seus nomes de origem portuguesa por denominações indígenas nativas. Um clássico exemplo disso remonta ao jornalista e advogado maçom Francisco Gomes Brandão, futuro Visconde de Jequitinhonha, que decidiu passar a assinar como Francisco Gê Acayaba de Montezuma. Esse mesmo Montezuma que, em 1832, iria introduzir, o primeiro “Consistório” e o primeiro “Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito” no Brasil. Declarava ele que a escolha do novo nome servia para homenagear simultaneamente os valorosos indígenas brasileiros Gê e Acayaba, assim como Montezuma, o penúltimo imperador asteca do México.

Já nos jornais, o médico e jornalista Cipriano Barata, reconhecido maçom, escrevia na edição de 05 de abril de 1823 do jornal “Sentinela da Liberdade”¹:

“Ensopai a terra no sangue dos tiranos portugueses. Rasgai, de uma vez, as entranhas desses monstros”.

¹ MONTEIRO (1982, p.49).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos que poderiam ser citados.

A “Guerra da Independência” propriamente dita foi travada em duas frentes simultâneas. No Sul, contra as tropas portuguesas sitiadas pelo patriota maçom e futuro Barão de Laguna, Frederico Lecor, em Montevideú, capital da Província Cisplatina – quando esta ainda fazia parte do território brasileiro – e que se renderiam apenas em 18 de novembro de 1823. A outra frente aconteceria nas regiões Norte e Nordeste. Os governos (não o povo) do Pará e Maranhão simplesmente ignoraram o “Grito do Ipiranga” e declararam apoio irrestrito às Cortes de Lisboa, assim como o Piauí e Alagoas. Rio Grande do Norte e Ceará ficaram ao lado do Rio de Janeiro, assim como Pernambuco, fortes redutos maçônicos que relutaram, mas logo aderiram à causa de D. Pedro.

Não existem estatísticas confiáveis do número de mortes, mas estima-se que a “Guerra da Independência” tenha custado ao todo entre 2.000 e 3.000 vidas. Na Bahia, de 200 a 300 pessoas morreram nas ruas de Salvador entre os dias 18 e 21 de fevereiro de 1822. Na “Batalha do Pirajá”, travada nos arredores da cidade, no dia 08 de novembro do mesmo ano, outras 200 mortes somaram-se às já contabilizadas. Ainda na Bahia, alguns relatos aludem à morte de mais de 500 lusitanos em um ataque à ilha de Itaparica, em janeiro de 1823. No Piauí, algo entre 200 e 400 brasileiros tombaram em cinco horas de combate na trágica “Batalha do Jenipapo” de 13 de março de 1823. No Pará, 256 pessoas morreram no dia 20 de outubro de 1823 no porão de um navio de guerra ancorado em Belém e convertido em prisão. E essas são apenas algumas estatísticas consideradas pela historiografia oficial, dentre uma infinidade de outras, cujos números são vagos por demais para serem considerados oficialmente¹.

Contudo, a batalha decisiva ocorreu na Bahia, quando a frota portuguesa ficou bloqueada no porto de Salvador pelos navios da esquadra do maçom escocês Thomas Alexander Cochrane – mercenário contratado pelo Império Brasileiro através do também maçom Felisberto Caldeira Brant, representante do Brasil na Europa – de forma que as tropas terrestres lusitanas que igualmente se encontravam sitiadas pelo exército brasileiro no Recôncavo Baiano não pudessem receber suprimentos ou reforços. Menos de dois meses depois, no dia 02 de julho de 1823, a esquadra lusitana capitulou. Composta por 17 navios de guerra e 75 mercantes, os portugueses deixaram a capital baiana e rumaram para Lisboa.

Pelos cálculos do historiador e pesquisador Brás Hermenegildo do Amaral², as forças brasileiras responsáveis pela tomada de Salvador no dia 02 de julho de 1823 eram compostas

¹ AMARAL (1957, p.449-450).

² AMARAL (1957, p.159-160).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

por 9.515 soldados do exército regular, sob o comando do Coronel José Joaquim de Lima e Silva (membro regular da Maçonaria e tio do futuro Duque de Caxias – Luís Alves de Lima e Silva), juntamente com 3.250 praças encarregados de proteger o interior da Baía de Todos os Santos, 710 marujos da flotilha estacionada no Recôncavo Baiano e cerca de 2.000 oficiais e marinheiros da esquadra comandada por Lord Cochrane.

Outro fato curioso na “Guerra da Independência” e que possui uma relação direta com a Maçonaria, se refere ao general francês Pierre Labatut, que foi um dos comandantes das tropas brasileiras na Bahia. Reconhecido maçom, havia servido no exército de Napoleão Bonaparte, lutado na “Guerra de Independência” Americana contra os ingleses e, algum tempo depois, ao lado do irmão de ordem Simón Bolívar, a quem ajudou a fazer a Independência da Venezuela. Teria chegado ao Rio de Janeiro logo após o “Grito do Ipiranga” e imediatamente foi contratado para comandar as tropas na Bahia. Mas de onde viria o seu prestígio?

O historiador baiano Braz do Amaral¹ nos fornece a resposta:

“[...] A indicação para o posto partiu da Maçonaria. Seu nome fora sugerido a José Bonifácio por Frei Francisco Sampaio, importante líder maçônico do Rio de Janeiro, em cuja cela, no convento de Santo Antônio, foram tramados lances decisivos da Independência”.

Já o historiador americano Neill Macaulay² reforça essa ligação, ao confirmar que antes de embarcar para a Bahia, o general Labatut prestou juramento durante uma sessão do “Grande Oriente”.

A bem da verdade, a “Guerra da Independência” foi decidida tanto pela determinação e pela bravura dos patriotas brasileiros, muitos dos quais membros da Maçonaria, como por uma simultânea e inesperada mudança nos rumos da política portuguesa.

Uma dúvida que reina entre os historiadores é que talvez a decisão de retornarem à terra natal tenha sido tomada, pelos comandantes portugueses, em decorrência de outro fato ainda mais grave e desestabilizador do que simplesmente a escassez de recursos e tropas gerada pelo isolamento forçado e pelo duro enfrentamento perpetrados pelas forças brasileiras.

Ocorre que nesta época, em julho de 1823, chegaram da Europa, notícias de que as Cortes haviam sido destituídas por uma rebelião comandada pelo irmão mais novo de D. Pedro I, D. Miguel. Como resultado, D. João VI estava de volta ao trono português; o que, de certa forma, ajuda a explicar a capitulação das tropas lusitanas na Bahia e demais províncias fiéis às Cortes de Lisboa. No mesmo mês, a resistência lusa também foi vencida no Maranhão, mas no

¹ AMARAL (1957, p.186).

² MACAULAY (1986, p.121).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

Pará a luta prosseguiu até agosto.

Resumindo, embora, se colocada em comparação com a “Guerra da Independência” dos EUA, que custou em torno de 25.000 vidas, podemos concluir, pelas 2.000 a 3.000 vidas perdidas em solo pátrio, que seria de uma tremenda precipitação afirmarmos que a separação do Brasil em relação à Portugal, ocorreu de forma tranquila e ordenada.

Concluimos, portanto, que a Independência do Brasil jamais aconteceu de forma calma e pacífica, tal como apregoam uns e outros, tendo também ela, a sua parcela de dor e de sangue derramado por um grande número de heróis anônimos, muitos dos quais membros atuantes da Maçonaria, e que ajudaram, ao custo das próprias vidas, a construir e consolidar a nossa Independência.

ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores do processo de Independência do Brasil.

Gustavo Barroso¹:

“A Independência do Brasil foi realizada à sombra da Acácia, cujas raízes prepararam o terreno para isso. É o que a documentação histórica nos ensina e prova”.

Pedro Calmon²:

“Conluio maçônico foram transportados também para o Brasil pelos estudantes de Coimbra, ao regressarem formados, constituindo o grupo dos futuros estadistas. Desenvolveu-se o movimento da Independência, desde a adesão do Brasil ao sistema constitucional, até a aclamação do Imperador, desde as manifestações políticas até a guerra aos portugueses, orientado ou favorecido pelas Lojas, que a tudo dirigiam”.

Eduardo Tourinho³:

“José Bonifácio, Gonçalves Ledo, o ‘Grande Oriente Maçônico’ e os patriotas que se reuniram no consistório da Igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, foram as grandes forças que ao final, desdobraram a teoria da Independência. Gestada nos quadros da ‘Revolução Francesa’, na liberdade das colônias americanas, na ‘Inconfidência Mineira’, nas revoluções da Bahia e de Pernambuco, teve sua apoteose no ‘Grito do Ipiranga’”.

¹ BARROSO (1939, p.228).

² CALMON (1941, p.59).

³ TOURINHO (1950, p.117).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Nicola Aslan¹:

“O movimento pela Independência teve início, no Brasil, no seio das sociedades secretas políticas que evoluíram, paulatinamente, até se transformarem em Lojas Maçônicas. Conservaram, porém, os seus objetivos e ideais políticos iniciais, aos quais acrescentaram as características maçônicas”.

Adelino de Figueiredo Lima²:

“Ninguém ignora que a Independência nacional foi concertada e proclamada entre as quatro paredes dos Templos Maçônicos”.

Morivalde Calvet Fagundes³:

“A Independência dos povos americanos, inclusive a do Brasil, foi preparada por Lojas especialmente organizadas para isto; e só entrava nelas quem se propusesse a tais desígnios. Eram Lojas irregulares, não ortodoxas? Muitas delas sim. Mas, assim mesmo, eram Lojas Maçônicas. Negá-lo seria caluniar a História”.

A. Campos Porto⁴:

“Embora nos atenhamos à efeméride da Independência, devemos dizer que todos os passos, todas as iniciativas que culminaram com a sua realização foram obra exclusiva da Maçonaria”.

Nicola Aslan⁵:

“Encabeçada pelo patriota Joaquim Gonçalves Ledo, a Maçonaria escreveu páginas gloriosas no episódio da Independência brasileira, a ela sendo devidos todos os movimentos que, com a aclamação de D. Pedro I, a 12 de outubro de 1822, conduziram o Brasil à sua Independência total”.

Pandiá Calógeras⁶:

“À frente do movimento, enérgico e vivaz, achavam-se a Maçonaria e os maçons. Seus principais chefes e Luzes das Oficinas têm de ser nomeados, como os primeiros obreiros da grande tarefa: Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Cônego Januário da Cunha Barbosa, José Joaquim da Rocha, figuram entre os maiores”.

Arci Tenório D’Albuquerque⁷:

“Inquestionavelmente, se congregaram na Maçonaria, aqueles que mais desejavam o

¹ ASLAN (1997, p.96).

² LIMA (1958, p.109).

³ FAGUNDES (1989, p. 98).

⁴ PORTO (1957, p.39).

⁵ ASLAN (1997, p.51).

⁶ CALÓGERAS (1941, p.103).

⁷ D’ALBUQUERQUE (1971, p.151).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

engrandecimento do Brasil, a sua emancipação, de sorte que todos, sem constrangimento, assinavam com sinceridade a fórmula sacramental”.

Pedro Calmon¹:

“Os espíritos fortes do Império, na Maçonaria se iniciavam, não havia vila florescente do interior que não tivesse a sua Loja”.

Morivalde Calvet Fagundes²:

“O proselitismo das forças liberais, maçônicas e revolucionárias, exercido dentro dos Templos e através da imprensa, no Rio de Janeiro, com pressão direta sobre D. Pedro, por intermédio de Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o Padre Januário da Cunha Barbosa, acabou por forçar a Independência do Brasil”.

Lemos Brito³:

“A Maçonaria teve no Brasil a sua hora de prestígio e a Independência é principalmente obra sua”.

Laurentino Gomes⁴:

“Numa época em que ainda não havia partidos políticos organizados, foi o trabalho das sociedades secretas que levou a semente da Independência às regiões mais distantes e isoladas do território brasileiro”.

Manuel de Oliveira Lima⁵:

“A Maçonaria funcionou, em 1822, como uma escola de disciplina e de civismo criando laços de união entre esforços dispersos e dispersivos”.

E para encerrar, a histórica citação de Joaquim Gonçalves Ledo⁶:

“A Independência não fui eu, não fomos nós, não foi José Bonifácio, nem Pedro I, que a fez. Foi a vinda de D. João VI ao Brasil; foi o Decreto de 16 de dezembro de 1815 (o da elevação do Brasil a ‘Reino Unido a Portugal e Algarves’); foi a estupidez das Cortes Portuguesas querendo recolonizar o Brasil; foi a vontade popular exigindo do Príncipe a Assembleia Constituinte (facho luminoso de toda história da Independência, fato culminante); foi, enfim, a fatalidade do tempo. A Independência de um povo não pode ser feita por um só homem. Ela é obra da opinião pública, que é soberana, invencível quando lateja a consciência nacional na ânsia de liberdade, aniquilando déspotas e tiranos”.

¹ CALMON (1941, p.336 – vol. III).

² FAGUNDES (1975, p.204).

³ BRITO (1937, p.163).

⁴ GOMES (2010, p.238).

⁵ LIMA (1972, p.72).

⁶ FAGUNDES (1975, p.120).

CONCLUSÃO

Certamente haverá no futuro, dias em que não mais existirão fronteiras, nem barreiras, discriminação, racismo, preconceitos, corrupção e tantas outras chagas que afligem a humanidade... Nestes dias haverá, em contrapartida, uma Maçonaria Universal onde todos serão iguais, unidos e virtuosos, vigorando aí, em uma nova ordem planetária, os reinos da “Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade”.

[Márson Alquati]

CONCLUSÃO

Como é de fácil percepção, a Maçonaria, senão como Instituição, mas através de seus membros, influenciou sim, social e politicamente, nos mais importantes movimentos revolucionários e libertários brasileiros. É claro que contribuíram para isso, toda uma ideologia e o clima revolucionário da época, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, onde ela estava bastante ativa e envolvida, principalmente por conta dos seus ideais de liberdade e igualdade. O seu papel foi o de catalisador na congregação das ideias liberais do Iluminismo Europeu, propiciando a realização de reuniões, bem como o desenvolvimento e a aplicação dessas ideologias sob a proteção do segredo e do sigilo tão comuns às sociedades secretas daquela época.

Sobre a participação maçônica nos movimentos revolucionários e libertários do período pré-independência, o historiador Morivalde Calvet Fagundes¹ cita que:

“Antes mesmo de surgirem no país as primeiras sociedades de caráter maçônico, já a Maçonaria, indiretamente, influía na formação da sociedade brasileira. Nos primórdios da nossa evolução como povo, vamos encontrar a presença de iniciados, em particular, ou de ideias maçônicas, de modo geral, em todos ou quase todos os movimentos coletivos e até mesmo em atitudes isoladas de indivíduos, no sentido de uma formação nacional”.

Depois de tudo o que foi visto neste volume em conjunto com o que será visto no próximo, não há mais como honestamente negar que as revoluções separatistas, o “Fico”, a Proclamação da Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a construção e transferência da Capital Federal para Brasília, assim como todos os mais significativos eventos de nossa Pátria, sem exceção, foram geridos no interior das Lojas Maçônicas e postos em prática por valorosos maçons.

Nas palavras de Nicola Aslan²:

“Desde a fundação das primeiras Lojas Maçônicas no Brasil, a Maçonaria brasileira foi eminentemente política. Nela atuaram todas as personalidades de maior destaque na Regência e no Império; desde D. Pedro I e José Bonifácio, passando pelo padre Feijó e Duque de Caxias e chegando aos grandes abolicionistas, fundadores da República e primeiros presidentes. Nascida sob o signo da política, a Maçonaria brasileira realizou galhardamente tudo o que de mais expressivo aconteceu, politicamente, no Brasil: a Independência, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República”.

¹ (FAGUNDES, 1985)

² ASLAN (1997, p.51 e 108).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Tanto é que a Independência do Brasil foi proclamada por um Grão-Mestre, D. Pedro I; e a República por outro, o marechal Deodoro da Fonseca. Os principais abolicionistas eram todos maçons. O Primeiro ministério da República foi todo composto por maçons, incluindo Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant. E entre os 12 primeiros presidentes da república, oito foram maçons.

No entanto, com a Proclamação da República, terminava no Brasil, o período épico da Maçonaria política, cessando as lutas em prol da conquista dos direitos do homem e da abolição dos privilégios. De fato, todas as liberdades que as Lojas sempre defenderam, durante mais de um século, estavam agora inscritas na Constituição de 1891, denominada por muitos de “*Monumento Maçônico*”¹.

Talvez, com a Independência do Brasil e o posterior advento da República, possa parecer que foi, pelo menos no Brasil, realizada toda a obra maçônica; o que, entretanto, assim não condiz, porquanto no progresso e no aperfeiçoamento humano não há, nem pode haver limitação. E a Maçonaria prossegue, e prosseguirá incansável no seu maravilhoso trabalho, buscando sempre a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade para toda a humanidade.

Neste quesito concordo com o maçom Quintino Bocaiúva, quando ele ressalta que:

“A aspiração comum de nossa Ordem deve manter vivas e respeitadas as tradições veneráveis da Instituição Maçônica; e, como obreiros abnegados do bem, temos o dever de trabalhar pela felicidade do Brasil, em cujo seio vivemos; e ao qual nos prendem, com os vínculos dos interesses materiais de nossa existência, os vínculos ainda mais fortes dos interesses morais e afetivos de nossa alma. A cada geração, a sua parte no trabalho e na luta, no esforço e no sofrimento”.

Enfim, estudar a participação da Maçonaria nos principais eventos da História do Brasil representou resgatar uma parte, não só da História, mas da alma do povo brasileiro. Constituiu uma forma de procurar compreender os anseios desse povo e os caminhos percorridos para atingi-los. E significou ainda o resgate dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Para encerrar, deixo-vos com a seguinte indagação:

“O Brasil conseguiria ser o país que é hoje, com sua riquíssima história, sem a participação/influência/inspiração da Maçonaria”?

¹ ASLAN (1997, p.108).

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

ANEXOS

*Ninguém é tão sábio que não precise aprender alguma coisa;
Nem tão ignorante que não possa ensinar algo.*

[J. G. Fichte].

ANEXO 01 – CARTA DE JOAQUIM DA MAIA A JEFFERSON

Tradução da carta de José Joaquim Da Maia para Thomas Jefferson, escrita originalmente em francês, na data de 16 de outubro de 1786.

Eu nasci no Brasil. Vós não ignorais a terrível escravidão que faz gemer a nossa pátria. Cada dia se torna mais insuportável o nosso estado depois da vossa gloriosa Independência, porque os bárbaros portugueses, receosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem que possa fazer-nos mais infelizes. A convicção de que estes usurpadores só meditam novas opressões contra as leis da natureza e contra a humanidade tem-nos resolvido a seguir o farol que nos mostrais; a quebrar os grilhões; a reanimar a nossa moribunda liberdade, quase de toda acabrunhada pela força, único esteio da autoridade dos europeus nas regiões da América.

Releva, porém, que alguma potência preste auxílio aos brasileiros, pois que a Espanha certamente se há de unir com Portugal; e apesar de nossas vantagens em guerra defensiva, não poderíamos, contudo, levar a nós a efeito essa defesa, ou pelo menos seria imprudência tentá-lo, sem alguma esperança de bom êxito.

Neste estado de coisas olhamos, e com razão, somente para os Estados Unidos, porque seguiríamos o seu exemplo; e porque a natureza, fazendo-nos habitantes do mesmo continente, como que nos ligou pelas relações de uma pátria comum.

De nossa parte estamos preparados a dispensar os dinheiros necessários e a reconhecer em todo o tempo a obrigação em que ficaremos com os nossos benfeitores.

Tenho-vos exposto, em poucas palavras, a suma do meu plano. Foi para dar-lhe andamento que vim à França, pois que na América teria sido impossível mover um passo e não suscitar desconfiança.

A vós pertence agora decidir se pode executar-se a empresa. Se quereis consultar a vossa nação, estou pronto a oferecer-vos todos os esclarecimentos precisos.

OBS. As três cartas de José Joaquim Da Maia a Thomas Jefferson foram escritas e respondidas em francês. Há cópias autênticas delas na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. As cópias vieram dos Estados Unidos, conforme declaração no seu início que diz o seguinte:

Department of State, Bureau of Rolls and Library, Washington, April 11, 1883.

I certify that the papers herets attached, viz: A letter to Th. Jefferson from one 'Wendek', dated October 16, 1786 – Ditto, dated November 2, 1786 – Ditto dated January 5, 1787; and A Letter from Th. Jefferson to monsieur Wendek, dated Paris Dec. 26, 1786 – are true copies, made from their originals in the files of this Department.

Theodore F. Dwight – Chief of Bureau of Rolls and Library.

ANEXO 02 – CARTA DE GONÇALVES LEDO (1808)

Trecho extraído da transcrição de uma carta de Joaquim Gonçalves Ledo a seu irmão de sangue Custódio, datada de 1808, quando ainda se encontrava em Portugal, aos 37 anos de idade, por ocasião da invasão das tropas napoleônicas, da partida da Família Real para o Brasil e da formação da resistência lusitana naquele país. Com esta carta foi lançada a semente germinadora do que mais tarde viria a se tornar a Loja “Comércio e Artes”, fundada em 1815, na casa do Maçom João José Vahia, situada na Rua Pedreira da Glória, no Rio de Janeiro.

Custódio,

Disse-lhe na carta de 14, que seguiu pelo correio inglês, ter sido meu ato reprovadíssimo por todos. Censurado geralmente. Mas eu tenho razões patrióticas para não acompanhar o Dr. Andrada nas forças do front.

A invasão do General Junot, a partida do Rei e da Corte para o Rio de Janeiro, o tratado de Fontainebleau, os acontecimentos que ora se desenrolam na Europa são, e ninguém o negará de boa-fé, o início, senão o grande passo da nossa formação nacional, da liberdade do Brasil.

Brasileiro, não seguirei os Batalhões Portugueses, nem derramarei meu sangue na defesa dos opressores de minha terra de nascimento, o amado Brasil.

Dizem-me fraco e pusilânime, ignorantes que são todos dos meus intuitos não proclamados abertamente.

Se o Rei de Portugal e a nobreza de Portugal abandonaram o berço que os embalou, não serei eu, nascido no Brasil, odiando os matadores de Tiradentes, que iria para o campo de batalha lutar pela liberdade dos déspotas que sugaram e ainda sugam as riquezas brasileiras.

Partirei daqui brevemente e acompanhado de mais amigos irei organizar no Brasil a primeira Loja, que será o centro da propaganda liberal do Brasil.

Lembre-me ao Araújo e que eu sou o seu Irmão.

Joaquim Gonçalves Ledo.

ANEXO 03 – ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818

Alvará emitido por D. João VI proibindo as sociedades secretas.

Eu El-Rei faço saber aos que deste alvará com força de lei virem; que, tendo-se verificado pelos acontecimentos que são bem notórios, o excesso de abuso a que têm chegado as sociedades secretas, que, com diversos nomes de ordens, ou associações, se tem convertido em conventículos, e conspirações contra o Estado; não sendo bastantes os meios correcionais com que se tem até agora procedido, segundo as leis do Reino, que proíbem qualquer sociedade, congregação ou associação de pessoas com alguns estatutos, sem que elas sejam primeiro por mim autorizadas e seus estatutos aprovados; e exigindo por isso a tranquilidade dos povos, e a segurança que lhes devo procurar e manter, que se evite a ocasião e a causa de se precipitarem muitos vassallos, que antes podiam ser úteis a si e ao Estado, se forem separados deles, e castigados os perversos, como as suas culpas merecem; e tendo sobre esta matéria ouvido o parecer de muitas pessoas doutas, e zelosas pelo bem do Estado, e da felicidade dos seus concidadãos, e de outras do meu conselho, e constituídas em grandes empregos, tanto civis, como militares, com os quais me conformei; sou servido declarar por criminosas e proibidas, todas e quaisquer denominações que elas tenham, ou com os nomes e formas já conhecidos, ou debaixo de qualquer nome ou forma que de novo se disponha ou imagine; pois que todas e quaisquer deverão ser consideradas de agora em diante como feitas para Conselho e Confederação contra o Rei e o Estado.

Pelo que ordeno que todos aqueles que forem compreendidos em ir assistir em Lojas, clubes, comitês ou qualquer outro ajuntamento de sociedade secreta; aqueles que para ditas Lojas, ou clubes, ou ajuntamento convocarem a outros; e aqueles que assistirem à entrada, ou recepção de algum sócio ou ela seja com juramento, ou sem ele; fiquem incursos nas penas que lhes serão impostas pelos juízes e pelas formas e processos estabelecidos nas leis para punir os réus de lesa-majestade.

Nas mesmas penas incorrerão os que forem chefes, ou membros das mesmas sociedades, qualquer que seja a denominação que tiverem, em se provando que fizeram qualquer ato, persuasão ou convite de palavra ou de escrito, para estabelecer de novo, ou para renovar ou fazer permanecer qualquer das ditas sociedades, Lojas, clubes ou comitês dentro do meu reino e domínio; ou para correspondência com outras fora delas, ainda que sejam fatos praticados individualmente, e não em associação de Lojas, clubes ou comitês. Nos outros casos serão as penas moderadas ao arbítrio dos juízes, na forma adiante declarada.

As casas em que se congregarem serão confiscadas; salvo provando os seus proprietários que não souberam, nem podiam saber que a esse fim se destinavam. As medalhas, selos, símbolos, livros, catecismos ou instruções, impresso ou manuscrito, não poderão mais publicar-se, nem fazer-se deles uso algum, despacharem-se nas alfândegas, venderem-se, darem-se, emprestarem-se, ou de qualquer maneira passarem de uma a outra pessoa não sendo para a imediata entrega ao magistrado, debaixo da pena de degredo para um presídio, de quatro a dez anos de tempo, conforme a gravidade de culpa e circunstância dela.

Ordeno, outrossim, que neste crime, como exceto, não se admita privilégio, isenção ou concessão alguma ou seja de foro ou de pessoa, ainda sejam os privilégios incorporados em direito, ou os réus sejam nacionais ou estrangeiros, habitantes do meu Reino e domínios e que assim abusarem da hospitalidade que recebem; nem possa haver seguro, fiança, homenagem ou fiéis carcereiros sem a minha especial autoridade. E os ouvidores, corregedores e justiças ordinárias todos os anos. Devassarão deste crime na Devassa geral; e constando-lhes

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

que se faz na Loja, se convidam, ou se congregam tais sociedades, procederão logo a Devassa especial, e à apreensão e confisco, remetendo os que forem réus, e a culpa, à relação do distrito, ou ao tribunal competente, e a cópia dos autos será também remetida à minha real presença. E este se cumprirá como nele se contém, sem embargo, etc.

ANEXO 04 – DECRETO Nº 125 DAS CORTES DE LISBOA

Decreto exigindo o retorno imediato de D. Pedro à Portugal, de 29 de setembro de 1821.

D. João, por graça de Deus e pela Constituição da Monarquia, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de aquém e de além-mar, em África, etc. Faço saber a todos os meus súditos que as Cortes decretaram o seguinte:

As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, havendo decretado em data de hoje a forma de governo e administração pública das Províncias do Brasil de maneira que a continuação da residência do Príncipe Real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessária mas até indecorosa, à sua alta gerarchia; e, considerando juntamente quanto convém aos interesses da nação que Sua Alteza Real viaje por alguns países ilustrados, a fim de obter aqueles conhecimentos que se fazem necessários para um dia ocupar dignamente o trono português, mandam respeitosa e participam a el-Rei que tem resolvido o seguinte:

1º - Que o Príncipe real regresse quanto antes para Portugal.

2º - Que Sua Alteza Real logo que chegue a Portugal, passe a viajar incógnito às Cortes e Reinos da Espanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional, que para esse fim sua Majestade houver por bem nomear.

Paço das Cortes, em 29 de setembro de 1821.

Portanto, mando que seja assim presente a todas as autoridades destes reinos e a todos os meus súditos para a sua inteligência.

Dada no Palácio de Queluz, em 1º de outubro de 1821.

El-Rei, com guarda,

José da Silva Carvalho.

ANEXO 05 – OFÍCIO DA JUNTA DE SÃO PAULO

Redigido em 24 de dezembro de 1821 por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Senhor! Tínhamos já escrito a V. Alteza Real antes que pelo último correio recebêssemos a Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, de 11 do corrente; e apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das Cortes acerca da organização dos governos das Províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos neles exarado o sistema de anarquia e da escravidão; mas, o segundo, pelo qual V. Alteza Real deve regressar para Portugal, a fim de viajar incógnito somente pela Espanha, França e Inglaterra, causou-nos um verdadeiro horror. Nada menos se pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos até deixarmos em mísera orfandade, arrancando do seio da grande Família Brasileira o único Pai comum que nos restava depois de terem esbulhado o Brasil do benefício fundador deste Reino, o Augusto Pai de V. Alteza Real. Enganam-se; assim o esperamos em Deus, que é o vingador das injustiças. Ele nos dará a coragem e sabedoria.

Se, pelo artigo 21 das Bases da Constituição que aprovamos e juramos por serem princípios de Direito Público Universal, os deputados de Portugal se viram obrigados a determinar que a Constituição que se fizesse em Lisboa só obrigaria por ora aos portugueses residentes naquele Reino, quanto aos que residem nas outras três partes do mundo, ela somente lhes tornaria comum quando seus legítimos representantes declarassem ser esta a sua vontade. Como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada Província e de um reino inteiro? Como ousam desmembrá-lo em porções destacadas e isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de força e união? Como ousam roubar a V. Alteza Real o lugar que seu augusto pai, nosso rei, lhe concedera? Como querem despojar da Fazenda, da Junta do Comércio, da Casa de Suplicação e de outros estabelecimentos novos que já prometiam futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem dos seus interesses econômicos e judiciais? Irão agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, sofrer outra vez, como vis colonos, as delongas e traças dos Tribunais de Lisboa, através de duas mil léguas de oceano, onde os suspiros dos vexados perdiam todo o alento e esperança. Quem o crerá, de recíproca igualdade e felicidade futuras?

Na sessão de 6 de agosto passado disse o deputado das Cortes Pereira do Carmo (e disse uma verdade eterna), que a Constituição era o pacto social em que se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma nação se quer constituir em cargo político e que o fim dessa constituição é o bem geral de todos os indivíduos que devem entrar nesse pacto social. Como, pois, ousa agora uma mera fração de grande nação portuguesa, sem esperar a conclusão desse solene pacto nacional, atentar contra o bem geral da parte principal da mesma, qual o vasto e riquíssimo Reino do Brasil, despedaçando-o em míseros retalhos e pretendendo arrancar por fim do seu seio o representante do Poder Executivo e aniquilar de um golpe de pena todos os tribunais e estabelecimentos necessários à sua existência e futura prosperidade? Esse inaudito despotismo, esse horroroso perjúrio, de certo não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas, enganam-se os inimigos da ordem nas Cortes de Lisboa, se capacitam que podem ainda iludir com vãs palavras e ocos fantasmas o bom senso dos honrados portugueses de ambos os mundos. Note V. Alteza Real que, se o Reino da Irlanda, que faz parte do Reino Unido da Grã-Bretanha (apesar de ser infinitamente pequeno em comparação com o vasto Reino do Brasil), e está separado da Inglaterra por um estreito braço de mar, que se atravessa em poucas horas, todavia conserva um governo geral ou vice-reinado, que representa o poder executivo do Reino Unido. Como poderá vir à cabeça de al-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

guém, que não seja, ou profundamente ignorante ou loucamente atrevido, pretender que o vastíssimo Reino do Brasil haja de ficar sem centro de atividade e sem representante do Poder Executivo, como igualmente sem mola de energia e direção das nossas tropas, para poderem obrar rapidamente e de mãos dadas, a favor da defesa do Estado contra qualquer imprevisto ataque de inimigos externos ou contra desordens e facções internas, que procurem atacar a segurança pública e a união recíproca das Províncias?

Sim, Augusto Senhor, é impossível que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens, mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos.

Sim, Augusto Senhor, V. Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a Independência e prosperidade futura do nosso Portugal. Se V. Alteza Real estiver (o que não é crível) pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o céu, pelo rio de sangue que de certo vai correr no Brasil com a sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão de certo sono amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado e em que a astúcia de um novo maquiavelismo constitucional os pretende agora conservar.

Nós rogamos, portanto, a V. Alteza Real, com maior fervor, ternura e respeito, haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer viajar como um pupilo rodeado deaios e espias. Nós lhe rogamos que se confie corajosamente no amor e fidelidade dos brasileiros, e mormente dos paulistas, que estão todos prontos a verter a última gota do seu sangue e sacrificar todos os seus haveres para não perderem o Príncipe idolatrado, e em quem tem posto todas as esperanças bem fundadas da sua fidelidade e da sua honra nacional.

Espere, pelo menos, V. Alteza Real, pelos deputados nomeados por este Governo e pela Câmara desta Capital, que devem quanto antes levar a sua Augusta Presença nossos ardentes desejos e firmes resoluções, dignando-se a acolhê-los e ouvi-los com o amor e atenção que lhe devem merecer os seus paulistas.

A Augusta Pessoa de V. Alteza Real, guarde Deus muitos anos.

Palácio do Governo de São Paulo, 24 de dezembro de 1821.

João Carlos Oyenhausen, presidente.

José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretário.

Lázaro José Gonçalves.

Miguel José de Oliveira Pinto.

Manoel Rodrigues Jordão.

Francisco Inácio de Souza Queiroz.

João Ferreira de Oliveira Bueno.

Antônio Leite Pereira da Gama Lobo.

Daniel Pedro Muller.

André da Silva Gomes.

Francisco de Paulo Oliveira.

Antônio Maria Quartim.

ANEXO 06 – REPRESENTAÇÃO DOS FLUMINENSES

Redigida em 1821 por Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio.

O Povo do Rio de Janeiro, conhecendo que os interesses das nações reunidas em um centro comum de ideias sobre o bem público devem ser os primeiros objetos da vigilância daqueles que estão revestidos do caráter de seus representantes e, demais, convencido de que nas circunstâncias atuais se constituiria responsável para com as gerações futuras se não manifestasse os seus sentimentos à vista da medonha perspectiva que se oferece a seus olhos pela retirada de Sua Alteza Real, se dirige com a última energia à V. S. como seu legítimo representante, esperando que merecerão toda a sua consideração os motivos que neste expõem para se suspender a execução do Decreto das Cortes sobre o regresso de Sua Alteza Real para a antiga sede da Monarquia Portuguesa.

O Povo, sempre fiel à causa comum da nação, julga que não se desliza da sua marcha representando os inconvenientes que podem resultar de qualquer providência expedida, quando ela encontre no local em que deve ser executada obstáculos a esta ideia de prosperidades públicas, que o soberano congresso anunciou altamente à face da Europa e que até o presente tem sido o motivo da nossa firme adesão aos princípios constitucionais. Na crise atual, o regresso de Sua Alteza Real deve ser considerado como uma providência inteiramente funesta aos interesses nacionais de ambos os hemisférios.

Não, não é a glória de possuir um príncipe da dinastia reinante que obriga o povo a clamar pela sua residência no Brasil, à vista do mesmo decreto que o chama além do Atlântico; nós perderíamos com lágrimas de saudade esta glória que acontecimentos imprevistos e misteriosamente combinados nos trouxeram, abrindo entre nós uma época que parecia não estar marcada pela Providência nos nossos fastos, e ao mesmo tempo fazendo a emancipação do Brasil, justamente na idade em que, possuído da indisputável ideia das suas forças, começava a erguer o colo para repelir o sistema colonial; mas a perda desta augusta posse é igualmente a perda da segurança e da prosperidade deste rico e vastíssimo continente; ainda avançamos a dizer respeitosamente que esta perda terá uma influência muito imediata sobre os destinos da Monarquia em geral...

O Brasil, conservado na sua categoria, nunca perderá de vista as ideias de seu respeito para com a sua ilustre e antiga metrópole; nunca se lembrará de romper as cadeias de amizade e honra, que deve ligar os dois continentes através da mesma extensão dos mares que os separam; e a Europa verá com espanto que se o espaço de 2.000 léguas foi julgado muito longo para conservar em vigor os laços do reino unido, sendo o fiador desta frágil união lenho batido pelas ondas e exposto às contingências da navegação, este mesmo espaço nunca será capaz de afrouxar os vínculos da nossa aliança, nem impedirá que o Brasil vá ao longe com mais alegria, com a mão mais cheia de riquezas do que ia dantes, engrossar a grande artéria da nação.

O Povo do Rio de Janeiro, conhecendo bem que estes são os sentimentos dos seus co-irmãos brasileiros, protesta à face das nações pelo desejo que tem de ver realizada esta união tão indispensável para consolidar as bases de prosperidade nacional; entretanto, o mais augusto penhor da infalibilidade destes sentimentos é a pessoa do Príncipe Real do Brasil, porque nele reside a grande ideia de toda a aptidão para o desempenho destes planos, como o primeiro vingador do sistema constitucional. As Províncias do Brasil, aparecendo nas pessoas de seus deputados em torno do Trono do Príncipe Regente formaram uma liga de interesses comuns dirigindo sempre a marcha de suas providências segundo a perspectiva das circunstâncias, sendo um dos seus objetos de

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

empenho estreitar mais e mais os vínculos de nossa fraternidade nacional.

Se o motivo que as Cortes apresentam para fazer regressar Sua Alteza Real é a necessidade de instrução de economia política, que o mesmo Senhor deve adquirir viajando pelas cortes da Europa, assinaladas no decreto, o povo julga que se faz mais necessário para a futura glória do Brasil que Sua Alteza Real visite o interior deste vastíssimo continente desconhecido na Europa Portuguesa; e por desgraça nossa examinado, conhecido, descrito, despojado pelas nações estrangeiras, em cujas cartas, como ultimamente na de Mr. La Pie, nós, com vergonha, vamos procurar as latitudes e as longitudes das Províncias centrais, a direção dos seus grandes rios, e a sua posição cartográfica, e até conhecer a sua capacidade para as riquezas da agricultura.

Portugal, considerando o Brasil como um país que só lhe era útil pela exportação do ouro, e de outros gêneros com que ele paga o que importa aos estrangeiros, esquecendo-se que esta mesma exportação era o resultado mais das forças físicas do Brasil do que de estímulo das artes da indústria, comprimidas pelo mortífero sistema colonial e abandonadas a uma cega rotina; não se dignou em tempo algum entrar no exame deste continente, nunca lançou os olhos sobre o seu termômetro político e moral, para conhecer a altura em que estava a opinião pública, e bem mostra pela indiferença com que se anuncia a seu respeito. É, portanto, de primeira necessidade que o Príncipe Regente dê esse passo tão vantajoso para maior desenvolvimento da vida moral e física do Brasil. Nas Províncias do Brasil, Sua Alteza Real achará um povo que o adora e suspira pela sua presença; nas mais polidas encontrará homens de talento bem dignos de serem admitidos ao seu conselho; achará uma experiência dos velhos que o discípulo Xenofontes encontrou nas bocas do Nilo; conhecerá de perto as forças locais deste imenso país, em cujo seio ainda virgem, como diz o célebre Mr. De Sismondi: se podem perfilar as plantações que nutrem o orgulho das margens do Indo, do Ganges, da antiga Trapobana, e que obrigarão o altivo Adamastor a se embravecer tantas vezes contra os Europeus. Se o Brasil, agrilhado em sua infância e com poucas homenagens na sua mocidade, avançou rapidamente através das mesmas barreiras que tolham sua marcha, quanto não avançará depois de ser visitado e perfeitamente conhecido pelo Príncipe herdeiro da monarquia que, na sua passagem, verá a justiça que se lhe fez, tirando-se-lhe as argolas coloniais, e dando-se-lhe o diadema.

O Povo do Rio de Janeiro, tendo em vista o desempenho deste projeto verdadeiramente filantrópico, e conhecendo que Sua Alteza Real anuncia o mais enérgico entusiasmo ao realizá-lo, com grande vantagem da nação em geral, não pode, portanto, convir no seu regresso; e julgando que tem dito quanto basta para que V. S. faça ver a Sua Alteza Real a delicadeza com que o mesmo Senhor se deverá haver nas circunstâncias ameaçadas nos horizontes políticos do Brasil, espera ser atendido na sua representação, de cujas consequências (não o sendo) o mesmo povo declara V. S. responsável e igualmente espera que o soberano congresso a receba e a considere como manifestação da vontade de irmãos interessados na posteridade geral da nação, no renovo de sua mocidade e de sua glória, que sem dúvida não chegará ao zênite a que espera subir, se não estabelecer uma só medida para os interesses recíprocos dos dois hemisférios, atendendo sempre às diversas posições locais de um e outro. Sendo, portanto, de esperar que todas as Províncias do Brasil se reúnam neste centro de ideias, que se espalhe a lisonjeira notícia de que não se verificou o regresso de Sua Alteza Real. O povo encarrega V.S. de fazer ver ao mesmo Senhor a absoluta necessidade de ficarem por agora suspensos os dois decretos números 124 e 125 das Cortes, porque não se pode presumir das públicas intenções do soberano congresso que deixe de aceder a motivos tão justos, e de tão grandes relações com o bem geral das nações.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1821.

ANEXO 07 – DISCURSO DE JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

Discurso lido para o Imperador em 09 de janeiro de 1822 e que motivou o “Fico”.

Senhor! A saída de V. Alteza Real dos Estados do Brasil será o fatal decreto que sancione a Independência deste Reino. Exige, portanto, a salvação da pátria que V. Alteza Real suspenda a sua ida até nova determinação do soberano congresso.

Tal é, Senhor, a importante verdade que o Senado da Câmara desta cidade, impellido pela vontade do povo que representa, tem a honra de vir apresentar à mui alta consideração de V. Alteza Real: cumpre demonstrá-la.

O Brasil que em 1808 viu nascer nos vastos horizontes no Novo Mundo, a primeira aurora de sua liberdade... O Brasil, que em 1815, obteve a carta de sua emancipação política, preciosa dádiva de um rei benigno... O Brasil, finalmente, que em 1821, unido à mãe pátria, filho de tão valente como fiel, quebrou com ela os ferros do proscrito despotismo recorda sempre com horror os dias da sua escravidão recém passada, teme perder a liberdade mal segura que tem principiado a gozar; e receia que um futuro envenenado venha precipitá-lo no estado antigo de suas desgraças.

É filho daquela recordação odiosa daqueles tempos e deste receio, o veneno que a opinião pública se apressou a lançar na carta de Lei de 1º de outubro de 1821, porque se lhe antojou que o nosso sistema de governos de juntas provisórias, com generais das armas, independentes delas, sujeitos ao Governo deste Reino, a este só responsáveis e às Cortes, tende a dividir o Brasil e a desarmá-lo para o reduzir ao antigo estado de colônia, que só vis escravos podem tolerar, e nunca, um povo livre, que se pugna pelo ser, nenhuma força existe capaz de o suplantar.

É filho das mesmas causas o veneno que a opinião pública derramou sobre a carta de lei do mesmo dia, mês e ano, que decretou a saída de V. Alteza Real, porque entendeu que este decreto tem por vista roubar ao Brasil, o centro de sua unidade política, única garantia da sua liberdade e ventura.

É filho das mesmas causas o dissabor e o descontentamento com que o povo constitucional e fiel recebeu a notícia da extinção dos tribunais deste Reino, porque desconfiou que Portugal aspira a reedificar o império da sua superioridade antiga, impondo-lhe a dura lei da dependência; e arrogando-se todas as prerrogativas de mãe, como se durasse ainda o tempo da sua tutela extinta, sem se lembrar que este filho, emancipado já, não pode ser privado com justiça da posse de direitos e prerrogativas que por legítima partilha lhe pertencem.

É filho da mesma causa o reparo e susto com que o desconfiado brasileiro viu que no soberano congresso se precipitaram a determinar negócios do Brasil, sem que tivessem reunidos todos os seus deputados, contra a declaração solene do mesmo soberano congresso tantas vezes ouvida, com exaltado aplauso de povo brasileiro, porque julgou acabada de uma vez a consideração até então politicamente usada com esta importante parte da Monarquia.

Tal é, Senhor, o grito da opinião pública nesta Província. Corramos as vistas ligeiramente sobre as outras, e que se pode esperar da sua conduta?

Pernambuco, guardando as matérias primas da Independência que proclamou um dia, malograda por imatura, mas não extinta. Quem duvida que a levantará de novo se um vento próximo de união política a não prender?

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Minas principiou por atribuir-se um poder deliberativo, que tem por fim examinar os decretos das Cortes soberanas, e negar obediência àqueles que julgar opostos aos seus interesses, já deu acessos militares, trata de alterar a lei dos dízimos, tem entrado, segundo dizem, no projeto de cunhar moeda... E o que mais faria uma Província que se tivesse proclamado independente?

São Paulo sobejamente manifestou os sentimentos livres que possui nas políticas instituições que ditou aos seus ilustres deputados. Ela aí corre a expressá-lo mais positivamente pela voz de uma deputação que se apressa em apresentar a V. Alteza Real uma representação igual a deste povo!

O Rio Grande do Sul vai significar V. Alteza Real que vive possuído de sentimentos idênticos, pelo protesto deste honrado cidadão que vedes incorporado a nós.

Ah! Senhor, e será possível que estas verdades, sendo tão públicas, estejam fora do conhecimento de V. Alteza Real? Será possível que V. Alteza Real ignore que um Partido Republicano, mais ou menos forte, existe semeando aqui e ali, em muitas das Províncias do Brasil, por não dizer em todas elas? Acaso as cabeças que intervieram na explosão de 1817 expiraram já, como se crê que tenham mudado de opinião? Qual outra lhes parecerá mais bem fundada que a sua? E não diz uma fama pública, ao parecer segura que nesta mesma cidade um ramo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de V. Alteza Real, que fez tentativas para crescer e ganhar força, e que só desanimou à vista da opinião dominante de que V. Alteza Real se deve demorar aqui para sustentar a união da Pátria? Não é notório e constante que vasos de guerra estrangeiros visitam em número que faz notável, todos os portos do Brasil? E não se diz que grande parte deles pertence a uma nação livre que protege aquele partido, e que outros são observadores vigilantes de nações empreendedoras?

Não foi, finalmente, quando preparavamos sua constituição política que a Polônia se viu talada pelas armas dos êmulos da futura glória; e a Espanha por falta de política perdeu a riqueza das suas Américas? E se tudo é resultado certo que a Pátria está em perigo, qual será o remédio também achado que a salve? A opinião pública, esta rainha do mundo poderosa, que a todos os negócios políticos governa com acerto, o ensina.

Dê-se ao Brasil um centro próximo de união de atividade; dê-se-lhe uma parte do corpo legislativo e um ramo do poder executivo, com poderes competentes, amplos fortes e liberais, e tão bem ordenados, que formando um só corpo legislativo e um só poder executivo, só uma corte e só um rei, possa Portugal e o Brasil fazer sempre uma família irmã, um só povo, uma só nação e um só império. E não oferecem os governos liberais da Europa exemplos semelhantes? Não é por esse sistema divino que a Inglaterra conserva unida a si a sua Irlanda?

Mas, enquanto não chega este remédio tão desejado, como necessário, exige a salvação da Pátria que V. Alteza Real viva no Brasil para o conservar unido a Portugal. Ah! Senhor, se V. Alteza Real nos deixa, a desunião é certa. O Partido da Independência que não dorme, levantará o seu império e em tal desgraça, oh, que de horrores de sangue, que terrível cena aos olhos de todos se levanta!

Demorai-vos, Senhor, entre nós até dar tempo que o soberano congresso, já informado do último estado das coisas deste Reino e da opinião que nele reina, receba as representações humildes deste povo constitucional e fiel, unida às das demais Províncias. Dar tempo a que todas corram para este centro de unidade que se elas vierem a pátria está salva, caso contrário sempre estará em perigo. Daí afago aos votos dos seus filhos do Brasil.

Façamos justiça à sua boa-fé e veremos que as cartas de lei do 1º de outubro de 1821, que a tantas desconfianças têm dado causa, foram ditadas pelo estado da opinião que a este tempo dominava neste Reino. Quase

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

todas as Províncias declararam mui positivamente que nada queriam do governo do Rio de Janeiro e que só reconheciam o de Lisboa. V. Alteza Real o sabe, e V. Alteza Real mesmo foi obrigado a escrever para lá que não podia conservar-se aqui por falta de representação política mais limitada do que a de qualquer capitão-general do governo antigo.

Apareceram, além disto, nesta cidade, dias aziagos! Correram vozes envenenadoras, que nem a pureza da conduta de V. Alteza Real e todas as luzes conhecidamente constitucionais perdoaram. Desejou-se (sou homem de verdade, hei de dizê-lo), desejou-se aqui, e escreveu-se para lá, que V. Alteza Real saísse do Brasil.

Dados estes fatos, que são positivos e indubitáveis, que outra ideia se podia então apresentar ao soberano congresso que não fosse a de mandar retirar do Brasil a augusta pessoa de V. Alteza Real?

Mas hoje que a opinião dominante tem mudado e tem principiado a manifestar-se, com sentimentos que os verdadeiros políticos possuíram sempre; hoje que todos querem o governo de V. Alteza Real como remédio único de salvação contra os partidos da Independência; nome que se tem descoberto que aquelas declarações ou nasceram de cálculos precipitados, filhos da ocasião e do ódio necessário que todas as Províncias tinham ao Governo do Rio de Janeiro (pelos males que de cá lhes foram, ou tiveram talvez por fim abrir os primeiros passos para uma premeditada Independência absoluta); hoje, finalmente, que todas vão caminhando para ela, mais ou menos, é sem dúvida de esperar que o soberano congresso, que só quer a salvação da Pátria, conceda, sem hesitar, aos honrados brasileiros o remédio de um centro próximo de unidade, que com justiça lhe requerem.

E não se poderá negar ao Brasil tão justa pretensão? Se Portugal acaba de manifestar aos soberanos e povos da Europa que entre as poderosas e justificadas causas, que produziram os memoráveis acontecimentos que ali tiveram lugar nos regeneradores dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, foi principal a da orfandade em que se achava pela ausência de Sua Majestade D. João VI; por ser conhecida por todos a impossibilidade de pôr em marcha regular os negócios públicos e particulares da Monarquia, achando-se colocado a 2.700 léguas o centro de seus movimentos, que razão de diferença existe para que o Brasil, padecendo os mesmos males, não será mais acertado conceder-lhe já o que por força se lhe há de dar?

Tais são, Senhor, os votos deste povo, e protestando que vive animando na mais sincera e ardente vontade de permanecer unida a Portugal por um vínculo de pacto social, que, fazendo o bem geral de toda a nação, faça o do Brasil por anéis de condições em tudo iguais, roga a V. Alteza Real que se digne de os acolher benigno e anuir a eles, para que aqueles vínculos mais e mais se estreitem e não se quebrem. Por outra forma o ameaçado rompimento de Independência e anarquia parece certo e inevitável.

ANEXO 08 – TERMO DE CONCESSÃO DE TÍTULO A D. PEDRO

Termo de vereação do Senado para a concessão do título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil ao Príncipe Regente em 13 de maio de 1822.

Aos 13 dias do mês de maio do ano de 1822, nesta cidade do Rio de Janeiro, e Paço de S. Alteza Real, aonde o Senado da Câmara desta cidade veio a requerimento do povo da mesma e tropa da 1ª e 2ª linhas, que se achavam reunidas no largo do Paço, pelo povo e tropa sobredita, foi representado ao mesmo Senado da Câmara, que tinham acabado de aclamar a S. Alteza Real, o Príncipe Regente: Protetor e Defensor Perpétuo e Constitucional do Reino do Brasil; e que requeriam que o Senado, em nome do povo desta cidade ratificasse a sobredita aclamação; e de tudo para constar mandasse lavrar as atas necessárias.

E sendo apresentada a S. Alteza Real a expressa representação do povo e tropa pelo Senado da Câmara, houve o mesmo Senhor, por bem declarar – que aceitava e continuaria a desempenhar com até aqui o título, que o povo e tropa desta Corte lhe conferiam.

E logo, sendo esta declaração de S. Alteza Real publicada de uma das varandas do Paço pelo Juiz de Fora Presidente do Senado da Câmara, foi a mesma aplaudida pelo povo e tropa, que estavam presentes, com os seguintes vivas, que o sobredito Presidente do Senado da Câmara levantou pela ordem seguinte:

‘Viva a Constituição’; ‘Vivam as Cortes’ – e de tudo para constar se mandou lavrar este termo, em que assinou S. Alteza Real, o Senado da Câmara, povo e tropa, que estavam presentes. E eu José Martins da Rocha, Escrivão do Senado da Câmara, que o escrevi.

José Clemente Pereira – João Soares de Bulhões – Domingos Viana Gurgel do Amaral – José Antônio dos Santos Xavier.

Seguem as assinaturas dos demais cidadãos.

Adendo: *Declarou S. Alteza Real, depois de assinar a ata supra, que se não assinava PROTETOR DO BRASIL, porque este não precisava de sua proteção e a si mesmo se protegia.*

Era ut supra – E eu José Martins da Rocha o escrevi.

José Clemente Pereira – João Soares de Bulhões – Domingos Viana Gurgel do Amaral – José Antônio dos Santos Xavier.

ANEXO 09 – DISCURSO DE 23 DE MAIO DE 1822

Discurso proferido por Joaquim Gonçalves Ledo na Loja “Comércio e Artes”.

SENHOR! A natureza, a razão e a humanidade, este feixe indissolúvel e sagrado, que nenhuma força humana pode quebrar, gravaram no coração do homem uma propensão irresistível para, por todas as forças em todas as épocas e em todos os lugares, buscarem ou melhorarem o seu bem-estar. Este princípio tão santo como a sua origem, e de centuplicada força quando aplicado às nações, era de sobra para o Brasil, esta porção preciosa do globo habitado, não acedesse à inerte expectativa de sua futura sorte, tal qual foss e decretada longe de seus lugares e no meio de uma potência (Portugal) que devia reconhecer inimiga de sua glória, zelosa de sua grandeza, o que bastante deixava ver pelo seu Manifesto às nações que queria firmar a sua ressurreição política sobre a morte do nascente império Luso-Brasileiro, pois baseava as razões de sua decadência sobre a elevação gloriosa deste filho da América – o Brasil.

Se esta tão óbvia e justa consideração quisesse ajuntar a sua dolorosa experiência de trezentos e oito anos, em que o Brasil só existia para Portugal para pagar tributos, que motivos não encontraria, na cadeia tenebrosa de seus males para chamar a atenção e vigilância de todos os seus filhos a usar da sabedoria que lhe compete, e dos mesmos direitos de que usara Portugal e por si mesmo tratar de sua existência e representação política, da sua prosperidade e da sua constituição? Sim, o Brasil podia dizer a Portugal: ‘Desde que o sol abriu seu túmulo e dele me fez saltar para apresentar-me ao ditoso Cabral a minha fertilidade, a minha riqueza, a minha prosperidade, tudo sacrifiquei, tudo te dei; e tu, o que me deste? Escravidão, só escravidão. Cavavam o seio das minhas montanhas, penetravam o centro do meu solo para te mandarem o ouro, com que pagavas as nações estrangeiras a tua conservação e as obras com que decoras a tua majestosa Capital; e tu, quando a sô-frega ambição devorou os tesouros, que sob mão se achavam nos meus terrenos, quiseste impor-me o mais odioso dos tributos, a “captação”. Mudavam o curso dos meus caudalosos rios para arrancarem de seus leitos os diamantes que brilham na coroa do monarca; despiam as minhas florestas para enriquecerem a tua grandeza, que, todavia, deixavas cair de enfraquecidas mãos... E tu, que me deste? Opressão e vilipêndio! Mandavas queimar as filatórias e teares, onde minha nascente indústria beneficiava o algodão para vestir os meus filhos; negavas-me a luz das ciências para que não pudesse conhecer os meus direitos nem figurar entre os povos cultos; acanhavas a minha indústria para me conservares na mais triste dependência da tua; desejavas até diminuir as fontes da minha natural grandeza e não querias que eu conhecesse o Universo senão o pequeno terreno que ocupas. Eu acolhi no meu seio os teus filhos a quem dourava a existência e tu me mandavas, em paga, tiranos indomáveis que me laceravam. Agora é tempo de reempossar-me de minha liberdade; basta de oferecer-me em sacrifício às tuas interessadas vistas. Assaz te conheci, demasiado te servi... – os povos não são propriedade de ninguém’.

Talvez o Congresso de Lisboa, no devaneio de sua fúria dará (e será uma incosequência) o nome de rebelião ao passo heroico das Províncias do Brasil à reassunção de sua soberania desprezada; mas se o fizer, deverá primeiro declarar rebelde a Razão, que prescreve aos homens não se deixarem esmagar pelos outros homens; deverá declarar rebelde a Natureza, que ensinou aos filhos a separarem-se de seus pais, quando tocam a época de sua virilidade; é mister declarar rebelde a Justiça, que não autoriza usurpação, nem perfídias; é mister declarar rebelde o próprio Portugal, que encetou a marcha de sua monarquia, separando-se de Castela;

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

é mister declarar-se rebelde a si mesmo (esse Congresso), porque se a força irresistível das coisas prometia a futura desunião dos dois Reinos, os seus procedimentos aceleraram esta época, sem dúvida fatal para a outra parte da nação que se queria engrandecer...

O Brasil, elevado à categoria de Reino, reconhecido por todas as potências e com todas as formalidades que trazem o direito público na Europa, tem inquestionável jus a reempossar-se de porção de soberania que lhe compete, porque o estabelecimento da ordem constitucional é um negócio privativo de cada povo.

A Independência, Senhor, no sentido dos mais abalizados políticos, é inata nas colônias, como a separação das famílias o é na humanidade. A Natureza não formou satélites maiores que os seus planetas. A América deve pertencer à América, a Europa à Europa, porque não de balde o Grande Arquiteto do Universo meteu entre elas o espaço imenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perdurável sistema, e ligar todas as partes do nosso grande todo é este... O Brasil, no meio das nações independentes, e que falam com exemplo de felicidade, não pode conservar-se colonialmente sujeito a uma nação remota e pequena. As nações do Universo têm olhos sobre nós, brasileiros, e sobre ti, Príncipe!

Ou cumpre aparecer, entre elas, como rebeldes ou como homens livres e dignos de o ser. Tu já conheces os bens e os males que te esperam e à tua posteridade. Queres ou não queres?

Resolve, Senhor!

ANEXO 10 – NOTA DE RIO BRANCO SOBRE O “20 DE AGOSTO”

Nota do Barão do Rio Branco para a “*História da Independência do Brasil*” de Francisco Adolfo Varnhagen sobre a proclamação da Independência pela Maçonaria em sessão do Grande Oriente de 20 de agosto, presidida por Gonçalves Ledo.

Esta data está no ‘Brasil Histórico’, ano I, 1864, nº 46, mas é erro. Nesse mesmo número está a data maçônica: ‘Sessão de 20 do sexto mês’, que corresponde a 20 de agosto, segundo o calendário dos maçons brasileiros. É também a data que se lê em Menezes, ‘Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil’, pág. 39 a 41, nos seguintes trechos, reproduzidos por L. F. da Veiga (‘O Primeiro Reinado’, pág. 34). Depois de um eloquente e enérgico discurso proferido pelo presidente (Primeiro Grande Vigilante) Joaquim Gonçalves Ledo, fez este (20 de agosto de 1822) pressentir a necessidade de se proclamar quanto antes a Independência do Brasil; e a confirmação da realeza na pessoa do Príncipe Regente (pág.30 de Menezes). O Príncipe, sendo inteligenciado pelo seu ministro José Bonifácio, Grão-Mestre da Ordem, da proclamação da Independência em assembleia geral do povo maçônico em 20 de agosto... (pág. 41 de Menezes). Em uma certidão, publicada no citado número do ‘Brasil Histórico’ lê-se o seguinte: - ‘... da ata da sessão de 20 do sexto mês consta não só que, tendo sido convocados os maçons, membros das três Lojas metropolitanas, para esta sessão extraordinária com o especificado fim adiante declarado, sendo também presidida pelo sobredito Primeiro Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, no impedimento do Grão-Mestre José Bonifácio, dirigira do sólio enérgico e fundado discurso, demonstrando com as mais sólidas razões que as atuais políticas circunstanciais de nossa pátria demandavam e exigiam impetuosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa Independência e da realeza constitucional na pessoa do augusto Príncipe, perpétuo defensor do reino do Brasil, mas também esta moção fora aprovada por unânime e simultânea aclamação, expressada com ardor do mais puro e cordial entusiasmo patriótico. Que sossegado, mas não extinto, o ardor da primeira alegria dos ânimos, por verem prestes a realizarem-se os votos da vontade geral pela Independência e engrandecimento da pátria, propusera ainda o mesmo Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da pátria que se propunha, o perdessem, convencidos pelo debate... Falaram vários membros, aprovando todos a moção; mas, como alguns mostrassem desejos de que fossem convidadas as outras províncias coligadas, a fim de que se efetuasse em todas simultaneamente a desejada aclamação, ficou reservada a discussão de disseminar e propagar a persuasão de tão necessária medida pública. Na sessão de 23 do sexto mês (23 de agosto), ainda presidida por Gonçalves Ledo, continuou a discussão. E, por proposta sua, foram nomeados os emissários que deviam ir tratar da aclamação das diferentes províncias; entre eles Januário da Cunha Barbosa, designado para ir a Minas; João Mendes Viana, para Pernambuco; o brigadeiro José Egídio Gordilho da Barbuda para a Bahia. Vários maçons ofereceram as somas necessárias para as despesas de viagem dos comissários. Nomeou-se também uma comissão para ir agradecer, respeitosamente, ao augusto Grão-Mestre Guatimozin (D. Pedro) as fraternais felicitações, que de São Paulo dirigira ao Grande Oriente. Já então havia sido D. Pedro aclamado Grão-Mestre. Na mesma noite da sua chegada de São Paulo, tomou posse desse cargo (14 do sétimo mês), isto é, 14 de setembro.

Barão do Rio Branco.

ANEXO 11 – HINO MAÇÔNICO DA INICIAÇÃO

Escrito pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa no séc. XIX. Adotado pela Augusta e Respeitável Loja de São João Vigário Bartolomeu Fagundes para ser entoado à hora em que o neófito recebia a Verdadeira Luz e para ser cantado também, em todas as solenidades maçônicas da respectiva Oficina.

*Salve ó Luz brilhante e nova,
Astro da Maçonaria,
Tu, na história nossa, marcas
O mais Glorioso Dia.*

*Quem te segue, os passos firma,
Nos caminhos da Virtude,
A velhice e a juventude
Devem teu clarão prezar.*

*Salve ó Luz brilhante e nova,
Astro da Maçonaria,
Tu, na história nossa, marcas
O mais Glorioso Dia.*

*Neste novo Templo unidos
Em Santa Fraternidade.
Honraremos a Divindade
Por um culto singular.*

*Salve ó Luz brilhante e nova,
Astro da Maçonaria,
Tu, na história nossa, marcas
O mais Glorioso Dia.*

*Em ativo zelo inflammas
Os verdadeiros maçons;
E assim nossos corações
São da caridade, o Altar.*

ANEXO 12 – HINO MAÇÔNICO DE D. PEDRO I

Letra e Música de autoria atribuída à D. Pedro I (de acordo com Boletins do “Grande Oriente do Brasil” de 1851 a 1861 que citam o Imperador como autor do referido hino).

*Da luz que se difunde
Sagrada filosofia;
Surgiu no mundo assombrado
A pura Maçonaria.*

*Humanos, sacros direitos,
Que calcara a tirania,
Vai, ufana, restaurando,
A pura Maçonaria.*

*Maçons, alerta
Tende firmeza,
Vingai direitos
Da Natureza.*

*Da Luz, depósito augusto
Recatando a hipocrisia,
Guarda em si, com zelo santo,
A pura Maçonaria.*

*Da razão parte sublime
Sacros cultos merecia,
Altos heróis adoraram
A pura Maçonaria.*

*Cautelosa, esconde e nega
À profana gente ímpia,
Seus mistérios majestosos,
A pura Maçonaria.*

*Da razão suntuoso templo,
Um grande rei erigia,
Foi, então, instituída,
A pura Maçonaria.*

*Do mundo, o Grande Arquiteto,
Que o mesmo mundo alumia,
Propício, protege, ampara,
A pura Maçonaria.*

*Nobres inventos não morrem.
Vencem do tempo a porfia,
Há de os séculos afrontar
A pura Maçonaria.*

*Maçons, alerta,
Tende firmeza,
Vingai direitos
Da Natureza.*

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

BIBLIOGRAFIA
(Volumes I e II)

- AGUIAR, Antônio Augusto. *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1896.
- ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Vultos da Pátria – vol. II*. Porto Alegre, RS: Ed. Globo, 1966.
- ALMEIDA, Nilton. *Boletim Comemorativo do Centenário da Loja “Lealdade e Brio”*. Resende, RJ: Loja Maçônica “Lealdade e Brio”, 1970.
- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: os Salões e as Ruas*. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2007.
- ALVES, Derly Halfeld. *Arruda Câmara: o Precursor de Itambé – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.
- ALVES, Uelinton Farias Alves *José do Patrocínio: a Imorredoura Cor do Bronze*. Rio Comprido, RJ: Editora Garamond, 2009.
- AMARAL, Brás Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. Salvador, BA: Livraria Progresso Editora, 1957.
- ANDERSON, James. *Livro das Constituições*. 2ª edição. Londres, Inglaterra: Grande Loja Unida da Inglaterra, 1738.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. São Paulo, SP: Ática, 1995.
- ANDRADE, Martins de. *A Revolução de 1842*. São Paulo, SP: Tipografia Apollo, 1942.
- ANTUNES, Deoclécio Paranhos. *Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Gênese e Desdobramento Histórico desde a Proclamação da Independência à República*. In: Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense do IHGRGS. Porto Alegre, RS: Globo, 1936.
- ARÃO, Manoel. *História da Maçonaria no Brasil*. Recife, PE: Ed. Independente, 1926.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil: Desde o Período da Chegada da Família de Bragança, em 1808, até a Abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Itatiaia, SP: Edusp, 1981.
- ARQUIVO NACIONAL. *Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff*. 5ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: O Arquivo, 2012.
- ASLAN, Nicola. *História Geral da Maçonaria*. Londrina, PR: A Trolha, 1998.
- _____. *Uma Radioscopia da Maçonaria*. Londrina, PR: A Trolha, 1997.
- _____. *Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia*. 4 Volumes. Londrina, A Trolha, 2000.
- BAIGENT, Michael; LINCOLN, Henry; LEIGH, Richard. *O Templo e a Loja*. São Paulo, SP: Madras, 2006.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

- *Discutindo a Sociabilidade Moderna: o Caso da Maçonaria*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1988.
- BARRETO, Adauto. *Nosso Culto aos Heróis de 1817 – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.
- BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1939.
- BASILE, Marcelo Otávio. *Consolidação e Crise do Império*. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1990.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BELO, José Maria. *História da República, 1889-1954*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BELO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Ensaio na Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, RJ: Edição Independente, 1975.
- BENIMELI, José Antonio Ferrer. *Maçonaria e Igreja Católica: Ontem, Hoje e Amanhã*. São Paulo, SP: Paulinas, 1983.
- BLANC, M. Louis. *Histoire de La Révolution Française*. 12 volumes – 2ª édition. Paris, França: Pagnerre Éditeur, 1857-1870.
- BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *História de Santa Catharina*. Florianópolis, SC: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1930.
- BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL: *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (1871-1874)*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos. Localização: PR-SOR 03745 [1-13].
- BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL: *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (1872-1874)*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos. Localização: PR-SOR 03950 [1-5].
- BRAGA, A. C. & FALCÃO, F. A. R. *Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília*. Brasília, DF: Fundação Athos Bulcão, 1997.
- BRAGA, Cláudio da Costa. *O Último Baile do Império (El Último Baile del Império)*. Santiago, Chile: Embaixada do Brasil/ Instituto de História, 2007.
- BRANCO, Barão do Rio. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1938.
- BRANDÃO, Ulisses de Carvalho Soares. *A Confederação do Equador (1824-1924)*. Recife, PE: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1924.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

- BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina, PI: Fundapi, 2006.
- BRITO, Lemos. *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1937.
- CAIUBY, Amado. *O Patriarca, Gênio da América*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1949.
- CALMON, Pedro. *A Vida de D. Pedro I, Rei Cavaleiro*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.
- _____. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1940.
- _____. *História do Brasil*. 8 volumes. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1943.
- _____. *História Social do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.
- _____. *O Marquês de Abrantes*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1933.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Brasiliense – UFRJ, 1933.
- _____. *A Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Itambé: Berço Heróico da Maçonaria no Brasil*. Londrina, PR: Editora A Trolha, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *D. Pedro II*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Série: Edições do Senado Federal – vol. 12. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo, SP: Summus, 2000.
- CASTELLANI, José. *1822: A Fundação do “Grande Oriente do Brasil”*. Cadernos de Estudos Maçônicos, nº 28, 1996.
- _____. *Os Maçons e a Abolição da Escravatura*. Londrina, PR: A Trolha, 1998.
- _____. *Origens do Misticismo na Maçonaria*. Londrina, PR: Editora Traço, 1982.
- _____. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. 2ª Ed. São Paulo, SP: Landmark, 2007.
- _____. *A História do “Grande Oriente do Brasil” – A Maçonaria na História do Brasil*. Gráfica e Editora do “Grande Oriente do Brasil”, 1993.
- _____. *Os Maçons que Fizeram a História do Brasil*. 2ª Ed. Londrina, PR: A Gazeta Maçônica, 1997.
- _____. *A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República*. Londrina, PR: A Trolha, 2001.
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República – Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1995.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

- *A Proclamação da República*. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000.
- CELENTE, Antônio César. *A Senha*. In: Informativo Chico da Botica, Ano 6, Edição 046. Porto Alegre, RS: Loja Francisco Xavier Ferreira de Pesquisas Maçônicas, 2010.
- *Epopeia Farrroupilha e a Maçonaria Riograndense*. Porto Alegre, RS: Casa do Pensamento Livre, 2004.
- CINTRA, Francisco de Assis. *A Revolução que fez o Império*. 4ª edição. São Paulo, SP: Imprensa Commercial José Magalhães, 1934.
- *Na Margem da História – Histórias que não vem na História*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1928.
- *No limiar da História*. São Paulo, SP: Livraria Francisco Alves, 1923.
- *Revelações Históricas para o Centenário*. Rio de Janeiro, RJ: Leite Ribeiro, 1923.
- COLINON, M. *L'Eglise em Face de Le Franc-Maçonnerie*. Paris, França: Ed. Fayard, 1954.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. 3ª edição. Passo Fundo, RS: Ediupf/UPF, 2003.
- COMTE, Augusto. *Coleção Os Pensadores: Comte*. São Paulo, SP: Ed. Abril, 1986.
- CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas Caricat. *A Escravidão dos Negros - Reflexões*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia de Serafim José Alves, 1881.
- CONRAD, Edgar Robert. *Tumbeiros – O Tráfico de Escravos o Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- CORDEIRO, Vital Lopes *A Influência Política da Maçonaria no Período Pré-Independência do Brasil*. Brasília, DF: Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2008.
- CORREA, Viriato. *Terra de Santa Cruz – Contos e Crônicas da História do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria A. J. Castilho, 1921.
- CORREIA, Leôncio. *A Verdade Histórica sobre o 15 de Novembro*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1939.
- COSTA, Anadir Cardozo da. *A Loja Maçônica “Seis de Março de 1817” em Breves Palavras – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.
- COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo, SP: Unesp, 2008.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 1968.
- *Brasil: Segredo de Estado – Uma Incursão Descontraída pela História do País*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 2001

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

- D'ALBUQUERQUE, Arci Tenório. *A Maçonaria e a Inconfidência Mineira*. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1972.
- *A Maçonaria e a Independência do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1971.
- *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1970.
- *A Maçonaria e as Revoluções Pernambucanas*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1970.
- DANTAS, San Tiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa – Conferências*. Rio de Janeiro, RJ: Casa de Rui Barbosa, 1951.
- DE LUCCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.
- DORNAS, João... Filho. *Os Andradas na História do Brasil*. Belo Horizonte, MG: Gráfica Queiroz Breiner, 1937.
- *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1939.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.
- *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, RS: Ed. Martins, 1984.
- *Subsídios para a História da Literatura Maçônica Brasileira do Séc. XIX*. Caxias do Sul, RS: Educs, 1989.
- *Uma Visão Dialética da Maçonaria Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1985.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, SP: Edusp 2009.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Um Radical a Ferro e Fogo*. Rio de Janeiro, RJ: Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 5, novembro de 2005.
- FERREIRA, Antônio do Carmo. *O Bicentenário do Areópago de Itambé – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.
- FERREIRA, Manuel Rodrigues. LIVIO, Tito. *A Maçonaria na Independência Brasileira*. 2ª Ed. Vol. 2. São Paulo, SP: Editora Biblos Ltda, 1972.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 31ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 2008.
- *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora, 1974.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Org. Leonardo Dantas Silva. Recife, PE: CEPE, 2006.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

GOMES, Laurentino. *1808: Como Uma Rainha Louca, Um Príncipe Medroso e Uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 2ª edição. São Paulo, SP: Ed. Planeta do Brasil, 2014.

_____. *1822: Como Um Homem Sábio, Uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira, 2010.

_____. *1889: Como Um Imperador Cansado, Um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*. 1ª Edição – 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Globo S.A., 2015.

GOMES, Manoel. *A Maçonaria na História do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

GONÇALVES, Thiago Werneck. *Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial Brasileira (1871-1874)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

GUILHERME, João. *O Nosso Lado da Escada*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: COP Editora, 2015.

JÚNIOR, Manoel Diegues. *Notícia Histórica Sobre a Ideia Republicana no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Revista do Brasil, nº 17, Ano II, 3ª fase, 1939.

KRAUSE, Karl Christian Friedrich. *Sistema da Doutrina Moral (System der sittenlehre)*. Categoria: Filósofos da Alemanha. Bd.I. Leipzig: C.H. Reclam, 1810.

LANTOINE, Albert. *La Franc-Maçonnerie Ecossaise em France*. Paris, França: Émile Nourry Éditeur, 1930.

LEADBEATER, C. W. *Pequena História da Maçonaria*. São Paulo, SP: Pensamento, 1968.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos: um Capítulo da História do Brasil no Século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

LIMA, Adelino de Figueiredo. *Nos Bastidores do Mistério*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1958.

LIMA, Augusto de... Júnior. *Pequena História da Inconfidência*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1955.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro (1822-1889)*. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 1927.

_____. *Nota à História da Revolução de Pernambuco em 1817*. de Francisco Muniz Tavares, 3ª edição. Recife, PE: IAHGP, 1917.

_____. *O Movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1972.

LINHARES, Marcelo. *História da Maçonaria: Primitiva, Operativa e Especulativa*. 2ª Edição. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II – 1825-1891 – vol. III: Declínio – 1880-1891*. São Paulo, SP: Edusp, 1977.

MACHADO, M. L. *Introdução à História da Revolução de Pernambuco em 1817*. de Francisco Muniz Tavares, 3ª edição, Nota XXIII. Recife, PE: IAHGP, 1917.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

MAGALHÃES, Raimundo Júnior. *Deodoro: A Espada Contra o Império*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1957.

MARTIN, Gaston. *La Franc-Maçonnerie Française et la Préparation de la Révolution*. Paris, França: Presses Universitaires, 1926.

_____. *Manuel d'Histoire de la Franc-Maçonnerie Française*. Paris, França: Presses Universitaires, 1934.

MARTINS, Rocha. *A Independência do Brasil*. Lisboa, Portugal: Editora Lumen, 1922.

MELO, Mário. *A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817*. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1912.

_____. *A Maçonaria no Brasil*. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1914.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, SP: Editora 34, 2001.

_____. *A Outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, SP: Editora 34, 2004.

_____. *Joaquim Nabuco Essencial*. São Paulo, SP: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2010.

MITRE, Bartholomé. *História de San Martín y La Emancipación Sulamericana*. 3 volumes. Buenos Aires, Argentina: Editora Universitária de Buenos Aires, 1968.

MONTEIRO, Edmundo Velho. *A Paz*. In: “O Delta” – edição de dezembro de 1923. Porto Alegre, RS: G.O.R.G.S., 1923.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império: A Elaboração da Independência*. 2 volumes. Itatiaia, SP: Edusp, 1981.

_____. *História do Império: o Primeiro Reinado*. 2 volumes. Itatiaia, SP: Edusp, 1982.

MORAIS, Melo. *História do Brasil Reino, Brasil Império*. 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Pinheiro, 1871.

_____. *História das Constituições*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Pinheiro, 1872.

MOREIRA, David R. *História de La América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Editora Universitária de Buenos Aires, 1985.

NAUDON, Paul. *A Maçonaria*. Coleção “Saber Atual” Difusão Européia do Livro, 1968.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Maçonaria*. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

O DELTA, Grande Oriente do Rio Grande do Sul. *Maçonaria 300 anos. O que celebramos?* Revista “O Delta” edição nº 09/2017. Porto Alegre, RS: Grande Oriente do Rio Grande do Sul, 2017.

OSÓRIO, Fernando Luis. *A Cidade de Pelotas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo, 1962

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870*. Rio de Janeiro, RJ: Revista de História n° 84, 1970.
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2ª Ed. Recife, PE: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.
- PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de Liberdade na Cena Política Capixaba: o Movimento Abolicionista em Vitória (1869/1888)*. Vitória, ES: Dissertação de Mestrado de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo.
- POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 5 volumes. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 1956.
- PONTES, Márcio Antonio Silva. *O Contributo da Maçonaria Para a Abolição da Escravatura*. Rio de Janeiro, RJ: PUC, 2010
- PORTO, A. Campos. *A Igreja católica e a Maçonaria*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Aurora, 1957.
- PROBER, Kurt. *Cadastro Geral das Lojas Maçônicas*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1975.
- REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro – A História Não Contada*. São Paulo – SP: Leya, 2015.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil – Curso Superior*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1967.
- ROCHA, Hildon. *Utopias e Realidades da República – da Proclamação de Deodoro à Ditadura de Floriano*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2000.
- RODRIGUES, J. *O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo, SP: Ática, 2004.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Americana, 1868.
- SCHUKSTE, Roberto. *Pinga Fogo Sobre Maçonaria*. Caxias do Sul, RS: Edição Independente, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
- SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da Escravidão*. Rio de Janeiro, RJ: Léo Christiano Editorial Ltda., 1997.
- SCOTT, Leader. *The cathedral builders: the story of a great masonic guild*. Inglaterra: Sagwan Press, 1899.
- SENNA, Ernesto. *Deodoro: Subsídios para a História – Notas de um Repórter*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: Uma Investigação da História Cultural*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Hélio. *1889: A República não Esperou o Amanhecer*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, J. M. Pereira da. *História da Fundação do Império Brasileiro*. 7 volumes. Rio de Janeiro, RJ: B. L. Garnier, 1864.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

- SILVA, João Pinto da. *A Província de São Pedro – Interpretação da História do Rio Grande*. Porto Alegre, RS: Globo, 1930.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Conjuração Mineira*. 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional do Livro, 1948.
- SILVA, Ricardo Souza da. *Mato Grosso do Sul: Povoamento, Memória e História*. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, PR: ANPUH, 2005.
- SILVEIRA, José Luiz. *Revelações Históricas da Maçonaria*. Porto Alegre, RS: Ed. Independente, 1985.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Documentos do Arquivo Público Estadual e da Biblioteca Pública do Estado Sobre a Comarca do São Francisco*. Recife, PE: Arquivo Público, 1950.
- SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil: A Vida de D. Pedro I*. 3 volumes. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. *História dos Fundadores do Império do Brasil: Fatos e Personagens em Torno de um Regime*. Itatiaia, SP: Edusp, 1988.
- TALMEYR, Maurice. *La Franc-Maçonnerie et la Révolution Française*. Paris, França: Librairie Perrin, 1904.
- TAUNAY, Affonso d'Esragnole. *Os Grandes Vultos da Independência (1822-1922)*. São Paulo, SP: Cia. Melhoramentos de SP, 1922.
- TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ª edição. Recife, PE: IAHGP, 1917.
- TORRES, Antônio. *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro – RJ: Livraria A. J. Castilho, 1925.
- TOURINHO, Eduardo. *Alma e Corpo da Bahia*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio, 1950.
- VAINFAS, Ronaldo (organizador). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001.
- _____. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2008.
- VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*, em seis volumes. Porto Alegre, RS: Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, 1933.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 2010.
- _____. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e Independência de Portugal*. Volume V. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1957.
- VASCONCELOS, Salomão de. *O Fico, Minas e os Mineiros da Independência*. Belo Horizonte, MG: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1972.
- VIANNA, J. F. Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora, 1959.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil

VIDAL, César. *Os Maçons – A Sociedade Secreta Mais Influyente da História*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2006.

VIEIRA, Maria Elisabete. *O Envolvimento da Maçonaria Fluminense no Processo de Emancipação do Reino do Brasil (1820-1822)*. Porto Alegre, RS: UFGRS, 2001.

VIEUX, Maurice. *Les Secrets Batisseurs*. Paris, França: Editions Robert Laffont, 1975.

ARTIGOS PESQUISADOS NA INTERNET

BARRETO, Jorge Muniz. *A Maçonaria Respondendo aos Desejos dos Brasileiros e Culminando com a Independência do Brasil*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Informativo nº 1807. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1807.pdf>. Acessado em 18/10/2015.

BASE, Abrahim Sena. *Resgate da História dos Portugueses na Região*. In: Amazon View, Amazonas. Disponível em: <<http://www.amazonview.uol.com.br/entrevistas.php>>. Acessado em 18/10/2015.

CARVALHO, Willian Almeida de. *Pequena História da Maçonaria no Brasil*. Site Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/>>. Acessado em 08/02/2016.

CASTRO, Nêodo Ambrósio de. *A Maçonaria na Inconfidência Mineira*. Site Brasil Maçom. Disponível em: <<http://www.brasilmaçom.com.br/a-maconaria-na-inconfidencia-mineira>>. Acessado em: 23/08/2015.

CHERINI, Giovani. *Deputado Giovani Cherini Presta Homenagem à Maçonaria*. Disponível em: <<http://alrs.jusbrasil.com.br/noticias/205479/cherini-presta-homenagem-a-maconaria>>. Acessado em: 10/02/2016.

FIGUEIREDO, Eduardo. *Tiradentes: Um Maçom, Ainda Que Tardio*. Blog Verdadeiros Irmãos. Disponível em: <<http://www.verdadeirosirmaos.blogspot.com.br/2010/04/tiradentes-um-macom-ainda-que-tardio>> Acessado em: 23/08/2015.

GEOCITIES. *Silveira Martins*. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/amlersdigital/silveiramartins.html>>. Acessado em 15/02/2016.

GIRARDI, João Ivo. *Maçons Farrapos*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Informativo nº 1816. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1816.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

GOMES, Jair de Almeida. *Alferes Tiradentes*. Disponível em: <<http://www.pael.com.br/tiradentes.html>>. Acessado em: 23/08/2015.

GOMES, Laurentino. *A Revolução Federalista (1893-1895)*. Site Oficial de Laurentino Gomes. Disponível em: <<http://www.laurentinogomes.com.br/blog/?s=revolu%C3%A7%C3%A3o+federalista&lang=pt-br>>. Acessado em: 12/02/2016.

G.O.R.G.S., Site Oficial. *Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação*. Site Oficial do G.O.R.G.S. Publicado em 24/08/2018. Disponível em: <<http://gorgs.org.br/site/index.php/2018/08/24/revolucao-de-1923-os-95-anos-da-pacificacao/>>. Acessado em: 24/08/2018.

HISTORY CHANNELL. *Maria Leopoldina Assina o Decreto da Independência*. Site Oficial. Publicado em 02/09/2016 Disponível em: <<http://www.seuhistory.com/hoje-na-historia/maria-leopoldina-assina-o-decreto-da-independencia>>. Acessado em: 12/12/2016.

VOLUME I:
Das Origens da Maçonaria à Independência do Brasil

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Distrito Federal: Brasília – Aspectos Históricos*. Biblioteca online. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/vizualizacao/dibs/brasil/brasil.pdf>>. Acessado em: 23/04/2016.

JUK, Pedro. *Alferes José Joaquim da Silva Xavier – Tiradentes – Mártir da Independência*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. n° 1665. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1665.pdf>. Acessado em 15/05/2015.

KEGLES, Nataniel. *Pedro Boticário, O Incógnito Herói Farroupilha*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inf. n° 1826. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1826.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

LEITE, Hélio Pereira. *Heróis da Maçonaria e da Pátria Brasileira VI – Hipólito P. da Costa*. Florianópolis, SC: Inform. JB News - Inform. n° 1773. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1773.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

LOBATO, Ivaldo Gonçalves. *História da Loja Comércio e Artes – Primaz do Brasil*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. n° 1872. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1872.pdf>. Acessado em 15/11/2015.

LOJA AMÉRICA. *A Maçonaria Paulista na Revolução de 1932*. São Paulo, SP: Site Oficial da Loja América. Disponível em: <http://www.america.org.br/documentos/rev_const_1932.html>. Acessado em 08/02/2016.

MACAULAY, Neill. *Dom Pedro: The Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834*. Durham, EUA: Duke University Press, 1986. Disponível em <http://www.questia.com/dom_pedro>. Acessado em 10/06/2017.

MAIA, Geraldo. *Tributo à uma Abolicionista*. In: Site Oficial “O Mossorense, Mossoró, fevereiro de 2009, Nossa História”. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/omossorense/200902/geraldo.htm>>. Acessado em: 27/01/2010.

MONTES, Maria Lúcia. *Quando o Crime Compensa*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ: 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2555>>. Acessado em: 22/01/2015.

MUNDO EDUCAÇÃO. *A Conjuração Baiana*. In: Site Oficial “Mundo Educação – História do Brasil”. Disponível em: <<http://mundoeducacao.com/historiado brasil/a-conjuracao-baiana.htm>>. Acesso em: 19/02/2016.

PRATA, Agnaldo. *Os Maçons e a Política*. Disponível em: <<http://prataagnaldo.blogspot.com.br/2014/06/os-macons-e-politica.html>>. Acessado em: 07/02/2016.

RIBEIRO, Sebastião. *A Influência da Maçonaria na Revolução Farroupilha*. Guia do Estudante Abril (2012), publicado em 04/04/2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/influencia-maconaria-revolucao-farroupilha-681217.html>>. Acessado em: 11/02/2016.

ROCHA, Osvaldo Pereira. *Algo Sobre a Independência do Brasil*. Florianópolis, SC: JB News - Informativo n° 1800. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1800.pdf>. Acesso em: 25/10/2015.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

RODRIGUES, João Anatalino. *Tiradentes: O Bode de Coração Valente*. Florianópolis, SC: JB News – Inf. n° 1670. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1670.pdf>. Acesso em: 16/06/2015.

RODRIGUES, José Honório. In: SENADO FEDERAL – Introdução. *Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado 1875-1880*. Brasília, DF: 1973. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro Conselho de Estado 1875-1880.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conseho_de_Estado_1875-1880.pdf)>. Acesso em: 12/01/2015.

ROGOWSKI, João Francisco. *A Maçonaria e a Revolução Farroupilha*. Site Canal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.canaleletronico.net/index.php?view=article&id=102>>. Acessado em: 08/03/2016.

SALES, Sonia. *Os Abolicionistas e a Maçonaria*. Texto extraído do livro O Menino de Massangana – Biografia de Joaquim Nabuco. Disponível: <<http://cameliadepedra.blogspot.com.br/2010/10/voce-conhece-importancia-da-maconaria-na-abolicao-da-escravatura-no-brasil/>>. Acessado em: 23/08/2015.

SILVA, Tiago César da; Vanessa Faria e Silva. *O Outro Lado da Abolição: O Envolvimento dos Maçons e dos Negros no Processo de Emancipação do Trabalho Escravo*. Site Oficial Casa Rui Barbosa. Canal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/tiago.pdf>>. Acessado em 25/01/2016

SILVA, Anestor Porfírio da. *Da Escravidão Negra à Exclusão Social*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inf. n° 1706. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1706.pdf>. Acessado em: 15/06/2015.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. *Apontamentos sobre Maçonaria, Abolição e a Educação dos Filhos de Escravos na Cidade de Sorocaba no Final do Século XIX*. In: Revista HISTEDBR On-Line, n° 27, p.95-111, set. 2007, Campinas, SP. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_27.pdf>. Acessado em 11/10/2015.

SPOLODORE, Hércule. *O Areópago de Itambé e sua Influência nas Revoluções Brasileiras*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Inf. n° 1837. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1837.pdf>. Acessado em: 15/10/2015.

..... *História do Rito Moderno*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Informativo n° 1900. Disponível: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1900.pdf>. Acessado em: 08/02/2016.

..... *A República: Como Foi Proclamada*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. n° 1615. Disponível: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1615.pdf>. Acessado em: 15/03/2015.

SUPERINTERESSANTE. *A História Secreta do Descobrimento do Brasil*. Edição virtual de 31 de janeiro de 1998 – por Jorge Caldeira. São Paulo, SP: Editora Abril. Disponível: <<https://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimento/>>. Acessado em: 29/05/2019.

..... *Maçonaria: A Ordem*. Edição virtual de agosto de 2005. São Paulo, SP: Ed. Abril. Disponível: <<http://super.abril.com.br/historia/maconaria-a-ordem>>. Acessado em: 29/09/2017.